



À SOMBRA DE RUI BARBOSA

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

brasiliana
volume 365



À SOMBRA DE RUI BARBOSA

Este livro compõe-se de uma série de trabalhos esparsos que o Autor foi tendo ocasião de elaborar no exercício do cargo de diretor da Casa de Rui Barbosa, ou de presidente da Fundação que tem o nome do grande brasileiro.

São conferências, prefácios ou ensaios, sempre em torno da figura central que absorveu a maior parte de sua atividade intelectual. Em quarenta anos à frente da instituição que tem como patrono a Águia de Haia, o Autor teve oportunidade de intervir várias vezes, em esclarecimento das publicações que continuamente ali se fizeram, a todas sobrelevando a publicação do *Roteiro*, em 2 volumes, das *Obras Completas*, que atingem hoje 110 tomos. “Preencher esta tarefa tem sido, para o Sr. A. J. Lacombe, a luta de uma vida inteira”, disse o pontífice dos ruistas que é o senador Luiz Viana Filho — “Creio não haver notícia de trabalho do porte das *Obras Completas*, que tanto se identifique com uma só pessoa quanto as de Rui com o presidente da Fundação. Para elas, ele tem sido tudo: organizador, prefaciador, anotador, revisor, aliciador de colaboradores e, além do mais, pertinaz e infatigável impulsionador das publicações, cujo caminho é referido de dificuldades de toda ordem, somente vencidas pela sua benemérita tenacidade... Prefaciou vinte e seis volumes. Realmente, entre as vantagens culturais da edição das *Obras Completas*, não será das menos meritórias a divulgação de inéditos, inclusive aqueles de cuja publicação se desinteressara o autor” (...) “Evoquei trabalhos, dificuldades, contribuições e particularidades que têm envolvido a publicação das *Obras Completas*, para melhor se conhecer e proclamar a benemerência do infatigável trabalhador que tem sido o Sr. A. J. Lacombe, sem cuja competência não teríamos a alegria de marcar com uma pedra branca os nossos aplausos e os agradecimentos do Brasil.” (...) “Deixemos, porém, que Rui nos diga o que nos compraz ouvir: *Abundantius illis omni laboravi*. De fato, essa é a legenda imortal do imortal operário — a legenda de Rui Barbosa.”

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Nasceu no Rio de Janeiro em 1909, numa família de professores. Fez seu curso secundário no Colégio Jacobina e, em parte, no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Bacharelou-se na Faculdade de Direito da UFRJ, em 1931, completando o curso de doutorado em 1935. Sempre se dedicou ao magistério, ensinando em vários colégios do Rio de Janeiro e, finalmente, ocupando as cátedras de História do Brasil na PUC-Rio e na Universidade de Santa Úrsula.

Dirigiu a Casa de Rui Barbosa desde 1939 como diretor e, a partir de 1965, como presidente da Fundação. Nesses postos teve, por diversas vezes, de pronunciar conferências e dar cursos.

Foi diretor da Casa do Brasil da Universidade de Paris, de 1962 a 1963, ocasião em que ministrava o curso de Cultura Brasileira no Instituto de Altos Estudos da América Latina (Universidade de Paris), recebendo várias missões no estrangeiro.

Em 1959 ocupou a Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro.

Foi um dos organizadores do programa de História da América para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, de cuja Comissão de Ensino faz parte.

É membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja *Revista* dirige, da Academia Portuguesa da História, da Academia Brasileira de Educação e de vários institutos estaduais.

Escreveu: *Brasil, período colonial*, México, 1956; *Relaciones diplomáticas entre Mejico y Brasil* (em colaboração com Gonzalez de Mendoza), México, 1964; *Um passeio pela história do Brasil*, Rio de Janeiro, 1943 (em 3.^a edição com o nome de *Resumo de história do Brasil*, São Paulo, 1976) e vários trabalhos sobre Rui Barbosa. Colaborou na *História da expansão portuguesa no mundo*, dirigida por Hernani Cidade e Manuel Múrias, na *História da civilização brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e na *História da Independência*, dirigida por Josué Montello.

Traduziu do inglês as viagens de Burton e Maria Graham. É diretor da "*Brasiliana*" desde 1957.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO/MEC.

Preço de venda ao público, Cr\$ 45,00

Este preço só se tornou possível devido à participação do Instituto Nacional do Livro, que, em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem e a conseqüente redução do custo industrial.

A SOMBRA DE RUI BARBOSA

BRASILIANA
volume 365

*

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

À SOMBRA
DE RUI BARBOSA

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL / MEC

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

B211L Lacombe, Américo Jacobina, 1909-
A sombra de Rui Barbosa. / Américo Jacobina Lacombe. — São
Paulo, Ed. Nacional ; Brasília, INL, 1978.
(Brasília, v. 365)

Bibliografia.

1. Barbosa, Rui, 1849—1923 I. Instituto Nacional do Livro.
II. Título. III. Série.

CCF/CBL/SP—77—1507

B
CDD : 923.281
: 923.481
CDU : 92 Barbosa, Rui

Índices para catálogo sistemático (CDD):

1. Brasil : Estadistas : Biografia 923.281
2. Brasil : Juristas : Biografia 923.481
3. Brasil : Políticos : Biografia 923.281

Do mesmo autor, nesta Editora :

Introdução ao estudo da História do Brasil, 1974

Resumo de História do Brasil, 3.^a ed., 1977

Edições de:

RUI BARBOSA, *Mocidade e exílio* (notas e comentários), 3.^a ed., 1949

Cons. ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA, *Memórias de um Magistrado do Império* (revisão e anotação), 1943

Proibida a reprodução, embora parcial e por
qualquer processo, sem autorização expressa
do Autor e da Editora.

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

01212 São Paulo, SP

1978

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Américo Jacobina Lacombe, VII

Prefácio, IX

- I. Síntese Biográfica, 1
 - As origens, 1
 - O Curso Jurídico, 6
 - A oposição, 11
 - O poder, 15
 - O Governo Provisório e a República, 38
 - A Conferência de Haia, 44
 - O civilismo, 48
 - A Guerra Mundial, 54
 - Segunda campanha presidencial, 57
- II. História de um Jornal: A Imprensa, 68
- III. Rui Barbosa e a Primeira Constituição da República, 105
- IV. Formação Literária de Rui Barbosa, 119
 - V. Rui e os Livros, 138
- VI. Rui e a História Política do Império e da República, 147
- VII. Rui — o Homem e o Mito, 157
- VIII. Projeção Nacional do Pensamento e da Ação de Rui Barbosa, 174
- IX. A Distorção de uma Figura Política, 191
- X. A Educação no Pensamento de Rui Barbosa, 208

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Carioca, nasceu em 1909. Bacharel em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1931, com o curso de doutorado. Dedicou-se ao magistério secundário e ensinou em vários colégios: Pedro II, Jacobina, Santo Inácio, São Bento e N. D. de Sion. Ingressou no ensino superior como professor de História do Brasil no Instituto Santa Úrsula. É, hoje, titular da cadeira na PUC-Rio.

Desde 1939 foi diretor da Casa de Rui Barbosa, onde iniciou a publicação das *Obras completas de Rui Barbosa*, que já atingiram 110 tomos. É, hoje, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Interrompeu suas funções nessa instituição por duas vezes: a primeira, para ocupar a Secretaria Geral de Educação e Cultura do Rio de Janeiro e, a segunda, para dirigir a Casa do Brasil, na Cidade Universitária de Paris (1962-63). Regeu a cadeira de Civilização Brasileira no Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris.

Tem comparecido a várias reuniões culturais no estrangeiro, especialmente no Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

É autor de *Brasil, período nacional*, México, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1956; *Um passeio pela História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1943 (três edições e uma tradução inglesa); *Introdução ao estudo da História do Brasil*, São Paulo, 1974 (Brasiliana).

Sobre Rui Barbosa, publicou diversas monografias, entre elas *Rio Branco e Rui Barbosa*, M. R. E., 1948 (com tradução espanhola); *Rui Barbosa e a primeira Constituição da República*, Rio de Janeiro, 1949; *A formação literária de Rui Barbosa*, Universidade de Coimbra, 1954 e *O pensamento vivo de Rui Barbosa*, São Paulo, 1944 (várias edições).

Colaborou na *História da expansão portuguesa no mundo* (direção de M. Múrias e H. Cidade); na *História da Independência do Brasil* (direção de Josué Montello) e na *História da Civilização Brasileira* (direção de Sérgio Buarque de Holanda).

É vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja revista dirige. É da Academia Brasileira de Letras, da Academia Portuguesa de História e da Academia Brasileira de Educação. É também correspondente de vários institutos estaduais. É presidente da Alliance Française do Rio de Janeiro.

PREFÁCIO

Cerca de quarenta anos de lida entre livros e papéis de Rui Barbosa, pondo-os em ordem e preparando-lhes a publicação, representam uma existência inteira a serviço do estudo de uma grande personalidade. Daí resultou um cabedal respeitável de conhecimento da intimidade do complexo vulto que ainda hoje é alvo de tão fervoroso debate.

O resultado desse “saber de experiências feito” deveria ser um extenso ensaio biográfico, em que se completassem e retificassem episódios que correm por aí deformados ou inventados. Mas o próprio exercício de “guarda-mor”, como se diria outrora, de tão precioso acervo, levou-me a intervir, às vezes improvisada e desajeitadamente, a propósito de uma ou outra comemoração. Deixando um instante o árduo serviço de pôr em ordem papéis dispersos, ou as delícias daquilo que os franceses chamam *pape-rasser*, fui levado a assumir a feição de historiógrafo e enfrentar a severa função de expositor, cumprindo os compromissos de sacerdote de Clio.

São fragmentos, dispersos e desconchavados, de obra mais completa que, *Deo juvante* e livre dos encargos da rotina, procurarei levar a cabo sistematicamente. Quem poderia realizá-la, com as altas qualidades de que era dotado, Batista Pereira, espalhou as gemas de um talento excepcional por um sem-número de trabalhos inconclusos.

O discípulo dileto, João Mangabeira, partindo de uma conferência promovida pela Casa de Rui Barbosa, legou à posteridade importantíssimo e incomparável fragmento de uma apologia política. Outros trabalhos, escritos ao calor de uma devoção fervorosa, mas sem a pesquisa documental, não alcançaram o alvo proposto. Resta, sobranceiro, o estudo de Luís Viana F.^o, consagrado por

uma série ininterrupta de edições e que é o mais formoso e útil instrumento para os que visam a apreender o fenômeno de Rui na vida republicana. Aí se abastecem com segurança os estudiosos.

Os trabalhos que se seguem, não obedecendo a nenhum plano, são aparentemente díspares. Procuram promover um exame mais atento das famosas contradições de Rui Barbosa — que já constituíram o título de um panfleto que fez época — e que não passam de reações diversas no tempo, movidas por um contínuo sentimento profundo de liberdade. Não é possível combater com as mesmas armas e visando ao mesmo alvo, adversários que atacam de posições diversas. Um estudo isento e sério da imensa mole de escritos ruianos impressiona precisamente pela sinceridade das idéias nos combates, tão diversas, e em terrenos tão diferentes.

Em todas domina primacialmente o espírito apologético. Rui é acima de tudo um advogado. As qualidades mestras de sua inteligência são a memória e a dialética. O principal objeto de sua defesa é ele próprio, continuamente perseguido e atacado. Sonhou um Brasil sem escravos, liberto de governos opressores e de forças econômicas dominadoras e localistas. Quis transformar uma nação “essencialmente agrícola” num grande empório industrial, que elaborasse a matéria-prima que exportávamos e comprávamos ao estrangeiro reelaborada. Para isso quis aparelhar a população através de um ensino específico. Procurou destruir as peias ao surto de progresso que latejava. Nada disso teria sentido se paralelamente o cidadão não gozasse das garantias inerentes à democracia: garantias civis, econômicas e religiosas. Lutou em várias frentes e, às vezes, com aparência contraditória. Mas quem se imbuíu dos princípios que estão nas fontes de sua formação, acompanha de um ponto de vista superior o curso límpido desta vida tumultuosa, mas não reacionária.

Foi esse o espírito que presidiu a elaboração desses fragmentos. Que o leitor veja neles a ambição do Autor de dar contas, parcialmente, de sua permanência na guarda, por tanto tempo, de um acervo que a nação impediu que se dispersasse e continua recebendo, continuamente, o concurso do povo brasileiro, pela doação de documentos e publicações, mas especialmente pelo calor com que acompanha nosso esforço sincero e patriótico.

Casa de Rui Barbosa, Semana da Pátria, 1977.

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

A SOMBRA DE RUI BARBOSA

I. SÍNTESE BIOGRÁFICA

As origens

Rui Barbosa pertencia a um ramo pobre de uma antiga família baiana.

Os Barbosa de Oliveira, originários das ilhas dos Açores, haviam passado ao Porto donde, em meados do século XVIII, vieram para a Bahia. Antônio Barbosa de Oliveira, dono de um rendoso cartório, foi sargento-mor de ordenanças. As ordenanças, força de reserva, exerciam função policial muito importante. Os sargentos-mores e capitães-mores tinham muito prestígio na manutenção da ordem. O filho mais velho do sargento-mor, José Barbosa de Oliveira, foi advogado notável, formado em Coimbra. Foi ele que defendeu os réus da conjuração baiana de 1798. Depois enviuvou, fez-se padre, foi desembargador da Relação Eclesiástica e governador do arcebispado. Morava na Casa dos Sete Candeeiros, hoje sede do Patrimônio Histórico na cidade do Salvador. Seus filhos e netos foram todos formados em direito e ocuparam altos cargos da magistratura.¹

O segundo filho do sargento-mor, Antônio, não conseguiu fazer carreira, era serventuário do cartório que ficou com os primos. Seus descendentes queixavam-se de pouca sorte, que chamavam de *calistismo*. O pai de Rui Barbosa, João José, pertencia a esse ramo. Ficou órfão desde os primeiros anos. A mãe viúva viu-se em apuros para manter e educar os filhos. João, porém, revelava-se uma inteligência superior. Ajudado pelos parentes conseguiu fazer o curso secundário (humanidades, como

1. R. BARBOSA. *Mocidade e exílio*, 3.^a ed. São Paulo, C.E.N., 1949 (Brasíliana, n.º 31); CONS. ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA. *Memórias de um magistrado do Império*. São Paulo, C.E.N., 1943 (Brasíliana, n.º 231); AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, "A família de Rui Barbosa". *Jornal das letras*, nov. 1949.

então se dizia), e ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. O tipo de sua inteligência devia conduzi-lo muito mais às letras e ao direito que às ciências exatas. Mas nesse tempo não havia faculdades de Direito senão em São Paulo e no Recife, o que exigia maior esforço financeiro. João Barbosa formou-se, pois, em medicina. Mas a sua vocação era a política. Nunca fez carreira como médico. Prestou bons serviços à população na epidemia de cólera, foi até Ilhéus a serviço da saúde pública, tentou ingressar no magistério da Faculdade, apresentando uma tese escrita em estilo castigado, à moda dos clássicos portugueses que estudava nas bibliotecas, mas a clientela não veio.²

Em 1837 houve uma revolução na Bahia chamada Sabinada (porque seu líder era o Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira). Nela era figura preeminente um tio afim de João Barbosa, o Dr. João Carneiro da Silva Rego, que ocupou a presidência da efêmera República. O filho de Silva Rego, primo-irmão de João Barbosa, foi Ministro da Justiça da revolução. João Barbosa, então estudante de medicina, entrou no movimento e serviu no gabinete do Governo Revolucionário, escandalizando e indignando os parentes ricos. Mais tarde ingressou no Partido Liberal Baiano e foi soldado disciplinado do chefe liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas. Trabalhou na imprensa partidária, onde escrevia com entusiasmo, foi deputado provincial, deputado geral e, durante muitos anos, Diretor da Instrução Pública da Bahia. Foi ele que organizou o Liceu Provincial. Nada disso lhe trouxe dinheiro. Teve sérias inimizades fora e dentro de seu partido, sempre dividido em alas e subalas. No fim da vida pensou em fazer-se industrial. Arrendou um terreno e montou uma olaria na Plataforma, nos arredores do Salvador. Como era de prever-se, o que ele chamava de calistismo, e que não era mais que sua vocação não orientada, conduziu-o à falência exatamente quando mantinha, com sacrifício, o único filho varão, Rui, como estudante de direito na Academia de São Paulo (que era como então se chamava geralmente a Faculdade de Direito). Morreu pobre, vivendo do modesto emprego de Secretário da Santa Casa, nomeado pelo provedor, seu chefe e amigo, o Senador Dantas.

Era um homem pequenino, severo, extremamente bem educado, mas terrível adversário e polemista perigoso. Por isso os inimigos chamavam-no “frasquinho de veneno”. Educou os fi-

2. ORDIVAL CASSIANO GOMES. *O Pai de Rui*. Rio de Janeiro, 1949; AFRÂNIO PEIXOTO. *Poeira da estrada*. Rio de Janeiro, Alves, 1923, p. 326.

Ihos, Rui e Brites, dentro da mais dura austeridade. João Barbosa deixou uma escassa produção. As teses médicas (de doutoramento e de concurso), alguns discursos na Assembléia e na Câmara dos Deputados e uns poucos poemas. O mais conhecido, dedicou ao filho quando deixou a casa para começar os estudos de direito.

Era, por considerar-se um frustrado, um homem amargo. O filho teve pela sua memória um culto profundo. Não só herdou-lhe as dívidas, mas também os rancores políticos e as antipatias pessoais. Isto é um ponto fundamental para compreensão da vida de Rui Barbosa. Quando ele mais tarde, em discurso célebre, vai declarar-se mero sucessor do pai, como “a água que corre da água que já correu”,³ está a exhibir um dos traços mais profundos de sua psicologia. Ele não é somente o sucessor: é o vingador das frustrações paternas. Não entra na vida somente resgatando nos bancos baianos as letras paternas, mas disposto a suceder-lhe nos postos da batalha política em que ele estava empenhado: a luta pela difusão do ensino público, pela elevação da cultura e, acima de tudo, pelos ideais de liberdade que eram historicamente os de seu partido. Os ideais de Evaristo da Veiga (que ele escolhe para seu patrono na Academia), de Feijó, de Alves Branco, de Zacarias, de Saraiva e de Dantas, seu grande chefe e protetor. Era assim um expoente da classe média, que começava a formar-se nas cidades. Não tinha um palmo de terra, nem estava interessado em nenhum empreendimento comercial.

O anjo bom da infância de Rui Barbosa foi sua mãe, Maria Adélia Barbosa de Almeida, prima de João Barbosa, também descendente do sargento-mor. De seus irmãos, todos importantes, dois chegaram a ministros do Supremo Tribunal de Justiça e um recebeu o título de barão. João Barbosa não vivia em boas relações com os cunhados. Eram todos do Partido Liberal, mas de alas diferentes e rivais. Isto devia fazer sofrer Maria Adélia, de uma paciência e de uma persistência invejáveis. Não se abateu. Quando o marido passava aperturas financeiras — e foram tantas — ela apelava para o velho recurso das famílias brasileiras: pegava um precioso livro de receitas e iniciava a indústria caseira de doces. Assim o orçamento doméstico se equilibrava. Rui não assistiu a sua morte. Estava no Recife iniciando o curso jurídico.

3. R. BARBOSA. “Justiça”. (Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo em 17 de dezembro de 1909.) *Ditadura e República*. (Prefácio e notas de FERNANDO NERY. Rio de Janeiro, 1932, p. 180. *Obras completas*, t. I, vol. xxxvi, 1909, Rio de Janeiro, 1965, p. 207.)

A irmã Brites não ocupa muito espaço na biografia de Rui. Casou cedo, não foi feliz e desapareceu do mundo quando Rui iniciava a carreira parlamentar. De modo que as duas personalidades fortes que vão constituir o núcleo familiar de Rui Barbosa, entre duas tias solteironas e incolores, são a dele e a do pai.

As cartas de Rui a João Barbosa, que deviam ter sido muitas, durante os cinco anos de estudos superiores, não se conhecem. As do pai ao filho são conhecidas. As relações entre as duas fortes personalidades nem sempre foram fáceis. Eram ambos orgulhosos, ainda que extremamente afetuosos. Mas questões de brio e pun-donor freqüentemente surgiam.⁴

João Barbosa desvelou-se na formação cultural de seu único filho varão, de uma precocidade espantosa. Já no curso primário distinguiu-se por uma vivacidade que provocou um depoimento de um velho professor. Nunca tivera aluno que tão rapidamente assimilasse as primeiras noções de leitura e gramática. Ao lado do ensino, João Barbosa, como bom educador, timbrou em ministrar ao filho outros dotes. Fê-lo cultivar a música, estudando piano e emulando com a irmã. Percebendo sua tendência para a oratória, resolveu dar-lhe as noções essenciais de eloquência. Caprichava na boa elocução, empostação da voz e mesmo na atitude numa tribuna. Colocava-o sobre uma velha mala e fazia com que recitasse trechos de cor, de modo a ser entendido pelo público que era o círculo diminuto da família. Formava assim cuidadosamente um dos maiores tribunos da raça.

Quando chegou o momento de entrar para um colégio, João Barbosa não hesitou; confiou o filho ao maior educador da Bahia naquele momento: o Dr. Abílio César Borges, depois barão de Macaúbas. Trata-se de um dos grandes nomes da pedagogia nacional. O Dr. Abílio Borges mantinha um famoso colégio particular, o Ginásio Baiano, no qual se formaram as maiores figuras da geração: Castro Alves e Rui Barbosa, por exemplo. Preocupado na contínua melhoria de seus métodos didáticos, o futuro barão vivia a par do que melhor se publicava no estrangeiro e elaborava, ele próprio, os compêndios que ainda hoje podemos exibir com orgulho.⁵

Rui foi premiado com a medalha de ouro no Ginásio Baiano, colocada em seu peito pelo Arcebispo Primaz da Bahia. O

4. *Arquivo da Casa de Rui Barbosa*. "Correspondência". III: *Primeiros tempos, curso jurídico, colegas e parentes*. Rio de Janeiro, 1973.

5. ISAÍAS ALVES. *Vocação pedagógica de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1959

pequeno discurso pronunciado na cerimônia colegial em 1865 existe em autógrafo na Casa de Rui Barbosa.⁶ O capricho no acabamento dos parágrafos cadenciados já ali se encontra. A ênfase na elocução perfeita, ressaltando as palavras dominantes das frases, chamou a atenção dos presentes: e eram as melhores famílias da cidade. Foi essa revelação que provocou de Rosendo Moniz, famoso poeta repentista, os versinhos que em breve se espalharam:

Admira, numa criança
O engenho, o critério, o tino,
Que possui esse menino
Para pensar e dizer

Não, não me iludo na minha
Bem fundada profecia
Um gigante da Bahia
Na tribuna ele há de ser

A precocidade e a fúria com que Rui se dedicou aos estudos fizeram com que ele antecipasse os prazos normais de estudo e terminasse o curso secundário um ano antes do prazo normal. As escolas superiores exigiam dezesseis anos para a matrícula. Com quinze Rui tinha terminado os preparatórios. Não faltou quem aconselhasse a obtenção de um atestado de batismo falso, antecipando a data de nascimento e permitindo ganhar um ano na carreira. Nem faltariam sacerdotes que entendessem não ser tal falsidade um crime, em face das circunstâncias. O rigor de João Barbosa atalhou qualquer hesitação. “Não há de começar tua vida por uma mentira. Ficarás um ano aperfeiçoando o teu alemão e o teu piano.”⁷

Para um homem pobre tal escrúpulo representava um imenso sacrifício, mas as vantagens para Rui foram excepcionais. Um ano para revisão do curso humanidades, na época em que mais se lê na vida, que é a adolescência, deve ter representado um lucro imenso. Desde os tempos de estudo secundário Rui adquiriu o hábito de tomar pequenos apontamentos de leitura em

6. “Discurso no Ginásio Baiano”. *Obras completas*, vol. I, t. I. Rio de Janeiro, 1953, p. 137.

7. R. BARBOSA. *Queda do Império*. (Introd.) Rio de Janeiro, Castilho, 1921, t. I, p. XII. *Obras completas*. Vol. XVI, 1889, t. I. Rio de Janeiro, 1947, pág. 21.

cadernos, caprichosamente organizados, na excelente caligrafia de que se orgulhava. Estão no seu museu algumas dezenas desses cadernos. Os primeiros datam exatamente desse ano vago que parece ter sido o de maior intensidade nas leituras de clássicos e de juristas.⁸ A pequena biblioteca médica paterna também foi atacada. Até bem tarde na vida, os facultativos se espantavam com as referências inesperadas de Rui a autores clássicos de ciências naturais. Isto vai explicar seus longos colóquios e sua intimidade, muitos anos depois, com um grande conterrâneo dotado do mesmo gosto pelos clássicos apesar de dedicado às ciências médicas: Francisco de Castro.

O Curso Jurídico

Só havia no Brasil, até a República, duas faculdades de Direito: a do Recife e a de São Paulo. As taxas não eram fortes. Para os estudantes ali residentes o custo do ensino não era elevado. Mas para os que residiam longe havia a despesa de transporte e permanência numa cidade estranha. Os estudantes passaram a residir em conjunto, nas famosas *repúblicas*, nome já consagrado em Portugal e que são um característico da vida acadêmica daqueles tempos. As duas faculdades tinham feição própria. O currículo era o mesmo, e os professores escolhidos sem preferência de região. Mas a de Pernambuco tomou uma feição caracteristicamente filosófica. É dela que, poucos anos mais tarde, partirá um movimento que em nossa história das idéias se denomina *Escola do Recife*. Este sério movimento tem como mestre principal a figura do professor Tobias Barreto, mestiço sergipano, que exatamente nesse momento era um simples estudante. A Faculdade de São Paulo tomou feição mais prática, mais jurídica. É preciso lembrar que não havia naquele tempo faculdade de filosofia e letras. Os alunos do Colégio Pedro II, terminado o currículo preparatório para as escolas superiores, podiam fazer um curso suplementar, com grego e ciências, recebendo o título de *bacharel em letras*. Mas eram poucos e o curso muito restrito. De modo que as Faculdades de Direito e de Medicina e a velha Escola Central (que em 1874 se desdobrara em Escola Militar e Escola Politécnica) recebiam toda a futura *intelligentzia* brasileira, ávida de cultura geral. Muitos se formaram em medicina sem nenhuma vocação médica, apenas porque tinham gosto pelas

8. "Apontamentos de leitura". *Obras completas*, vol. xxix, t. iv (Anexos à *Réplica*). Rio de Janeiro, 1968, p. 147.

ciências naturais. E outros entraram para a carreira militar porque tinham queda para a matemática. As faculdades de direito recebiam muitos alunos que hoje se espalhariam pelos cursos de política, sociologia, letras, história, geografia, economia, administração e diplomacia. O ambiente era assim universitário, de ampla curiosidade científica mais do que profissional. Alguns viajantes referem-se aos centros “universitários” do Recife e de São Paulo. É porque, na realidade, estas duas faculdades desempenhavam uma função que hoje cabe às universidades.

Rui iniciou o curso em Pernambuco. Foi morar a princípio com os monges de São Bento em Olinda, a pouca distância da Faculdade que já estava funcionando no Recife. O mosteiro era amplo e os monges eram poucos. As ordens religiosas estavam, então, em rápida decadência. Alguns anos antes o Governo fechara os noviciados, golpeando decisivamente a vida do clero regular. Repetia-se muito o *slogan*: “a época dos frades já passou”. Morriam os velhos, não podiam entrar novos, não podiam vir elementos do estrangeiro. E assim grandes casas religiosas, cheias de tradições, esvaziavam-se e eram incorporadas ao Estado, que nelas instalava serviços públicos. O Arquivo Público, no Rio, funcionava no Convento de Santo Antônio; a Academia de Marinha, no Mosteiro de São Bento; a Faculdade de Direito de São Paulo, no Convento de São Francisco, de onde foram expulsos os frades renitentes. Outros caíram em ruínas, como os de Macacu e Angra dos Reis. Poucos se salvaram com a liberdade trazida pela República. Receberam estrangeiros, restauraram-se e hoje retomaram o seu papel na Igreja do Brasil.

O ambiente do mosteiro de Olinda não podia ser assim estimulante para um jovem que vinha cheio de convicção para iniciar-se na vida científica. Em breve Rui se mudou para uma pensão inglesa no Recife, onde aproveitava a oportunidade para praticar o inglês que aprendera na Bahia.

Dois anos estudou Rui no Recife. Há muito poucos documentos desse período, o mais pobre de informações em toda a sua biografia. Ali, isolado, recebeu a notícia da morte da mãe. Valeu-lhe uns primos que o confortaram nesse momento.

Sabe-se, porém, que Rui Barbosa tomou parte em associações acadêmicas abolicionistas.⁹ Sabe-se também que adquiriu alguns

9. ULYSSES BRANDÃO. “Ruy, estudante no Recife”. *Jornal do Commercio*. 5 de junho de 1927; OCTAVIO TAVARES, “Carta de Ruy estudante no Recife”, *Revista Acadêmica*. Recife, n.º 34, 1920, p. 151.

livros na famosa casa Lailhacar, cuja etiqueta figura ainda nos volumes. Mas, de um modo geral, a estada no Recife não deixou recordações gloriosas no estudante, e acabou com um incidente desagradável. O professor Drummond¹⁰ não simpatizou com o magro e tímido baiano. Após alguns contatos ásperos, terminou por lhe dar um *R* (maiúsculo), coisa que na terminologia estudantil da época, significa um *simplesmente*. Isto não lhe trazia nenhum prejuízo nos estudos. Mas impedia o eventual doutoramento e, sobretudo, arranhava a sensibilidade de um rapaz hiperbrioso. Seria preciso repetir o exame na mesma Faculdade, ou em São Paulo. Seguindo conselhos paternos, Rui obteve na Faculdade do Recife as certidões do curso já feito, aquilo que hoje se chamaria a Guia de Transferência, e em 1868 matriculou-se na Faculdade de São Paulo.¹¹

Chegou a Santos no mesmo navio que transportava Castro Alves e sua grande inspiradora, a atriz Eugênia Câmara. O poeta já era uma figura nacional, e todas as atenções foram para este jovem apolíneo e ousado, que afrontava a sociedade burguesa viajando com sua amante. Rui só foi notado pela sua excessiva bagagem, que compreendia vários caixotes de livros de que não mais se separava. *Omnia mecum porto*, diria como o poeta latino. Sem as suas ferramentas, como ele dizia, não poderia mais viver. Será sempre o homem do livro, eterno leitor, anotador e curioso arrolador de notas que fará funcionar a seu serviço, ao comando de uma retentiva privilegiada e um método de trabalho excepcional. Medindo suas forças e sabendo que dispunha naturalmente de duas qualidades secundárias, mas indispensáveis à cultura, — a memória e a dialética, — organizou seu modo de estudo a fim de conseguir a cultura e a capacidade de abstração que lhe completariam a mentalidade sem par.

Da estada em São Paulo temos material mais abundante. Em primeiro lugar, acerca dos professores. Nenhum sobrelevou em influência a figura de José Bonifácio, o Moço, expositor brilhante e profundo, aureolado, além disso, exatamente em meados do ano em que Rui ingressou na Faculdade, com a glória de uma atitude política estrondosa.¹² Segundo sua declaração, José Bonifácio,

10. Antônio de Vasconcelos Meneses de Drummond.

11. *Arquivo da Casa de Rui Barbosa*, n. III: "Correspondência". *Primeiros tempos, curso jurídico, colegas e parentes*. Rio de Janeiro, 1973.

12. Em 1868 caíram os liberais. Com o ministério Itaboraí inicia-se nova situação conservadora que se prolongará até 1878. Todo o final do curso superior e o início da vida profissional, pois, se fará sob rigoroso ostracismo político. O pai perde a diretoria da Instrução, e seu grupo político se congrega para os sacrifícios da oposição.

que era um homem de cultura geral, jurista, publicista, orador, estadista e poeta, revelou pela primeira vez aos discípulos a grandeza da profissão que eles haviam abraçado. Foi nas manifestações estudantis ao mestre, retornado da Corte após a queda do partido e recebido como herói pelos estudantes, que Rui pronunciou seu primeiro discurso político, a 13 de agosto de 1868, data do início de sua vida pública, solenemente comemorada em 1918.

Depois dos lentes, os colegas. Basta enunciá-los para ter noção da importância da geração que percorria as arcadas do antigo convento de São Francisco: Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rodrigues Alves, Afonso Pena. Juca Paranhos, futuro barão do Rio Branco, era também estudante em São Paulo nesse momento. Mas dali se transferiu para o Recife, e não consta qualquer contato entre os dois estudantes, pertencentes aliás a correntes políticas diferentes. Castro Alves chegou, em certo momento, a morar na mesma república que Rui.

Nos primeiros tempos, logo após a chegada, Rui foi acolhido pelo presidente da Província, ao tempo o liberal conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, colega e amigo de João Barbosa nas lutas partidárias. A generosidade e a consideração do presidente, já nome consagrado na política, em relação a um simples estudante — acadêmico, como então se dizia — vão constituir os pontos de apoio de uma solidariedade para o resto da existência.

Outra relação fora do mundo acadêmico que Rui então estabeleceu é com Luís Gama, seu conterrâneo, grande figura no foro e nas letras, que mantinha em fervoroso culto pelos ideais abolicionistas um círculo numeroso de estudantes e intelectuais.

Rui foi excelente estudante. Alguns de seus trabalhos escolares estão guardados no arquivo da Faculdade e foram publicados. Revelam um estudioso atento aos cursos. A fama entre os colegas cresceu.

Mas o curso jurídico não ministrava somente a ciência, transmitida pelos lentes. A vida acadêmica era uma formação para a vida política. Jornais estudantis, como a *Tribuna acadêmica*, dirigida, aliás, por dois futuros presidentes da República (Rodrigues Alves e Afonso Pena), jornais não acadêmicos, *O Ipiranga*, de Salvador de Mendonça, e o *Radical Paulistano*, dirigido por Luís Gama, em todos iniciou-se Rui no jornalismo. Crepitava o movimento liberal-radical, como reação ao domínio conservador. Fundavam-se Clubes Radicais, para difundir o programa do manifesto ousado redigido por Nabuco de Araújo, que terminava com o dilema famoso: *Reforma ou revolução*. Havia sociedades osten-

sivas: *O Ateneu Paulistano*, de que Rui foi feito presidente em sucessão a Joaquim Nabuco; havia sociedades secretas estudantis, à moda alemã; havia, enfim, a própria franco-maçonaria, em uma de cujas lojas, a *Loja América*, Rui foi admitido e feito orador. Em todas essas atividades, fervorosamente exercidas, o *leitmotiv* era sempre o mesmo: abolição.¹³

O número de artigos, discursos e projetos de Rui Barbosa em todas essas instituições foi considerável. Alguns chegaram até nós e estão publicados. Alguns jornais daquele tempo, porém, desapareceram completamente, e não é possível obter um só exemplar.

Percebe-se, pela correspondência dos colegas do tempo, que a figura mais importante na coordenação política dos estudantes não era nenhum dos grandes nomes que vieram depois a brilhar no mundo da política ou das letras, mas um desses úteis amigos, com alto espírito de cooperação, fiel aos ideais políticos a que se votou. Dedicou-se depois à advocacia e ao comércio. Chamava-se Bernardino Pamplona. Foi ele que colheu as assinaturas para o *Manifesto republicano* de 1870, assinado em primeiro lugar pelo Conselheiro Saldanha Marinho. Rui não o assinou porque na hora em que foi lançado ele já se retirara para a Bahia, antecipando a formatura por motivo de saúde. Nas cartas de Pamplona para a Bahia, vê-se que o manifesto, que consubstanciava tudo o que fora debatido nos grêmios estudantis e nas lojas maçônicas, correspondia ao que o grupo de estudantes liberais sempre planejava: abolição, federação e república.

É muito pouco provável que, se Rui estivesse ainda em São Paulo em fins de 1870, seu nome deixasse de figurar entre os signatários do Manifesto. Mas antecipando a formatura e voltando às pressas para a Bahia, Rui caiu, logo ao chegar a casa, em completa prostração. O pai assustou-se seriamente. Levou o filho a todas as sumidades da terra, mas nada vencia um excessivo peso na cabeça e uma apatia assustadora.

Enfim, como a necessidade era grande, foi preciso vencer o torpor, e Rui começou a trabalhar na advocacia e no jornalismo. Naturalmente conduzido pelo pai, passou a pertencer ao Partido Liberal Baiano.

13. "Situação da questão religiosa no Brasil". *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*, n. 5-8, 1876; R. BARBOSA. *Novos discursos e conferências*, coligidos e revistos por HOMERO PIRES. São Paulo, Saraiva, 1933.

A oposição

Rui aprendeu, então, na lição da adversidade, o que era a dura posição de partido vencido no nosso parlamentarismo indígena. As influências aqui eram outras. O chefe liberal a que João Barbosa servia, e que estendeu facilmente sua simpatia ao jovem bacharel, era o conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, futuro senador do Império e conselheiro de Estado.

O ambiente era de oposicionismo, mas não de revolta. Os chefes liberais aceitavam as regras do jogo e esperavam a vez, na gangorra do poder. Não se falava em República. O próprio Rui passou a colaborar no jornal do partido, o *Diário da Bahia*, onde se trabalhava de graça e ainda se contribuía para as despesas, porque jornal de oposição não tinha direito a publicações oficiais nem mesmo a anúncios de empresas bafejadas pelo governo. A austeridade que o ostracismo político impunha às figuras com que Rui lidava, Dantas, Saraiva, Leão Veloso, deram-lhe uma imagem diferente do mundo político, que afinal não era assim tão corrupto e ineficiente como pensava a nova geração. As cartas a Bernardino Pamplona, que insistia pela publicação do Manifesto Republicano, vão-se espaçando. Os esforços de João Barbosa no sentido de conter os excessos assustadores do filho no meio acadêmico de São Paulo (sem muita autoridade, porque ele próprio fora revolucionário na mocidade), foram coroados de êxito. Rui escrevia agora artigos de feição rigorosamente britânica, citando Brougham e Junius, Burke e Gladstone. Há até umas referências um tanto irônicas aos ideais republicanos, inteiramente secundários em face dos problemas prementes que são a eleição direta, a liberdade religiosa (pois os conflitos com os bispos começam a dar sinais de aproximação) e a federação, ideal que o jornal e a ala do partido de que ele é órgão aceitam plenamente.

Em 1874 um filho do conselheiro Dantas foi à Europa: Rodolfo, exatamente aquele a que Rui mais se ligaria pelas suas afinidades políticas e sentimentais. Dantas não era homem rico. Mas dispoñdo de grande prestígio pessoal e ocupando boas posições, fizera sua carreira política na base das relações e da simpatia. Sua casa estava sempre aberta e cheia de amigos. O traço característico da família era a simpatia e a cordialidade. Pouco a pouco, apesar do gênio retraído e desconfiado, Rui Barbosa foi sendo conquistado. Em breve ele estava incorporado à família Dantas, e Rodolfo se tornou amigo tão íntimo que eram chamados na Bahia de irmãos siameses. Trabalhavam juntos na redação do *Diário da Bahia* e no escritório de advocacia. Essa viagem à

Europa, que Rui Barbosa fez sob o pretexto de tratar da saúde, consolidou a amizade entre ambos. Não se encontra nenhuma carta de Rui Barbosa nessa estada na França (porque a viagem se limitou, como era comum, a Paris). Deve ter feito o que todo o mundo faz em sua primeira viagem: visitado os grandes monumentos e os grandes museus.

Mas curioso é que foi na própria Bahia, já de volta da Europa, que Rui encontrou um médico suficientemente hábil para resolver o seu caso. O Dr. Pedro Alvarenga, piauiense de nascimento, clínico em Portugal, fez o diagnóstico certo: subnutrição. “— Coma”, disse ele a Rui. “Coma tudo que lhe apetecer, mas coma muito.” E assim o jovem causídico pôde ganhar forças para suportar um ano cheio de acontecimentos.

Em 1874 faleceu João Barbosa, plenamente lúcido e temente a Deus, como sempre vivera, reconciliado com todos, mas carregado de dívidas. Em várias casas tinha letras que ia resgatando dificultosamente com seus magros vencimentos. Seu inventário é negativo. Rui encarou o acontecimento com bravura. Passou à irmã solteira o parco ativo da casa, móveis, alfaias, e duas escravas domésticas, companheiras do fornecimento de doces de sua mãe, e assumiu os encargos paternos. Concentrou-os num banco e resgatou-os pontualmente em dez anos de labuta. As letras lá estão no cofre da Casa de Rui Barbosa, com os sinais da liquidação. Num caderninho de apontamentos está a escrita dessa dívida de honra. Na correspondência com Antônio Gesteira, seu correspondente quando se afastou da Bahia, o histórico dessa campanha trabalhosa. O próprio banco já publicou certa vez a conta corrente de Rui nesse pagamento. Contudo já ouvi um escritor negar até isso, dizendo que tudo não passava de uma lenda.

Sem nenhum vencimento fixo, Rui se veria atônito para enfrentar a eventualidade, não fora a interferência, mais uma vez, do conselheiro Dantas, que o nomeou para a vaga do pai, de secretário da Santa Casa de Misericórdia (o cargo tinha a denominação de Inspetor da Estação Central).

Pouco a pouco a política foi empolgando o jovem bacharel. Aos artigos juntaram-se os comícios, ora no teatro, ora na praça pública, ora em casas de família, em pequenos círculos nos quais se mantinha o fogo dos ideais liberais. Particularmente num grande *meeting* em favor da eleição direta, no qual foi lido um memorial do Partido Liberal Baiano, em cuja redação ele colaborara, Rui produziu um discurso que causou sensação. O pai,

nos seus últimos anos de existência, pôde sentir a ascensão do prestígio do filho e escreveu embevecido aos parentes.

Mas o jovem bacharel também amava e, após dois namoros mal sucedidos, um dos quais terminou com a morte da noiva, apaixonou-se afinal por uma das mais belas e atrativas moças da Bahia, Maria Augusta Viana Bandeira, de excelente origem, mas de família pobre.

Após a morte do pai, e antes do casamento, Rui veio à Corte, a ver se era possível a mudança de ambiente. Esteve então em maior contato com os parentes que ele só conhecia ligeiramente em suas idas a São Paulo.

A principal figura da família no Rio de Janeiro era o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, magistrado, fidalgo, monarquista renitente e conservador por princípio. Albino era o neto mais velho do Dr. José Barbosa de Oliveira, de quem acima se falou. Nascera em Coimbra, cursando o pai o curso jurídico, e freqüentara os meios aristocráticos (e miguelistas) de Lisboa. Fora juiz em Minas, na Bahia, chefe de polícia no Pará e desembargador no Maranhão. Era agora ministro do Supremo Tribunal do Império e rico proprietário. Casara-se com a filha do coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós, em São Paulo, e era senhor de boas fazendas de café, parcelas de imenso espólio do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, tio e sogro do dito coronel.

Albino morava num grande prédio com quatro pavimentos à rua dos Inválidos, então aristocrática. Herdara-o do pai, também magistrado, mas ampliara-o e embelezara-o muito. Como era extremamente parenteiro, tinha sempre cheios os quartos de hóspedes, em que acolhia os primos, seus e da mulher. Aí morara algum tempo João Barbosa, quando deputado geral. Aí morou Rui, encontrando da parte da família do primo o acolhimento mais carinhoso.

Albino tinha três filhas, a última das quais ainda solteira, o que não deixou de provocar certo ciúme da parte da noiva que deixara na Bahia. As duas mais velhas eram casadas; a mais velha, Francisca, com o Dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, professor e fazendeiro, antigo deputado liberal, colega e amigo de João Barbosa na Câmara de 1862 a 1864. (Fora mesmo João Barbosa que o aproximara da família e facilitara o casamento); a outra com um primo, o barão Geraldo de Resende, fazendeiro e político conservador, que teria a glória de votar a Lei de 13 de maio.

No seio desta família Rui se sentiu em casa. Estreitou os velhos laços de amizade, revelou-se na intimidade uma excelente companhia para os serões antigos, que compreendiam números de música, de declamação e, muitas vezes, simples leitura de livros da moda, em português ou francês.

Com Jacobina especialmente, Rui estabeleceu um contato bastante íntimo. Ele passara do liberalismo de Otaviano para o republicanismo de Campos Sales e Glicério, com os quais convivera em Campinas. Morava em casa contígua ao sogro. Tinha uma imensa biblioteca. Seria, mais tarde, compadre de Rui.

Este permaneceu pouco tempo no Rio, onde trabalhou no escritório de um famoso advogado, o visconde de Sousa Carvalho, e se enfronhou na vida forense da Corte. Nessa ocasião pronunciou no Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, em que era grão-mestre seu velho amigo Saldanha Marinho, um violento discurso sobre o conflito entre o Estado e a Igreja, tomando posição extremada, atacando ao mesmo tempo o Governo e a Santa Sé, a Coroa e os bispos, e defendendo a mais completa separação entre o Estado e a Igreja. O discurso causou sensação e desgosto no velho Albino, que se apavorou com as idéias do primo e lhe repetia sempre: "Seu Rui, talento não é juízo!"

Mais sensação ainda causaria a bomba que Rui conduzia na bagagem: a tradução de um livro terrível contra a Santa Sé, de autoria de um dos grandes teólogos do tempo, I. von Doellinger, que se afastara da Igreja por ocasião do 1º Concílio do Vaticano. O livro chamava-se *O Papa e o concílio*. Rui adicionou-lhe um prefácio, maior que o próprio livro, aplicando os seus conceitos ao caso brasileiro.¹⁴

Saldanha Marinho garantiu o apoio da maçonaria para a venda da edição. Animado, Rui contratou a impressão com uma tipografia carioca. Temendo que a publicação do livro, posto no índice em sua versão original, lhe criasse complicações para o casamento, resolveu ir à Bahia, onde um padre liberal lhe facilitou os papéis e casou-se, sem bulha nem matinada. Em pouco estava no Rio para passar a lua-de-mel. O Dr. Salustiano Souto, velho amigo da família, adiantou-lhe algum dinheiro, e ele pôde dar-se ao luxo de uma temporada em Friburgo, aliás empanada por uma infecção tífica que lhe assaltou no fim de certo tempo. Acresce que a edição do livro, em vez de vantagens, resultou em terrível pre-

14. R. BARBOSA. *A questão religiosa. O papa e o concílio* por JANUS. Versão e introdução de RUI BARBOSA. Rio de Janeiro, 1877. *Obras completas*, vol. iv, 1877, t. I. Rio de Janeiro, 1977.

juízo. Salvou-o, ainda uma vez, a generosidade do primo Albino, que lhe permitiu saldar as faturas da tipografia.

Mas como também no Rio não se abriu nenhuma possibilidade material imediata, foi preciso volver à Bahia, deixando o entressolho da casa do “primo Albino” à rua dos Inválidos. Retomou, assim, Rui Barbosa a advocacia provincial e a redação do *Diário da Bahia*, mas por pouco tempo. O domínio conservador chegava ao fim. A campanha pela eleição direta atingia o alvo. O imperador resolveu considerá-la perante o Gabinete. Caxias, presidente do Conselho, estava em lamentável declínio físico. Visitando-o em sua casa, — honra excepcional — D. Pedro se convencera de que ele não era falsamente modesto quando pedia dispensa do fardo governamental. Falou francamente na substituição. Caxias indicou seu Cireneu na cruz do Gabinete: Cotegipe. Este se declarou apto a fazer a reforma eleitoral. Mas o Imperador julgou mais acertado entregar o poder ao partido que havia sustentado o combate pela idéia vitoriosa nas consciências. Assim, dez anos após haver nomeado Presidente do Conselho um conservador diante de uma Câmara maciçamente liberal, chamou um liberal para a presidência do Conselho diante de uma Câmara maciçamente conservadora.

A 5 de janeiro de 1878, o visconde de Sinimbu organizava um gabinete liberal e, a 11 de abril, a Câmara conservadora era dissolvida.

O poder

A nova situação invertia todas as posições nas províncias. Agora o Partido Liberal Baiano iria dominar a Assembléa local, o presidente da Província seria um correligionário e o *Diário da Bahia* não seria mais fruto do suor e lágrimas dos oposicionistas. Os anúncios encheram logo várias páginas. Os editais e os debates da Câmara Municipal e da Assembléa Estadual avançariam pelas colunas.

Polícia, Ministério Público, postos-chaves da Fazenda, tudo, através das “derrubadas”, passava às mãos do partido vencedor.

No mesmo ano Rui Barbosa foi facilmente eleito para a Assembléa Estadual. A confecção da chapa para a nova Câmara que devia ser eleita no fim do ano, empolgou o partido. Começou o choque das alas e subalas.

Enquanto isso na Corte se processava a substituição dos papéis. Os conservadores passavam aos liberais os principais

postos do governo. A presidência da Bahia coube a Homem de Melo, paulista, fiel partidário, erudito e que punha sua erudição a serviço da teoria de seu grupo político.

Mas uma questão logo empolgou os grandes líderes do momento. Era fora de dúvida que a missão justificativa da ascensão do novo Partido era a reforma da lei eleitoral e o estabelecimento do pleito direto. Mas a eleição em dois graus, ou indireta, era prescrita pelo texto da Constituição. Seria possível reformar o sistema sem tocar na Magna Carta?

O precedente trabalhoso da reforma votada em 1834, que se denominou Ato Adicional, obedecendo rigorosamente aos trâmites da própria Carta, não aconselharia uma outra maneira mais imediata de resolver o problema? Segundo a Carta, uma só legislatura não poderia jamais alterar o texto constitucional. Deveria limitar-se a indicar por lei os pontos reformáveis. Uma nova legislatura, e não uma nova sessão anual, procederia então à reforma, mas dentro dos limites da lei anterior. Uma nova legislatura, quer dizer, uma assembléa escolhida por eleitores cientes dos pontos em debate; assembléa que se considerava munida de poderes específicos para aquelas reformas. Nenhuma das duas assembléas se poderia considerar soberana para a reforma. A primeira só poderia delimitar os pontos reformáveis e a segunda não poderia reformar senão os pontos previamente delimitados. Isto parecia a muitos teóricos da soberania popular uma limitação intolerável da soberania de uma assembléa. Este era o ponto de vista de Rui Barbosa, que não admitia uma "constituente constituída". Uma vez confiados aos deputados os famosos "poderes especiais", eles passariam a encarnar a própria vontade nacional, e não poderiam ser contidos por limites marcados por uma assembléa ordinária. A idéia era muito mais revolucionária do que pode parecer à primeira vista. O Senado, por exemplo, que era vitalício, poderia ser transformado em temporário por uma deliberação da Câmara revestida daqueles poderes especiais constituintes? Se sim, teríamos uma transformação profunda na base de nosso sistema político, sem que os senadores, que representavam a elite da classe dos estadistas, pudessem atuar. No sistema da Carta, eles influiriam (e a experiência de 1834 fora extremamente eloqüente) ao menos na lei preliminar, onde haviam salvo, entre outras pequenas medidas, a vitaliciedade do Senado.

Ora, Sinimbu, que era um político honrado e hábil, não era homem de larga visão, nem tinha ousadia para tão grave empreendimento. Sinceramente liberal, ele era agricultor, ainda que modesto; queria transformações, mas não pôr em risco a

estrutura da sociedade. Por outro lado o Imperador, menos comprometido que os políticos com as estruturas sociais, tinha como ponto básico de sua formação um respeito religioso à letra da Constituição. Por causa desse modo de ver, fora inflexível no conflito com os bispos, tão fácil de solucionar sem o artigo 102, n.º XIV, que dava ao Poder Executivo o controle da ação da Igreja. O Imperador, sem opor um veto decisivo ao reformismo amplo, — o que seria contrário ao papel de soberano à moda inglesa, que ele se esforçava por representar — via com má vontade o abandono das normas escritas da Carta de 25 de março.

Sinimbu optou, assim, pela reforma constitucional, mas reforma dentro dos princípios vigentes, tal como se fizera entre 1832 e 1834. Isto significava um longo processo legislativo. A Câmara votaria um plano de reforma que submeteria ao Senado. Uma vez obtida a aquiescência deste, a Câmara seria dissolvida (e neste ponto se pouparia o biênio que a Regência não pôde evitar porque não dispunha de poderes para a dissolução) e uma nova Câmara rediscutiria e votaria a reforma sem participação do Senado. Vários obstáculos surgiam, pois, no início de uma situação que se anunciava tão promissora: o espírito de sacrifício da Câmara, ao votar uma lei preparatória que acarretaria sua própria dissolução; aquiescência do Senado em participar de uma reforma em cuja votação final ele não concorreria, e, afinal, nova campanha eleitoral, já com as primeiras dissidências fatalmente em curso.

O partido aceitou disciplinadamente a decisão partidária, e Rui Barbosa, eleito deputado, veio para a Corte disposto a defender os dois pontos decididos pela alta direção partidária: justificação da dissolução da Câmara conservadora e reforma eleitoral mediante a reforma constitucional.

Sua presença na Câmara foi logo notada. A fama de orador na Assembléia baiana e de jornalista se espalhou por todas as secções do partido. A bancada baiana, toda liberal, compreendia o seu chefe Sousa Dantas. Havendo duas vagas no Senado, porém, foram para elas escolhidos Dantas e Leão Veloso. Na vaga do primeiro, entrou como suplente o filho, Rodolfo. De modo que Rui se sentou ao lado de seu companheiro no *Diário da Bahia* e seu confidente dos problemas da mocidade.

Sua primeira intervenção na Câmara foi, como recomendava seu experimentado correligionário Martinho Campos, uma simples questão de ordem, para aprender a empostar a voz no recinto, aliás de excelente acústica, que era o da Cadeia Velha. Seu primeiro discurso, o clássico *maiden speech*, foi em 16 de janeiro

de 1879, em defesa de certo modo escandalosa do diploma de um adversário político. João Mendes de Almeida, conservador, fora diplomado como eleito por São Paulo. Gavião Peixoto, liberal, contestava-lhe a eleição. Rui não tinha, nem longinquamente, qualquer ligação com o conservador, que além disso era representante pronunciado da ortodoxia católica. Mas não hesitou em apoiar o parecer, a favor de João Mendes. Seu discurso é um modelo de isenção. Gavião era concessionário de um engenheiro central. Pela lei era inelegível. Seus votos deveriam ser anulados. A Câmara, porém, unanimemente liberal, votou pelo reconhecimento de Gavião Peixoto por 59 votos contra 34. Com Rui votou a bancada baiana (menos dois). Na maioria, que degolou João Mendes, estavam José Bonifácio e Afonso Celso (Sênior).

A 17 de março pronuncia Rui um grande discurso. É a mais completa e solene justificação do domínio liberal. Todos os grandes mestres do parlamentarismo europeu são invocados. São cem páginas maciças do volume correspondente das *Obras completas*. Coube aos conservadores a vez de espernear. E não pouparam a Coroa. Foram, de certo modo, até mais desrespeitosos em linguagem do que os liberais de dez anos antes.

— Com esses discursos conquistou Rui a fama de grande parlamentar. São ambos longos e repletos de erudição. Rui não os improvisava. Nem tampouco os decorava. Preparava-os, porém, minuciosamente. Elaborava um sumário, com os temas em ordem de exposição, com remissões a citações que trazia em pequenas laudas, copiadas de seu punho. A peroração, porém, era visivelmente decorada. Basta ver o sumário. Os assuntos estão enunciados pelos seus títulos. A peroração, porém, pela frase inicial. Deste modo ele não ficava desmontado pelos apartes infalíveis. Resolvida a dúvida, ou vencido o adversário, ele retomava metódicamente a exposição e chegava ao fim no meio do aplauso da assembléia. A imagem de Rui que registrou Afonso Celso Júnior, em suas recordações de parlamento, é impressionante:

... assombrava como um fenômeno. Baixo, franzino, compleição mórbida, parecendo insusceptível do mais leve esforço e prestes a desfalecer, falava duas, três, quatro horas consecutivas, sem repousar, sem soluções de continuidade, [...] sem que um instante afrouxasse ou se empanasse o timbre de sua voz extensa e mordente [...] Prodigiosa máquina de falar admiravelmente! Nos pedaços mais agressivos, a mesma uniformidade, idêntica atitude. A voz, pouco rica de timbres, apenas aqui e ali, no cair dos dilatados e suntuosos períodos, tremulava adrede. [...]

E que discursos! Verdadeiros tratados sobre o assunto, obras exaustivas, edifícios maciços e colossais! [...]

A forma, mais que correta, burilada, com luxos de classicismo e termos raros, sempre literária e nobre, dir-se-ia esmeradamente trabalhada. Afirmava-se, por isso, que Rui escrevia suas arengas e, confiando-as à portentosa memória, reproduzia-as, sem mudanças de uma sílaba. Não creio. Muita vez ele atendia às interrupções, não dando à resposta o jeito de diálogo, mas inserindo-a no corpo da oração que inalterável e infundável prosseguia.¹⁵

A *Revista Ilustrada* de Ângelo Agostini fixou numa caricatura este conceito de Afonso Celso: um boneco de corda com a inscrição: "Corda garantida por vinte e quatro horas. Privilegiado pelo Governo Imperial".

Em breve, porém, coube a Rui um combate de imensa responsabilidade. Com poucos meses de existência, o Gabinete sofreu uma primeira perda séria com a saída do ministro da Fazenda. Tratava-se de uma das maiores personalidades, não só do partido, mas ainda do país, nada menos que o maior orador parlamentar do Brasil: Gaspar Silveira Martins. Quais os motivos desta primeira cisão, será muito difícil dizer. Mas o fato é que o grande tribuno, não somente deixou o gabinete, como imediatamente, em nome de uma dissidência, lançou uma interpelação ao chefe do Governo, a propósito da falência de um banco, de cuja diretoria ele fazia parte. No mérito da questão, Rui achava que Silveira Martins estava certo. Mas o gabinete, após entender-se com Dantas, escalou Rui Barbosa para responder a Silveira Martins. Rui tentou fugir à incumbência, mas Dantas achou que era uma missão a que ele não podia esquivar-se. Rui estava então fazendo sua prova como partidário e cumpriu a missão galhardamente. Havia um ponto fraco na posição de Gaspar. Era sua situação moral. Companheiro de Sinimbu na véspera, homem de sua confiança na pasta de maior responsabilidade, a tal ponto que a maioria dos primeiros ministros a assumiam conjuntamente com a chefia do Gabinete, conhecedor, ao tempo de ministro, dos fatos em questão, arvorava-se Gaspar em censor do líder da véspera. A verdade é que a personalidade e a capacidade de Gaspar eram de muito superiores às do ex-chefe. Mas isto ele não poderia dizer que era a mola de sua deselegante atitude. Dotado de um poder oratório extraordinário e forrado

15. AFFONSO CELSO JR. *Oito annos de parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*. Nova ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d., p. 91.

de uma cultura jurídica muito mais vasta que a maior parte de seus colegas de Câmara, Gaspar não primava pela modéstia. Diziam os inimigos que ele era de tal vaidade que seria capaz de conjugar os verbos impessoais, e dizer: eu *chovo*, eu *trovejo*. Contra este Golias, que também era um gigante no porte, mandou o Partido Liberal que marchasse um Davi quase estreante, de 1,58 m de altura, ainda por cima arrasado pela notícia de morte recente de sua irmã. Gaspar eletrizou o ambiente com sua oratória coruscante. Trovejou e lançou sobre o gabinete as fúrias de uma acusação em boa e brilhante forma parlamentar. Não contava com a resposta que levou. Rui ergueu-se pálido e franzino, em luto rigoroso, e deslocou imediatamente a questão para a preliminar em que levava uma indiscutível vantagem.

A princípio Silveira Martins não se apercebeu que ia correr um grande risco. Apenas Rui Barbosa afirmou que, de todos os deputados, um havia a quem uma interpelação era impossível, “ante as leis da decência parlamentar, como ante os princípios mais triviais do dever comum”, o interpelador reclamou: “— Não recebo lições”. Mas teve de ouvir mais: “Se houvesse um réu de quebra da moralidade administrativa, ou do pudor parlamentar, esse réu seria, não menos que o Gabinete 5 de Janeiro, o ex-ministro da Fazenda [...] Se o Partido Liberal estivesse, como S. Ex.^a diz, fulminado de morte, se o Gabinete 5 de Janeiro estivesse defunto, S. Ex.^a seria um membro não menos morto do cadáver”. Aí interrompeu-o mais uma vez com infelicidade o interpelante: “Há muito tempo que já morri”. Houve hilaridade. Mas José Mariano aproveitou a deixa e contra-arteou rudemente: “Apoiado; e foi para a vala desconhecida”.

Subindo de tom, Rui Barbosa reage com violência ao tom sobranceiro do grande tribuno: “As sociedades regem-se com o tridente netunino, que abonança as ondas, não com as bochechas de Bóreas, que não servem senão para soprar e devastar”. Houve aplausos, e Rui encerra a sua defesa com uma imagem sensacional. Acha meios de chamar de vítima de um delírio de grandeza o interpelante. E lembrando a frase famosa que lhe era atribuída — “O poder é o poder” —, compara-o a uma vítima do fenômeno que se conhece em certa montanha alemã, o cume de Brocken, na serra de Hartz. Em certas horas, o explorador que ali se encontra vê desenhar-se na atmosfera:

sobre o pedestal das montanhas fronteiras, um perfil humano de tamanho desmarcado, monstruoso, gigantesco. Uma sucessão concêntrica de círculos luminosos rodeia, como auréola de um múltiplo arco-íris, aquela ima-

gem pasmosa, que reproduz caprichosamente as formas e o movimento do observador. [...] Não quero dizer que o Governo seja a crista de Brocken. Mas o Governo é a mais culminante das alturas que o sistema representativo franqueia à ambição confessável dos homens; e, por isso mesmo, com esta enfermiza natureza que Deus nos deus, é acessível às visitas da vaidade, fada misteriosa que se compraz nessas alturas, que se deleita e ri com as nossas quedas, e, ante os que se extasiam nesses cimos, sabe desenhar, no horizonte da imaginação, zombeteando-os com essas mentiras de um falso espelho, outros *fantasmas de Brocken*, com seu esplendor efêmero de *circulos de Ulloa*. O Governo, Sr. Presidente, o poder tem essas miragens análogas à daquelas misteriosas paisagens alpestres; porque, conquanto o *governo seja sempre o governo*, conquanto o *poder seja sempre o poder*, é lá justamente, por influxo da elevação, às vezes demasiada, que mais comum e perigosamente se multiplicam algumas fraquezas nativas da nossa espécie: a intolerância, a contemplação satisfeita de nós mesmos, esse narcisismo, que de tantas quedas morais e de tantos despenhamentos políticos é causa.

Não era possível dizer mais. Nunca o imenso orador, que costumava arrasar o plenário da Câmara com a violência do pampiro, tivera pela frente uma coragem como a do destemido e inarredável baiano. A Câmara aplaudia e — pior que isso — sorria. Silveira Martins magoou-se. Não mais dirigiu a palavra a Rui Barbosa. Quinze anos depois os acontecimentos os atirarão, de novo, juntos, num de seus temporais, no mesmo ponto de exílio, em Montevidéu, combatendo o mesmo Governo. O inimigo comum os congregou como sói acontecer em política. Mas o intermediário da reconciliação notou que as feridas na vaidade do gaúcho ainda estavam doridas.

Outro discurso de mais de cem páginas é o de 10 de julho, a respeito da reforma eleitoral. Rui Barbosa havia escrito algumas dezenas de editoriais acerca do assunto. Ele entendia que uma vez reunida a Câmara dos Deputados eleita com poderes para reformar a Constituição, não poderia ficar submetida a qualquer limitação da assembléia antecessora. Mas, salva essa preliminar, propunha-se a fazer um profundo exame da situação eleitoral do país. Começa com um quadro da situação do momento, com suas deficiências e suas fraudes. Impugna a hipócrita representação das minorias. Ao contrário do que geralmente se diz, Rui não crê em leis “talismãs”. Sem certas condições gerais não há reforma possível, seria um “triumfo vistoso, mas infrutífero”.

Crê seguramente que o *desideratum* futuro é o sufrágio universal, “perfeitamente compatível com a monarquia”. Faz dele a defesa mais completa. Mais no momento convinham todos, inclusive os republicanos, que não era ainda sua vez. Tratava-se de marchar naquela direção. Faz então profunda análise dos problemas eleitorais no Brasil. Nenhum maior erro que estabelecer um censo a uma altura tal que “o Governo do país ficasse entregue privilegiadamente ao grande capital, à grande propriedade e ao alto funcionalismo”. E continua:

O Brasil é uma democracia. Não o é só na organização do nosso governo, na letra do seu direito constitucional. Pelo contrário; o espírito da carta, que é substancialmente democrática, não se transfundiu até hoje nos costumes políticos do país; e efetivamente, no mecanismo do Estado, esse elemento quase não existe senão nos símbolos, nas ficções, nas formas. O que é, porém, intimamente democrático em nossa terra, o que o é até a medula dos ossos, é a sociedade... Classes não as temos, senão só esses matizes que forçosamente resultam da fusão gradual, da progressiva desapareição; da assimilação reabilitadora do sangue liberto na massa comum do país; e ainda aí os vestígios da transição não oferecem entre nós a mesma intensidade, as mesmas barreiras, os mesmos abismos, que noutros povos, aliás em geral incomparavelmente mais civilizados, por onde, como por nós, passou a peste da servidão negra. O gênio da igualdade está profundamente inoculado em nossa pátria, nos hábitos, nas tendências, nas necessidades populares. O censo alto repugna à democracia.

Aceita a exclusão dos analfabetos, ponto em que entra em choque com seu mestre José Bonifácio. Lembra que Tavares Bastos apontava na exclusão dos analfabetos uma necessidade *sinè qua non* da reforma. Nem de outra maneira pensavam Zacarias, Saraiva, Otaviano, Leão Veloso e os grandes mestres liberais da Europa, apesar dos “advogados officiosos de um constituinte indiferente ao pleito, fazendo magnificamente eloquência em nome e à custa dele”. Crê que o projeto estendeu o voto ao proletário. O nível exigido, segundo estuda minuciosamente, corresponde ao salário mínimo do operário. Abaixo dali é a mendicidade.

Na sua opinião a reforma poderia ser feita mediante simples lei ordinária, em vista da tendência do regime parlamentar, de contínua renovação.

Muito mais ampla seria a contribuição de Rui Barbosa para essa reforma. O plano de Sinimbu malogrrou-se. O Senado rejeitou a lei preliminar votada pela Câmara. Como prosseguir?

Dissolver a Câmara, inocente, e provocar nova votação para forçar o Senado? Insistir por uma série de votações na Câmara até conquistar o Senado? Até quando? Na verdade o Gabinete, já enfraquecido com a saída de Silveira Martins e do barão de Vila Bela em princípios de 1879, de Carlos Leônício de Carvalho, pouco depois, e pelo falecimento de Osório alguns meses passados, caiu em princípios de 1880. Negando a dissolução da Câmara, a Coroa forçou a demissão do Gabinete.

O Imperador recorreu então ao chefe liberal de sua preferência, o senador José Antônio Saraiva, que se propunha a fazer a reforma por lei ordinária, sem tocar na Constituição. Era esta a tese inicial de Rui Barbosa, baseando-se no espírito do regime parlamentar, que é, por essência, reformável. No caso brasileiro havia ainda sólido fundamento no art. 178 da Constituição, que rezava expressamente:

É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias.

Uma interpretação um pouco menos lata dos direitos políticos e individuais permitiria uma reforma mais rápida.

Saraiva estava na Bahia, em seu engenho de Pojuca, ao receber o convite do Imperador. Organizou um excelente Gabinete: o senador Dantas, na Justiça; Homem de Melo, no Império; Pedro Luís, nos Estrangeiros; Lima Duarte, na Marinha; Pelotas, na Guerra; Buarque de Macedo, na Agricultura. O próprio Saraiva assumiu, com a presidência, a pasta da Fazenda.¹⁶

Explicou Saraiva que, convidado a assumir a presidência do Conselho, opinara pela reforma por meio de uma lei ordinária, recebendo a resposta de que o Imperador o encarregara de organizar o Gabinete para fazer a reforma "pelo modo que lhe parecesse preferível". Tratou Saraiva então de elaborar o seu plano. Entendendo-se, na Bahia, com o senador Dantas, incumbiu Rui Barbosa, que ali também se achava, de redigir um projeto de lei, fornecendo uns rápidos apontamentos. Foi esse projeto, depois de aprovado pelo Gabinete, encaminhado à Câmara como proposta

16. R. BARBOSA. *Obras completas*. (1880) vol. VIII, Discursos parlamentares, t. I. Rio de Janeiro, 1945. (Os apontamentos de SARAIVA estão reproduzidos em fac-símile no volume.)

governamental. Coube a Rui Barbosa elaborar, como deputado, o parecer e o substitutivo conforme as discussões.

No correr da discussão falou ainda Rui Barbosa a 21 de junho. Não houve, na elaboração da lei, nenhum discurso tão completo sobre a matéria. Repeliu todas as críticas à reforma, tanto na Câmara quanto no Senado. Reafirmou sua tese de que a reforma por lei ordinária era a mais consentânea com o regime parlamentar. Reconheceu no projeto vários defeitos. O principal era o deixar ainda fora do eleitorado alguns cidadãos que, o censo relativamente baixo, ainda não atingiria. Mas, sem dúvida, pela primeira vez, uma parte considerável do operariado iria exercer o direito de voto, especialmente tendo-se permitido o voto do analfabeto. Os elaboradores da lei não encontraram meios de ampliar essas vantagens, dentro das condições brasileiras, sem, ao mesmo tempo, permitir que se insinuasse no processo eleitoral a fraude, que anularia todas as conquistas. “Em coisas políticas, a grande questão é sempre a questão da moralidade, a questão de utilidade, a questão de necessidade, e a forma não passa de um acidente, modificável segundo as exigências da ocasião.”¹⁷ Ora, de um modo geral a lei dava passos importantíssimos no sentido do progresso; a inscrição permanente, evitando os escândalos das depurações preliminares; ampliação considerável do censo, a um passo do sufrágio universal; ampliação das incompatibilidades; concessão do voto aos analfabetos e finalmente, — a grande conquista — o voto aos acatólicos, aos libertos e aos naturalizados. Neste ponto Rui iria mais longe: daria a elegibilidade municipal aos estrangeiros não naturalizados. É uma idéia a que ele será fiel até o fim de sua vida. Mas politicamente não era oportuna.

Votada a grande reforma, Saraiva reconheceu os serviços do jovem deputado na elaboração da lei. O primeiro item do programa liberal estava cumprido. Em discurso final Rui considerou, com razão, a lei Saraiva, o código da liberdade eleitoral.

Duas outras campanhas se apresentavam agora desafiando os liberais: a reforma do ensino e o problema servil. Para estes dois setores se transferiram as atenções da elite intelectual do país. Em ambos Rui Barbosa vai tomar uma posição primacial.

Em matéria de educação o Partido Liberal tinha compromissos com a liberdade de ensino. Dava-se este nome naquele tempo à autorização para funcionamento de escolas superiores não estatais, então inexistentes. Quanto ao ensino secundário, vários

17. *Arquivo da Casa de Rui Barbosa*. 1: *Correspondência com o Cons. Manuel Pinto de Sousa Dantas*. Rio de Janeiro, 1962, p. 39.

estabelecimentos haviam conseguido a equiparação por leis específicas. Como a deficiência de ginásios era óbvia, reinava uma completa anarquia, e as escolas superiores exigiam dos que não tinham certificados oficiais a prestação de exames parcelados perante bancas por elas organizadas, antes de admiti-los à matrícula. O ensino primário e normal era de âmbito provincial desde 1834. Os demais ramos do ensino não existiam. Pensou-se então numa lei orgânica que viesse substituir a legislação vigente, que ainda era o conjunto de leis chamado Reforma Pedreira (Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro, ministro durante a *Conciliação*). Chamou-se para isso, de São Paulo, um professor que se distinguira em trabalhos sobre o assunto, entregando-lhe a pasta do Império, a fim de promover esta reforma. Era o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, que imediatamente pôs mãos à obra.

Em vez de apresentar ao parlamento um projeto de reforma do ensino, na forma habitual, o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho começou por expedir um decreto executivo reformando o ensino primário e secundário da Corte e o superior em todo o Império, proclamando enfaticamente: “É completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império”, e reformando profundamente o conjunto do sistema escolar, mas declarando que não seria executado antes da aprovação pelas câmaras das disposições que trouxessem aumento de despesa ou dependessem de autorização legislativa. É a imagem de um decreto-lei.

É este decreto que vai à Câmara para uma aprovação *a posteriori*, procedimento realmente anômalo. Rui Barbosa é o relator. O que ele vai elaborar durante quatro anos não é um simples parecer, mas o mais completo estudo sobre o estado da instrução no país e sobre os meios de resolvê-lo. Depois de elaborar um balanço da situação, passa a estudar os meios de recuperação, financeiros, políticos e pedagógicos. “Nunca trabalhos de tal vulto foram apresentados às câmaras”, diz o *Anuário de legislação estrangeira*. Dividiu Rui Barbosa o trabalho em dois relatórios: um sobre o ensino secundário e superior, apresentado em 1882; outro sobre o ensino primário, em 1883. O exame da pedagogia da época e sua adaptação ao Brasil é o mais completo possível. Protestando contra a inversão da ordem natural com a remessa de decretos, e não de proposições ao Parlamento, apresenta Rui um substitutivo completo, uma autêntica lei orgânica do ensino, que, é triste dizer, nunca foi submetida à votação e desapareceu do arquivo do Legislativo. Para elaboração desse projeto o relator não se limitou a esquadriñar a mais

recente bibliografia pedagógica européia e americana. Entrou em contato com os professores brasileiros, assistiu a aulas em estabelecimentos pioneiros, recolheu material de ensino, levou o ministro do Império para assistir a demonstrações pedagógicas. Logo em seguida fundou uma Liga Pedagógica, editou um boletim, reuniu os interessados no problema e lançou uma campanha autêntica em moldes modernos.

Este parecer deu a Rui Barbosa vários títulos de precursor: da educação física, já que foi o primeiro que enquadrou a educação física dentro do currículo e considerou seus professores do mesmo nível que os das demais cadeiras; do ensino musical, enquadrado também no curso geral e, muito especialmente, precursor do ensino de desenho e dos trabalhos manuais, considerados básicos para um ensino industrial, este, por sua vez, ponto de partida para vasto plano de criação de uma mentalidade industrialista no país.

Foi esta ligação entre o ensino de desenho, base de ensino profissional, e a transformação da sociedade brasileira, de agrícola em industrial, o tema de um famoso discurso que também pronunciou, por essa época, no Liceu de Artes e Ofícios. Esta idéia, de que a reforma do ensino era básica para uma transformação social, e que esta transformação devia consistir numa industrialização urgente do país, vai ser uma constante do pensamento de Rui.

Vê-se, assim, que os seus planos não consistem num simples aperfeiçoamento do currículo proposto. Sua reforma é a primeira que visa a uma mudança social do país, encarando a escola como um elemento dessa transformação.¹⁸

Uma repercussão, que Rui Barbosa não esperava, tiveram os pareceres junto ao Imperador. Um belo dia é Rui convocado para uma entrevista com o próprio Chefe de Estado. Na biblioteca de São Cristóvão, o soberano e o jovem deputado, “joelho contra joelho”, passaram horas dissecando as páginas dos volumes impressos com as margens repletas de notas do punho imperial. Foi uma sabatina em regra, da qual o Imperador não parece ter saído insatisfeito, pois meses após expedia a Rui o título de con-

18. LOURENÇO FILHO. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paulo, Melhoramentos, 1954. PHIL BRIAN JOHNSON: “Rui Barbosa e a Reforma do Ensino de 1822”. *Revista do Inst. Hist. e Geogr. Bras.* vol. 312, 1976, p. 241. *Id: Ruy Barbosa and the educational reform in Brazil*. Tulane Univers., 1971, e *Up-tight about Ruy*. S. Francisco State College, S. Francisco, California, s.d..

selheiro. Este título calhou exatamente na personalidade de Rui. “O conselheiro Rui Barbosa”, figura impresso nos papéis de carta do tempo. De tal modo que esse é o tratamento que daí por diante, República afora, lhe darão os admiradores. “O Conselheiro”, é como o chamam auxiliares e familiares. “Mr. le Conseiller”, é como o designam as cartas dos estrangeiros.

Mas, realizada que fora a reforma eleitoral, muito logicamente foi ela submetida à prova. Os liberais precisavam demonstrar a legitimidade da situação. Foi então que Saraiva conquistou definitivamente o título de estadista isento. Dois ministros, submetidos à prova de fogo da reeleição, perderam as cadeiras e a pasta: Homem de Melo e Pedro Luís. A primeira experiência da lei assegurou, pela primeira vez, uma expressiva representação da oposição na Câmara. Rui Barbosa foi reeleito, mas em segundo escrutínio, com bastante dificuldade. Suas manifestações anticlericais durante as discussões da lei eleitoral e de um projeto de secularização dos cemitérios (em que, por sinal, divergira de seu amigo Rodolfo Dantas) haviam-lhe criado uma fama de ateu e inimigo da religião. Isso lhe tirara muitos votos.

Mas o Partido Liberal tinha ainda um sério compromisso com a Nação: enfrentar o mais grave dos problemas sociais do país — a escravidão. Desde 1878 estavam os liberais no poder. Desde 1879 deflagrara Jerônimo Sodré no Parlamento a derradeira e vitoriosa campanha abolicionista, de que Nabuco passou a ser logo o porta-bandeira. Estávamos em 1884. Cinco gabinetes liberais se haviam sucedido e nenhum ousara sequer abordar o problema servil. O Gabinete Martinho Campos ousara mesmo proclamar-se “escravocrata”. Estavam ainda a crédito dos conservadores as duas grandes conquistas da abolição: a cessação do tráfico e o “ventre livre”. Os liberais, que se orgulhavam de arregimentar a *intelligentzia*, não conseguiam dar um passo no caminho da emancipação. Mas na própria Câmara os elementos libertadores exigiam uma ação decidida. O Imperador, diante da fraqueza do Gabinete Martinho Campos, temível debatedor, mas fraco chefe de governo, começou as clássicas sondagens. Nenhum líder liberal pareceu mais capaz de conduzir o barco do Estado entre tão perigosos escolhos quanto o velho senador Dantas. Não era somente um político experimentado. Era ainda um grande revelador de vocações políticas, dispondo de uma excelente equipe, na qual brilhavam o próprio filho Rodolfo e Rui Barbosa. O entendimento entre Dantas e o Imperador foi evidentemente confidencial. Só uns retalhos de frases chegaram até o público, entre os quais esta frase do prudente D. Pedro II: “— Sr. Dan-

tas, quando o senhor quiser correr, eu o puxo pela aba da casaca". Ficou claro que Dantas dispunha da complacência imperial para os seus planos, coisa que aliás transpareceu do seu discurso de apresentação às Câmaras.

O Gabinete Dantas constituiu uma surpresa para o mundo político. O velho conselheiro era a simpatia em pessoa. Cultivava carinhosamente as amizades. Era compadre de metade da Bahia, não faltava a missas de sétimo dia, nem enterros, nem casamentos. Era a política dos abraços e cumprimentos. Ninguém poderia imaginar que aquele simpático velho iria transformar-se num líder do movimento social e representar um papel tão importante na história da emancipação.

A ascensão de Dantas começou, porém, com um grande golpe na sensibilidade de Rui. Ao chegar de São Cristóvão com a incumbência de organizar o Gabinete, Dantas encontrou a casa cheia, como costuma acontecer com os que sobem ao poder. Foi logo dirigindo-se a Rui e exclamando diante de todos: "— Rui, estás ministro, se quiseres". A única dúvida, disse o novo *premier*, era saber se lhe daria a pasta do Império, para realizar a reforma do ensino, ou a da Agricultura, para encaminhar a solução do problema servil, missão específica do Gabinete. O Imperador preferiria a pasta do Império, porque tinha muito interesse pelo projeto de Rui de reforma do ensino.

Súbito, em pleno círculo de políticos, Dantas desfecha uma pergunta a Rui: "— Tens segura a reeleição?" Como se sabe, a Constituição do Império submetia os deputados chamados ao ministério a uma prova eleitoral. Declarada vaga a sua cadeira, procedia-se a uma eleição na qual ele estava automaticamente inscrito. Se fosse derrotado, perdia a cadeira e também a pasta. Nenhum deputado aceitaria, pois, uma pasta sem contar com o apoio de seu eleitorado. Rui Barbosa tinha sido eleito pelo distrito da capital da Bahia, onde o prestígio dos grandes "cabos", dominantes no interior, era muito menor. Respondeu, pois, muito bem que ele não dispunha dos eleitores. Fora eleito como candidato liberal. Só Dantas, como chefe do partido, poderia responder pela reeleição. "— Mas Francisco tem a segurança da reeleição", interveio logo Jerônimo Sodré, genro de Dantas, referindo-se ao irmão, que era deputado. Dantas voltou no dia seguinte ao Paço com a lista dos ministros. Nela figurava Francisco Sodré, na pasta da Justiça. Rui não era ministro. Não é possível, assim, atribuir ao Imperador qualquer veto, como depois se espalhou. A culpa coube mesmo inteira a Dantas, que, mais tarde, conversando

com o Dr. Jacobina, primo e amigo de Rui, fez os maiores elogios ao “extraordinário talento” do seu “filho pelo coração”, mas negou totalmente sua capacidade como administrador. Quem não se conformou com essa atitude do velho Dantas foi seu filho Rodolfo, que chegou a cair de cama com a decepção que experimentou.

Mas Rui não teve a deselegância de demonstrar qualquer ressentimento. Nem deixou de colaborar ininterruptamente com o velho chefe. A correspondência intensa de bilhetes revela um contato permanente. Coube a Rui a redação do projeto da lei daí por diante conhecida como Lei dos Sexagenários. O projeto era prudente, tal como denunciava a fala de Dantas na apresentação do Gabinete. Para os empenhados na campanha abolicionista, era excessivamente tímido, tão tímido que Nabuco, ao lê-lo, sorriu, conforme declarou. Mas, bem examinado, representava alguma coisa de muito sério no processo da abolição. Primeiro, o Governo assumia a direção dos acontecimentos. Segundo, em seus artigos complementares punha o dedo num ponto doloroso para os proprietários de escravos. A lei de 7 de novembro de 1831, feita em obediência ao nosso compromisso com a Inglaterra, em 1825, de extinguir o tráfico, libertava os africanos chegados ao Brasil desde então. Era uma lei complicada e nunca executada quanto ao processo lírico de restituição dos negros ao país de origem. Mas a libertação era automática segundo o artigo 1.º. Logo, todos os africanos com menos de 53 anos eram legalmente livres. Mais do que isso: grande parte de seus descendentes também o era automaticamente. Uma imensa proporção de negros que figuravam como escravos era assim, em face da lei, rigorosamente livre, e o Estado não podia reconhecê-los na condição servil. Já havia juizes que não hesitavam nesses casos em expedir mandados de libertação. A lei mandava, pois, que se provasse a procedência do escravo por ocasião do registro para pagamento de imposto. O projeto que fez sorrir Nabuco, dado o pânico provocado, não era, portanto, assim tão inocente. Logo que o assunto foi proposto à Câmara, deu-se uma completa alteração nas linhas partidárias. A estrutura do Partido Liberal não comportou tal ousadia, e rompeu-se. O partido cindiu-se. A dissidência uniu-se aos conservadores e aprovou um voto de desconfiança no ministério, facilmente vitorioso, apesar de uma parcela progressista do partido “da reação” ter apoiado Dantas. O Imperador, porém, confirmando a existência de um pacto, concedeu a Dantas a dissolução da Câmara. Foi Rui, mais uma vez a serviço de Dantas, que elaborou o parecer sobre o projeto, peça

notável em nossa bibliografia do abolicionismo, e onde se encaram, pela primeira vez, certos aspectos jurídicos do problema.¹⁹

Foi ainda Rui quem elaborou a exposição de motivos, justificativa da dissolução da Câmara, aprovada pelo Conselho de Estado, na qual o Imperador após o seu clássico despacho: "Como parece".

Feriu-se então o mais importante pleito da monarquia, único em que os eleitores foram chamados a pronunciar-se sobre um princípio, e não somente sobre nomes. Organizaram-se as chapas de acordo com os pronunciamentos em torno do projeto. Os fazendeiros, sentindo o perigo, organizaram Clubes da Lavoura e organizaram a máquina publicitária contra a reforma. Rui pessoalmente foi acusado de *comunista*, incendiário do país, portador da bandeira vermelha. Pelos *a pedidos* do *Jornal do Comércio*, começaram a aparecer, como reação, uns artigos famosos subscritos por pseudônimos ingleses. Eram de autoria de Rui, Nabuco, Rodolfo Dantas, Gusmão Lobo, "os ingleses do Sr. Dantas", como se dizia.²⁰ A eleição não foi somente das mais renhidas: foi das mais violentas na história do Império. Basta dizer que Nabuco foi derrotado. Rui também o foi. Era realmente inacreditável que no momento em que chefiava o Governo seu chefe e amigo paternal Dantas, ele, que não contava com cabos, nem redutos eleitorais, mas somente com o prestígio da chefia partidária, fosse derrotado. Qual a causa desse malogro? O desprestígio resultante de sua não entrada no Gabinete? A campanha da Igreja contra o anticlerical? (Realmente, houve publicações de folhetos em que se sustentava que votar em Rui, ou no diabo, era a mesma coisa.) A eleição se processou em ambiente tenso. A Coroa foi implacável na função fiscalizadora que lhe atribuía a Constituição.

Contra os elementos de mais valia no campo emancipacionista concentraram-se realmente os maiores esforços dos escravistas, o que era facilitado pelo sistema de eleição por distritos. Por isso tanto Rui quanto Nabuco haviam sido os mais atingidos, e vencidos. Ainda não estavam liquidados totalmente os casos de diplomação quando surgiu a primeira moção de desconfiança, açodadamente aprovada.

19. R. BARBOSA. *Obras completas*, vol. XI, 1884, t. 1: Discursos parlamentares. Emancipação dos escravos. Rio de Janeiro, 1945; ASTROJILDO PEREIRA. *Interpretações*. Rio de Janeiro, C.E.B., 1944, p. 179.

20. Os artigos dos "ingleses" começaram em 1884 e vão até depois da queda do Gabinete. AMÉRICO JACOBINA LACOMBE. *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa*. 2 vols. Rio de Janeiro, 1974, I, 89.

Dantas não conseguiria do Imperador uma segunda dissolução da Câmara, sem precedentes. Só lhe restava entregar o poder a outro que contentasse a nova maioria parlamentar. Caiu, pois, na expressão consagrada, “nos braços do povo”.

Ao Imperador pareceu muito natural recorrer ao grande solucionador das grandes crises, o conselheiro Saraiva, o chamado “profeta de Pojuca”, que um observador político já cognominara de “ave de vôo curto e de pouso certo”.

A chamada “solução Saraiva” foi uma decepção para os emancipacionistas. Para começar, a idade limite da escravidão foi ampliada até 65 anos. Dado o curto período da vida humana naqueles tempos, especialmente das classes pobres, a medida se transformava numa ironia macabra. Não era uma libertação, era um abandono. Em segundo lugar, — e isso era muito mais grave — afrouxava as exigências do projeto Dantas quanto à comprovação da procedência dos escravos, o que libertaria larga porcentagem dos irregularmente escravizados. Eis porque tanto Nabuco quanto Rui passaram a atacar violentamente o projeto Saraiva, “projeto-monstro”, considerando-o verdadeira traição ao ideal emancipador.

Podado e desossado, porém, o projeto conseguiu ser aprovado pela Câmara. Mas Saraiva nem sequer ousou enfrentar o reduto conservador do Senado. Entregou o bastão do comando ao Chefe do Estado. O Partido Liberal estava esgotado. Na situação que durara de 1878 a 1885, das três grandes reformas anunciadas e urgentes, a eleitoral, a do ensino e a do elemento servil, apenas realizara a primeira. A segunda fora apenas iniciada e a terceira esgotara seu prestígio. Os líderes liberais estavam abatidos, e Saraiva cedeu o passo, quase alegremente, ao símbolo de conservantismo, o barão de Cotegipe. Houve quem falasse, com injustiça, em traição.

Iniciava-se nova situação conservadora, que iria até 1889. A Câmara foi naturalmente dissolvida. Rui, que fora derrotado em plena situação liberal e sob o governo de Dantas, no distrito eleitoral em que era chefe indiscutido aquele seu chefe imediato, não poderia, como não pôde, ser eleito para a nova Câmara, maciçamente conservadora.

Preparou-se para um novo ostracismo. Entregou-se com afinco à advocacia, juntamente com seus amigos Rodolfo Dantas e Sancho de Barros Pimentel. Mas não pôde afastar-se da atmosfera política que o empolgava. Entre 1885 e 1887 pronuncia uma série de conferências abolicionistas. Uma delas, a de 28 de agosto desse último ano, é impressa por subscrição dos alunos da Escola

Militar e por eles largamente difundida. Um exemplar ricamente encadernado é oferecido ao orador pelos alunos militares que o procuraram incorporados. Começa a sua aproximação crescente com a nova geração do exército, fenómeno que San Tiago Dantas considera importantíssimo como sintoma da ascensão política da classe média, de que Rui Barbosa era uma expressão característica e de que o exército é a própria elite.²¹

Ainda em 1885 é ele convidado pelo conde de Matosinhos, rico negociante, líder da colônia portuguesa e proprietário d'O País, para redator-chefe desse jornal. Rui chega a escrever três artigos para a folha, mas por motivos ainda não bastante esclarecidos, renuncia a uma posição materialmente vantajosa para conservar completa independência.

No ano seguinte publica ele uma famosa tradução (e adaptação ao Brasil) de uma célebre obra didáctica: as *Lições de coisas*, de Calkins, que durante muitos anos vai-se tornar obra clássica para nosso magistério primário. Deste trabalho disse Lourenço Filho que é uma de suas maiores contribuições para a formação de uma mentalidade educativa no Brasil.²²

Mas a aproximação com a classe militar atinge um ponto alto por ocasião da crise entre os generais e o Gabinete Cotegipe. Em 1887 aparece a famosa declaração assinada pelos dois expoentes da classe: Pelotas e Deodoro. A redação foi da lavra de Rui, por intermédio do conselheiro Dantas. Desde aí Deodoro não perdeu de vista o seu colaborador.

Mas o regime chegava ao fim. Não resistiria ao abalo da abolição total e sem indenização. Rui previra o desfecho desde que o parlamento cegamente recusara-se a seguir o caminho moderado apontado por Dantas. Em discurso histórico na Bahia, em abril de 1888, Rui Barbosa traça lucidamente um panorama dos acontecimentos próximos e ainda as perspectivas que se abriam para os liberais:

A cordilheira negra esboroa-se, abalada pelas comoções que operam a mudança dos tempos nas profundezas da história; e por esse rasgão imenso, que se abre, entra em cheio o azul dos novos horizontes, o oxigênio poderoso da civilização americana [...] — e pelo espaço que a tempestade sal-

21. R. BARBOSA. *Confederação abolicionista*. Homenagem ao patriótico ministério Dantas. Rio de Janeiro, 1885. Id. *A situação abolicionista*; folheto n.º 11. Rio de Janeiro, 1885.

22. LOURENÇO FILHO. *Op. cit.*

vadora purifica, os ventos do norte e do sul trazem, suspendem e dispersam, para caírem sobre a terra, as idéias vivificadoras da nossa reabilitação: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfeudação da propriedade, a desoligarquização do Senado, a federação dos estados unidos brasileiros [...] com a coroa, se esta lhe for propícia, contra e sem ela, se lhe tomar o caminho.²³

Este discurso é o compêndio do ideário de Rui até o fim de sua vida.

A liberdade religiosa, pela qual se batera no *Diário da Bahia* durante a célebre crise entre o Governo e os bispos de Pernambuco e do Pará, opondo-se ao que chamava “ultramontanismo” dos prelados, mas ridiculizando o processo judiciário que conduziria, como conduziu, a um impasse, de que o governo só se livrou pela anistia; — a democratização do voto, quer dizer, o prosseguimento das conquistas iniciadas pela Lei Saraiva, de que ele fora um dos principais autores, e cujo aperfeiçoamento continuará a pregar, chegando, ainda em 1892, a defender o voto secreto, incluído mais tarde em seu plano de governo; — a desenfeudação da terra, isto é, uma reforma do conceito da propriedade agrícola, ainda a base de todo o nosso arcabouço econômico e que ele vai tentar reformar no Governo Provisório, com a adoção da Lei Torrens e com a guinada violenta para a industrialização, até adotar, em 1919, a democracia cristã do cardeal Mercier; — a federação, bandeira que ele defendia desde a Academia de Direito e através da qual vai passar para as fileiras republicanas, conforme expressamente aí se previne.

Este discurso profético foi citado pelo barão de Cotegipe, da tribuna do Senado, como prova do espírito subversivo que dominava a oposição liberal.

Abriu-se em 1889, porém, a possibilidade de uma atuação direta sobre a opinião pública. Dois jovens (Antônio Azeredo e Luís Andrade) mantinham um jornal independente, o *Diário de Notícias*. Em março inicia ali Rui Barbosa, como redator-chefe, a sua memorável campanha, que José Veríssimo diz só ter paralelo na de Evaristo da Veiga em 1830-31, que derrubou o primeiro Imperador. Esta campanha divide-se em duas fases. Na primeira, combate o Gabinete conservador, chefiado pelo conselheiro João Alfredo. Tem então o apoio de toda a imprensa liberal. Os golpes

23. R. BARBOSA. “Aos abolicionistas baianos”. *Discursos e conferências*. Porto, 1907, p. 271.

desfechados contra o Governo contribuíram, sem dúvida, para a queda tanto do Gabinete quanto da situação.²⁴

Um importante fato político, porém, vai assinalar a segunda fase da campanha. Em maio de 1889 reuniu-se no Rio de Janeiro o Congresso Liberal. O velho partido, prevendo seu advento nos conselhos da Coroa, preparava um programa político, amplamente debatido. Apesar de não ser, no momento, parlamentar, Rui Barbosa foi das mais importantes figuras do congresso. Coerente com seus velhos princípios, sustentou a inclusão do federalismo entre os pontos do programa liberal, redigindo um voto em separado que conseguiu somente 19 votos. A maioria do congresso estava convencida de que a Coroa não aceitaria tal inovação e preferiu um plano de autonomia mitigada, conservando a escolha do presidente provincial pelo Imperador, dentro porém de uma lista tríplice elaborada por votação direta dos eleitores. O nome de Rui Barbosa ficou, daí por diante, ligado ao do federalismo imediato. Por isso é que Nabuco, autor de dois projetos apresentados ao parlamento, reconheceu que a bandeira do federalismo passara de suas mãos para as de Rui, com a circunstância de ser este, no fundo, republicano.²⁵

Quando em junho de 1889 se deu a queda dos conservadores, e o Imperador iniciou as habituais sondagens, o conselheiro Saraiva, como é natural, foi dos primeiros ouvidos e convidados. Segundo ele próprio narrou no Senado, declarou ao chefe da nação que só aceitaria o poder a fim de realizar o plano Rui, como já então se conhecia o voto em separado. Com surpresa de Saraiva, o Imperador não criou nenhum embaraço a uma reforma federalista. Diante, porém, de sérias dificuldades políticas, Saraiva indicou Ouro Preto para iniciar a situação, com o ímpeto ardoroso que o caracterizava. Reservava-se, como era de seu estilo, para vir mais tarde como conciliador e consolidador. A aquiescência do Imperador mudava, por completo, a posição do Partido Liberal. Não caminhar em direção à grande reforma era transformar-se em empecilho entre o trono e o progresso, como alertou Nabuco no histórico discurso de 11 de junho de 1889. Ouro Preto parece ter hesitado na elaboração de seu programa, a ponto de, através de Dantas, convidar instantemente Rui Barbosa para ocupar a

24. R. BARBOSA. *Queda do Império (Diário de Notícias)*. 2 vols. Rio de Janeiro, Castilho, 1921. Transcreve os artigos de 1889 com várias alterações estilísticas. A edição das *Obras completas*, vol. xvi (oito tomos), 1947, traz o cotejo das redações revistas e primitivas.

25. Discurso na Câmara dos Deputados, de 11 de junho de 1889. *Obras completas de J. Nabuco*, 1949, vol. xi, p. 372.

pasta do Império em seu gabinete. Rui Barbosa teve com o novo chefe um importante entendimento. Mas Ouro Preto não incluiria a federação em seu programa. Limitava-se ao programa do Congresso Liberal. Rui se recusou a colaborar com o Gabinete, mantendo-se intransigentemente solidário com o seu plano.

Iniciou-se, então, nova fase na campanha do *Diário de Notícias*. A esta é que se pode aplicar melhor o título geral de *Queda do Império*. Da estreiteza do programa do novo Gabinete, Rui passou a atacar a submissão do chefe do Governo ao palácio Guanabara (onde residia a Princesa Imperial), e, afinal, à atitude ministerial em face do exército, que se tornava cada vez mais expressão dos ideais da classe média, desinteressada da forma de governo, e ansiosa de assumir o poder. O temperamento de Ouro Preto era o menos próprio para uma pacificação dos ânimos. Assomado e brioso, o presidente do conselho agravou enormemente a tensão entre o Governo e as classes armadas.²⁶

Rui Barbosa, cujos contatos com os líderes do exército datavam do tempo da campanha contra o Gabinete Cotegipe, empenhou-se fundamentalmente na defesa dos brios dos oficiais agravadados, ao mesmo tempo que clamava pela urgência das reformas institucionais postergadas pelo Gabinete. Mas politicamente forte, o Gabinete cortava as possibilidades eleitorais do perigoso adversário. Impediu sua indicação na chapa da Bahia, pela qual se empenhou em vão Manuel Vitorino. Derrotou-o facilmente numa vaga posteriormente surgida na Corte.

Mas houve um fato igualmente importante para a vida de Rui nessa campanha jornalística. Assustado com o rumo que tomava a oposição de seu antigo e submisso liderado, o velho conselheiro Dantas tentou chamá-lo à ordem.

Em carta de 2 de maio criticou as *asperezas e retaliações* dos artigos de seu “filho pelo coração”. Nunca esperou a resposta ativa que recebeu no mesmo dia:

Desde que me falte, por pouco que seja, a liberdade de escrever com essa franqueza, prefiro tornar a fazer o que fiz com *O País*.

V. Ex^a. bem sabe que eu não pretendo nada do Partido Liberal. [...]

Não sou, nem posso ser, órgão do Partido Liberal. Da república disto apenas uma linha. Já disse a V. Ex^a. que só a sua amizade me tem detido. [...]

26. R. BARBOSA. *Queda do Império*, vol. III.

O programa do *Diário* é dizer o que penso, sem reboço, nem tática. Para mim ele não valerá mais nada, no dia em que poupar a coroa, ou qualquer partido, antes que ela ou ele se reabilitem na opinião pública.²⁷

Este documento, como se vê, marca um ponto decisivo na vida política de Rui: aquilo que Campos Sales resumiu depois numa frase sarcástica: “Depois que o Rui arremessou as cangalhas do velho Dantas, ninguém mais pôde com ele”. Realmente, daí por diante, rompidos os laços sentimentais que o ligavam ao velho amigo da família, não é só a liderança deste que se desfaz. O antigo partidário desapareceu. Rui vai ser, doravante, o homem isolado. Do “homem que valia uma Câmara”, como dizia Dantas, passará a ser o “homem com quem não se pode contar”, dos partidos efêmeros da República; insubmisso, decepcionante para os líderes, desmancha-prazeres dos manipuladores das assembléias políticas, vai passar trinta anos dizendo que “o rei está nu”.

Sua campanha cada vez mais independente dos quadros partidários do regime, leva-o inexoravelmente para as fileiras do movimento republicano que se avoluma. Quando, afinal, as duas nuvens que toldavam o céu da monarquia entram em contato, — os republicanos e os militares descontentes, — na histórica reunião de 11 de novembro em casa de Deodoro, Rui está presente, levado por Benjamin. Foram os únicos momentos em que se colocou francamente fora dos quadros legais — os quatro dias que vão daí até a madrugada de 15 de novembro. E, segundo seu próprio depoimento, não foram confortáveis. Faltava-lhe a alma de conspirador. Mas, na verdade, ele que sempre fora, no fundo, um republicano, como disse Nabuco: por um triz figuraria no Manifesto de 1870, nunca manifestara nenhum apreço pelas fórmulas monárquicas. Apesar de ter recebido do Imperador várias demonstrações de atenção, estava convicto sinceramente de que não mais se poderia esperar do regime a abertura para o progresso político e econômico, enunciado em seu discurso na Bahia em 1888.

A 15 de novembro ele foi tomado de surpresa pelo movimento de tropas. A ação fora antecipada na última hora, como se sabe, precipitada pelos boatos de prisões iminentes. Estava redigindo o artigo para o dia seguinte quando veio a saber, pelo telefone, que Deodoro estava à frente das tropas em frente ao Quartel-general.

27. *Arquivo da Casa de Rui Barbosa*. Correspondência com o cons. Manuel Pinto de Sousa Dantas, cit.

Passou o dia 15 em casa de Benjamin, segundo o depoimento do genro deste,²⁸ e, ao se instalar o Governo Provisório, seu nome figurava como detentor de duas pastas: a da Fazenda, em que representaria um papel histórico, e a da Justiça, que passou a Campos Sales, poucos dias após.

Quem não se conformou com esta reviravolta política de Rui foi seu amigo Rodolfo, que, pela primeira vez, foi posto à margem por quem, até então, dividia com ele fraternalmente as alegrias, as preocupações e as confidências, desde as sentimentais até as financeiras. Sem que se rompessem as relações pessoais, criou-se um frio nas comunicações até então calorosas. A correspondência muda de tom, a convivência cessou. Só nove anos depois, quando Rui Barbosa já voltara às trincheiras da oposição, e passou a defender os monarquistas perante os excessos do Governo republicano, as relações retomaram o tom íntimo e afetuoso de antigamente.²⁹

Muito mais curioso foi o caso das relações com o antigo chefe, o velho Dantas. Este, como foi dito, nunca tivera fortuna pessoal. Sempre vivera sobriamente dentro dos recursos de cargos relevantes que ocupava. Nos últimos anos da monarquia, porém, fora nomeado diretor do Banco do Brasil, o que lhe proporcionava uma folgada posição. Eis que, de uma hora para outra, vê-se Dantas à mercê da boa vontade de seu antigo pupilo político, Ministro da Fazenda de um governo ditatorial. Coube à velha D. Amália, sempre tão afável com o amigo de seus filhos, sondar D. Maria Augusta, para saber se Rui teria guardado algum ressentimento da sua frustração ministerial em 1884. Dantas ia apresentar-se ao novo ministro e pedir sua demissão. Coube a Rui o sublime prazer de assegurar a Dantas que o Governo Provisório aceitaria sua adesão e manteria os mandatos dos antigos diretores. Leiam-se as cartas publicadas e vejam-se os termos em que se estabelecem as relações. Dantas não só conservou a direção do Banco, em que veio a colaborar eficientemente com a República,

28. "O sr. Rui Barbosa esteve aqui à espera de que papai tomasse banho e comesse alguma coisa para depois ir à casa do general Deodoro e lá trataram das bases do novo governo". "Diário escrito por uma filha de Benjamin Constant." Em BENJAMIN CONSTANT NETO, *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, Bibl. Militar, 1940, p. 216. V. igualmente ALVARO JOAQUIM DE OLIVEIRA (genro de Benjamin Constant) em "Memórias". *Jornal do Commercio*, 12 de maio de 1891.

29. *Arquivo da Casa de Rui Barbosa*. II. Correspondência com Rodolfo E. de Sousa Dantas, Rio de Janeiro, 1973.

mas ainda interferiu na política baiana, atuando em favor de antigos correligionários. Como se vê, a geração dos velhos políticos monárquicos foi menos intransigente que a nova.

O Governo Provisório e a República

Homem da lei, enunciador do famoso *slogan* “com a lei, pela lei, dentro na lei, porque fora da lei não há salvação”, via-se Rui Barbosa, pelas contingências políticas, ministro e vice-chefe de um governo ditatorial. Não podiam ser mais graves e complexas as circunstâncias. Como todas as ditaduras, a entrada fora relativamente fácil. O problema era a saída. Que fazer da força à disposição daquele grupo de homens de boa vontade, mas sem qualquer experiência no teatro da coisa pública? É fora de dúvida que nenhum deles aliava, à ampla cultura política e jurídica de Rui, a intimidade com a máquina administrativa que o convívio e a colaboração com os Dantas (velho e moço) lhe proporcionara. Nenhum estava tão livre de compromissos com forças econômicas ou organizações políticas e religiosas. Além disso, um profundo conhecimento da história política brasileira e um convívio com as boas publicações políticas estrangeiras davam-lhe uma visão geral dos problemas mundiais.

As condições políticas eram as mais delicadas. Aparentemente a dissolução do parlamento e a possibilidade de expedição do que hoje se chamam decretos-leis abriam grandes facilidades às reformas. Outros obstáculos, porém, se erguiam, e dos mais sérios. Primeiramente não havia senão na aparência uma unidade quanto ao plano político. Com o título geral de *república* abrigavam-se desde os velhos liberais e federalistas, que desde 1870 procuravam adaptar ao país as fórmulas democráticas americanas, até os que, tendo horror à expressão *democracia*, aspiravam ao estabelecimento de uma ditadura científica, a supressão do poder legislativo de representação popular, e pregavam a outorga pura e simples de uma Carta.

A primeira luta foi, pois, dirigir o Governo no sentido de uma constituinte. Com o apoio dos republicanos de São Paulo, de Quintino e de Benjamin (que abandonou a ortodoxia comtista), foi afinal convocada a assembléia, a ser instalada a 15 de novembro. Urgia elaborar um projeto. Uma comissão de juristas apresentou um plano. Foi julgado inaceitável pelo ministério. Foi preciso refundi-lo. Para isso reuniu-se o Governo Provisório em estafantes reuniões na casa de Rui, à praia do Flamengo, donde

seguia para o Itamarati (então palácio do Governo) onde, sob a presidência de Deodoro, se elaborou novo projeto, quase todo da lavra de Rui. Ao mesmo tempo coube ao Ministro da Fazenda, e vice-chefe do Governo, um papel primacial na orientação do Governo.³⁰ O Império fora, até os últimos tempos, quando se esboçou uma espécie de populismo, um regime dirigido pela classe dos proprietários de terra, única forma de riqueza dos nacionais. Desde 1882 Rui Barbosa tornara-se pregoeiro de uma transformação profunda da estrutura social, com a implantação de uma mentalidade industrialista. “Se o Brasil é um país essencialmente agrícola, por isso mesmo cumpre que seja um país ativamente industrial”, dissera ele no plano de reforma do ensino. No discurso do Liceu de Artes e Ofícios chamara a atenção para que a base da industrialização era a criação de um ensino técnico, sem o qual caminharíamos para a estagnação.

Rui não era, pois, simplesmente o membro mais culto do Governo, era o que tinha uma visão mais profunda das transformações necessárias ao país. Acresce uma circunstância: só num governo forte, chefiado por um militar e apoiado pelas forças militares, que no Brasil não estavam ligadas às classes privilegiadas, seria possível uma transformação tão profunda. Urgia pôr mãos à obra. “Nenhuma política poderia tão nitidamente traduzir o propósito instintivo de redistribuição da riqueza, em favor das forças vivas da nascente burguesia brasileira, como a que ensaiou, através do seu ministro das Finanças, o Governo Provisório”, é o que defende San Tiago Dantas num estudo clássico sobre *Rui e a renovação da sociedade*.³¹

Tratava-se de transferir o apoio tradicional do Governo à agricultura — tal como se propunha o Governo Ouro Preto com seu grande plano de empréstimos à lavoura, numa tentativa de recuperar a simpatia da classe “republicanizada a 14 de maio de 1888”, na expressão de Rui, — para a nova classe, a industrial.

30. TOBIAS MONTEIRO. “Como se fez a Constituição da República”. Artigos n^o A *Notícia* transcritos das *Obras completas*, vol. XVII, 1891. *A Constituição de 1891*. Rio de Janeiro, 1946, p. 371.

31. SAN TIAGO DANTAS. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949. V. ainda: OSCAR BORMANN. *Rui Barbosa, ministro da Fazenda*. Rio de Janeiro, 1945; HUMBERTO BASTOS. *Rui Barbosa, ministro da independência econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949; ALIOMAR BALEEIRO: *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda*. Rio de Janeiro, 1957; HERMES LIMA. *O construtor, o crítico e o reformador na obra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958, e M. PINTO DE AGUIAR. *Rui e a economia nacional*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1973.

Acontece que a maneira mais rápida de promover esta transformação, que seriam os empréstimos externos, não poderia ser utilizada pela negativa dos banqueiros em tratar com um governo transitório. Restava o recurso utilizado pelos americanos na recuperação do país após a Guerra de Secessão: a emissão bancária, método constante aliás de um projeto apresentado, alguns anos antes, ao próprio parlamento imperial pelos viscondes de Ouro Preto e do Cruzeiro. Era um risco tal tentativa num país novo, sem experiência, mas não havia outra saída. Expandem-se as indústrias: 452 novas fábricas, com um capital declarado de 200.000 contos vêm oferecer emprego e melhorar a condição econômica da classe média, ainda que sem a estabilidade e a consistência necessária, como a crise subsequente viria a revelar.

Os problemas novos foram gravíssimos. Facilitar a criação de empresas e permitir a emissão de notas bancárias era correr um grave risco, que de fato se correu, de cair no perigo inflacionário. Era preciso, porém, um tratamento drástico, num período necessariamente curto. O plano de Rui fora traçado ainda na campanha jornalística de 1889: "A eliminação progressiva das instituições que viveram pelo consórcio com a escravidão, que se nutriram dos seus vermes". Como ministro, sua linguagem era a mesma: "A República se consolidará entre nós em bases seguras quando o seu funcionamento repousar sobre a democracia do trabalho industrial, peça necessária do mecanismo do sistema". E ainda: "o desenvolvimento da indústria não é somente para o estado questão econômica. É ao mesmo tempo uma questão política". Ou então, ainda mais claro:

A Revolução seria uma simples substituição de pessoal político, quando muito imposta por princípios obsoletos estéreis, pela filosofia abstrata, sem a utilidade prática de uma renovação econômica e social para melhorar as condições de vida e progresso de um povo, sem fornecer-lhe os elementos de autonomia estável, independente da força armada. Embora republicano, o Brasil continuaria sob o regime colonial, com um povo simplesmente agrícola e colhedor de matérias-primas para a Europa, que lhe reverte fabricadas com lucro enorme, que lhe fornece todas as manufaturas, todas as coisas indispensáveis à vida e ao bem-estar, de acordo com o sistema comercial de que somos vítimas como os povos da Ásia e da África.³²

32. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1890, p. 26. PINTO DE AGUIAR, *op. cit.* p. 53.

Em geral a política de Rui no Ministério da Fazenda é estudada unicamente pelos efeitos secundários que resultaram das circunstâncias perigosas em que foi executada, sem levar em conta que as medidas para obviar os malefícios dela já estavam tomadas e foram abandonadas pelos seus sucessores, resultando daí a mutilação de um sistema que só poderia ter êxito num conjunto. Todos os malefícios da inflação, sem os correspondentes contrapesos.

Para cúmulo do infortúnio, o primeiro quadriênio foi de guerra civil quase contínua, que devorou e aniquilou os benefícios previstos.

Se Deodoro apoiou intransigentemente seu ministro da Fazenda, criando até crises com seus antigos companheiros, já com Floriano, representante da mesma mentalidade social, as divergências com Rui foram trágicas e fatais à formação de uma equipe sinceramente reformista.

Floriano também era um expoente da classe média, ainda que possuísse uma insignificante propriedade agrícola. Também dispunha do apoio maciço do exército. Também se tornara amigo de Rui no Governo Provisório e lhe demonstrara uma confiança completa. Mas havia, da parte de Floriano, um desprezo pelas garantias individuais que não se podia casar com o espírito eminentemente legalista de Rui. Desde a guerra do Paraguai, em manifestações íntimas, Floriano manifestara sua descrença nas formas democráticas de governo. Para ele, só a ditadura militar poderia cauterizar as partes podres do organismo nacional. Além disso, levava muito longe o nacionalismo que o primeiro ministro da Fazenda da República também adotara em suas atitudes perante os interesses estrangeiros: ia até o jacobinismo que Rui detestava.

Em breve se separavam os dois líderes que tinham tantos laços em comum. Rui caminha diretamente para a oposição em todas as frentes, sem contemplação, como era de seu estilo. Comparece repetidamente perante os tribunais e revela os aspectos anti-jurídicos do sistema de governo seguido. Da tribuna do Senado, cria, a todo momento, dificuldades ao governo e consegue, às vezes, vitórias inesperadas, arrancando pela sua dialética a aquiescência da maioria governamental. Finalmente, através do *Jornal do Brasil*, que ele viera a dirigir através de uma laboriosa negociação dirigida por Tobias Monteiro, desfechava perigosos golpes na atuação governamental.

Quando rompeu, assim, a revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893, agravando uma situação já séria com a revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Rui foi considerado o

líder do movimento, a que ele estava inteiramente estranho. Perseguido e exilado na Argentina, em Portugal e na Inglaterra, acabou colaborando ativamente com os chefes revolucionários. Criou uma amizade pessoal com Saldanha da Gama, reaproximou-se de Silveira Martins e, finalmente, aliou-se a Eduardo Prado que contra ele havia escrito páginas cruéis em panfleto famoso contra o Governo Provisório.³³

Dois anos de exílio e uma profícua estada em Londres permitiram-lhe uma nova visão da política brasileira. Visto de longe o Brasil apareceu-lhe com um aspecto diverso.

As *Cartas de Inglaterra*, compilação dos artigos que escreveu para o *Jornal do Comércio*, são talvez o único livro que compôs sem ser um trabalho de circunstância. Constituem uma série de ensaios em que, pela primeira vez, tenta rever suas posições filosóficas e políticas. Para sua biografia o capítulo mais importante é o final, chamado "Minhas conversões", em que se defende com agudeza de suas aparentes contradições. Defensor dos militares perante os últimos gabinetes monárquicos e dos monarquistas perante os primeiros governos republicanos, Rui demonstra como seu legalismo e seu espírito de justiça, aquilo que se chamou caricaturalmente seu bacharelismo, não era mais que a manifestação da formação jurídica do Brasil, lado nobre de nossa formação. Quando Prudente de Moraes faz sentir o peso da repressão sobre os antigos adversários — os jacobinos — é o próprio Rui que comparece perante o mesmo Tribunal e reclama as mesmas medidas que, poucos anos antes, seus novos clientes julgavam subversivas. Sua atuação no Supremo Tribunal, no seu conjunto, em 1893 em face de Floriano e em 1898 em face de Prudente, completam-lhe o perfil de articulador e realizador do mecanismo constitucional que ele próprio construíra para assegurar as garantias individuais. Ele era um progressista dentro das linhas da legalidade. Representou no Brasil, procurando interpretar a Constituição e recorrendo ao papel contrasteador da justiça, um papel semelhante ao de Marshall nos Estados Unidos. Quem o diz é seu antagonista, tantas vezes, Rodrigo Otávio. Mas Marshall era um magistrado, e insuflou a sua doutrina renovadora através de julgados. Rui era um simples advogado e atuou através de insistentes defesas, acompanhadas de campanhas jornalísticas a fim de que o povo acompanhasse a sua atuação. Sua esperança esteve sempre na ação dos tribunais que contivessem os poderes extensíssimos que a Constituição atribuía ao chefe do executivo

33. *Fastos da ditadura militar no Brasil*, Lisboa, 1890.

no regime presidencial. Usou sempre este recurso, mas acabou desanimado.

De volta ao país assistiu, de sua cadeira no Senado, à volta do poder às mãos da velha elite monárquica; a “república dos conselheiros”. Desconfiou da timidez de Prudente, mas no dia em que o jacobinismo passou ao atentado pessoal, compareceu pela primeira vez a palácio e hipotecou sua solidariedade ao poder civil ameaçado. Mais tarde recorreu aos tribunais em defesa dos perseguidos. Discordou francamente de Campos Sales e especialmente da política financeira de Murinho. Fundou novo jornal — *A Imprensa* — e manteve-se irredutível no combate às medidas que, no seu entender, retardariam por muitos anos o progresso industrial do país, que permanecia seu ideal. Seria muito fácil ensarilhar as armas. Campos Sales era um amigo dos tempos de mocidade. Mais de uma vez convidou-o pessoalmente para um entendimento. Acenou-lhe certa vez com a legação em Londres, a maior atração para um anglófilo como ele era. Mas o “homem com quem não se podia contar”, o “decepcionante” partidário, prosseguiu no combate a um governo que lhe seria, por tantos títulos, simpático.

Apoiou Rodrigues Alves, seu velho colega de Faculdade, mas em termos, discordando de sua política financeira. Pinheiro Machado, que era o grande líder republicano do Senado, Azeredo, seu companheiro do *Diário de Notícias*, tornaram-se amigos pessoais. Mas quando o “grande presidente” pensou em coordenar as forças políticas para impor um quarto presidente paulista, Rui foi um dos grandes elementos de um movimento político que se chamou a Coligação. Foi este movimento que, coordenando as situações gaúcha, mineira e baiana (nesse momento chefiada por José Marcelino — fervoroso admirador de Rui), retirou do presidente a indicação do sucessor e pôs na presidência Afonso Pena. Rui retirou sua candidatura levantada em seu Estado, enquanto Francisco Sales (presidente de Minas) se inclinou nobremente perante o valor indiscutível de seu conterrâneo. Mais tarde Rui Barbosa confessaria que o progresso político fora realmente pequeno. Passara-se da indicação partida de um pequeno grupo do gabinete presidencial para uma consulta ampla às situações estaduais. Era pouco. Um novo passo deveria ser dado, entregando a indicação dos candidatos a convenções realmente representativas do povo.

O Governo Pena começou por um pequeno choque com Rui Barbosa a propósito da organização do ministério. Mas, logo em seguida, estabeleceu-se uma forte solidariedade entre os antigos discípulos. Foi no governo Pena que Rui teve a oportunidade

de revelar suas grandes qualidades no episódio que marcou sua vida para sempre perante a multidão: a Conferência de Haia.

A Conferência de Haia

Rui Barbosa e Rio Branco haviam sido estudantes contemporâneos. Mas o primeiro transferiu-se do Recife para São Paulo no momento em que o segundo fazia o caminho inverso, de modo que não se tem notícia de contato entre os dois. Politicamente estavam muito distanciados: Rui Barbosa empenhado em demolir a situação conservadora chefiada exatamente pelo velho visconde do Rio Branco. Mas em 1889, Rodolfo Dantas, em viagem pela Europa, foi testemunha do extraordinário feito que representou a contribuição do segundo Rio Branco para o trabalho que, sob o nome de Levasseur, ainda hoje presta tão grandes serviços aos estudiosos.³⁴ Interrompendo sua campanha política, Rui Barbosa escreveu a respeito do barão do Rio Branco um artigo de tal importância que este o fez imprimir em plaqueta especial, juntamente com outro de Capistrano de Abreu, dedicando a Rui o exemplar número 1, com expressiva dedicatória. Foi através de Rui, a propósito exatamente dessa publicação, que Rio Branco teve as primeiras relações com o Governo republicano.

Mais tarde, ao conseguir suas gloriosas vitórias perante os tribunais arbitrais nos casos de Palmas e do Amapá, recebeu o barão calorosos aplausos de Rui Barbosa em artigos na *Imprensa*.

Em 1899 iniciou Rui na Imprensa e no Senado uma forte campanha contra a ação do Governo na questão do Acre. Assumindo o ministério em 1902, Rio Branco tomou a orientação defendida pelo senador Rui Barbosa. Eis porque o barão quis associá-lo à solução do caso, e Rui foi um dos plenipotenciários brasileiros para o acordo direto de que resultou o tratado de Petrópolis em 1903. Mas infelizmente não foi possível chegar a acordo com os pontos de vista de Rio Branco. Este, grande negociador, considerou altamente vantajoso o acordo imediato, mesmo renunciando a certas vantagens. Rui, convencido das razões jurídicas, preferia um arbitramento, correndo o risco de uma decisão inexequível. Daí resultou uma publicação de Rui: *Exposição de motivos do plenipotenciário vencido*, em que expõe suas divergências do barão.

Teve este, porém, a nobreza de não guardar rancor. Em 1907 recorreu de novo a Rui, invocando ainda a gratidão pela

34. E. LEVASSEUR. *Le Brésil* (Extrato de *La Grande encyclopédie*). Paris, 1889, 2.^a ed., com um apêndice e um álbum de vistas.

atitude deste em 1889. Dever-se-ia reunir em Haia, convocada pela rainha da Holanda e pelo czar da Rússia, a Segunda Conferência da Paz. A primeira, em 1899, reunira somente algumas nações e concluíra pela criação de um corpo de árbitros, aos quais poderiam recorrer facultativamente as potências em suas divergências. O Brasil fora convidado, mas não comparecera, alegando depois que não compreendia a exclusão das demais repúblicas sul-americanas do convite. Em 1907 haviam sido convidados todos os governos soberanos do mundo, que eram então quarenta. Rio Branco percebeu que era uma excelente oportunidade para a promoção do Brasil. A princípio pensou em resolver o problema da chefia de nossa embaixada entregando-a a Nabuco, nosso representante em Washington. Desde 1906, porém, Oliveira Lima lançava pela imprensa o nome de Rui Barbosa, que “ali saberia dar o maior relevo ao seu nome e, em tal caso, ao seu país... Por isso não mandem, pelo amor de Deus, um que, da ciência diplomática, só haja aprendido o capítulo festeiro”. Rio Branco ainda tentou convencer Nabuco de que poderíamos mandar uma “delegação das águias”, tal como tivéramos na monarquia um “ministério das águias”. Nabuco respondeu, com razão, que ele, como embaixador, não poderia ir senão como chefe, e Rui não poderia ir em segundo lugar. Deriva daí, talvez, a expressão *águia* que vai ser aplicada a Rui após seu grande êxito.

Rui hesitou muito em aceitar uma missão totalmente diversa de tudo o que tinha feito até então, caindo de chofre na maior assembléia diplomática até então realizada no mundo. Afinal aceitou e recebeu do barão completo material acerca dos temas da reunião.

Tratava-se de dar um passo à frente na obra da primeira Conferência, transformando o Tribunal de Arbitragem então estabelecido numa Corte Permanente Internacional. Havia, também, extensos projetos de tratados regulando as ações guerreiras e de criação de um Tribunal de Presas Marítimas. Rui afundou-se em sua biblioteca e preparou-se metodicamente para os debates. Quando chegou a Haia, estava pronto para qualquer discussão.

O ambiente era da maior elegância e refinamento. Os jornais e revistas do momento dão uma idéia do que foi a exibição de festas, recepções e banquetes. Houve jornais que se deram ao cuidado de fazer a estatística das flores e das iguarias consumidas. Foi um *carroussel* de modas, elegâncias e condecorações.³⁵

35. VIRGÍNIA CORTES DE LACERDA e REGINA MÔNTEIRO REAL, *Rui Barbosa em Haia*. Rio de Janeiro, 1957.

Mas a questão principal era a criação da Corte Permanente de Justiça. A impressão que todos os representantes da América Latina levavam era a de que a delegação do Brasil ia ser uma simples caudatária da brilhante delegação norte-americana, que, já previamente entendida com as chancelarias européias, defenderia a criação de um tribunal permanente em que os Estados estavam classificados em categorias, conforme a força militar, e no qual, portanto, as nações fracas (ainda não se usava a expressão subdesenvolvidas) limitavam-se a receber os julgados emitidos pelas grandes potências.

Os primeiros embates se deram por ocasião do estabelecimento do Tribunal de Presas. Tratava-se, aí, de erros de fato: a tonelagem das frotas, que serviria de base para a classificação das nações. Rui apresentou abundantes provas dos enganos da lista organizada. Tudo em vão. Mas o grande momento foi o da organização do Tribunal Permanente. Rui havia conseguido firmar sua posição independente ao reagir de súbito contra uma observação impertinente de Martens, que presidia à reunião de uma comissão.

Daí por diante sua posição foi crescendo. A princípio suas intervenções foram consideradas petulantes. Em suas comunicações à chancelaria o delegado alemão, o barão Marschall von Bieberstein, queixa-se das contínuas exibições dos bacharéis da América Latina, em relação aos quais ele timbrava em demonstrar a maior indiferença. Os delegados ingleses queixavam-se de um certo Barbosa, que alguns escreviam *Barbarosa*, verdadeiro desmancha-prazeres na aprovação de planos tão cuidadosamente elaborados. A verdade é que o pequeno bacharel falador, qual novo Davi, desmontou a empáfia dos Golias (Bieberstein era tão grande que era conhecido como *elephas germanicus*), enquanto Rui não ultrapassava 1,58 m de altura. Pouco a pouco os países pequenos foram compreendendo que o Brasil não era uma nação-satélite. Em breve Rui arrastava uma parte considerável da assembléia. O projeto da Corte, que contava com o assentimento dos Estados Unidos, não passou. O substitutivo de Rui, que opunha o princípio da igualdade das soberanias ao da classificação, não vingou tampouco. O que ficou assentado, porém, é que o mundo não poderia mais ser dirigido por uma clique de diplomatas num salão de chancelarias européias. Um observador autorizado, com autoridade profissional e moral indiscutível, William Stead, que mantinha um jornal da conferência e era diretor de prestigiosa revista inglesa, constatou que, no fim da reunião, a autoridade de Rui Barbosa, que a princípio emparelhava com Bieberstein, prevalecia: *counted for more*.

A suma do pensamento ruiano em Haia está seguramente em seu discurso de 9 de outubro, onde há algumas afirmações solenes que justificariam a frase de Brown-Scott: "Eis o novo mundo que se faz ouvir pelo velho".

Algumas verdades hão de ter soado estranhamente aos ouvidos dos obdurados europeus:

Há cerca de três anos, a Europa não encontrava no seu horizonte político, além dela mesma, senão os Estados Unidos, como uma espécie de projeção européia e única representação não desprezível do Ocidente. A Ásia e a América Latina não eram senão expressões mais ou menos geográficas, com uma posição de meia complacência. Um belo dia, em meio ao espanto geral, o mundo se deu conta de uma terrível aparição no Oriente: nascia inesperadamente uma grande potência. O Japão ingressava no concerto europeu pela porta da guerra, forçada pela espada.

Quanto a nós, da América Latina, fomos convidados a entrar pela porta da paz. Por essa via tomamos parte nesta conferência. Começamos a ser conhecidos como operários da paz e do direito. Mas se nos decepcionarmos, se nos descorçoarmos desiludidos, com a convicção de que a grandeza internacional não é avaliada senão pela força das armas, então por culpa vossa, o resultado da Segunda Conferência da Paz teria sido o de inverter o curso político do mundo no sentido da guerra, impelindo-nos a procurar através de grandes exércitos e nas grandes armadas o reconhecimento de nossa posição pretendida em vão pela população, pela inteligência e pela riqueza.

Será impossível que não o consigamos? Não é possível manter ilusões. As diferenças de extensão entre os países da Europa e da América são meramente acidentais. Aqui progride-se lentamente. A terra está toda ocupada. O peso da luta pela vida é esmagador. Além do Atlântico, porém, em países de rápido crescimento, a seiva humana é como a de nossas florestas: improvisa povos. Nos não definhamos sob as imposições do serviço militar. Não temos castas sociais. Não carregamos o legado humilhante de um longo passado guerreiro. Não conhecemos senão as dívidas reprodutivas da paz e do trabalho. Nessas vastas bacias de imigração, em que a família se expande livre e numerosa como as grandes flores da América se ostentam à superfície das águas tropicais, basta às vezes uma geração, — ou duas — para dobrar a população de um país tranqüilo e próspero. [...] Ora, para os acontecimentos históricos, que significa o tempo de uma ou duas gerações? Não é mais, no evolver do mundo, que um intervalo de um dia para outro. Por que então falar tão facilmente de fracos e fortes, de pequenos e grandes, entre os países? Nos nossos dias a maturidade se insere nos

povos, às vezes, na adolescência. No correr desta era em aceleração, o futuro invade o presente. E depois o futuro está repleto de inversões e de surpresas.³⁶

Estas atitudes corajosas foram alterando a posição da América Latina em face do delegado brasileiro. No fim do conclave ele interpretava, com assentimento geral, o pensamento do grupo que se formava.

Mais curiosa foi a atitude dos americanos do norte, que, a princípio chocados com as primeiras intervenções de Rui, vieram a reconhecer-lhe o valor. Ao terminar a conferência o delegado brasileiro estava convidado para visitar diversas universidades americanas.

Para isso contribuiu poderosamente a ação de Nabuco, que, revelando grandeza de alma, desprendida de ressentimentos, não só agiu em Washington, a fim de desfazer mal-entendidos, mas ainda chegou a ir pessoalmente à Europa, para ter entendimentos diretos com seu velho amigo e ajustar seus relógios. Foi essa coordenação perfeita entre as maiores figuras do Brasil no momento (Rui, Rio Branco, Nabuco, Afonso Pena) que permitiu fazer do episódio da Conferência de Haia um acontecimento que encheu de euforia a alma nacional.

Hoje, quando duas guerras mundiais empanaram a atmosfera de otimismo da *belle époque*, a conferência desaparece na perspectiva catastrófica dos acontecimentos seguintes. Naquele momento, porém, pareceu a todos que o Brasil havia ingressado definitivamente no círculo das grandes potências. Rui voltou da Europa consagrado como a "Águia de Haia", cognome que lhe acompanhará por toda a vida. Tornou-se uma glória nacional indiscutível, recebido como triunfador. O presidente da República entregou-lhe solenemente uma medalha de ouro. O eco de sua pregação ficou no ar. Doze anos depois uma votação internacional consagradora vai provar que não fora em vão que buzinau alguns conceitos jurídicos em ouvidos assustados pela ousadia dos recém-vindos bacharéis latino-americanos.

O *civilismo*

Não foi só a estafa que impediu Rui Barbosa de completar sua missão com uma excursão cultural aos Estados Unidos. As

36. R. BARBOSA, *Obras completas*. Vol. XXXIV, t. II. "A segunda conferência da paz". Rio de Janeiro, 1966, p. 377. (Discurso traduzido por Artur Bomilcar e revisto pelo autor.)

cartas de seus amigos políticos, especialmente Azeredo, davam-lhe notícias alarmantes do ambiente nacional. E Rui era, acima de tudo, um político. Dizem os íntimos que a conversa em sua casa corria mansa enquanto se tratava de questões de literatura ou de cultura. Mas ao se mencionar um fato local relativo a algum personagem do mundo político brasileiro, Rui se transfigurava. Mudava de tom. A conversa ganhava outra intensidade.

Ora, a Coligação que entregara a Afonso Pena a curul da presidência estava organizada e pronta para intervir na sucessão. Acontece que Pena, longe de se converter num instrumento daquele pacto, caminhava para uma completa reforma das estruturas políticas. Um sopro de renovação política fazia-se sentir. O presidente, apesar de sexagenário, estava governando com a nova geração política. Seu ministro mais prestigiado era o jovem Ministro da Fazenda David Moretzsohn Campista, uma revelação como financista e político. O grupo de deputados que mais atuava na Câmara, prestigiado pelo chefe de Estado, a tal ponto que conseguira eleger presidente Carlos Peixoto, era de jovens e, por isso, conhecido como "Jardim da Infância". O vulto que parecia indicado para suceder a Pena, na mesma linha renovadora, era o governador mineiro, o austero republicano histórico João Pinheiro. Azeredo e Pinheiro Machado insistiam com Rui Barbosa para que voltasse ao país a fim de se reorganizarem as fileiras da Coligação. A amizade pessoal de Afonso Pena não parecia suficiente para garantir a indicação de Rui, que os chefes da organização julgavam natural.

Os anos que se seguiram, porém, representaram uma série de fatalidades. Em 1908 faleceu João Pinheiro, deixando um vazio perigoso na cena política. As preferências de Afonso Pena foram então manifestamente para seu ministro da Fazenda, que representava, no momento, um papel semelhante ao que o próprio Rui representara em 1889. Mas a juventude e a ousadia do jovem ministro alarmaram os velhos políticos. Em carta solene a Pena, Rui adverte-o com relação ao seu perigoso jogo político. Na confusão que se segue não se pode ainda precisar ao certo de quem terá partido a idéia de movimentar nova peça no tabuleiro do xadrez político, lançando o nome do ministro da Guerra como candidato das forças majoritárias. O efeito foi de uma bomba. O marechal Hermes da Fonseca, sobrinho e ativo colaborador de Deodoro em 1889, estava realizando uma completa reestruturação do exército, e reerguendo-lhe o prestígio, abalado desde o trágico desfecho da campanha de Canudos. O barão do Rio Branco, antigo ministro em Berlim e fervoroso admirador da obra do novo

Império Alemão, promovera uma viagem do ministro da Guerra a Berlim, de onde voltara com seu prestígio ampliado.

O marechal, porém, prudentemente condicionara sua candidatura ao beneplácito de duas personalidades de sua confiança: o barão do Rio Branco e Rui Barbosa.

Rui se manifestou francamente contrário, não pela simples qualidade de militar do candidato, mas por não ter jamais revelado qualidades políticas.

A pedra lançada com estrondo não podia mais ser detida. Um entusiasmo enorme fora despertado na jovem oficialidade, inconformada com o domínio das alavancas do poder pelo bacharelismo aliado ao coronelismo. Uma corrente desejosa de saneamento dos meios políticos, composta, na maior parte, de tenentes, passou a ver na candidatura militar um método eficiente de cura das mazelas brasileiras. Esta corrente, que nunca articulou claramente seus princípios, incorporou os velhos ideais positivistas, ditatorialistas e jacobinos, resíduos do florianismo, somou-os a algumas parcelas de socialismo nacionalista e veio a constituir, depois, o que tomou o nome de “salvacionismo”, prelúdio do que dez anos depois vai aparecer como “tenentismo”, ou seja, parodiando os *camelots du roi*, em França, mas, noutro sentido, a violência a serviço da moralização.

Em meio a tanta confusão Pena apela para um encontro pessoal com Rui em Petrópolis. Rui havia sondado Pinheiro Machado acerca de uma candidatura alta, que seria a do barão do Rio Branco. Pela resposta de Pinheiro, Rui concluiu que o presidente não apoiaria esta solução. Mais tarde veio a saber, porém, que Pinheiro não submetera a Pena a sugestão de Rui. Refugara, por conta própria, o nome de Rio Branco porque seu republicanismo extremado não aceitaria jamais um candidato eivado da pecha de monarquista. Um encontro de Rui e Pena teria sido decisivo no momento crucial da crise. Mas este encontro que teria talvez evitado uma crise ao Brasil não se deu por uma pequena intriga mesquinha. Posteriormente Rui se penitenciou, em artigo histórico, pelo seu erro. Para cúmulo dos infortúnios, em junho de 1909 é o próprio Presidente que não resiste a uma série de abalos morais. Nilo Pessanha, vice-presidente, assume o poder. A crise precipita-se. A política saíra de seus eixos, como disse uma grande figura. Deu-se aquilo que Rui chamou, em página antológica, “o estouro da boiada”. Os grandes grupos políticos trataram de articular-se em torno do candidato militar, que se viu logo cercado por uma corte a que não pôde resistir.

Alguns setores das antigas organizações políticas, porém, não se conformaram com a candidatura oficial. São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, este cindido, apesar da presidência Nilo, e uma considerável oposição em vários Estados, procuravam articular uma candidatura paulista e apelam para Rodrigues Alves. Este recusa, ainda que apóie a idéia de um candidato de oposição.

Pela primeira vez na história republicana o povo era chamado a intervir na escolha de um chefe de Estado. Os primeiros presidentes haviam surgido de um entendimento de gabinete entre os líderes supremos dos grupos estaduais, já que não havia nenhuma estabilidade partidária. Para a indicação de Pena já funcionara um esboço partidário que fora a Coligação. Agora, porém, apelava-se diretamente para o povo, através de convenções representativas dos municípios de todo o país. Mas a Convenção oposicionista se aproximava, e os chamados civilistas ainda não tinham conseguido um candidato, o que era motivo de grande chacota por parte dos jornais governistas. Só nos últimos momentos Rui atendeu ao apelo de José Marcelino e aceitou a candidatura, que sabia perdida.

O que se viu então foi um espetáculo único. Rui foi fiel ao princípio que enunciou a José Marcelino: "Perderemos. Mas o princípio da resistência civil se salvará".

A Convenção de agosto, ainda que derrotada, representou um grande passo no caminho da democracia. Rui fez, pela primeira vez na República, excursões eleitorais. Foi a São Paulo, foi a Minas e foi à Bahia. Não havia ainda rádio, nem sequer amplificadores. Os discursos, ou eram meros apelos em praça pública, ou conferências em recintos fechados. Uma enorme rede de jornais oposicionistas criou um clima de entusiasmo em todo o país.³⁷

Tudo foi em vão, como era de prever-se. A máquina política que até então havia feito e desfeito câmaras e governos, com um eleitorado fictício, uma burguesia desinteressada, uma classe média descrente e um proletariado incipiente, garantida pelas forças armadas convictas de que iriam salvar o país da corrupção e da incompetência dos bacharéis, assegurou a vitória do marechal.

A "Memória" apresentada pelo candidato vencido, sumariando o exame feito pelos delegados civilistas perante as comissões apuradoras, é a autópsia do sistema eleitoral da primeira república. Nunca se pôs a nu de modo mais evidente a falsidade

37. R. BARBOSA. *Obras completas*. Vol. xxxvi, t. 1, 1909. "Excursão eleitoral". Rio de Janeiro, 1965, e vol. xxxvii, t. 1. "Excursão eleitoral". Rio de Janeiro, 1967.

da base do pretendido regime representativo. Tudo em vão. O candidato das forças majoritárias foi diplomado e empossado sem dificuldade.³⁸

Mas o novo presidente estava apoiado por duas forças contraditórias. A ala jovem do exército, que em breve passou a ser chamada "salvacionista", com apoio de alguns velhos elementos, não via outra solução para os males da república senão no emprego da violência contra as oligarquias que se haviam instalado nos Estados, uma vez cessado o sistema imperial da alternativa dos partidos. As forças armadas partiam, assim, para uma cruzada regeneradora. Mas essas oligarquias eram precisamente as bases políticas da máquina controlada afinal pelos velhos históricos sediados no Senado, em torno do líder supremo que era Pinheiro Machado. Daí o enfraquecimento profundo da autoridade presidencial dilacerada por forças antagônicas.

Além disso os militares supunham-se otimisticamente refeitos do desprestígio do terrível golpe de Canudos. Logo nos primeiros dias do Governo dois motins de marinheiros e fuzileiros navais revelaram a fraqueza interna da Armada, corroída por uma desordem resultante de métodos arcaicos de disciplina e pela injustiça no tratamento dos inferiores. O almirante Marques de Leão, um dos grandes apoios morais do Governo, abandona o ministério. As deposições de governos estaduais desunem as forças políticas. Pinheiro não abandonou o marechal, mas aguardou longo tempo que se desgastassem os ardores dos salvacionistas para recompor a sua máquina política. Uma série de violências, bombardeios, motins, deserções constituem a triste história do mais fraco quadriênio em toda a história da primeira república, enquanto uma pequena oposição, sob a liderança de Rui, martelava implacavelmente a administração. Os discursos de Rui no Senado, especialmente nos últimos momentos do Governo, constituem uma série de monumentos que, pela coragem e pela eloquência se emparelham com as grandes obras oratórias do mundo. Uma série enorme de adversários vai passando para as fileiras da oposição, inclusive militares que tinham sido hermistas de primeira hora. No correr de um debate no Senado, Francisco Glicério chegou a declarar que pedia perdão a Deus, de joelhos, por se ter batido pela candidatura Hermes.³⁹

38. R. BARBOSA, *Obras completas*. Vol. xxxvii, 1910. "Memória". Rio de Janeiro, 1971.

39. R. BARBOSA. *Ruínas de um governo*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1931. e *Obras completas*. Vol. xli t. I, 1914. "Discursos parlamentares", Rio de Janeiro, 1973.

Coerente com o passado, Rui abriu outra frente de combate contra o Governo: o judiciário. Numa série de pedidos de *habeas-corpus* desmascarou perante o Supremo Tribunal os atentados sucessivos à lei cometidos no caso da Bahia, após o bombardeio. O tribunal reconhecia o direito, mas o Governo, por sucessivos compromissos não cumpridos, postergava a solução. Mais tarde conseguiu algumas decisões importantes em defesa da liberdade de imprensa e de divulgação dos debates parlamentares.⁴⁰ Mas convenceu-se afinal de que o judiciário não desempenharia as funções de contrasteamento dos demais poderes que lhe havia cometido a Constituição.

No fim do Governo Hermes, o Partido Liberal, que congregava os civilistas, lançou coerentemente a chapa Rui Barbosa-Alfredo Ellis como chapa de oposição. Rui chegou a escrever a série de discursos que pronunciaria em sua nova campanha. Mas o quadro econômico-financeiro do país era tétrico. As condições sociais eram revoltantes.

Quem ousa [dizia Rui em pleno Senado] quem ousa arrostar os potentes para empreender a libertação da fome imposta ao país por este regime ominoso, constituído e consolidado em proveito de uma casta e com sofrimento geral de todas as classes nacionais? [...] A nação passa das mãos do marechal às do seu sucessor como um doente prostrado por uma dessas intoxicações galopantes, uma dessas invasões dos grandes venenos orgânicos que, no curso de algumas horas, degeneram todo um organismo, e já antes da morte deixam inutilizados para a vida os centros vitais do doente. O legado que o homem da convenção de maio transmite ao seu sucessor é uma verdadeira máquina infernal.⁴¹

Esta convicção de calamidade gerou um clima propício a uma “união nacional”, tanto mais quanto o sucessor indicado pelas forças políticas rearticuladas era um homem moderado e contemporizador: o discreto vice-presidente Venceslau Brás, que se omitira prudentemente durante todo o quadriênio.

40. R. BARBOSA. *Obras completas*. Vol. xxxix t. I, 1912, “O Caso da Bahia”. Rio de Janeiro, 1950, e vol. xl, t. iv, 1913, “O Caso do Amazonas”. Rio de Janeiro, 1965.

41. R. BARBOSA. *Obras completas*. Vol. xli, t. III, 1914. “Discursos parlamentares”. Rio de Janeiro, 1974, p. 309.

A Guerra Mundial

Acompanhando, dia a dia, o desenrolar da guerra de 1914, lendo e anotando cuidadosamente os telegramas dos jornais brasileiros, europeus e americanos, Rui Barbosa foi-se convencendo de que ela representava o resultado do conluio de todos os males que ele havia até então combatido incessantemente: o preconceito da superioridade racial, do povo eleito, e a cegueira do militarismo desenfreado. Foi desde o início desassombradamente contra a Alemanha e, desde os primeiros meses do conflito, pronunciou-se nesse sentido em pleno Senado. Seus discursos de outubro de 1914 já são decisivos. Eis o depoimento de Paul Claudel, então ministro da França:

Toute ma mission se réduisit à un seul rôle: celui de le laisser faire, celui de le laisser parler, celui de le laisser être! celui de le laisser aspirer jusqu'à l'incandescence toute l'âme généreuse de votre grand pays. ⁴²

Não imaginava que lhe estava reservada uma possibilidade de interferir no curso dos acontecimentos. Em 1916 comemorava-se na Argentina o centenário do Congresso de Tucumã, que declarou a independência do país. Convidado a representar-se, o Governo brasileiro convidou Rui Barbosa para chefiar uma embaixada especial. Lauro Müller, que substituíra Rio Branco em nossa chancelaria, empenhou-se em que Rui aceitasse esse encargo que seria uma demonstração de nosso apreço pelo país vizinho. A chefia da embaixada por um elemento não governamental seria uma demonstração de maturidade política. Foi após as cerimônias do centenário, porém, que se passou o fato culminante dessa missão. Rui Barbosa foi recebido no Senado argentino e no salão de *La Prensa*, onde foi saudado por Zeballos, até então terrível inimigo do Brasil. Mas a 14 de julho, por pura coincidência festa nacional da França, pronunciou na Faculdade de Direito de Buenos Aires a famosa conferência o *Dever dos neutros*, em que lançou as bases de uma nova teoria da "neutralidade vigilante", que Melo Franco consideraria mais tarde "a linha de conduta dos povos do Novo Mundo". A repercussão internacional desse pronunciamento foi enorme. A ele se referiram seguidamente publicistas franceses e americanos. Mas no Brasil foram importantes suas conseqüências. Foi o ponto de partida para uma

42. MICHEL SIMON. *Ruy. Avec un message de Paul Claudel*. Rio de Janeiro, 1949.

completa transformação na nossa política externa. A opinião pública de tal modo a consagrou que o ministro das Relações Exteriores, notoriamente a ela contrário, foi forçado a renunciar. O novo chanceler, Nilo Pessanha, acertou seu relógio pelo de Rui, que assumiu assim uma posição de relevo na política externa. Convocado pelo Presidente da República, tomou parte na reunião de cúpula em que se decidiu declarar aceito o estado de guerra estabelecido pela Alemanha, em vista de seus ataques contra os navios brasileiros.⁴³

Sua designação como chefe da delegação brasileira à Conferência da Paz era assim uma aclamação nacional. Foi o que entendeu o conselheiro Rodrigues Alves, que, pela segunda vez, ia ascender à presidência da República. Mas não era possível aceitar missão dessa responsabilidade sem contar com o apoio sincero do ministro do Exterior. Ora, Domício da Gama, que sucedera a Nilo Pessanha, estava muito longe de ser um apreciador de Rui Barbosa. A missão seria ainda dificultada pela má vontade evidente da embaixada norte-americana no Rio em relação a Rui Barbosa. Nestas condições Rui preferiu não aceitar a chefia da delegação.

Epitácio Pessoa, que, ouvido pela imprensa, declarara não compreender a nossa representação sem a chefia de Rui, foi o seu substituto, aliás, carregado de títulos. Mas estava reservada a Rui uma consagração inesperada. Ao eleger o Conselho da Liga das Nações os primeiros juizes da Corte Permanente de Justiça Internacional, — o delegado do Brasil na Segunda Conferência de Haia conseguiu a totalidade dos sufrágios: 22 votos. Weiss, francês, não obteve senão 16 e Finlay, inglês, não ultrapassou 14.

Sucedede, porém, que Rodrigues Alves, cuja saúde precária não lhe permitira assumir a presidência, veio a falecer sem sequer tomar posse. O vice-presidente Delfim Moreira assumiu assim a presidência unicamente para convocar uma eleição por um triênio, nos termos da Constituição de 1891.

Nova Convenção e novas candidaturas. O nome de Rui surgiu desta vez com fortes possibilidades de uma indicação nacional. Era uma consagração que tardava. A Convenção Nacional tendia para isso. Rui se achava ausente do Rio, em Petrópolis, e foi convocado por telegrama. Se tivesse agido ao menos com cautela, teria uma indicação tranqüila. Mas não era esse o seu estilo. Respondendo a Azeredo, justificou sua ausência. Se se

43. REGINA MONTEIRO REAL. *Rui Barbosa em Buenos Aires*. Rio de Janeiro, 1969.

tivesse limitado a isso, teria permitido aos amigos uma ação em seu favor. Mas não pôde conter-se e acrescentou à recusa uma objurgatória contra a falsidade das fórmulas políticas utilizadas para a escolha dos candidatos. Ainda assim, a assembléia teve ardorosos defensores de seu nome. O discurso de Francisco Sá ressoou no recinto do Palácio Monroe, onde se reunia a Convenção, como um julgamento da posteridade:

Ficai certos de que vós abrireis, aprofundando, o valo que está separando a casta política da opinião nacional! Ficai certos de que vós não representais nesta hora, diante deste voto, o sentimento da nação! Ficai certos de que estais criando para esta pátria uma crise sem igual! Ficai certos de que pode ele não ser o vosso candidato, mas é a Nação Brasileira que aclama para Presidente da República o Sr. Rui Barbosa! ⁴⁴

A candidatura Eptácio Pessoa, surgida à última hora e apoiada imediatamente pela maioria das situações, saiu facilmente vitoriosa por 139 votos, contra 42 dados a Rui.

Abria-se assim a um septuagenário uma luta semelhante ao início de sua carreira. Disputar a preferência do eleitorado diante de uma organização política invencível, em nome de princípios. Os nomes que acompanhavam Rui Barbosa nessa nova campanha eram alguns dos mais altos expoentes políticos do Brasil. Mas nenhum detinha a máquina eleitoral de um Estado. Rui ia apoiar-se unicamente nas oposições locais. É bem verdade que as leis eleitorais desde o civilismo haviam progredido muito. Mas não havia grande possibilidade de vitória.

Numa reunião política em Petrópolis o significado de uma campanha ficou bem nítido. Rosa e Silva prevê a derrota, mas disposto a lutar, “porque se luta também para perder”. Os que desanimavam diante da derrota assistiram então a uma cena inolvidável. José Eduardo de Macedo Soares pretendeu fazer uma colocação “realista”: Rui não teria 3% do eleitorado. O risco não era a derrota, era o ridículo. Rui, porém, saltou diante desse argumento e glosou eloqüentemente a colocação de Rosa e Silva: Se eu tivesse um só voto — o seu voto — lutaria satisfeito de ter ao meu lado uma consciência livre. Às vezes é mais nobre perder que vencer. ⁴⁵

44. CARLOS SÁ *et alii*. *Francisco Sá*, São Paulo, 1938, p. 635.

45. LUÍS VIANA FILHO. *A vida de Rui Barbosa*. 8.^a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, p. 366. (Comunicado por João Mangabeira.)

Segunda campanha presidencial

Assim é que, aos setenta anos, em vez de desfrutar as vantagens de uma banca de advocacia das mais rendosas do país, Rui Barbosa empreende uma nova campanha em bases completamente diversas da de 1909.

Só há um mês para agir.

Não há tempo senão para uma rápida excursão a Minas, São Paulo e Bahia, pronunciando seis conferências. Mas nessa campanha dois fatos se destacaram. O primeiro foi a atualização do programa político. Na conferência sobre a questão social, pronunciada no Teatro Lírico, há uma completa revisão das posições individualistas da sua formação liberal. Alguns documentos políticos já haviam falado em atenção às classes proletárias. Certos governantes haviam promovido poucas obras de caráter assistencial. Mas aqui é a primeira vez — bem tarde em relação ao mundo — em que numa plataforma política se revêem posições doutrinárias em face da questão social. E o que há de espantoso é que fosse feito por um campeão do individualismo. Rui não poderia renegar a base cristã de sua formação. Não seria assim possível que tomasse a direção do marxismo. O que afirmou solenemente é que:

... a concepção individualista dos direitos humanos tem evolvido rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo, restringidas agora por uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já se não vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana.

Estou, senhores, com a democracia social. Mas a minha democracia social é a que preconizava o cardeal Mercier, falando aos operários de Malines, essa democracia ampla, serena, leal e, numa palavra, cristã; a democracia que quer assentar a felicidade da classe obreira, não nas ruínas das outras classes, mas na reparação dos agravos, que ela, até agora, tem curtido.

Aplaudo, no socialismo, o que ele tem de são, de benévolo, de confraternal, de pacificador, sem querer o socialismo devastador, que, na linguagem do egrégio prelado belga, animando o que menos nobre é no coração

do homem, rebaixa a questão social a uma luta de apetites, e intenta dar-lhe por solução o que não poderá deixar de exacerbá-la: o antagonismo das classes.

As nossas constituições têm ainda por normas as declarações de direitos, consagrados no século dezoito. Suas fórmulas já não correspondem exatamente à consciência jurídica do universo. A inflexibilidade individualista dessas cartas, imortais mas não imutáveis, alguma coisa tem de ceder (quando lhes passa já pelo quadrante o sol do seu terceiro século) ao sopro da socialização, que agita o mundo.

Mas, para que se consumem providencialmente essas transformações providenciais, cumpre que se apóiem, não na cobiça, não na inveja, não no ódio, mas na irmandade, na caridade, na solidariedade, pagando cada camada social, voluntariamente, com a quota de abnegação, a quota das reparações, que às outras camadas se deverem.

Eis porque, operários, se vos advirto contra os que vos apostolarem a desordem social, não me julgo menos adstrito a vos admoestar contra a desordem política. Nem para a revisão do direito político haveis mister da revolta ou da violência. Quando me preocupo com a iminência das comoções e subversões, não é porque as almeje, busque ou estime (cansado estou de implorar que as evitemos), mas porque as temo, as pressinto, as diviso, e quero convencer os que as promovem que nos devemos unir todos contra os seus tremendos perigos. Nem o gajeiro que dá rebate de baixios à proa, nem o piloto que antes dos passageiros divisa o olho de boi nos longes do horizonte, são os que meteram os cachopos na rota do navio, ou acumularam no céu o negrume do tufão caliginoso, fatal na sua marcha.⁴⁶

Uma equipe de especialistas em questões operárias, especialmente no que toca ao problema da habitação, fornecera-lhe os dados essenciais. Sua conferência é o primeiro documento político em que se enquadra o tema em bases doutrinárias. Sua aceitação da doutrina social-cristã, naquilo que ela tinha então de mais avançado, que era o Código de Malines, elaborado sob a inspiração do cardeal Mercier, não era uma declaração de última hora, com fins eleitoreiros. Era o ponto de chegada, consciente e sincero, de uma longa marcha, que vinha dos discursos acadêmicos, do prefácio a *O Papa e o concílio*, do discurso aos alunos do Colégio Anchieta, até o discurso na missa campal, celebrada por ocasião de seu jubileu cívico em 1918. Ele queria uma pro-

46. R. BARBOSA. *Obras completas*. Vol. XLVI, t. I, 1919. Rio de Janeiro, 1956. "A questão social e política no Brasil", p. 63.

funda transformação social embebida de espírito cristão e não insuflada por uma odienta luta de classes.

Suas palavras às classes conservadoras não são menos sinceras:

Ai de vós brasileiros! Ai de vós classes conservadoras! Se não souberdes levar a nação brasileira à sua reingressão na posse de si mesma, não são unicamente as nossas instituições que periclitam; é a sociedade toda; é toda a ordem humana e divina, abandonada às ordens estrangeiras, que para nós avançam; às ondas bárbaras, que devastam a Europa russo-germânica e às ondas civilizadoras, que passaram por Cuba e Porto Rico. Anarquia e protetorado. Protetorado e anarquia, a fórmula do nosso destino. Se o Brasil não acorda. Se a nação não se reconquista. Se um grande povo não se envergonha de se deixar cavalgar e desonrar por meia dúzia de pernósticos e arrojados.⁴⁷

A última conferência da campanha marca o início de uma série que não se completou. Deveria ser uma importante reintegração de sua política com o espírito das classes armadas das quais ele se afastara por duas vezes, mas em cujas reivindicações básicas a sua pregação se integrava, como observou San Tiago Dantas. Por isso, paradoxalmente para o observador exterior, ele viria a voltar-se no fim da vida política à posição em que se colocara no fim do outro regime; de confiança no espírito progressista do exército, sem cujo apoio nenhuma transformação se poderia processar no Brasil. Daí, sua reaproximação pessoal com o seu grande adversário de anos antes, o marechal Hermes.

Sob o ponto de vista da demonstração do progresso do país na senda da democracia, a campanha de 1919 é superior à de 1909. Sem o apoio de uma situação estadual, sem campanha intensa, apenas contando com algumas oposições e os eleitores livres, Rui conseguiu uma votação considerável.

Como observou seu grande companheiro de jornada que foi João Mangabeira, os resultados eram surpreendentes como demonstração da possibilidade da salvação da democracia pelo voto. Sem termos ainda o voto secreto, nem o voto feminino, com os simples aperfeiçoamentos a pouco e pouco introduzidos no velho sistema eleitoral, Rui vencera nas grandes cidades, nos centros intelectuais, no eleitorado categorizado. Fora derrotado pelo eleitorado maciço do interior, conduzido pelos coronéis aos currais.

47. RUI BARBOSA, *op. cit.*, p. 5.

O manifesto reconhecendo a vitória do adversário foi uma demonstração de elegância política, que liberou os chefes oposicionistas, ansiosos de se ajustarem com o poder que surgia.

Epitácio Pessoa compreendeu o significado desse gesto e quis retribuir-lhe com outro, convidando Rui Barbosa para chefiar a delegação do Brasil junto à Liga das Nações. Não podia haver posição mais adequada à capacidade e ao temperamento de Rui. Mas este não julgou possível aceitar tão grande honraria sem se desincumbir de um compromisso junto a seus companheiros de política baiana.

A situação do seu Estado era-lhe adversa. Não fora possível chegar-se a um acordo, muitas vezes tentado, para uma candidatura neutra. Após muitas idas e vindas, os seus firmes correligionários levantaram afinal a candidatura de um magistrado que até então não fora simpático a Rui: o juiz federal Paulo Fontes. Pareceu ao velho senador que ele não poderia aceitar uma missão no estrangeiro deixando seus companheiros de luta às voltas com um governo que lhes negava pão e água.

A campanha se anunciava perigosa. Nos primeiros comícios a violência imperara, e alguns correligionários saíram feridos. A presença do velho Rui septuagenário na fatigante jornada eleitoral, percorrendo o sertão baiano em defesa de uma candidatura que não representava para ele senão um princípio doutrinário, constituiu realmente a maior lição de democracia para quem sempre dissera que ensinara mais pelo exemplo que pela palavra.

A campanha custou-lhe um esforço físico imenso: conferências em várias cidades do interior baiano, escritas ao correr da viagem e onde há páginas comparáveis em vigor às da juventude, viagens e desconforto inimagináveis. Fimada a campanha, Rui Barbosa esperou o resultado das eleições. A máquina eleitoral, porém, funcionou como costumava naqueles tempos. Todo o esforço estava perdido. A depuração dos eleitos se processava às escâncaras. O presidente da República era pessoalmente neutro na disputa. Mas se havia uma personalidade política com a qual ele não afinava era seguramente José Joaquim Seabra, o chefe político da situação baiana. Epitácio Pessoa afirmara que jamais entregaria o Estado da Bahia a Seabra. Um movimento sedicioso irrompeu no interior da Bahia e marchava para a capital.⁴⁸ O Governo estadual pediu a intervenção federal e esta foi concedida. O comandante da região militar, nomeado interventor, poderia tomar

48. R. BARBOSA. *Uma campanha política*. (1919-1920). Org. e rev. de HOMERO PIRES. São Paulo, Saraiva, 1932.

vários rumos, mas terminou por seguir exatamente aquele que o presidente afirmara impossível: a Bahia voltou ao domínio Seabra, e Rui Barbosa empenhou-se num debate renhido em torno do conceito de intervenção. Em defesa de seu Estado natal compareceu perante o presidente e sustentou corajosamente seu ponto de vista. Sobre o caso escreveu até um livro inteiro: *O Artigo 6.º da Constituição*, demonstrando o erro em que incorria o Governo Federal. Um segundo volume seguir-se-ia, este mais violento. Um amigo sincero, o desembargador Palma, conseguiu demover-lhe. O segundo volume não saiu. A intervenção resultou, como era de prever-se, numa vitória completa de Seabra. Segundo alguns conhecedores das minúcias, nem todas de conhecimento do público, o próprio Presidente não foi menos vencido do que Rui. “A política”, já dissera o velho conselheiro Lafayette, “não tem entranhas.”⁴⁹

Derrotado totalmente na campanha e vencido no problema jurídico na solução do caso baiano, julgou Rui que não poderia exercer uma função delicada como a de representante na Liga das Nações quem não tinha prestígio para se fazer ouvir num caso tão grave de aplicação da Constituição — quando o próprio Epitácio Pessoa reconhecera nele sempre o maior conhecedor da lei magna do país.

Recusou, assim, a designação para aquele posto. Seja dito em honra do Presidente, porém, que de poucos governos recebeu Rui Barbosa, mesmo depois destes incidentes, tantas provas de consideração. Por ocasião da recepção das embaixadas especiais nas festas do centenário da Independência, Rui foi convidado a receber as delegações, à direita do Presidente, como membro que era da Corte Permanente de Haia. As relações pessoais não se alteraram.

Em 5 de julho de 1922, pouco tempo antes de se iniciarem as comemorações do centenário, o forte de Copacabana deu o primeiro tiro de uma série de manifestações que terminariam por derrubar o edifício da República Velha. Rui o previra. Pregara intensamente o revisionismo para adaptar a Constituição à realidade nacional desde 1893, quando combatia Floriano pelo *Jornal do Brasil*. O veto a seu nome à presidência da República, por parte das situações puritanamente republicanas, tinha sempre como pretexto o seu intransigente revisionismo. Uma declaração de que não tocaria na “arca santa”, que é como Pinheiro Machado se

49. R. BARBOSA. *O artigo 6.º da Constituição e a intervenção na Bahia*. Rio de Janeiro, Castilho, 1920.

referia à carta de 1891, teria desanuviado o céu de suas candidaturas. Mas ele se recusara sempre. “Minha vida é o meu programa.” O civilismo inscrevera a revisão constitucional como um dos seus itens principais. Em 1919 os planos de reforma se ampliaram consideravelmente, com o abandono do individualismo arcaico da Constituição.

O desânimo se apoderara de Rui Barbosa, que chegou a renunciar a seu mandato, voltando à sua trincheira após um apelo de toda a nação, inclusive delegações do Senado e da Câmara. No discurso com que se resignou ao cumprimento do mandato senatorial há verdadeiros acentos proféticos.

Comparando a situação crepuscular da Primeira República com o fim da monarquia, chamava a atenção para suas semelhanças:

Em vão lhes mostrava eu que [os que se opunham às reformas] se iludiam. Debalde lhes evidenciava que essa oposição à reforma é que era o verdadeiro perigo do império. Não cessaram eles de o embalar na cegueira. [...] Até que, dentro em meses estava cumprida a minha predição, e o trono desaparecia na revolução republicana. Quem eram então os amigos da *ordem constitucional*? Eu, que a queria assegurar pelas reformas necessárias, ou eles, que a imolavam, pela resistência ao inevitável?

Qual era a *aventura comprometedora*? A providência de nós outros, os que aconselhávamos entregar ao mar tempestuoso as obras mortas para salvar a embarcação? Ou a rotina perversa, que abandonava o leme, agulha e casco aos ventos e ondas, para livrar delas os bordos já rotos do navio e a sua avariada carga?

Onde os ideólogos, os temerários, os subversores? Entre os que enxergaram a república iminente, ainda a tempo de se prevenir? Ou entre os que, já no momento da catástrofe, a não divisavam?

Agora estamos com a mesma perspectiva por davante: um regímen que garra para a costa ao som das músicas do barco, empenhadas em abafar o rumor das vagas espedaçadas nos recifes, já próximos. É a mesma coisa de então, com diferenças apenas que agravam imensamente as condições da nau a pique de sinistro.⁵⁰

Não era com surpresa que via os acontecimentos tomarem o rumo da violência. Mas essa não teria jamais o seu apoio. Não era esse o seu estilo.

50. R. BARBOSA. *Ditadura e República*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1932, p. 249.

Um antigo auxiliar e fiel amigo de Rui, Tobias Monteiro, seu colaborador no *Diário de Notícias* em 1889, seu oficial de gabinete no Ministério da Fazenda, seu braço direito no *Jornal do Brasil*, seu companheiro de exílio em Buenos Aires em 1893, afastara-se da intimidade do chefe quando este atacou vivamente o Governo Campos Sales. Tobias Monteiro foi uma eminência parda nesse quadriênio e solidarizou-se com a política financeira de Murinho, a que Rui se opôs. Era ele em 1922 senador pelo Rio Grande do Norte. Pela primeira vez ia deparar-se com o antigo chefe político no pequeno hemicíclio do Senado. Reinava o pânico no meio político. Apesar dos esforços de Azeredo, dificilmente se conseguiria número para votar o estado de sítio que o Governo solicitara com instância. Percebendo-o, Irineu Machado dispunha-se a deixar a casa, criando séria dificuldade para debelar a revolta que poderia generalizar-se. Foi quando a presença de Rui assegurou a votação da medida. O simples comparecimento já significaria um apoio à ordem. Mas Rui se julgou obrigado a justificar o seu voto favorável à medida. Em poucas palavras enunciou o seu pensamento:

Venho, apesar de minha irreconciliável prevenção contra essa instituição constitucional, atender ao pedido que nos dirige o Governo... e que nunca foi concedido, quer me parecer, em circunstâncias que mais o exijam. Voto o estado de sítio, com as restrições e debaixo dos princípios que o Congresso Nacional tem sujeitado esta medida.⁵¹

Os senadores ouviram dificilmente as frases que pareciam vir de além-túmulo. Contava Tobias Monteiro, que ao defrontar-se com o velho mestre e ao vê-lo quase uma sombra do que fora, e ao ouvir aquela voz sumida, ele que o conhecera sempre desafiador e tonitroante como costumava manifestar-se na tribuna, não pôde conter as lágrimas.

Foi essa a derradeira mensagem de Rui ao Senado, lição coerente com toda a sua vida. Votava pela ordem, mas com o coração traspassado pela descrença na salvação de um regime que se suicidava.

O Governo venceu e passou o bastão de comando ao sucessor eleito em meio a grande nervosismo. O advento de Artur Bernardes fora tempestuoso. A oposição não hesitara em apelar para

51. LUÍS DELGADO. *Rui Barbosa, tentativa de compreensão e de síntese*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945, p. 61.

uma terrível intriga, fazendo circular como do candidato graves insultos às classes armadas. Nilo Pessanha não encampou expressamente a calúnia. Mas seria dela o grande beneficiário. Em torno da autenticidade dos graves documentos travou-se um sério pleito perante o público. O Clube Militar constituiu uma comissão para examinar as cartas atribuídas a Bernardes. Apелou-se então para o juízo de Rui. Coube a este dizer uma palavra essencial na grande refrega: donde provinham aqueles papéis? Como pode alguém pronunciar-se acerca de um documento cuja proveniência o portador não poderia explicar?

A preliminar colocada pela intervenção de Rui era prejudicial e abalou seriamente a posição dos acusadores. Mas foi só no correr do Governo Bernardes que a fraude se desmascarou com a confissão dos culpados. Tratava-se de uma das maiores falsificações de nossa história. Rui não veria a revelação da verdade.

Para pronunciar-se, como se pronunciou, contra a aceitação dos documentos fatais, contrariou respeitáveis sentimentos. Nilo Pessanha fora solidário com sua candidatura em 1919. Seria fácil eximir-se a um pronunciamento, mas não seria de seu estilo.

Bernardes, reconhecido à intervenção de Rui Barbosa, quis obter sua colaboração no Governo. Através de Francisco Sá ofereceu-lhe a pasta do Exterior, onde gozaria de ampla autonomia. Mas nem a saúde, nem a atmosfera política eram convidativas. Uma coisa, porém, o animava: o Presidente prometia, pela primeira vez, promover a reforma da Carta Magna. Mas essa reforma só se faria mais tarde. Rui não mais estaria presente para insistir em pontos essenciais.

Em fins de 1922 Rui Barbosa sofreu no Rio uma séria pneumonia. Chegou-se a pensar que não resistiria. Monsenhor Rangel, chamado às pressas, ministrou-lhe os sacramentos. Mas o velho organismo reagiu. Em princípios de 1923 foi convalescer em Petrópolis. Estava então escrevendo uma conferência sobre a *Liberdade da imprensa*. As laudas incompletas estavam sobre a mesa de trabalho, a mesma que trouxera de Haia e que está hoje na Casa de Rui Barbosa.

Eis senão quando surge, de novo, o problema da sucessão da Bahia. Rui está convalescente em sua casa de Petrópolis. Ali se reúnem os próceres baianos da oposição para chegarem a uma solução. Espera-se a chegada de Aurelino Leal, interventor no Estado do Rio, baiano, velho amigo de Rui. Este não vem. Manda uma carta que passa a ser objeto de debate. Rui se exalta, como de costume, ao se tratar de política, especialmente de política baiana. Da Rua Ipiranga, bem distante da sala em que se

reuniam os políticos, ouvia-se a sua voz, com aquele timbre metálico que alcançava distâncias imensas. Desfeita a reunião, Rui quase não comeu ao jantar. Apenas tomou umas colheradas de sopa. Recolheu-se ao leito. Sentiu uma prisão na garganta. Foi chamado o Dr. João Marinho, especialista. O mal nada tinha de local. Era o bulbo que estava afetado, o que devia resultar de uma infecção geral. O organismo combalido não reagiu. A primeiro de março de 1923, de volta do Rio, o Dr. João Marinho foi da estação da estrada de ferro diretamente para a Rua Ipiranga. Saía do quarto frei Celso, franciscano do Convento do Coração de Jesus, que ministrara a Rui os últimos sacramentos. O Dr. Marinho assistiu os últimos momentos de Rui. A respiração foi se ralentando até que cessou, suavemente. Havia o maior silêncio no quarto. A um canto alguém dedilhava um terço.

A notícia correu célere por todo o país. Não havia ainda o rádio. Mas no mesmo dia, pelo telégrafo ou pelo telefone, em toda parte houve um choque. Os teatros e cinemas não funcionaram. Os trens se encheram de admiradores que vinham assistir ao enterro. O corpo foi embalsamado, conduzido ao Rio de trem e exposto ao público no saguão da Biblioteca Nacional. Um decreto do Governo concedeu-lhe as honras de chefe de Estado. Autoridades, corpo diplomático, desfilaram diante dos restos da grande voz popular. E sobretudo o povo. O povo que não faltara aos seus comícios encheu as ruas. Uma multidão acompanhou-o até o cemitério de São João Batista, onde ficou depositado na capela até que se terminasse um túmulo mandado fazer pela família. Para aí foi tempos depois transportado.

Em 1949, centenário de seu nascimento, a Bahia reclamou os restos do grande filho. Novamente o Governo Federal prestou-lhe as homenagens devidas a um chefe de Estado. Uma comissão presidida pelo ministro Clemente Mariani elaborou o plano das homenagens. As forças de terra e mar formaram pelas ruas em que passou o carro conduzindo seus restos mortais. Parou na Casa de Rui Barbosa, onde o cardeal Câmara celebrou missa de corpo presente perante o Presidente Dutra e todo o ministério, além do corpo diplomático. Nos braços de soldados e marinheiros passou ao coche fúnebre e dele a um navio de guerra que, com uma esquadilha, levou-o à Bahia. No dia exato em que se completava um século de sua existência, o comandante da esquadra, Raul de San Tiago Dantas, devolveu a preciosa relíquia ao povo baiano. Pelas ladeiras apinhadas de povo os bacharéis da turma Rui Barbosa conduziram-no ao Fórum Rui Barbosa, em cuja cripta jaz para sempre, velado pelo carinho dos seus conterrâneos.

Sua casa, entretanto, bem como a biblioteca, por proposta feita ao Congresso pelo senador Azeredo, eram adquiridas pelo Governo Federal.

Coube a Washington Luís, veterano do civilismo em 1909, a satisfação de inaugurar em 11 de agosto de 1930 a Casa de Rui Barbosa, o primeiro museu do tipo no Brasil. A Revolução manteve-o.

Sentiu-se imediatamente que um museu de homenagem a Rui Barbosa não poderia ser uma exposição estática, onde o povo desfilasse em silêncio entre as relíquias do antigo morador. Tinha de ser um centro cultural, onde se honrasse a memória do grande trabalhador de conformidade com sua vida de contínua atividade.

A partir de 1942, dentro de um plano aprovado pelo ministro Gustavo Capanema, iniciou-se a publicação das *Obras completas* que, em breve, atingirão cento e cinquenta tomos, conforme catálogo minuciosamente elaborado.

Dez anos depois o ministro Simões Filho, veterano das campanhas ruístas, instituiu o Centro de Pesquisas, que tem funcionado ativamente e que agora se desdobra em diversas secções, com o apoio de outras instituições culturais.

Em 1967 o ministro Moniz de Aragão conseguiu dar à instituição o caráter de Fundação, que lhe facilitou enormemente a atividade.

Foi nesta Casa que o presidente Getúlio Vargas assinou a mensagem ao Congresso Nacional solicitando meios para cumprimento do artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946: "O Governo mandará erigir na Capital da República um monumento a Rui Barbosa, em consagração de seus serviços à Pátria, à liberdade e à justiça".

O próprio Rui, porém, se referiu certa vez em tom irônico às estátuas:

Um homem em metal ou pedra me parece duas vezes morto. Muito pode valer a estátua pelo merecimento da obra-prima. [...] Mas então o seu lugar adequado será no museu. Perdida nos salões das bibliotecas, ou isolada, entre a multidão, no vazio das praças, a mim se me afigura uma espécie de consagração do esquecimento. [...] As turbas de agora passam descuriosas e irreverentes, sem levantar os olhos, pelas imagens dos grandes homens, alçadas nos seus pedestais de granito; e a impressão da sorte dessas personagens, condenadas, numa exposição eterna, à distração dos transeuntes, é a do suplício da indiferença, imposto aos glorificados. [...] Bem-aventurados os que a si mesmo se estatuarão em atos memoráveis, e, sem

deixarem os seus retratos à posteridade, esquecediça ou desdenhosa, vivem a sua vida póstuma desinteressadamente pelos benefícios que lhe herdaram.

E completando seu pensamento :

Se eu pudesse ter, à minha escolha, um monumento verdadeiro do trânsito da minha mediocridade pela terra, o que me agradaria recomendar, seria uma ferramenta de trabalho, com o nome do operário, e a inscrição daquilo de São Paulo na primeira aos coríntios: *Abundantius illis omnibus labòravi.*⁵²

É dentro desse espírito que tem trabalhado a Casa de Rui Barbosa.

52. "Discurso na Biblioteca Nacional". Jubileu cívico. Em *Novos discursos e conferências*. Coligidos e revistos por HOMERO PIRES. São Paulo, Saraiva, 1933, p. 410

II. HISTÓRIA DE UM JORNAL: A IMPRENSA ¹

A Imprensa constitui o apogeu de Rui Barbosa como jornalista. Os artigos de fundo nesse jornal são os mais divulgados e os mais belos da sua numerosa produção no gênero. “A lição das esquadras”, “A difamação”, “Danton em Ouro Preto”, “O fim dos audazes”, “Heróis do medo”, “O justo e a justiça política”, “Surrexit”, “Vã confiança”, “A bandeira argentina”, “Uma reputação esfarrapada”, “O país dos vitalícios”, “Natal”, “A velha Messalina”, “Um homem”, “Conspiração das consciências”, “A tragédia de Monza”, “A mãe dos adiantados”, “Da Margherita a Sátana”, “O direito da vaia”, “Duas impressas”, “A saburra de Pasquino”, “No túmulo dos vencidos”, “Do ladrão fiel”, “O siso à toleima”, são páginas a todo momento reproduzidas em nossos jornais, a propósito de assuntos ocorrentes, aos quais se ajustam, com a precisão sempre surpreendente nas palavras dos inspirados.

Esta série de artigos não é somente a mais importante: é também a mais extensa. São quase 600 editoriais e tópicos que, com menores ou maiores interrupções, vão de 5 de outubro de 1898 a 10 de março de 1901. Devem compreender, assim, 18 tomos, dentro do plano aprovado para a publicação das *Obras completas de Rui Barbosa* pelo Decreto 3.668, de 30 de setembro de 1941.

O arquivo da Casa de Rui Barbosa, em relação ao período em que funcionou *A Imprensa*, foi valiosamente enriquecido com a doação de preciosos documentos, feita há tempos pelo seu cunhado, o Sr. Carlos Viana Bandeira, por largo tempo gerente da folha, e seu grande incentivador. Compreendem os papéis oferecidos pelo Sr. Viana Bandeira, peças fundamentais para quem quiser escrever a história desse órgão da imprensa. Aqui reunimos somente alguns dados sumários, extraídos de tão abundante fonte.

A organização da empresa mantenedora do jornal repousou quase inteiramente nos ombros do Sr. Carlos Viana Bandeira, a

1. Prefácio ao vol. xxv, t. 1, das *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, 1947.

quem Rui entregou confiadamente a organização do jornal.² O que atraía Rui Barbosa, na nova tentativa de campanha jornalística, não eram as vantagens materiais da chefia de uma companhia de publicidade, nem a situação social que a direção de um órgão de imprensa acarreta. Era a possibilidade de atuar profundamente sobre o homem do povo. Era a vocação para o jornalismo, invencível, apesar dos desfalecimentos momentâneos. Era a convicção de que a imprensa era o modo mais eficaz de atingir a opinião pública:

Das minhas idéias fixas a que menos tem variado é esta: a do jornalismo. Por ela principiou muito cedo a minha vida. Para ela tem tendido muitas vezes insistentemente. E, agora mesmo, na extinção precoce das minhas aspirações públicas, se alguma pudesse bruxulear ainda, seria a de abrir essa janela de minha alma, por onde me acostumei, durante tanto

2. "O Carlito" [Carlos Viana Bandeira], dizia Rui, em carta a um parente em 18 de julho de 1891, "cresceu e formou-se em nossa casa, como um filho meu. Conheço-o, portanto, e posso aboná-lo; porque ele o merece. É de boa índole, ativo, hábil, e pode ter um bom futuro no comércio, onde já conquistou posição e fortuna." (Arquivo da Casa de Rui Barbosa)

Vinha de longe, aliás, o projeto do Sr. Viana Bandeira de organizar um jornal sob a chefia de Rui Barbosa. Em janeiro de 1897 chegara a dar os primeiros passos neste sentido, quando Rui desistiu da idéia por meio da seguinte carta:

"Friburgo, 10 jan. 97.

"Carlito,

"Por melhor vontade que sinto de ser agradável a ti e aos amigos, que desejam a minha volta à imprensa, não me acho com forças para essa nova revolução na minha vida. Quando eu fui jornalista, acreditava na opinião, nos homens, nas idéias. Hoje quase que só creio em Deus; e este não sei porque caminhos agora nos quer conduzir, nem tenho a presunção de que me tome para seu instrumento, ainda que dos mais humildes, no melhorar a condição de nossa terra. Depois, já não tenho na saúde e alegria de minha mulher aquela fonte de energia interior e sossego doméstico, em que estive sempre o segredo principal da minha valentia na luta. Acresce que o exercer a imprensa, como se deve, e mais de uma vez a exerci, isto é, absorvendo-me todo nela, me vedaria a prática assídua de minha profissão, onde, como bem sabes, cavo agora, a muito labutar, os meios de acudir a pesadíssimos encargos, sustentando família, e educando filhos. E, por último, o meu hábito, no jornalismo, é não transigir em prejuízo da verdade. Ora, a república, entre nós, não quer ouvi-la: manda apedrejá-la, quando a não assassina, pelo poder, ou pela multidão.

Releva-me, pois, o pesar, que te causo, em não concordar nesse plano. Já não valho senão para os deveres de pai, esposo e amigo.

"Carinhos ao Ruisito e saudades a Iaiá.

"Seu cunhado e am.º

Rui."

tempo, a conversar, todas as manhãs, para a rua, com os meus compatriotas, na mesma plenitude da franqueza com que se me dirigisse para dentro de mim mesmo.³

Era essa janela simbólica que ele queria abrir sobre o país. A organização comercial da empresa, como, aliás, quase sempre, a parte material de sua vida profissional, deixou a cargo de outro.⁴

De fato, rejeitou voluntariamente a direção comercial da sociedade. O seu lugar no jornal era o de *redator-chefe*, meramente *técnico*, como hoje se diria, e nesse cargo se considerava independente da folha e pensou várias vezes em abandoná-la. À secretaria deixava a confecção do jornal. A direção geral que imprimia à folha consistia, essencialmente, na doutrina dos artigos que remetia, as mais das vezes, de casa, e até de Friburgo ou de Petrópolis, sem tomar conhecimento das demais seções. Daí, os constantes e inevitáveis choques, que vários bilhetes documentam,⁵ entre as suas intenções e a ação dos redatores.

3. *Discurso pronunciado pelo Sr. Dr. Rui Barbosa no banquete que, a 30 de novembro de 1895, lhe foi oferecido pelo Diretor do Jornal do Comércio.* Rio de Janeiro, 1895, p. 6.

4. "Com a parte financeira da minha profissão nunca lidei. Amigos, companheiros, ou co-interessados me suprem, a esse respeito, o despeito e acanhamento." (*Esfolia da calúnia.* Rio de Janeiro, 1933. Ed. Fernando Néri, p. 157.)

5. Estes por exemplo: "23. jan. 99. Carlito. O ato da prefeitura e da polícia, contra o qual hoje tão formalmente se pronuncia a *Imprensa*, é, na minha opinião, perfeitamente justo e legal. Vejo que o costume de sair a folha, sem que eu saiba estas coisas da noite, me pode trazer responsabilidades sérias. Estou incomodado com isso. *Rui*".

— "21 de julho, 99 — Meu caro Carlito. A apologia da política do Amazonas e seus homens publicada hoje pela *Imprensa* não me permite continuar na sua redação, de que me despeço. Seu compadre e amigo *Rui*."

— "25 de outubro [de 1899]. Carlito. Decididamente a *Imprensa* é malfadada. Lendo hoje, logo pela manhã, o telegrama do Nuno [de Andrade] aos médicos de Santos, tive o maior prazer, porque esse telegrama parece inspirado pelo meu artigo de anteontem, imediatamente o separei a fim de escrever a esse respeito, louvando-o, e mostrando a razão, que tínhamos tido. Eis senão quando recebo a *Imprensa* de hoje, que lhe mete as botas exatamente por estar de acordo comigo. Estou assim na posição mais ridícula do mundo. Desta vez o golpe não se pode disfarçar. A *Imprensa* despediu o seu redator-chefe. Não há mais panos quentes, com que dissimulá-lo; e V. faça anunciar a minha saída, pois nem posso tomar a responsabilidade daquilo, nem me pôr em divergência, sem expor o jornal à desmoralização completa. Teu amigo e compadre. *Rui*."

Em suma, a posição de Rui Barbosa na *Imprensa* era aquela que ele mesmo definira em carta a Fausto Cardoso:

Ocupando, na redação da *Imprensa*, o lugar de seu chefe, não tenho, contudo, autoridade ou parte alguma na sua administração e nas suas finanças. Mero empregado (a esse respeito), poderia classificar-me como o último deles; visto que o meu salário não se paga, senão quando as forças da receita o permitem, depois de pago o de todos os demais.⁶

As negociações, pois, para a aquisição e organização da *Imprensa* foram conduzidas pela atividade, e sob a responsabilidade, do diretor-gerente da companhia. Foi ele “que a inventou” e “que a fundou”.⁷

Por uma dessas curiosas ironias históricas, o órgão que seria considerado como um dos porta-vozes do espírito conservador surgiu das cinzas de um dos grandes jornais jacobinos. Foi, de fato, com o acervo da *República*, de Francisco Glicério, que se constituiu a *Imprensa*.

Logo após o atentado em que tombou o marechal Machado Bittencourt, manifestou-se no Rio de Janeiro uma grande reação popular, de um extremo e de outro. Assim, na manhã de 6 de novembro houve distúrbios na cidade, empastelando-se as redações dos jornais jacobinos *A República*, *Folha da Tarde* e *O Jacobino*. Era a resposta ao empastelamento dos jornais monarquistas, de meses antes. Em represália, os jacobinos ameaçavam empastelar jornais reacionários.

6. Carta de 6 de março de 1901. (Minuta no arquivo da Casa de Rui Barbosa.)

7. Carta de Rui Barbosa a Cunha e Costa, a 19 de março de 1900. (Cópia no arquivo da Casa de Rui Barbosa). Mais tarde, quando se modificou a empresa, proclamou Rui a importância dos serviços prestados pelo cunhado. Eis as suas palavras: “Mudada, com o concurso de novos interesses, a administração desta folha, faltáramos a um dever de gratidão e justiça, se não registrássemos aqui as nossas obrigações para com o seu primeiro gerente, o Sr. Carlos Viana Bandeira. A iniciativa dele deve este jornal a sua fundação, a sua organização administrativa e financeira; à sua inteligência, dedicação e probidade, o desenvolvimento, a que a *Imprensa* atingiu, e graças ao qual pode hoje reaparecer. Nesta casa terá, pois, o nosso bom amigo sempre o lugar, a que os seus serviços lhe asseguram direito, e continuará a todo tempo a ser considerado como um companheiro e um benemérito”. *A Imprensa*, 2 de agosto de 1900. (Manuscrito do punho de Rui Barbosa. Fotocópia no arquivo da Casa de Rui Barbosa.)

A República era mantida por uma sociedade anônima — A União — que resolveu suspender a publicação da folha. A 18 de junho de 1898, reunidos em assembléia os acionistas (Francisco Glicério, Alcindo Guanabara, Tomás Delfino, Lauro Müller, J. Cordeiro, João Lopes Ferreira Filho e Joaquim Xavier da Silveira Júnior), reconheceram ser impossível a manutenção da empresa, conferindo poderes ao general Glicério para liquidá-la, e assinar a escritura de venda.⁸

Nesse mesmo mês entrou Bandeira em entendimentos com Américo Fróis, e posteriormente com o Dr. João do Rego Barros, procurador de Glicério. A seis de setembro, no cartório do escrivão Gabriel Ferreira da Cruz, compareceram, como vendedor, o general Glicério, representado pelo dito Dr. Rego Barros, e como compradores Rui Barbosa e o Sr. Carlos Viana Bandeira. Por escritura lavrada nesse dia, transferiram os vendedores todo o ativo da sociedade A União, constante dos maquinismos, material tipográfico, móveis e objetos de escritório existentes no prédio da Rua do Ouvidor, 117. No mesmo ato foi transferido também aos compradores o contrato de aluguel desse prédio, que devia terminar em outubro de 1902. Os compradores obrigavam-se a organizar uma sociedade em comandita para a exploração de um jornal. O preço da venda foi de duzentos e quarenta e sete contos de réis, pagos da seguinte forma: 22:000\$ rs. em moeda corrente, 25:000\$ rs. em uma letra ao prazo de seis meses aceita pela nova sociedade, e 200:000\$000 rs. em obrigações ao portador de 200\$ rs. cada uma. Foram testemunhas os Drs. Edmundo Bittencourt e Joaquim Pereira Teixeira.⁹

Por uma novação feita a 21 de setembro ficou declarado que os compradores organizariam uma sociedade anônima, e não uma sociedade em comandita por ações.¹⁰

A Sociedade Anônima A Imprensa foi de fato organizada a 30 de setembro de 1898, segundo publicação da Ata da Assembléia de Instalação e Estatutos, no *Diário Oficial* de 29 de outubro. Foram eleitos dois diretores: o major Carlos Nunes de Aguiar, presidente, e o Sr. Carlos Viana Bandeira, gerente. Foram escolhidos membros do Conselho Fiscal os Drs. Joaquim Xavier Pereira da Cunha, Edmundo Bittencourt e Ulisses de Carvalho Soares Brandão, e Suplentes os Srs. Antônio d'Araújo Ferreira

8. Ata da Assembléia anexa à escritura adiante referida.

9. Dados extraídos do traslado existente no arquivo da Casa de Rui Barbosa.

10. *Ibid.*

Jacobina, Augusto Pereira de Faria e Manuel Lopes de Carvalho. Além desses acionistas, subscreveram a ata os Srs. Joaquim Pereira Teixeira, Antônio Martins Marinhos e o comendador João Leopoldo Modesto Leal, que presidiu à assembléia.

O laudo de avaliação dos bens da empresa foi subscrito pelos Srs. J. Matos Faro, Antônio Azeredo e Luís Carlos Barbosa de Oliveira.

Como se vê, era um excelente grupo de colaboradores e de capitalistas amigos. O comendador Marinhos e o futuro conde Modesto Leal, eram então constituintes de Rui Barbosa e a ele se ligaram por laços de amizade pessoal.¹¹

O plano de organização do jornal era vultoso. Segundo um documento junto aos papéis que vamos estudando, a folha mensal de pagamento elevava-se a 26:000\$, quantia deveras elevada para o tempo. O “redator em chefe” deveria ter vencimentos mensais de 3:000\$000.

Apesar do entusiasmo que despertou o reaparecimento de Rui Barbosa como jornalista, e do esforço desenvolvido pela administração, o relatório da sociedade em 1899 não consignava grandes vantagens.¹² Em princípios de 1900, porém, a situação financeira se agravou. Em maio, uma assembléia autorizou o diretor-gerente a realizar qualquer transação a bem da reconstituição da sociedade.

Em março desse ano, Edmundo Bittencourt, um dos auxiliares de mais capacidade, propusera ao diretor-gerente uma fórmula de aquisição que este levou ao conhecimento de Rui Barbosa, então em Friburgo. É a esta tentativa que se prende uma curiosa carta daquele jornalista oferecida, por cópia, à Casa de Rui Barbosa, pelo Sr. Carlos Viana Bandeira.¹³

11. A letra a que se referia a escritura de compra foi emitida pelo general Glicério a 31 de outubro de 1898 e aceita pelo Sr. Carlos Viana Bandeira na mesma data. Também se encontra no arquivo da Casa de Rui Barbosa.

12. *Diário Oficial* de 29 de novembro de 1899.

13. “Carlito. Saúde. Esperei teu telegrama, ontem, e esperei-te, hoje. Não sei se descerás amanhã e, nesta incerteza, deliberei escrever-te. O teu silêncio denuncia-me uma consideração que está no meu espírito desde sábado, depois que li aquele extraordinário artigo, cheio de grandeza e de conforto, que veio na *Imprensa*. Para o que tínhamos combinado, a época é magnífica e é péssima. Magnífica, porque tendo o Mestre dado a direção, seguir agora o caminho que ele indicou era o *sucesso certo*. *Péssima*, porque (agora vou te dizer a minha apreensão) porque o nosso Mestre não *pode deixar* agora o seu posto. Podiam tomar por uma deserção, uma

Não sorriu, porém, ao redator-chefe a transferência da empresa. Além disso, era muito pouco provável que Edmundo Bittencourt conseguisse a sua permanência no posto de chefe, por maior que fosse a amizade que então os ligava. O Sr. Carlos Viana Bandeira percebeu que Rui queria, ao menos, terminar a campanha que iniciara a propósito do processo contra Andrade Figueira. Por isso *A Imprensa* se manteve até abril, quando, em lacônica nota, anunciou que seria suspensa a publicação.¹⁴

Não tendo conseguido nenhuma solução, o gerente chegou a convidar o Dr. João do Rego Barros a assumir o cargo de liquidante da sociedade.

Quase todos os jornais noticiaram com mágoa o desaparecimento de *A Imprensa*. “Não podia haver para a imprensa fluminense, notícia mais lamentável”, comentou o *Jornal do Brasil*.

Foi então que o Dr. Ulisses de Carvalho Soares Brandão, companheiro de escritório de Rui Barbosa, assumiu o encargo de reorganizar a empresa jornalística. Obtendo recursos novos en-

conveniência. Tantas vezes tem sido ele caluniado por essa canalha vil que não perde ocasião de ladrar-lhe aos calcanhares. Mas, há uma solução, e é a que eu mais almejo: O Mestre continua a escrever com a assinatura dele. Esse é o maior benefício que ele me pode fazer e, para que te convenças disso, bastam duas considerações: A primeira é esta. O lugar do Mestre é impreenchível. Era meu pensamento fazer do jornal um órgão de colaboração, à feição do *Matin* e do *Figaro*. Artigos assinados, e uma só limitação à liberdade dos colaboradores, uma coisa para nós sagrada: — o nome do fundador da folha. A redação teria o seu programa no passado do jornal, que havia de ser guardado, custasse o que custasse, como uma herança sagrada. Era isso que eu pensava, porque, digo-te com franqueza, temo que o Mestre não tenha confiança em mim e se recusasse a continuar na folha. Mas, não te parece que ele pode perfeitamente ficar, livre inteiramente livre da pesada carga que a direção dela lhe tem sido? Não pouparei sacrifício para compensá-lo do sacrifício que ele fará ficando, se é que lhe não basta a gratidão de todos nós que nesta época desgraçada só temos um conforto, que é a palavra dele. Peço-te pois que vejas se ele quer ficar e quais as condições que impõe. A segunda razão é esta. Corre por aqui com insistência, depois da notícia do *Jornal do Brasil*, que o Glicério e o Alcindo tomam conta da *Imprensa*. Calcula tu o desgosto que isto me causa e quanto me contraria, depois de ter eu aparelhado um capitalzinho para agüentar a empresa. Andam por aqui representantes do homem, tratando disso, e devo te dizer, que têm sido bem pouco discretos. É possível que a tal respeito, o Fróis e o Marques, que ignoram o que se passou entre nós, te possam dar muitos esclarecimentos. Recomenda-me à Família do Conselheiro e à tua família. Teu Edmundo. [N. à margem:] *A Imprensa* já está na 3.^a edição.”

14. “Tendo necessidade de tratar de sua dissolução, a Sociedade Anônima *A Imprensa*, proprietária desta folha, cessa ela a sua publicação.”

tre os elementos conservadores, que se voltaram com simpatia para o órgão que tão dignamente assumira a defesa do conselheiro Andrade Figueira, reorganizou a Sociedade, e a 1.º de agosto reabriu-se a redação do jornal. É de 2 de agosto o editorial de Rui: "Continuando", em que reafirma os seus princípios enunciados no artigo inaugural: "Projetos e esperanças":

Esta fase da nossa vida, que esperamos em Deus se consolidará, assegurando-nos lugar definitivo no jornalismo brasileiro, está de antemão caracterizada na antecedente. Seremos o que fomos.

A transação realizada por Ulisses Brandão, segundo ele próprio resume a um amigo, foi a seguinte:

Comprei dous terços das *debêntures* emitidas pela Sociedade Anônima A Imprensa ao general Glicério, por cem contos de réis dos quais paguei logo quarenta e assinei letras pelos sessenta contos restantes.

Para efetuar em pagamento tive que contrair com o Banco Nacional um empréstimo de vinte e quatro contos, caucionando as mesmas *debêntures*.

Eis o resumo do negócio que conheces.

Acresce a estas dívidas, as que contraí como gerente da empresa, cerca de dez contos de suprimentos que lhe fiz, e que pedi-os emprestados... 15.

Em 3 de janeiro de 1901, porém, Rui endereçou ao gerente esta carta:

Meu caro Dr. Ulisses.

O meu médico, o sábio doutor Francisco de Castro, declarou-me ontem que exigia absolutamente de mim, por algum tempo, trégua completa ao trabalho de imprensa. Forçado a obedecer, oponho-lhe a resistência que posso, glosando a penitência, que me ele impõe, e que eu reduzo, na sua duração, a um mês de férias, em cujo gozo lhe peço licença de entrar.

Não é longa a interrupção; e, concluída ela, volverei, no começo do próximo mês, ao labor da nossa tenda, à qual me considero cada vez mais inseparavelmente associado. Se o público entender que *A Imprensa* lhe é de alguma utilidade, não faltará, por isso, com o seu apoio ao jornal, cuja

15. Carta ao Dr. José da Silva Costa Neto, em 26 de abril de 1901. [No arquivo da Casa de Rui Barbosa.]

florescência dele depende, reconhecendo a este operário, habituado a não medir, na faina, sacrifícios de vida, o direito de uma folga breve.

· Seu colega e amº.,

Rui Barbosa,

Apesar desta licença, no mês de janeiro *A Imprensa* ainda publicou 12 artigos de Rui. Até 13 com certa regularidade. No dia 19, porém, aparece, como uma bomba, uma carta lacônica ao gerente nos seguintes termos:

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1901.

Meu caro amigo dr. Ulisses Brandão,

Não me sendo possível, neste momento, continuar na redação da *Imprensa* rogo-lhe me considere exonerado das funções que nela tenho exercido. Sempre com a mesma estima, seu amigo e colega

Rui Barbosa

A publicação desta carta provocou, naturalmente, sensação na imprensa do Rio. Houve mesmo um órgão que estranhou o fato de Rui Barbosa, alma e razão de ser da folha, aparecer em público num comunicado “limpo e seco” pedindo exoneração de um cargo a seu colega de escritório, e auxiliar em tantos casos forenses, como se fosse o mais humilde dos auxiliares da redação. E noticiou maliciosamente o fato sob o título: “Bolaram as trocas”.

Esta súbita retirada teve, porém, conseqüências inesperadas. Logo começaram as interpretações. Algumas delas não seriam airosas para o redator-chefe. E aqui surge novamente a figura de Edmundo Bittencourt, a esse tempo ativo advogado, colega, em diversos pleitos, de Rui Barbosa.

Em dezembro de 1900 iniciou este valente jornalista uma violenta campanha contra o governo Campos Sales, em que atingia fundamente várias figuras das rodas governamentais. Mas a tal ponto chegou o ardor da linguagem destes artigos que o *Jornal do Comércio* recusou-se a publicá-los, ainda que assinados e na seção paga, onde estavam saindo. Voltou-se então o futuro fundador do *Correio da Manhã* para *A Imprensa*. Em carta de 24 de dezembro, pediu a Rui Barbosa que lhe abrisse uma coluna em artigos assinados, — e em linguagem mais serena que nos “a pedidos” do *Jornal*, esclarecia — para prosseguir na campanha.

E, assim, a 8 de janeiro começaram a aparecer na *Imprensa* os sensacionais artigos em que Edmundo Bittencourt vergastava algumas das mais prestigiosas figuras da política e das finanças.¹⁶ O artigo de 18 teve especial repercussão. A coincidência da data do seu aparecimento com a demissão do redator-chefe dava lugar a ilações para as quais o próprio Edmundo Bittencourt chamava a atenção de Rui Barbosa na seguinte carta:

Ex^{mo}. Sr. Conselheiro Rui Barbosa.

Cumprimento a V. Ex^a.

Quando fui, ontem, à *Imprensa* já sabia, por amigos da barca, que V. Ex^a. ia deixar o seu posto de *honra e sacrificio*.

Os motivos que levaram V. Ex^a. a deixar o seu honroso posto, hoje, são conhecidos de todo mundo.

— O Dr. Alberto de Faria exigiu de V. Ex^a. uma satisfação pelos artigos que escrevi, com minha assinatura, sendo que, o que tem por epigrafe *Na Montanha*, li para V. Ex^a. ouvir, dizendo-lhe quem era o *banqueiro Alberto*... O que se passou entre nós dois não careço de repetir aqui.

Esta é a explicação que os seus amigos dão, e dá o Dr. Alberto de Faria.

Tal explicação, porém, não é, nem pode ser verdadeira, porque V. Ex^a. há muitos dias não escrevia para a *Imprensa*. (Por que motivos não sei). Mas o que é verdade é que ela me deprime a nós dois, e principalmente a V. Ex^a.

V. Ex^a. sabe muito bem que eu nunca andei envolvido em transações. Tenho, ao menos, para atenuar as minhas faltas, a minha sinceridade e a minha franqueza.

Não quero, publicamente, expor a situação em que V. Ex^a. e eu nos achamos.

Mas, também, não posso aceitar a situação em que V. Ex^a., ou os amigos de V. Ex^a., me querem colocar.

E, pois, venho pedir-lhe a fineza de me mandar dizer se foi por causa de meu último artigo que V. Ex^a. deixou o seu honroso posto de sacrificio em benefício da Pátria, de onde não seria, certamente, uma ameaça do Dr. Alberto que o havia de afastar.

16. A 8 de janeiro apareceu o artigo "Pela honra da Pátria" (III); a 11, o artigo "Na montanha", a 15 e 18, novamente, "Pela honra da Pátria" (IV e V).

Se V. Ex^a. não me quiser honrar com sua resposta, terei, muito a contragosto, de me dirigir publicamente a V. Ex^a.

De V. Ex^a.

at^o. e adm.^{or}

Edmundo Bittencourt.

Rio, 19 janeiro 1901.

A reação de Rui Barbosa, infalível diante desta insinuação, foi a da carta publicada a 20 de janeiro:

Rio, 19 de janeiro, 1901.

Meu caro Dr. Ulisses.

Sabe o meu amigo ter eu deixado *A Imprensa* por espontânea deliberação da minha vontade, que já lhe comunicara ontem de manhã. Agora, porém, acabo de saber que o meu procedimento se atribui a exigências, imposições e ameaças. Meu passado todo, minha perene luta com os poderosos desta terra devia ser bastante, para desfazer esta vil invenção. Mas como a não quero autorizar nem com aparências, venho declarar-lhe que reassumo o meu posto na *Imprensa*, bem que o meu estado de saúde me não permita por estes vinte ou trinta dias ter assiduamente parte na sua redação.

Seu amigo e colega

Rui Barbosa.

Nesse mesmo dia já aparece o editorial "A Caça ao Solimões" e a 21, uma defesa a propósito da complicada questão das "Carnes verdes".

Só a 25 de fevereiro reaparece Rui com um artigo: *A Brazilian Review* e esse mesmo assinado, como a indicar que não reassumira definitivamente a coluna costumeira. Em princípios de março, inicia, afinal, uma minuciosa análise da publicação de *Atos e atas do Governo Provisório*, por Dunshee de Abranches. Mas deixou-a incompleta. E assim encerrou definitivamente a sua mais longa e mais profícua campanha jornalística.¹⁷

17. "*A Imprensa* foi, por assim dizer, a última etapa jornalística de Rui Barbosa. Embora em 1910-1912 voltasse ele às colunas do *Diário de Notícias*, reaparecido em 16 de dezembro de 1909, para a campanha civilista, 'orfanado da direção de Rui Barbosa', como dizia o seu redator-chefe Pedro Moacir, já aí o jornalista aparecia esporadicamente, porque

Já no lusco-fusco do declínio do jornal deu-se um curioso episódio que, pela sua excentricidade, merece ser aqui mencionado: é o incidente com Fausto Cardoso. Apresentado por amigos, iniciou este talentoso orador, pelas colunas de *A Imprensa*, em 6 de fevereiro de 1901, uma série brilhante de artigos, que tiveram ampla repercussão. Irritado, porém, com uma nota que lhe contrariava as idéias emitidas em artigo assinado dias antes, ousou este gesto de incrível audácia: valendo-se da confiança que conquistara na casa, fez sair no jornal, a 2 de março de 1901, um artigo insultuoso à própria redação sob o título: "Fiquem-se". É talvez um caso único na história do jornalismo.

Não obstante, três dias depois dirigiu a Rui Barbosa esta interessante carta:

Rio, 5-3-1901.

Ex^{mo}. Sr. Senador. Dr. Rui Barbosa.

Saúde e felicidades.

É preciso que se me mande pagar o trabalho que tive na *Imprensa*.

Com a minha colaboração, não se ignora, acresceu-se-lhe a venda em mais de cinquenta e tantos por cento. E não é digno, nem honesto que se não recompense um esforço de que se tirou lucro e que se encomendou.

Não lhe desviaria a atenção para o caso, se *A Imprensa* tivesse gerente ou quem quer que se incumbisse de tais negócios; se o convite que recebi não me viesse de V. Ex^a.; se os que lá se dizem gerente e secretário não me suspendessem no mesmo dia, em que me retirei, o número do jornal que me era diariamente remetido. Fizeram-no, mas não se lembraram de que, antes, me deviam ter liquidado as contas.

Queira, pois, V. Ex^a. intervir para que se resolva este negócio.

Espera-lhe resposta de acordo com o seu direito quem é de V. Ex^a. admirador e cr.^o e amigo

Fausto Cardoso.

Rua 19 de Fevereiro 72. D. Botafogo.

da tribuna do Senado rolava, com maior repercussão nacional, a palavra do Mestre da democracia, espoliado no seu direito de governar o país, porque os corrilhos políticos, mais uma vez, se antepunham entre ele e a vontade nacional. A passagem pelo *Diário de Notícias* foi fugaz e intermitente. Se o jornalista era o mesmo, quão diferente era a época daquela em que criara ele o problema da abolição, agitara a bandeira da federação, reivindicara a primazia do poder judiciário na ordem civil, abriera a questão revisionista. ELMANO CARDIM. *Rui Barbosa — O Jornalista da República*. Conferência na Casa de Rui Barbosa a 25-XI-1939. (Publicações da Casa de Rui Barbosa — Conferências — I, 1941, p. 99.)

A esta carta replicou Rui com esta resposta :

6 de março, 1901.

Ex^{mo}. Sr. Dr. Fausto Cardoso.

Ocupando, na redação da *Imprensa*, o lugar de seu chefe, não tenho, contudo, autoridade ou parte alguma na sua administração e nas suas finanças. Mero empregado (a esse respeito), poderia classificar-me como o último deles; visto que o meu salário não se paga, senão quando as forças da receita o permitem, depois de pago o de todos os demais.

Não me competindo, pois, satisfazer ao apelo de V. Ex^a., fiz o que pude, comunicando a sua carta à gerência da casa, que estou certo resolverá e responderá como lhe cumprir.

Entretanto, os termos da sua missiva obrigam-me a ponderar que, se anuí no convite a V. Ex^a., para escrever na *Imprensa*, ao que me não autorizavam as nossas relações, foi cedendo ao empenho, que nisso mostrava o Sr. senador Martinho Garcês, seu particular amigo, o qual, alvitrando a idéia, e fazendo-me o pedido, afirmou-me seria desinteressada por enquanto essa contribuição.

De V. Ex^a. col^a. e cr^o.

Rui Barbosa.

No mesmo dia, contudo, em que se dirigia a Rui, cobrando a colaboração, iniciava Fausto Cardoso, pelas colunas do *Dia*, na seção paga, uma série de artigos contra *A Imprensa*, esquadrihando e ostentando perante o público os *casos* costumeiros nas redações, especialmente nos jornais em crise. O redator-chefe não deu uma palavra a respeito até o momento em que o antigo colaborador lhe atirou uma farpa no ponto mais sensível da alma, que era o do desprendimento em relação ao dinheiro. Nesta altura saiu a campo com esta explicação, que é uma espécie de fé de ofício de sua vida de jornalista :

Não tenho dito, não direi uma palavra das maldades sobre mim espalhadas, nas colunas de um dos nossos diários, por um ex-colaborador da *Imprensa*.

Mas há, na sua última diatribe, um falso testemunho, que não deixarei sem retificação. Diz-se ali que o redator em chefe da *Imprensa* “*se ressentido e recolhe, quando lhe não dão, a tempo e a hora, os ordenados*”.

Rematada invenção.

Não sou, nunca fui dos que se dão à imprensa, pelos interesses pecuniários que lhes ela dá. Tenho trabalhado no jornalismo quase sempre gratuitamente.

De 1871 a 1878 servi constantemente como redator, e por muitos anos como redator em chefe no *Diário da Bahia*, sem receber jamais um real. Apenas uma vez tomei de empréstimo à caixa daquela folha quatrocentos mil-réis, que me foram debitados nos seus livros, e *reembolsei integralmente*.

Em 1889 fui chefe da redação no *Diário de Notícias*, percebendo a mensalidade de duzentos mil-réis, que mais tarde se me aumentou, mas repetidas vezes me deixou de ser paga, escrevendo eu, não obstante, *todos os dias*, desde a nossa inauguração, em 7 de março, até à revolução, em 15 de novembro.

Tive, mais tarde, em 1893, a chefia na redação do *Jornal do Brasil*, e ali escrevi *diariamente* desde a minha entrada até à revolução de 6 de setembro, sem que *nem uma vez* a administração me pudesse pagar um vintém dos vencimentos estipulados.

Agora, *A Imprensa*. Tem tido esta associação duas fases. Da primeira passei meses, sem receber meus vencimentos, e, contudo, longe de me encolher e retrain, ainda emprestei à empresa dez contos de réis. A segunda fase conta sete meses, e há cinco que sirvo sem retribuição nenhuma. Entretanto, bem se sabe a assiduidade *sem exemplo*, com que sempre ocupei as colunas editoriais, não a interrompendo, senão quando a autoridade médica mo impôs como necessidade absoluta. E, ainda em cima, lhe emprestei quatro contos de réis, dois dos quais obtive por empréstimo de um ilustre deputado, membro do congresso pela Bahia.

Aí tem o público, ainda neste ponto, a verdade, que não valeria talvez a pena de restabelecer numa época aparentemente consagrada ao escândalo e à detração. Faço, porém, o sacrifício desta resposta ao amor de uma profissão, que sempre exerci com a paixão e o desinteresse de um culto.

S. Domingos, 7 de março.

Rui Barbosa 18

Mas o afastamento do redator-chefe, decididamente impedido de permanecer à frente do jornal, desalentou os mais animados na sustentação da empresa. E assim, o Dr. Ulisses Brandão, diretor-gerente que, desgostoso, se vinha afastando da casa, sendo substituído, de fato, pelo Dr. Manuel Floriano de Brito e pelo

18. *A Imprensa*, 8 de março de 1901.

major Carlos Nunes de Aguiar, deu providências para legalizar a liquidação da empresa.

A 27 de março foi convocada a assembléia dos acionistas, que só se reuniu a 20 de abril, presidida pelo Dr. João Luís Viana. Expôs, então, o Dr. Ulisses Brandão a situação da empresa, cujo *débito*, fora as *debêntures*, era de 149:935\$231 rs. A situação que, se nunca fora próspera, aproximara-se do equilíbrio, ressentira-se da crise bancária. A empresa não poderia suportar a baixa que acarretava o afastamento de Rui Barbosa. Aprovadas as contas apresentadas,¹⁹ ficou o diretor-gerente autorizado a proceder “a seu talante” à liquidação da empresa, amigável ou judicialmente.²⁰

Consultado, Rui manifestou-se francamente pela liquidação judicial, como se vê nesta carta ao Dr. Ulisses Brandão:

Rio, 3 de maio de 1901.

Dr. Ulisses

Não me é possível resolver sobre o assunto de sua conversa de hoje, sem a conviência do presidente da associação.²¹ O senhor devia tê-lo ouvido, antes de falar-me. Ele opõe-se: é pela liquidação da sociedade, e nós não temos o direito de nos pôr em antagonismo ao seu voto. Ninguém melhor que o colega sabe que, deixando *A Imprensa*, fi-lo com a resolução absoluta de não voltar, e dessa resolução me não demovi um momento. Nela estou. Mas uma vez que o naufrágio dessa malograda criação do meu esforço traz prejuízos a terceiros, parece, com efeito, que o melhor meio de procedermos desinteressada e lealmente para com eles, é deixar que a sorte da empresa se liquide nos tribunais. Daí não podemos sair. A justiça que dê o ramo a quem maiores vantagens oferecer aos interessados.

Seu colega

Rui Barbosa.

Mas o Dr. Edmundo Bittencourt que, como se viu acima, já uma vez se candidatara a assumir a direção da empresa, propôs-se

19. Os membros do Conselho fiscal eram então os Srs. J. X. Pereira da Cunha, Edmundo Bittencourt e Solidônio Leite.

20. Ata da Assembléia publicada no *Diário Oficial* de 24 de abril de 1901.

21. Major Carlos Nunes de Aguiar.

a adquirir o material do jornal. Dessa proposta, resta somente no arquivo de Rui Barbosa um cartão nos seguintes termos:

EDMUNDO BITTENCOURT

Ex^{mo}. Sr. Conselheiro Rui Barbosa

Peço a V. Ex^a. que me perdoe esta liberdade, que tomo, de escrever-lhe um cartão. Escrevo-lhe de Jacarepaguá, junto a um filho doente, e onde não tenho papel de carta.

Escrevo-lhe, porque tenho pressa em dizer a V. Ex^a. o seguinte:

— Apresentei uma proposta para a aquisição do material da *Imprensa*. Essa proposta foi recusada em nome de V. Ex^a. Dizia-se até que V. Ex^a. mais o Dr. Manuel Brito iam formar um novo jornal.

Instado por amigos, pois que o Dr. Brito, ao que me consta, não conseguiu capitais, pretendo apresentar uma nova proposta para aquisição daquele material.

Em todo caso, nenhuma proposta apresentarei, sem estar primeiro certo de que isso não contraria ou despraz a V. Ex^a.

Jacarepaguá, 8 maio 901.

Estas negociações vieram, afinal, a bom termo e em 15 de maio uma nova assembléia aprovou uma proposta de acordo com os portadores das debêntures. A 15 de junho, uma reunião de debenturistas ratificava o acordo. Nesse mesmo dia surgiu das ruínas do jornal o *Correio da Manhã*, que, sob o bravo comando de Edmundo Bittencourt, se impôs, em pouco tempo, como um dos maiores elementos da imprensa brasileira.

Por outro lado, como o título — *A Imprensa* — não fora aproveitado, seis anos mais tarde, o Sr. Carlos Viana Bandeira organizou novamente um jornal com aquele nome. Pôs à frente da empresa o seu amigo Andrade Faceiro. Foi este que sugeriu a sociedade com Alcindo Guanabara, que, no momento, também queria montar uma folha sob sua direção. O Sr. Carlos Bandeira sentiu que não seria fácil a sociedade com um jornalista que nos tempos do jacobinismo tanto se opusera a Rui Barbosa, ao qual a nova *Imprensa* devia permanecer fiel.

O próprio Alcindo, porém, concordou prontamente na orientação que Bandeira desejava dar à folha. Está no arquivo da Casa de Rui Barbosa a minuta, de seu próprio punho, do telegrama passado a Rui Barbosa, então em Haia, em outubro de 1907:

Embaixador Barbosa

Scheveningen

Felicitações sucesso ontem. Inauguramos nova época *Imprensa* princípios novembro. Pedimos autorização ligar seu nome ao seu antigo jornal e esperamos colaboração primeiro número. Saudações cordiais. *Alcindo Guanabara*.

O Sr. Carlos Viana Bandeira contribuiu materialmente para a montagem e organização da sociedade do jornal com a quantia de oitenta contos. Alcindo responsabilizou-se pela manutenção da folha, obtendo o apoio de um grupo de industriais.

Realmente, o artigo inaugural de Alcindo Guanabara, sob o título idêntico ao de Rui Barbosa — “Projetos e esperanças” — contém os mais solenes protestos de fidelidade à orientação do fundador da *Imprensa*.

Quando, ao findar o ano de 1898, Rui Barbosa traçou, com o colorido e o brilho da sua pena inimitável, o rumo desta folha, que então fundava, preferiu à exposição de um programa rígido e árido, abrir singelamente o coração ao público que o lia e comunicar-lhe os projetos e esperanças que o animavam a empunhar a pena combatente de jornalista. Essa é uma página inesquecível da história da nossa imprensa. Poderíamos dizer que compendia o evangelho do jornalista. Não é possível afirmar com mais altanaria que a liberdade da imprensa não é mercê dos poderosos, mas condição imprescindível à vida regular do Estado e direito inalienável dos cidadãos. Não se poderia traçar com maior autoridade o dever do jornalista moderno, subordinando o que se convencionou chamar a industrialização da imprensa e o próprio “sensacionalismo” americano à obrigação moral de discutir as questões que interessam à nação, inspirando-se apenas na sua consciência e dando ao público, com absoluta lealdade, uma opinião meditada, esclarecida e extreme de interesses espúrios.

Não se poderia impor com mais nitidez e maior desassombro à imprensa em nosso país tarefa mais gloriosa e mais árdua: seria nas suas páginas que o público, desatento ou despreocupado, conheceria as questões que afetam o país e os problemas que o conturbam. Expositor e *debater*, o jornalista à altura de sua missão concorreria poderosamente para formar a opinião pública e, como tal, influiria decisivamente na vida e na direção do Estado; e bastaria enunciar esta proposição para se sentir que as condições primordiais e essenciais para o desempenho de tão difícil e penosa função social era a probidade, era o amor à verdade, era a independência de ânimo, era a força de caráter para desprezar a calúnia e não temer

a ameaça, para não cortejar o despotismo do alto, que se afirma pela força, e para não bajular a tirania do pântano, que envenena pela difamação. Sobretudo, era esse culto à verdade, que é o característico mais acentuado da nobreza da individualidade humana, escudo contra todas as transigências indignas e garantia única da sociedade sobre que o jornalista tenta reagir... Não foi difícil a Rui Barbosa, cujo caráter todo esse conjunto de qualidades superiores esmalta, durante os quatro anos em que quis que esta folha vivesse, manter com zelo religioso esse programa pessoal. Sem o brilho que ele lhe deu, certamente, mas não com menor firmeza, graças ao seu concurso constante e às lições perenes de seu exemplo, *A Imprensa* manterá o programa nobilíssimo com que veio à luz, condição única, com dignidade e do qual se os maus fados tiverem um dia a força de nos tentar desviar, pediríamos a Deus com fervor que esse desvio nos conduzisse ao aniquilamento. 22

Em setembro de 1908 recebeu, porém, Carlos Viana Bandeira uma estranha carta de Alcindo Guanabara, cujo original ofereceu ao arquivo da Casa de Rui Barbosa:

Confidencial.

29-Setembro de 8.

Carlito,

Quando depois da capitulação — que se chamou acordo — do meu querido amigo general Pinheiro Machado, eu rompi em oposição ao governo, tinha a intenção de impedir que os adversários ficassem senhores do campo sem contestação. Posto afirmasse que *A Imprensa* era independente de partidos, todos viam que ela servia ao interesse do mesmo partido a que sempre serviu: atacava apenas ao adversário. Nessa linha de conduta, estou convencido de que prestou serviço: impediu, pelo menos, que no conceito público desaparecesse, absorvido pelo peixotismo, o pensamento que nos animava. Era meu propósito levar o combate até a eliminação do adversário, preparando, ao menos, o campo para o combate para a eleição presidencial. O que eu não fiz, fê-lo a morte. Desaparecido o João Pinheiro, o terreno está desbravado. Há hoje só uma candidatura viável: a do Rui. Assim, a minha missão na imprensa está finda. Não fui eu que a completou mas os fatos o fizeram. No interesse positivo do sucesso dessa candidatura, deve-se fazer agora o contrário do que se fez. *A Imprensa* deve deixar de combater o Presidente, deve evoluir para concentrar-se habilmente em torno dele e agir como um *destroyer* para impedir por todos os

22. *A Imprensa*, 10/12/07.

meios que os *outros* se congreguem de novo em torno de outro qualquer nome. A habilidade agora seria dar à *Imprensa* feição tal, que ela pudesse representar o pensamento do Presidente. Continuar a combatê-lo, é embaraçar, dificultar, quiçá comprometer a candidatura Rui e com ela o sucesso final do partido, por mais que se tenha dito que ela é independente. Evoluir no sentido que indico é aproveitar utilmente as circunstâncias que a fatalidade da morte criaram. Isto me parece tão intuitivo, que não julgo necessário insistir.

Pessoalmente, não posso eu fazer essa evolução; primeiro, porque me desmoralizaria e ao jornal, sem vantagem para ninguém; segundo, porque não adiantaria nada, claro como é que não gozo, nem gozaria da confiança do Presidente e de seus amigos. Tudo aconselha, pois, a que tomes a dianteira do movimento para a reorganização da *Imprensa*, na base da minha retirada, que seria explicada pelo estado verdadeiramente precário de minha saúde. Penso que isto não seria difícil, pois que não viso lucro algum, pretendendo apenas poder restituir aos meus amigos as somas com que entraram para lá permitindo que o jornal vivesse até hoje. Esta solução consulta todos os interesses e permite que *A Imprensa* desempenhe o papel político que lhe foi designado nessa obra.

Se ela não for possível, ou a *Imprensa* fecha as portas, o que será um erro porque ela será indispensável — note bem o termo — para conter em certos limites a campanha quando a candidatura Rui for lançada, ou para viver, mergulhará numa oposição feroz a tudo e a todos, sem atenções, nem considerações, reduzida então a mero jornal industrial, o que importa dizer que não será apenas inútil, mas fundamente prejudicial àquele pensamente político.

Tenho-me abtido de assuntos políticos nestes dias, para assentarmos o que convém fazer. Digo-te aqui com absoluta lealdade o que penso. V. deliberará como entender mais conveniente.

Abraça-te o am^o. certo,

Alcindo.

Atendendo à proposta contida nesta carta, Carlos Bandeira entrou em entendimentos com Alcindo para adquirir a sua parte no jornal. Em meio às tratativas, porém, este mudou de idéia, pretendendo conservar a folha porque, como dizia, “os amigos não me querem deixar largar a arma que tenho na mão”. Não havendo acordo possível, Bandeira acabou cedendo as suas ações ao sócio por quarenta e cinco contos de réis. E assim *A Imprensa* tomou parte na campanha presidencial contra o seu primitivo redator-chefe.

Para a luta que se prenunciava, então, foi preciso montar outro jornal — Este foi o novo *Diário de Notícias*. — Mas isto já pertence a outra fase da vida de Rui Barbosa.

Esboçado um histórico da empresa *A Imprensa*, convém mencionar, agora, os principais auxiliares que teve a sua redação, onde se formaram grandes nomes de nosso jornalismo. Momentos houve em que o corpo de redatores e colaboradores constituiu-se mesmo de nossos melhores profissionais da imprensa.

A direção técnica do jornal, como se sabe, gira em torno do secretário, eixo de todo o trabalho de confecção diária da folha.

O primeiro secretário da *A Imprensa* foi um nome ilustre em nossas letras: José Veríssimo. Com ele combinou Rui Barbosa a feição que desejaria dar ao jornal. Veja-se, p. ex., a carta escrita às vésperas do aparecimento da folha:

Rio, 29 set. 1898.

Meu caro Sr. José Veríssimo

Peço-lhe o favor de ouvir o nosso companheiro Dr. Teixeira²³ no assunto de que ele por mim lhe vai falar.

Sem diminuir o caráter literário do jornal, devemos ter muito em vista que a sua seção noticiosa receba o maior desenvolvimento. Toda economia, que a esse respeito o prejudique, será contraproducente. Havemos de ter, como todas as outras folhas, reportagem nossa, sem o que não adquiriremos a circulação, a que aspiramos; e, para isso, não nos podem inspirar confiança os *repórteres* de secretaria, nem os dos outros jornais.

Seu colega afº.

Rui Barbosa.

Devem-se a José Veríssimo, que infelizmente se afastou após alguns meses, as designações dos agentes no estrangeiro e no interior. Por intermédio de Veríssimo, iniciou uma colaboração sob a forma de cartas de Paris, o dr. José Delgado de Carvalho, assinadas C. Graça Aranha escreveu para os primeiros números uma importante série de artigos acerca de problemas internacionais, que estão reclamando uma compilação em forma de livro. Virgílio Várzea até maio de 1899 foi redator ativo e dedicado.

O redator financeiro era J. de Matos Faro, velho conhecedor da praça. Foi, depois, sucedido por Gama Berquó.

23. Dr. Joaquim Pereira Teixeira, mais tarde deputado pela Bahia..

Em 1899, o corpo redatorial já se achava muito modificado. Por uma curiosa circunstância podemos exhibir aqui uma relação de todos os componentes da redação em outubro de 1899. É que no dia 23 desse mês, era dia de festa na casa do redator-chefe: aniversário de D. Maria Augusta. Ofereceram então os redatores e colaboradores da *Imprensa*, à digna aniversariante, um pergaminho, por eles autografado, após um soneto de Carlos D. Fernandes. São eles: Joaquim Pereira Teixeira (secretário), Carlos V. Bandeira (gerente), Gustavo de Lacerda, Edmundo Passos, Castro Soares, Silva Paranhos, Heitor Melo, Joaquim Marques da Silva, Luís Rosas, Américo do Carmo Fróis, João Cantídio Leite Marques, A. Matos Costa, João José Correia de Morais, Carlos D. Fernandes e Emílio de Meneses.²⁴

Em 1900 secretariou o jornal o escritor e advogado português José Soares da Cunha e Costa, antigo companheiro de escritório de Martim Francisco, em Santos. Era um ativo jornalista, que redigia sozinho cinco seções do jornal. Em junho de 1900, quando cessou a primeira fase da *Imprensa*, Cunha e Costa pretendeu organizar um jornal e chegou a tentar obter a chefia de Rui Barbosa para o mesmo.²⁵ Mais tarde, em artigo publicado no *Instituto* de Coimbra, em 1918, havia de fazer revelações curiosas, entusiásticas, mas nem sempre fiéis, acerca de seu antigo chefe.

Não esquecer que foi na *Imprensa* que o Conselheiro Andrade Figueira publicou as suas extensas defesas por ocasião do processo que sofreu.

24. O soneto é o seguinte:

Musa, enaltece essa ideal grandeza
Desse lírio que um sol nutre e sustenta,
Canta essa nobre e augusta singeleza
De uma rosa que um ciclope acalenta.

Que a majestade e a olímpica realza,
Tudo de grande que meu verso ostenta,
Alto proclame a mágica fraqueza
Dessa haste em que a virtude em flor rebenta.

Que essa virtude cândida floresça
Sobre a estrelada e genial cabeça
Desse cativo da afeição tão justa

Que o rege, que o protege e que o domina,
Porque procede d'alma cristalina
Dessa Maria, além de nobre, Augusta.

25. A esta tentativa se prende a resposta de Rui, cuja minuta está no arquivo: "Rio, 6 de junho de 1900. — Colega Dr. Cunha e Costa. —

Na segunda fase, Ulisses Brandão levou para a secretaria Artur Dias, redator que vinha do início da folha, autor de um livro sobre *O Problema naval*, que Rui prefaciara em 1899. O Sr. João Luso, que o substituiu, dá-nos uma curiosa imagem da redação nesse tempo:

A tarde, à volta do Senado, Rui Barbosa vinha sempre um momento à redação. À sua passagem, todos nos levantávamos, nos curvávamos, com uma espécie de respeito jubiloso, pois, ao mesmo tempo que lhe prestávamos homenagem, nos sentíamos orgulhosos de o ter por mestre. Ele dirigia-se para uma saleta, com sacada para a rua, e ali repousava, ouvindo as novidades que os amigos fiéis lhe traziam. Quando esses amigos eram também nossos da casa, ousávamos penetrar na saleta, a gozar um pouco do convívio, do ambiente do grande homem. Rui Barbosa era dum esmero, um requinte de palavras e maneiras, a que não faltava afabilidade. Os esclarecimentos que lhe pedíamos, de bom grado os dava, e com impecável lhaneza, mas sem que jamais deixássemos de sentir a distância enorme que nos separava. Com ele, não eram possíveis as aproximações nem as familiaridades. Por mais bondosamente que ele nos chamasse a si ou condescendesse em vir até nós, ficávamos sempre longe e cheios de respeito. Até na sua ausência, lhe votávamos uma consideração singular. Do repórter mais moço e jovial ao redator mais experiente e sisudo, todos, ao referir-nos a ele, dizíamos “o Conselheiro”, reverentemente. E qualquer que fosse, nas folgas do serviço, a palestra entabulada, desde que o nome de Rui Barbosa surgisse, todos ficávamos sérios, escutando o que dele se ia contar — e que era sempre alguma coisa de singularmente belo ou útil de saber e, a maior parte das vezes, belo e útil ao mesmo tempo.²⁶

Seguiram-se Henrique Stepple e Dermeval da Fonseca. Nesta última fase aparecem grandes nomes como Edmundo Bitencourt, Fausto Cardoso, cujas colaborações tiveram tão graves repercussões. Foi ainda nessa fase que o jurista Solidônio Leite publicou a série de artigos, depois reunidos em livro, referentes à *Reforma da lei de falências*.

Auxiliares também desta última fase foram: os Srs. João Luso e Vicente Piragibe, Anatólio Valadares, Itiberê da Cunha,

Peço licença de antecipar-me ao prazo por mim fixado, para responder ao seu convite de ontem, comunicando-lhe que, com pesar, não posso aceder à proposta, que me fez, de entrar como redator-chefe para o jornal, que planeja. Seu colega af.^o e obr.^o — *Rui Barbosa*”.

26. João Luso, “Dominicais” (*Jornal do Comércio*, 4 de março de 1923.)

Laudelino Freire, Hemetério dos Santos, e o general Taumaturgo de Azevedo (debatendo amplamente a questão do Acre).

Mas, se nem tudo foram flores na vida da *Imprensa*, alguns espinhos foram especialmente dolorosos. Poucos provocaram surpresa e mágoa como a atitude de José do Patrocínio.

De poucas pessoas havia Rui Barbosa recebido tantos protestos de admiração intelectual e de dedicação pessoal. Ainda no ano anterior, as ameaças do *jacobinismo* havia-os aproximado depois de um período de afastamento. A *Cidade do Rio* estivera ameaçada, e a solidariedade de Rui, como sempre, em situações semelhantes, não falhara. Vencido pela generosidade do amigo, Patrocínio envia-lhe a 2 de novembro de 1897, a seguinte carta:

Meu imortal Amigo Dr. Rui

Muito obrigado pela dedicatória do livro de Renan; ela demonstra a inexcedível generosidade do seu coração.

Já li a lenda da cidade de Is e vi que ela estava também submergida nas minhas recordações, de onde emerge, como uma alta torre de justiça e de misericórdia o nome glorioso do homem que me deu com o seu perdão a sua comovedora amizade.

Eu ensinarei aos meus filhos a amá-lo e respeitá-lo.

Faça-me o favor de encomendar-me a S. Ex^{ma}. Família.

2 de novembro 1897.

José do Patrocínio.

Apenas surge *A Imprensa*, porém, a *Cidade do Rio* recebe-a de lança em riste. Pouco a pouco, a oposição do velho herói da abolição vai tomando um tom áspero e cortante. O artigo de 7 de outubro poderia ser subscrito pelo mais antigo e figadal inimigo de Rui.

Eis alguns trechos expressivos:

O Sr. Rui Barbosa vai, ao que parece, exigir da imprensa e dos poderes públicos se reúnam em concílio para decretar a sua infalibilidade.

S. Ex^a. se incumbirá de redigir o *Index*, formado por sua sempre justa e impecável seleção, a inviolável e indiscutível Congregação, sob sua presidência infalível.

O trabalho não é pequeno e ninguém pode desmerecer-lhe a importância.

S. Ex^a. e a Congregação do *Index* jurídico terão de escolher os autores, que o Brasil deve ler, assimilar e citar com a antiga passividade do *magister dixit*.

Escusado é dizer que a heterodoxia e a heresia serão punidas, com a maior severidade, para confusão dos discólos e maior glória do pontífice.

Porque é preciso que se saiba: só o Sr. Rui Barbosa é justo, só o Sr. Rui Barbosa é santo, só o Sr. Rui Barbosa é grande todos os séculos dos séculos.

O seu nome louvam os anjos e diante dele tremem as potestades, oumbreadas pela majestade da sua coerência.

São burlescas as virtudes que S. Ex^a. não sagra com o óleo da lâmpada do seu gabinete de trabalho.

Todas as intenções são pecaminosas desde que as não redima do pecado original da nossa origem republicana a tinta batismal da pena de S. Ex^a.

Julgas e serás julgado, dizem os Evangelhos, mas S. Ex^a. veio ao mundo para julgar como a última instância da consciência humana. Não prevalecem contra S. Ex^a. os demais juízos.

Foi S. Ex^a. quem modelou a matriz da Constituição de 24 de fevereiro. Agora, porém, S. Ex^a. convém em que a obra não saiu perfeita e está deliberado a apagá-la com um dilúvio de tinta, que submergirá a máquina legal, deixando calado, sobre ela, para a arca de sete côvados da sua erudição. Como primeiro cimo aparecerá, feita a expurgação, o poder judiciário, que é o bendito Ararat, sobre o qual S. Ex^a. pretende descansar.

Por nossa parte não nos negamos a receber a infalibilidade do Sr. Rui Barbosa, como um estatuto constitucional, ou até como um dogma, se S. Ex^a. assim o determinar.

O meu grande prazer será ter quem pense por mim, quem sinta por mim, quem queira por mim.

Pois não é um regalo ter-se um Moisés à mão para mandar que as ruvens chovam tâmaras, quando se tenha fome, e que os Orebs jorrem água! Até com o adiantado da civilização talvez tenhamos muito mais que isto: garruchas transformadas em fiambre e punhais transmudados em fios de ovos.

O nosso país será um requintado tolo, se não fizer a deposição do Sr. Campos Sales para aproveitar o Sr. Rui Barbosa, enquanto a sua imparcialidade está quentinha e o seu espírito de justiça viçoso como um jardim orvalhado.

Reflitamos na sabedoria do prolóquio popular: a ocasião é calva, e ninguém resiste aos ultrajes irreparáveis do tempo.

A de 10 de outubro, porém, ainda subiu de tom. Aqui o sarcasmo se junta à insinuação malévola mais banal:

Tínhamos certeza de que de sua parte há o propósito de vingar-se na imprensa de queixas, que tem do Governo, por este não ter podido agasa-

ilhar pretensões de alguns de seus amigos, que se servem do seu nome, sem medir a responsabilidade dele perante a história do país.

Diante da expansão, pouco comum do Sr. Rui Barbosa em abono dos mortais, que tiveram o infortúnio de não nascer gênios como S. Ex^a, percebe-se logo que o redator comercial é algum dos íntimos da administração financeira de S. Ex^a.

Que não é o Sr. Botafogo,²⁷ conclui-se prontamente. O afortunado oficial de gabinete do Sr. Rui Barbosa está atarefado com outros negócios de maior monta e não se prestaria, portanto, a espionar o contubérnio do governo com os agiotas.

Mas se não é esse representante, o mais completo, da probidade da administração financeira do Sr. Rui Barbosa, nem por isto ele é menos digno da confiança de S. Ex^a. É talvez alguns desses famosos negociadores do ágio dos nomes dos banqueiros, um desses desabusados *homens* de palha, que rolaram milhões; um desses *croupiers* célebres da roleta das organizações das sociedades anônimas.

Em toda a parte do mundo recrutam-se os *moutons* nas classes que se quer espionar. [...] Cumpre-nos avisar o Sr. Rui Barbosa de que só admitimos um Deus: o que S. Ex^a. invocou quando disse ter abjurado do Bezzerro de Ouro do encilhamento, e feita a penitência, abraçado a fé que proíbe a mentira, a dissimulação, a perfídia e a ingratidão.

Ponha S. Ex^a. cobro aos seus *moutons*, se não quer ter o desprazer de ser tratado com a severidade, com que repelimos os caluniadores e intrigantes, por mais invioláveis, que eles se presumam.

No editorial de 11 de outubro, intitulado "Como vemos as coisas", a fuzilaria é a mesma. Dessa mesma data é o artigo "Ricocheteou" em que as injúrias não são menos vivas.

A 14 de outubro, sob o título de "Caso de imprensa" a falta de ética chega ao extremo de indelicadeza de trazer, em apoio do enredo tecido a propósito do incidente com Domingos Olímpio, supostas confidências pessoais de Rui Barbosa ao tempo de sua intimidade com o autor. Procura então indispor o antigo amigo com o barão do Rio Branco:

Quem escreve estas linhas, e que também nada vale para o Sr. Rui Barbosa, o deus míope, que não baixa o seu olhar até os mortais que não foram conselheiros no império nem vice-chefes do governo provisório, teve

27. A. J. de Sousa Botafogo — oficial de gabinete de Rui Barbosa quando ministro da Fazenda. Não era mais pessoa das relações de Rui Barbosa, nem jamais colaborou na *Imprensa*. A referência só tinha, portanto, o intuito malévolo de ligar o nome de Rui às acusações que pesavam sobre o nome de seu antigo auxiliar.

ocasião de conversar com o Sr. Rui Barbosa a respeito da incompatibilidade que parecia ter ficado para a nomeação do Sr. Rio Branco. Pensava e pensa que o ilustre diplomata era co-responsável pelo artigo de Levasseur, que dá como nossa fronteira o rio dos Calções, co-responsabilidade nascida da co-redação do artigo sobre o Brasil na *Grande enciclopédia*.

Então, o Sr. Rui Barbosa lamentou com o autor destas linhas a imprevidência, que nos privava dos serviços inestimáveis do glorioso diplomata.

Isto é que intimamente pensa o Sr. Rui Barbosa e revelá-lo não é difamar a sua intimidade; é simplesmente tirar a máscara de que S. Ex.^a. se está servindo...

O ataque vai em *crescendo*. A 19 de outubro, em réplica a um editorial de Rui a propósito do lastimável estado em que se encontrava o Rio de Janeiro, as injúrias atingem ao delírio. Exprobra a Rui por não ter, como ministro da Fazenda, elaborado um plano para remodelação municipal:

Hoje o Sr. Rui Barbosa, que tendo o poder na mão, esqueceu-se absolutamente desta cidade, que não se lembrou da degradação dela ante as capitais platinas; vem nos atirar à cara essa imundície, como um crime do povo, que só conheceu as emissões, quando elas vieram arrancar-lhe da boca o pão e privá-lo do relativo bem-estar de que gozava.

Qual foi o plano de reconstrução, que o Sr. Rui Barbosa nos legou, como simples recordação do seu governo?

Governada por autóctones e negros, esta cidade viu a administração do Sr. Ferreira Viana e com eles alguns edifícios dignos dela. Que fez o Governo e o cosmopolitismo do Sr. Rui Barbosa, quando assessor do Governo Provisório?

O melhor é calar. O que o Sr. Rui Barbosa quer é converter em adubo para o seu jornal o nosso amor à cidade, que nos aqueceu a todos com a sua hospitalidade.

O que S. Ex.^a. quer não é uma administração municipal digna, mas simplesmente clientela, que lhe dê contratos de 700 contos, e como quebra uma tiragem grande para a *Imprensa*.

A resposta direta, linha por linha, a essas infâmias, nunca seria do estilo de Rui produzi-la. Ele foi, porém, acumulando a sua indignação e transformando-a, pouco a pouco, naquela retum-

bante explosão da honra ferida que é “A Difamação”.²⁸ Eis aqui, mais uma vez, comprovada a superioridade indestrutível da obra de arte. Os artigos de Patrocínio, frutos não da inspiração do seu talento, mas de uma ingrata e falsa posição de seu espírito, jazem no pó do esquecimento de onde os fomos buscar para o estudo destes episódios. “A Difamação” é uma página de bronze registrada imorredouramente nas antologias literárias. As acusações da *Cidade do Rio*, sempre repetidas e repisadas nos ataques a Rui, nem são novas, nem serão as últimas. Este as repelirá e destruirá, em discursos e conferências famosas. Mas o perfil do difamador está para sempre nestas palavras escritas com fogo:

Tu não vales a pena, Aretino, de que se toque na liberdade, ou se chame a justiça, para te ir às mãos. Cuidas roubar o nome das tuas vítimas, e não roubas senão o dinheiro dos que te pagam. A polícia dos teus crimes não se chama legião, chama-se exército, chama-se multidão, chama-se publicidade. A ela não te escapa nem o fundo da consciência, lavrada dos estragos do vício secreto, como à visão radiográfica não escapam hoje os corpos opacos. Quando imaginas estar a sós, manobrar a furto, pilhar e assassinar no asilo da honra alheia, quando te laureias de talento, e te revestes de eloquência, para mercar os produtos da tua infâmia, colhido estás, despido, apontado, reconhecido, através das tuas roupas de empréstimo, dos teus hábitos de melodrama, nos gilvazes da tua pele, nos estigmas da tua enfermidade, na gafeira da tua nudez. Anda, já não és ‘o flagelo dos príncipes’. Serás, quando muito, a delícia dos escravos. O medo às tuas façanhas, presentemente, seria o mais fútil dos anacronismos. Ninguém já hoje tisna o nome senão nas próprias obras. A imprensa não há de ser manietada, porque tu a enxovalhas. Porque tu existes, não se há de mutilar as instituições livres. Porque tu a ameaças, não se há de supor em risco a probidade.

O artigo foi divulgado imediatamente por todo o país. De Belém a Porto Alegre, o nome de Patrocínio, que não figura uma só vez na publicação de Rui, aparece encimando a transcrição da catilinária da *Imprensa*.²⁹

28. *A Imprensa*, de 13 de dezembro de 1898. Transcrita na *Estante clássica* (organizada por Laudelino Freire), Rio de Janeiro, 1921, p. 81; na *Coletânea literária* (de Batista Pereira), São Paulo, 1928, p. 166; em *Primores* (Coletânea por Laudelino Freire, Rio de Janeiro, 1932, p. 83), tradução em francês por Clément Gazet: *Pages choisies de Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro, Briguier, 1917, p. 33.

29. Arquivos de recortes de jornais de Rui Barbosa, mantido até hoje pela Casa de Rui Barbosa.

Poucas vezes a superioridade do gênio literário em defesa da honra de um homem de bem ter-se-á revelado de forma tão espantosa.

Mas ainda é preciso mencionar um lance neste famoso duelo. Passados seis anos, volta Patrocínio a se ocupar da personalidade de Rui Barbosa, isto a propósito dum projetado congresso de governadores. Comentando a possibilidade de ser o mesmo representante do governador da Bahia naquele certame, prevê a ascensão natural que ele devia tomar sobre os demais delegados e recorda os grandes momentos parlamentares de Rui. Transcrevendo trechos da resposta a César Zama, em 1896, tem este período de comentário:

Só quem teve a fortuna de *ouvir* o monstro, para me servir da expressão de Êsquines para Demóstenes, sabe qual foi a solenidade dessas palavras quando viveram na boca privilegiada do orador. **JESUS DEVIA TER FALADO ASSIM NO SERMÃO DA MONTANHA.**

Os versais não são nossos. São do próprio Rui Barbosa, assinalando em tinta vermelha, estes e outros elogios retumbantes de seu antigo caluniador, em artigo no *País*, de 28 de setembro de 1904, guardado, sem comentários, no precioso arquivo de recortes de imprensa da Casa de Rui Barbosa.

A atitude do jornal, em face do Governo, foi sempre a da mais completa independência. O crepúsculo do quadriênio de Prudente de Moraes não despertou em Rui Barbosa o sentimento de respeito que a atual geração tem dispensado ao primeiro presidente civil. Poucos temperamentos terão sido tão contraditórios como a sisudez precavida de Prudente e a sistemática ousadia de Rui.

Em relação a Campos Sales, porém, velho companheiro do Governo Provisório, apesar de um estremecimento em 1891, as possibilidades de conciliação eram bem amplas.

A atitude de Rui foi, porém, a de recusa em relação a qualquer entendimento. Um amigo comum, que foi o Sr. Tobias Monteiro, tudo fez para aproximar o redator principal da *Imprensa* do chefe do Estado. Rui atacava fundamente um projeto de organização da polícia de autoria de Alfredo Pinto, projeto que se dizia obedecer a inspirações governamentais. As boas disposições da parte de Campos Sales, porém, foram até o ponto que revela a seguinte carta confidencial:

Rio de Janeiro, 28 de out. de 1898.

Rui.

Se os seus afazeres não fossem muitos, eu pediria que viesse até cá, prevenindo-me da hora, para conversarmos sobre diversos assuntos, entre os quais o projecto — Alfredo Pinto. Em rigor a sua opinião é a verdadeira e trato de providenciar para que uma emenda o ponha na conformidade da doutrina por v. sustentada na *Imprensa*.

A sua *Imprensa* é o meu café de todas as manhãs e às vezes café um tanto amargo; mas em todo caso sempre benéfico.

Aproveito também para dizer que os *estatutos* do Palácio não se entendem com os amigos como v., para quem não há necessidade da interposição do secretário.

Cumprimentos do am^o. af^o.

Campos Sales.

Quando Rui Barbosa recebeu esta amável abertura de negociações a 28, já estava pronto o artigo que sairia a 29 sob o título de “Compromisso presidencial”, em que ataca mais uma vez o projecto de reforma da policia. Ao gerente da folha, que indagava se a campanha continuaria, à vista do convite do Presidente, respondeu Rui logo afirmativamente: “Minhas obrigações para com o povo são maiores do que em relação ao chefe do Estado”, afirmou ele. “Há certas coisas que não poderei deixar de dizer acerca deste projecto.”³⁰

E respondeu ao presidente com este bilhete que não fechava a porta a entendimentos futuros.

Rio, 29 de nov. 98.

Campos Sales

Recebi ontem à noitinha a sua carta, cujas finezas muito agradeço, e não lhe respondi logo por incomodado.

Tenho acanhamento em lhe marcar hora, porque receio embarcá-lo no emprego das suas. As minhas estão ao seu dispor do meio-dia em

30. “Não sei de homem político, entre nós ou no estrangeiro, que, em face de uma carta como a que Rui recebera, não adoçasse o café presidencial e não açucarasse com o carinho da presença mais assídua a intimidade, cujas portas o Presidente tão afetuosamente lhe abria”... “O certo é que a censura aos atos errados do Governo não se adoçou, como tanto queria Campos Sales.” (João Mangabeira. — *Rui — O Estadista da República*. Rio de Janeiro, 1943, pp. 90-91.)

diante, e, em caso de urgência, mesmo antes disso. É só indicar, pois, a que mais lhe convém, e aí estarei.

Não me sendo possível retirar o artigo de hoje, aproveitarei o de amanhã, para render as devidas homenagens ao seu procedimento.

Sempre sinceramente

Seu âm.º. ãf.º.

Rui Barbosa.

O artigo de 30 de novembro, intitulado "A Reforma policial", começa, de fato, por estas palavras conciliatórias:

Não nos enganáramos: o Dr. Campos Sales persiste no seu programa, não lhe aceita a emenda contida no projeto de reformas policiais. Com a sua lúcida visão de juriconsulto e estadista, S. Ex.^a, não podia cair no laço, que lhe armava aquele erro. Apressando-se em interpor a sua autoridade, para o atalhar, deu-nos o chefe do Estado o primeiro penhor palpável de sinceridade na observância do seu programa. O caso é para congratulações, das quais a S. Ex.^a. toca a melhor parte.

Suscetibilidades invencíveis impediram sempre esta aproximação tão desejável. Rui não procurou o amigo e até as ligações através das amizades comuns foram cortadas.³¹

Mas que a independência não significava obsessão oposicionista provam-no as diversas intervenções a favor do governo.

31. Com esta atitude impossibilitou Rui Barbosa a realização do intento do Governo de oferecer-lhe a representação do Brasil em Washington. É o que revela o ministro do Exterior de então: "Com o Presidente Campos Sales ficou combinada a nomeação conjunta de três grandes nomes: do Sr. Rui Barbosa para os Estados Unidos; do Sr. Quintino Bocaiúva para Buenos Aires; do Sr. Joaquim Nabuco para o Chile... Quanto ao Sr. Rui Barbosa que, pela sua conhecida cultura jurídica americana e interesse em conhecer de perto a prática do sistema constitucional da grande nação, poderia sentir-se satisfeito e curioso de um campo tão vasto de observação, e de utilidade para a sua carreira sempre brilhante na política interna, não chegou a ser consultado, porque inopinadamente abriu uma violenta campanha contra o Presidente Campos Sales, de que foi a primeira demonstração o seu célebre artigo "O Busto de Washington", no seu jornal *A Imprensa*. O convite para tal fim, depois destas demonstrações hostis, poderia ser considerado uma manobra menos digna para ambas as partes, e assim se desfez um projeto, sem preocupações partidárias, e que seria de grande alcance para o país". (Olinto de Magalhães. *Centenário do Presidente Campos Sales*. Rio de Janeiro, 1941, p. 115.)

Em conversa pessoal, porém, D. Maria Augusta disse-nos que a representação em questão seria em Londres.

Em março de 1899, por exemplo, os bancos estrangeiros recusaram-se a assistir à incineração do papel-moeda, a pretexto de que a convenção londrina o não permitia. Rui examina minuciosamente o contrato do *funding-loan* e conclui pelo integral apoio ao ponto de vista governamental.

No editorial de 9 de março de 1899, sob o título: “A Primeira dificuldade”, não regateia aplausos ao ministro da Fazenda pela firmeza da atitude:

A situação jurídica do Governo neste incidente nos parece inexpugnável.

E conclui:

A deliberação ministerial, porém, sobre ser a só consentânea com a letra e o espírito do acordo, é a que defende os interesses do país, evitando a amontoação, de imensas somas de papel-moeda em casas particulares de comércio, envolvidas no jogo de bolsa e especialmente na especulação sobre o câmbio internacional.

Não pode haver facilidades em matéria de confiança por parte do Governo brasileiro, quando este é o primeiro a não a merecer, vendo-se humilhante e absurdamente sujeito à fiscalização de quem, pelas leis do Estado, se acha subordinado à sua.

O efeito dessa independente manifestação de aplauso foi esse que revela a seguinte carta de Joaquim Pereira Teixeira ao gerente do jornal:

Rio 9 de março de 1899.

Carlito.

A impressão causada aqui pelo artigo do Rui, o Palma [desembargador José Joaquim da Palma] lhe dirá qual foi.

Na praça, onde grande era a indignação contra os bancos estrangeiros, o movimento de simpatia pelo mestre foi grande.

Murtinho delirava: *principalmente o fim está sublime*, dizia ele.

Felizmente eles vão se convencendo que por aqui não há oposicionistas sistemáticos.

Desde a chamada “conspiração Andrade Figueira”, porém, a oposição de Rui Barbosa tornou-se mais intensa. E assim,

comenta Luís Viana Filho, *A Imprensa* “continuou o café bem amargo de Campos Sales”.³²

Houve outra espécie de independência que Rui Barbosa procurou defender a todo transe: a da sua posição de jornalista em face dos próprios interesses profissionais. Quando um constituinte julgou que o jornal do patrono iria alinhar-se em sua defesa, como se nos serviços de advogado, por ser este jornalista, se incluíssem os editoriais de imprensa, Rui Barbosa respondeu-lhe com a seguinte carta, onde se espelha a sua sensibilidade em face do que lhe pareceu um atentado à ética profissional:

Nova Friburgo, 20 de março, 1900.

Carlito.

Da firma Salgado recebi ontem um apelo por telegrama. V. faça-me o favor de lhes dizer que estou à sua disposição, para dar os pareceres e fazer os trabalhos jurídicos, que quizerem, contra a violência, que acabam de sofrer. Mas, se, tendo com eles o contrato de advocacia, que tenho, confundir a minha pessoa com a da *Imprensa*, para os ir defender editorialmente nela, isso, pela suspeição que se não deixará logo de alegar, em vez de os servir, exautorará, pelo contrário, à *Imprensa* e a mim. No mais ela fará pela justiça da sua causa o que razoável e decentemente lhe for lícito.

Seu compadre

R.

Resta-nos ainda, para terminar este esboço, aduzir algumas observações a respeito do próprio trabalho de Rui na elaboração e impressão de seus artigos. Algumas dezenas de cartas dirigidas ao Sr. Carlos Viana Bandeira e que nos foram confiadas, bem como uma pasta de originais de artigos destinados à *Imprensa* e que, por várias causas, não vieram à luz, permitem-nos apreender alguns traços característicos do cuidado da composição e do carinho na impressão, que Rui manifestava em todos os seus trabalhos.

A primeira observação a fazer é aquela que cabe a todos os manuscritos de Rui: a beleza material do documento, a preocupação dominante de aliar à elegância da forma, a beleza caligráfica e o equilíbrio das colunas do cursivo regular, — acima de tudo — limpo e claro.

32. *A Vida de Rui Barbosa*. São Paulo, 2.^a ed., 1943, p. 205.

Nos artigos, porque se destinam aos compositores, às mãos dos quais vão em original, há precauções especiais para obviar equívocos. Assim, por exemplo, num editorial intitulado: "Coisas do telefone", Rui anotou à margem, como aviso ao tipógrafo: "escrevi *telefone*".

Apesar de todos estes cuidados, a revisão lhe dava permanentes aborrecimentos. Os seus bilhetes ao Sr. Carlos Viana Bandeira estão cheios de censuras aos revisores. Estes por exemplo:

Friburgo, 19 de abril, 99.

Carlito

Quase não lhe mando mais artigo hoje; tão aborrecido fiquei com o triste estado da incorreção, em que saíu o desta manhã. Aí vai com os erros indicados para uma errata. Logo numa questão desta ordem, em que a má fé dos adversários não perde vaza para nos atacar, é que nos expomos assim à sua crítica. Se a *Imprensa* decididamente não melhorar a tal respeito, basta-me esse motivo, para que eu seja obrigado a deixá-la; porque nada é mais desagradável a um homem de letras do que ver os seus escritos estropiados.³³

Seu comp. e am^o.

R.

11 junho 99.

Carlito

Talvez por ter eu, adivinhando, posto uma recomendação de cuidado na revisão ao artigo de hoje, saiu ele com vários erros tipográficos, um dos quais é uma asneira: susto, em vez de surto. Entretanto, eu, pressentindo uma destas peças, apesar de se tratar de um termo já diversas vezes usado

33. O artigo de 19 de abril, denominado "O que é a Política", é uma resposta à *Gazeta de Notícias* relativamente ao caso do Estado do Rio.

A *errata*, a que se refere o bilhete, e que saíu no dia 20 de abril, é a seguinte:

"Em o nosso editorial de ontem saíram os seguintes erros de revisão que devem ser retificados para clareza dos tópicos a que se referem.

"Na primeira coluna, onde se lê *arrogarem o ignorante*, leia-se — arrazaram o ignorante; *os mais rasteiros comícios*, leia-se — os mais rasteiros convícios; e na segunda coluna, *as respeitadas influências*, leia-se — as respeitáveis influências; — *tão pouco era a nossa pressa*, leia-se — tão pouca era a nossa pressa, e *o fazemos obedecendo ao convite etc.*, leia-se — o fizemos obedecendo etc."

por mim, depois de ter escrito a palavra, risquei-a e *tornei a escrever em letras bem graúdas, para não escaparem à miopia dos srs. revisores*. Não podendo imaginar propósito, é evidente que há, nesse serviço, negligência indesculpável. Se definitivamente não há, no pessoal da *Imprensa*, quem se interesse pelos meus artigos, — tanto têm eles caído na estima da própria folha, que deles vive! — eu decididamente deixarei de escrever. Digo-lhes isto sem outra intenção mais que a de prepará-los para um fato, a que me forçarão com este desamor pelo meu trabalho, com tantos sacrifícios feito.

Seu do C.

Rui.

Ou este, sem data:

Carlito. Vê como saiu *asnático* o meu editorial de hoje. Nem por ser tão pequenino o meu pobre artigo mereceu cuidado à revisão. Definitivamente é preciso demitir esses revisores, analfabetos, ou relaxados, ou então me demitirei eu; porque não estou para aparecer todas as manhãs em público *sujo e porco*, agüentando com a responsabilidade de tolices.

Seu do C.

Rui.

Estas queixas se eternizariam. Num ambiente de incrível displicência, como é o nosso, até hoje, para com este gênero de cuidados, as exigências de Rui deviam soar como caturrices ou vaidades mesquinhas, quando não passam da mais corriqueira das condições de trabalho em meios de cultura superior.

Mas não era somente no preparo, caligráfico e tipográfico, dos artigos que se notava o apuro que Rui dedicava a tudo que produzia; era também na escolha dos termos que ele ia coligindo de leituras de clássicos e de dicionários, anotando em extensas relações manuscritas, arrolando-os em torno de assuntos, e preparando-se para enfrentar qualquer tema com um vocabulário variado, preciso e perfeito. A massa que representa este material acumulado em longos anos, em cadernos e maços existentes no arquivo da Casa de Rui Barbosa, permitirá mesmo a organização de um verdadeiro dicionário ideológico, dos mais úteis de nossa língua.

A propósito desta procura de termos exatos cabe aqui um curioso depoimento de João Luso, na crônica que acima citamos.

Foi pouco depois da minha vinda para o Rio. Redator da *Imprensa*, na sua segunda fase, fui, por motivo duma ausência do secretário da redação, Artur Dias, designado para ocupar aquele cargo. Uma das obrigações que me competia era fazer, com o chefe da revisão, a correção das segundas provas do artigo diário de Rui Barbosa. Assim nós dois tivemos a primícia de algumas das suas mais triunfantes e célebres obras-primas de jornalista. São desse período da *Imprensa* os formidáveis artigos políticos: “Vênus no tesouro”, “A Esteira do navio”, “Pornéia”, e nênia peregrina inspirada na morte de Ferreira de Araújo — cujos originais guardei preciosamente — outros trabalhos ainda, que o Rio intelectual gozou como dádivas de inapreciável valor. Ora, uma noite, antes de iniciarmos a nossa tarefa, preveniu-me o chefe da revisão de existirem no artigo quatro palavras que ele absolutamente desconhecia e debalde procurara nos dicionários da casa. Está claro que me veio o desejo irresistível de, antes de mais nada, “ver” as palavras em questão. Com efeito, eram-me desconhecidas e isso não me podia surpreender, depois da declaração do meu companheiro, profundo conhecedor da língua. Que partido tomar em tal emergência? A letra de Rui Barbosa tinha particularidades traiçoeiras; os “uu” e os “nn”, por exemplo, não faziam a menor diferença. Os “cc” podiam se confundir com “ee” e os “ll”, muito curtos, também com os “ee”. Como averiguar, pois, se os tipógrafos teriam composto exatamente o que o articulista escrevera ou trocado alguma letra — o que, no dia seguinte, constituiria para Rui Barbosa uma grande contrariedade e para nós um imenso vexame? Não havia sequer o recurso de telefonar ao chefe venerado, pois que ele subia então, todas as tardes, para Petrópolis e não havia ainda o serviço entre as duas cidades. A nossa situação tornava-se deveras angustiada, quando, de repente, me lembrou que a Redação recebera, dias antes, o dicionário de Cândido de Figueiredo, acabado de publicar e do qual se dizia conter mais trinta mil vocábulos que qualquer dos anteriores. Corri ao armário onde guardara os dois volumes do novo dicionário. [...] Lá estavam as quatro palavras, e todas quatro no primeiro volume — e então reparamos que todas começavam por “a”. [...] No artigo do dia seguinte, havia também três ou quatro palavras que nunca tínhamos visto e que principiavam por “a”. Esta inicial manteve-se ainda alguns dias; depois, foi substituída pelo “b”; e pouco mais tarde, apareciam as palavras em “c”. [...] Quer dizer: Rui Barbosa que, como advogado, tinha às mãos várias questões, entre elas a da Carne Verde, momentosas e absorventes; que exercia o seu mandato no Senado, onde não faltava nunca; que escrevia diariamente um artigo de duas ou três colunas; que acompanhava, com tempo certo de leitura, todas as manhãs, as grandes revistas e os livros sensacionais — podia ainda procurar nos dicionários que apareciam as palavras não usadas, para as examinar, avaliar

da sua serventia e, uma vez aprovadas, incluí-las no seu tão opulento quão apurado vocabulário!³⁴

Ainda uma palavra a respeito da composição dos artigos. Muitos foram escritos de um jato, como que provocados por um impulso de indignação, ou de entusiasmo. Na própria forma, viva e oratória, nota-se a espontaneidade da inspiração. Grande parte foi escrita em Friburgo (durante todo o início do ano de 1899 e 1900), longe dos livros e de bibliotecas, fundados, portanto, exclusivamente na memória e nos apontamentos do autor. Esta memória, que atingia uma perfeição dificilmente alcançada pelo mais complexo aparelhamento dos modernos fichários, permitia-lhe ir buscar elementos para debate em antigos escritos seus ou de outros. Neste caso, por exemplo:

Carlito

Manda-me estes dois livros:

Arte de Amar (Ovídio). Está no meu quarto de vestir, estante preta do canto onde se põem os vasos, 3.^a prateleira, contando de cima.

LITTRÉ: *Médecine et médecins* — Está na minha biblioteca, estante preta e estreita, que fica junto à porta da escada do segundo andar, parte envidraçada, 1.^a prateleira contando de baixo. O volume acha-se deitado.

E este outro:

Tirar e remeter-me:

— Do meu quarto de vestir, papelera que fica ao lado da minha secretária, gavetas à direita de quem olha para ela, segunda ou terceira a contar de cima, — um artigo meu sob o título “Pasquino e Marfório.”

— Da biblioteca, estante situada entre as duas portas do corredor, lado esquerdo, terceira ou quarta prateleira, contando de baixo, uma obra de lombada preta em dois volumes, com o título DUVERGIER DE HAURANNE: *Les Abus d'autorité en France*.

— Do gabinete, estante oposta às janelas, primeira ou segunda prateleira a contar de cima, segundo ou terceiro corpo a contar da esquerda, — CARRARA: *Diritto criminale. Programma, Parte speciale*: o volume onde estão os §§ 2.760 a 2.779.

— Ainda nessa estante, na mesma parte envidraçada, primeira ou mais provavelmente segunda prateleira, a contar de baixo, um volume com o título *Liberté individuelle*.

34. João Luso, in *Jornal do Comércio*, 4 de março de 1923.

Mas, ao lado disso, houve artigos que foram longamente elaborados como verdadeiras monografias, que de fato são. Neles seguiu Rui Barbosa o seu método habitual de traçar um roteiro com as indicações bibliográficas completas, que ia riscando à medida que as utilizava. Sempre que encontradas no arquivo foram aproveitadas e serão publicadas ao pé do respectivo texto.

Os artigos da *Imprensa* nunca foram publicados sistematicamente em livro. Deles se fizeram somente coletâneas que estão esgotadas: assim, *Primores*, organizada por Laudelino Freire, acima citada; *Colunas de fogo* (com prefácio e notas de Fernando Nery);³⁵ *O Divórcio e o anarquismo* (com prefácio e revisão de Homero Pires)³⁶ constituem simples compilações, total ou quase totalmente extraídas destas colunas.

Além disso, grande número desses editoriais foram transcritos na *Revista de Língua Portuguesa*, na *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Mencione-se ainda a transcrição de toda a defesa do conselheiro Andrade Figueira (feita em março e abril de 1900) na *Década Republicana*.³⁷

Esta primeira edição integral de tão vasta e importante série, além de obedecer escrupulosamente às correções feitas pelo autor, quer nas erratas publicadas nos dias subseqüentes ao do aparecimento dos artigos, quer nas indicações apontadas na correspondência, compreenderá ainda os tópicos publicados antes da parte ineditorial —, tudo de acordo com as declarações de Rui a Laudelino Freire em carta publicada na *Revista de Língua Portuguesa*, n.º 2:

... no tocante à *Imprensa*, durante esse período em que fui o seu diretor [1898-1901], todos os editoriais (sem exceção) me pertencem, isso ainda quando ali se encontram dois ou três editoriais num só dia.³⁸

Seguir-se-á, ainda, um volume contendo artigos não publicados, ou fragmentos não aproveitados nas colunas do jornal.

Casa de Rui Barbosa, outubro de 1946.

35. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1933.

36. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1933.

37. Rio de Janeiro, 1899-1901, vol. v, p. 295.

38. Carta datada de Caxambu, em 10 de outubro de 1919. [Original no arquivo da Casa de Rui Barbosa por doação do Dr. Fernando Nery.]

III. RUI BARBOSA E A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA¹

Rui Barbosa tem o seu nome indissolúvelmente ligado à primeira Constituição republicana. Ele próprio reivindicou várias vezes, e solenemente, a sua autoria. Contudo, houve quem contestasse semelhante afirmação. Não mereceria ele o respeito que vem tendo dos estudiosos, se tivesse sido capaz de afirmações tão levianas. A verdade é hoje fácil de ser demonstrada materialmente.

O projeto de Constituição foi, de fato, elaborado por uma comissão de juristas, nomeada pelo Governo Provisório, em 3 de dezembro de 1889. Este projeto não foi, porém, encaminhado à Constituinte. Refundiu-o o próprio ministério, em discussões realizadas na casa de residência de Rui Barbosa, então à praia do Flamengo. É o que resulta dos depoimentos, concordes em linhas gerais, dos membros do governo àquela época. Veja-se, por exemplo, a polêmica na *Notícia*, de 1894, entre dois jornalistas anônimos, que depois se verificou serem o antigo ministro Campos Sales e o antigo oficial de gabinete de Rui Barbosa, Tobias Monteiro.

Nessas discussões, ouvidos os vários ministros, redigia Rui Barbosa o vencido nos debates e dava-lhe a forma definitiva. De modo que de sua pena saíram, de fato, todos os artigos do projeto definitivo, que foi aprovado por decreto e considerado a contribuição oficial do Governo à obra da constitucionalização do Brasil.

Quando disse que a prova material dessa afirmação está feita, queria me referir aos elementos hoje existentes na Casa de Rui Barbosa. Está, realmente, recolhida a este museu a preciosa documentação que esclarece definitivamente este episódio de nossa vida legal. Aqui estão, de fato, o projeto da comissão de juristas, acima referido, e todas as emendas, autógrafas, de autoria de Rui Barbosa, seguidas do texto definitivo, ainda do punho de Rui. Conferindo o texto das emendas com o do projeto oficial, verifica-se que praticamente não houve alteração. De modo que a preponderância de Rui no projeto não pode mais sofrer contestação.

1. Conferência realizada a 5 de novembro de 1948 na Casa de Rui Barbosa, sob a presidência do ministro Clemente Mariani.

Sei que existem exemplares deste projeto, com as respectivas emendas, pertencentes aos demais membros do Governo Provisório. É urgente a publicação dos textos para confrontação com as emendas de Rui.

O projeto, submetido à Assembléia, sofreu, porém, alteração. Não tantas que lhe modificassem fundamentalmente a fisionomia. A Constituição tem 90 artigos, dos quais 74 são os do projeto, intactos ou levemente alterados. Forçoso é concluir, portanto, que a influência de Rui na primeira Constituição é decisiva e incontestável.

Esta documentação, tal como acabo de expor, foi por nós publicada em volume das *Obras completas de Rui Barbosa*, com prefácio do Prof. Pedro Calmon, autoridade consagrada várias vezes na matéria. É, pois, hoje ponto pacífico em nossa história constitucional.

Reunidos e articulados na ordem da lei, os depoimentos de Rui acerca das disposições constitucionais constituem hoje, pois, a fonte mais importante para a exegese do texto da magna carta da primeira república.²

Quais os precedentes desta contribuição de Rui Barbosa devemos agora examinar ligeiramente.

Antes da república, Rui Barbosa havia sido um eficiente e graduado elemento do Partido Liberal. Seis anos de parlamento imperial haviam criado a sua fama de temível dialeto e grande conhecedor do sistema de gabinete, ao gosto inglês. Seus discursos de 1879 a 1884, já publicados na maior parte, estão repletos de lições de história parlamentar inglesa e de comentadores da escola britânica.

Data de 1889, na luta pelo federalismo, a inclinação para o sistema americano. Na forte campanha iniciada então pela imprensa, em 1889, já que fora excluído do parlamento pelos próprios liberais, como elemento pouco adequado para a política partidária, começa a aparecer a tendência para a carta dos Estados Unidos da América.

Em maio de 1889 reuniu-se no Rio um importante congresso do Partido Liberal. O Partido Conservador, no poder havia quatro anos, dava sinais evidentes de extenuação. O congresso liberal assumira assim importância excepcional: o da elaboração de um

2. *Os Comentários à Constituição*, organizados por Homero Pires, São Paulo, Saraiva, 6 vols., 1934-1935, constituem trabalho fundamental para se compreender a ação de Rui Barbosa na interpretação da carta de 1891.

programa de governo. A preocupação de não chocar demasiado o trono, e desse modo incompatibilizá-lo com o partido, conteve muitos delegados das províncias. Como a palavra *federação* ainda soava um tanto estranhamente, despertando ecos do período regencial, durante a menoridade do Imperador Dom Pedro II, em que esta idéia havia servido de bandeira a várias revoluções e provocado a reação conservadora-unitária, preferiu o congresso propor medidas conciliatórias, falando em autonomia, em franquias. Evitou-se cautelosamente a palavra *federação*.

O voto em separado, ou *plano Rui Barbosa*, como passou a ser denominado, daí por diante, nas discussões políticas, é um documento bastante curto. Consta de quatro simples páginas, que compreendem três artigos com seus parágrafos, ao todo 26 membros. O ponto mais importante é a eletividade dos presidentes de província, pelo período de quatro anos.

A discriminação entre os poderes da *União* (termo que então já se empregava) e as províncias era moldada pelo sistema norteamericano. Após enumerar os poderes do Império, declarava: “competem à autoridade provincial... todos os poderes não compreendidos nas atribuições da autoridade nacional”.

Este plano passou a constituir não propriamente um voto vencido, porque alguns dos signatários subscreveram também as decisões da assembleia, mas uma declaração de voto. Mereceu a aprovação de alguns nomes altamente representativos, como do senador Dantas, chefe da ala do Partido Liberal baiano em que militava o autor; de Cesário Alvim, mais tarde, como Rui, ministro do Governo Provisório; teve, posteriormente, o apoio importantíssimo do senador Saraiva, sucessor natural de Ouro Preto, caso a monarquia conseguisse salvar-se do golpe militar de 15 de novembro.

O que este voto indica, portanto, é uma simples organização federativa das províncias, sem se referir diretamente à organização do governo central.

É evidente, porém, que a estabilidade dos governos provinciais, até então dependentes totalmente da nomeação partidária do governo central, iria trazer uma alteração completa no regime parlamentar, tal como se praticava no Brasil. Sem a substituição do quadro administrativo provincial, consequência habitual da mudança de situação, o sistema parlamentar brasileiro estava ferido de morte. Com a vitória do movimento republicano e o desaparecimento do trono, porém, as atenções do legislador desviaram-se completamente dos seus compromissos em relação ao

parlamentarismo. Era então o momento de dar ampla realização ao federalismo, já agora num sistema adaptável inteiramente ao seu pleno funcionamento.

Neste sentido o grande modelo teria que ser o do tipo norte-americano. O fortalecimento do poder central, com o presidencialismo, seria compensação para prestigiar a União. O contraste do poder judiciário seria uma garantia para os excessos do executivo e do legislativo.

A rigor, o sistema brasileiro estava talhado desde o decreto n.º 1, improvisado a 16 de novembro de 1889. Só um homem nesse momento era conhecedor profundo do regime norte-americano. Só um seria capaz de articular em algumas horas o arca-bouço do sistema brasileiro — Rui Barbosa — e isto foi dito por todos os que estudaram esse momento histórico.

Este decreto foi o principal fundamento do projeto primitivo. Quando Rui Barbosa, rearticulando o projeto dos juristas, redigiu, afinal, o projeto do Governo, imprimindo-lhe modificações essenciais, estava em terreno próprio, agindo com a consciência e a segurança de quem trata de coisa sua, e não simplesmente dando forma literária ao projeto, coisa que, aliás, também fez.

Reunida a assembléa, porém, coube ao grande federalista um singular papel. Grande parte dos deputados e senadores era constituída de discípulos mais ou menos remotos das teorias positivistas, obcecada com o ideal das pequenas pátrias, do sistema comtiano. Entre os próprios liberais, velhos partidários da República sob o Império, a noção da verdadeira extensão da autonomia dos Estados não se revelava muito nítida. De sorte que ao antigo federalista coube um papel paradoxal: combater os excessos do separatismo.

Não somos — dizia ele, perante a Constituinte — não somos uma federação de povos até ontem separados, e reunidos de ontem para hoje. Pelo contrário, é da União que partimos. Na União nascemos. Na União se geraram e fecharam os olhos nossos pais. Na União ainda não cessamos de estar. Para que a União seja a herança de nossa descendência, todos os sacrifícios serão poucos. A União é, talvez, o único benefício sem mescla, que a monarquia nos assegurou. E um dos mais terríveis argumentos que a monarquia ameaçada viu surgir contra si, foi o de que o seu espírito centralizador tendia a dissolver a União pela reação crescente dos descontentamentos locais. Para não descer abaixo do Império, a República, a Federação, necessita de começar mostrando-se capaz de preservar a União, pelo menos tão bem quanto ele.

E adiante:

Eu era, senhores, federalista, antes de ser republicano. Não me fiz republicano senão quando a evidência irrefragável dos acontecimentos me convenceu de que a monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à federação. Esse *non possumus* dos partidos monárquicos foi o seu erro fatal. A mais grave responsabilidade, a meu ver, dos que presidiram à administração do país no derradeiro estádio do Império está na oposição obcecada, inepta, criminosa de uns, na fraqueza imprevidente e egoística de outros contra as aspirações federalistas da nação. A Federação teria demorado o advento do regímen republicano por pouco tempo; mas teria poupado à república as dificuldades de organização, com que temos arcado, e continuaremos a arcar talvez por não breves dias.

A revolução federativa penetrou, pois, nos fatos como torrente violentamente represada, cujos diques se arrasassem de um momento para outro; e, invadindo a atmosfera política do país com a pujança de uma reação sem contrapeso, operou como um princípio eliminador das forças de equilíbrio moral, que devem corrigir-lhe as demasias. Já não há senão federalistas. Já os federalistas antigos se vêem desbancados e corridos pelo fanatismo dos conversos. Já muitas vezes os mais intransigentes no serviço do princípio triunfante são os que ontem embaraçavam as pretensões mais módicas da reforma federativa. Federação tornou-se moda, entusiasmo, cegueira, palavra mágica, a cuja simples invocação tudo há de ceder, ainda que a invoquem mal, fora de propósito e em prejuízo da federação mesma.

Segue-se um estudo rigoroso da formação norte-americana cotejada com o projeto brasileiro, para terminar com este apelo:

Nós [...] que passamos da centralização imperial a um regímen de federação ultra-americana, isto é, que passamos da negação quase absoluta da autonomia ao gozo da autonomia quase absoluta, nós vociferamos ainda contra a avareza das concessões do projeto, que, oferecendo-nos uma descentralização mais ampla do que a dos Estados Unidos, incorre, todavia, no vício de não no-la dar tão ilimitada quanto a imaginação sem margens dos nossos teóricos. Quereríamos uma federação sem plágio, uma federação absolutamente original, nunca experimentada, virgem como um sonho de poeta, impecável como uma solução matemática, fechada ao ar livre da realidade, que deve saná-la, impregnando-a no ambiente da União, uma federação, em suma, encerrada implacavelmente no princípio da soberania dos Estados presos à forma federativa apenas pelas migalhas deixadas cair das sobras da sua renda na indigência do Tesouro Nacional. [...] Ontem, de federação, não tínhamos nada. Hoje, não há federação, que nos baste.

A constituinte não atendeu totalmente ao apelo do grande constitucionalista. Não chegou aos extremos do separatismo, mas diminuiu, em grande parte, a riqueza e a força da União. Assim desfalcado, o poder central vai-se reforçar, à margem da lei, por meio dos acordos políticos com os poderes locais, acordos que acabam por destruir os partidos nacionais e montar um mecanismo perigoso de centralização política. O termo final deste movimento é a queda da fase do regime chamada república-velha, em 1930.

Rui predissera, desde logo após a aprovação da carta, as conseqüências da desarticulação do plano por ele traçado.

Onde a intervenção de Rui ficou, porém, funda e indelevelmente marcada em nossa primeira carta republicana, foi na contrastação dos atos dos poderes executivo e legislativo pelo judiciário. Sem esse recurso, sustentava ele, o presidencialismo tornar-se-ia o mais tirânico dos sistemas, com a agravante de substituir a responsabilidade moral e perpétua das famílias reinantes pela irresponsabilidade de ditadores transitórios de quatro anos.

Os artigos que determinavam este *controle* (termo que ele repudiava como bom purista, e ao qual preferia sempre o bom português: *contraste*) passaram praticamente intactos pelas discussões da constituinte, talvez não apercebida das repercussões que teriam tais princípios.

E no entanto estava neste ponto a chave do sistema. O antigo conhecedor profundo da técnica parlamentarista não criaria uma “tirania temporária”, como se chamou ao presidencialismo, sem equilibrá-la com o judicialismo.

O presidencialismo, porém, pareceu aos federalistas uma conseqüência fatal da necessidade de reforçar o poder central, empobrecido do esplendor monárquico e do prestígio da corte imperial. Só uma união politicamente centralizada poderia contrabalançar a autonomia administrativa então amplamente conferida às províncias.

Coube, porém, a Rui a sorte incomparável de ter sido não só o elaborador do texto constitucional, mas ainda o seu melhor e mais autorizado aplicador. Não como juiz, mas como advogado, incumbiu-lhe a defesa e a interpretação da carta e sua integral demonstração perante as cortes judiciárias que terminaram reconhecendo em seus esforços a legítima lição do texto constitucional.

Eis aqui dois depoimentos insuspeitíssimos acerca dessa sua atitude histórica. O primeiro é de Clóvis Beviláqua, o autor de nosso Código Civil. É sabido que Clóvis Beviláqua não tinha o

menor motivo pessoal para declarar-se grato a Rui Barbosa, que não viu com simpatia o convite a seu nome para a elaboração do projeto de código. De orientação filosófica diversa, e sem nenhuma afinidade espiritual, os dois juristas raras vezes tiveram oportunidade de se apreciarem.

No entanto, o depoimento de Clóvis Beviláqua é da maior eloquência. Eis as suas palavras:

O grande estilista e castiço escritor das *Cartas de Inglaterra*, que seube arrancar do português vibrações novas, de esquisito sabor e extraordinária energia [...] podia sentenciar como juiz, e a mim não me restava mais do que esforçar-me por obter depois mais benigna sentença.

E noutra passagem:

Rui Barbosa desvendou aos olhos brasileiros a ciência do direito público que a América do Norte criara e nós quase ignorávamos que existisse, antes que a vissemos trasladada, em correta e lucilante frase portuguesa, pelo escritor baiano.³

O outro depoimento de que falei é o de Rodrigo Otávio. Também este nunca foi homem das simpatias de Rui Barbosa. No nobre e magnífico capítulo que dedicou às recordações da conferência de Haia, nas suas excelentes *Memórias*, há uma expressiva e curiosa informação a tal respeito. Pois bem, ouçamos a opinião de Rodrigo Otávio:

É fora de dúvida que foram as atividades de Rui Barbosa, nesse momento histórico, que fizeram a interpretação do direito constitucional brasileiro. *Ele representou no Brasil o papel de Marshall nos Estados Unidos*, e ainda com mais liberdade de ação, porque se Marshall era um juiz, ele não era senão um simples advogado.⁴

Para compreender toda a extensão dessas declarações de Rodrigo Otávio, é preciso ter em vista que ele foi o Procurador da República contra o qual se bateu Rui Barbosa em alguns destes pleitos que o próprio Rodrigo Otávio qualifica de construtores de nossa doutrina constitucional. Não pode haver maior demonstra-

3. *Em defesa do projeto do Código Civil*. Rio de Janeiro, 1906, p. 179.

4. *Minhas memórias dos outros*. Nova Série. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 334.

ção da superioridade com que os dois combatentes encararam as respectivas missões.

Foi através dos pleitos judiciários que Rui Barbosa firmou, pois, no Brasil, as grandes doutrinas constitucionais ligadas ao seu nome.

Toda a doutrina constante das inúmeras citações que a todo momento ocorrem para elucidar — e quase sempre resolver — as dúvidas em relação ao sistema, não resulta de trabalhos doutrinários escritos na frieza e na calma de um gabinete para um público de alunos, mas peças geradas no calor dos debates forenses, destinadas sempre à defesa de instituições, personalidades, às vezes de inimigos, o que deu a todas estas intervenções o caráter apostolar.

Estas peças constituem um conjunto aparentemente vário, mas de fato coerente e lógico.

Os primeiros destes pleitos foram os *habeas-corpus* requeridos ao Supremo Tribunal Federal durante o Governo do marechal Floriano, antigo amigo de Rui.

O marechal vice-presidente respondera aos pedidos e requerimentos de novas eleições com uma série de demissões, de prisões e banimentos, a que replicou Rui Barbosa com os seus apelos ao judiciário. As petições de *habeas-corpus* em favor dos presos de 1892, as orações forenses em defesa destes acusados, os artigos publicados em comentários aos julgados, tudo isto reunido constitui a primeira pedra para o edifício que Rui Barbosa vai erguer em homenagem à Constituição. É uma obra clássica de nosso direito constitucional a compilação destes trabalhos publicada sob o título de: *O Estado de sítio, sua natureza, seus efeitos, seus limites*. Rio de Janeiro, 1892.

Ao mesmo tempo que procurava pelos *habeas-corpus* obter a liberdade dos perseguidos, Rui Barbosa iniciava uma série de ações cíveis em defesa de vários funcionários demitidos, civis e militares. As razões finais de todos esses processos, substancialmente semelhantes, constituíram igualmente nova peça fundamental para interpretação do arcabouço constitucional. Publicada em livro, que figura, aliás, integralmente, impresso em formato almanço, em cada um dos autos relativos ao assunto, é peça obrigatória em todas as nossas bibliotecas jurídicas, sob o título de *Os Atos inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal* (Rio de Janeiro, 1893).

A novidade das doutrinas norte-americanas, a que aludia Clóvis Beviláqua, chocou evidentemente a velha magistratura,

vinda dos tempos do Império; seria um combate duro para o campeão do judiciarismo no Brasil.

Os *habeas-corpus* foram negados. As ações cíveis, porém, foram prosseguindo, e os seus autores viram afinal, pela primeira vez, vitoriosos em seu favor os princípios de garantias individuais entregues pela Constituição ao judiciário, supremo controlador da constitucionalidade dos atos dos demais poderes.

Não teria Rui, porém, o gosto de colher os louros de seus primeiros esforços. Foram seus auxiliares que levaram as ações à suprema instância. A deflagração do movimento revolucionário em 1893 tornou-o suspeito ao Governo — patrono que era dos inimigos do presidente. O exílio em Buenos Aires, e depois em Londres, se interrompeu suas atividades forenses, não interrompeu a doutrinação.

É das *Cartas de Inglaterra* o capítulo relativo ao “Congresso e a justiça no régimen federal”, peça de divulgação e comentário dos princípios que ele incorporara à Constituição brasileira.

Foi durante o exílio que teve a notícia das primeiras decisões judiciárias no sentido de seus constituintes. Em carta ao seu primo, Dr. Antônio Jacobina, escreve a 22 de fevereiro de 1895:

Ontem recebi do Rio um telegrama anônimo nestes termos: “Vitória. Juiz Seccional reformas militares. Hurra! maior campeão liberdades civis militares tempo legalidade”. Quer isto dizer que o juiz federal sentenciou a favor dos meus clientes na famosa questão? É um triunfo, que eu não esperava, descrente como estou das qualidades morais da nossa magistratura.

E a 5 de março de 1895, ainda de Londres:

Vejo que venci a questão dos generais e lentes demitidos, perante a justiça federal. É um triunfo que me surpreendeu, atenta a desmoralização geral do país. Noutra terra esse aresto seria recebido como a primeira conquista séria para a liberdade constitucional. No Brasil não sei se ele terá merecido as honras do comentário.

De volta do exílio, em 1895, retoma Rui Barbosa o labor de erguer uma jurisprudência nova. Os revolucionários haviam sido anistiados. Mas as restrições e as condições da lei de anistia haviam criado tais embaraços que mais representavam uma condenação que um perdão, com a agravante de constituir um julgado de origem anômala, partido do legislativo.

Produz então Rui Barbosa nas razões em defesa das excepcionais vítimas, a paradoxal defesa intitulada: *Anistia inversa. Caso de teratologia jurídica. Defesa dos condenados pela anistia de 1895*, Rio de Janeiro, 1896.

Ainda deste ano é a defesa dos antigos magistrados em disponibilidade.

Para dar, porém, o selo definitivo do apostolado a esta pregação, era preciso desprendê-la de qualquer partidarismo, demonstrar que aquele ardor e aquela atividade não tinham sido despendidos simplesmente em favor de simpatizantes, despertados pela oposição a um governo contrário; mas em defesa de princípios, em prol de um ideal político. A ocasião se deparou em 1898, quando, vencidos em uma tentativa de violência, os antigos partidários de Floriano se viram na posição de vítimas. Na repressão do movimento, repressão que tivera, em princípio, o apoio de Rui, o governo civil estendera o efeito das medidas policiais além do estado de sítio. Surge então como defensor espontâneo dos oprimidos, sustentando em favor dos antigos adversários em doutrina as mesmas idéias de outrora, o mesmo advogado, que encerra, com esta defesa, o seu primeiro ciclo das grandes interpretações do direito constitucional. É a petição e defesa do *habeas-corpus* requerido em favor do senador João Cordeiro e outros em 1898. Indeferida a petição devido à ausência momentânea e inesperada de quatro juizes favoráveis à tese de Rui Barbosa, nova tentativa era feita dias após por outro patrono, com a vitória completa da doutrina da primeira petição. Como que para comprovar a adoção dos princípios de Rui, o próprio acórdão incluía entre os considerandos a citação integral de alguns períodos fundamentais das suas petições anteriores.

Com essa vitória moral indiscutível encerrando a primeira fase de sua campanha, viu Rui Barbosa frutificada sua pregação. A um comentário fundamental dos dois julgados, que ele pretendia que fosse uma simples nota de redação precedendo a divulgação dos acórdãos, denominou ele *A Lição dos dois acórdãos*. Lição propriamente é a dele que — em 48 páginas do vol. xxv das *Obras completas* — fez memorável balanço da jurisprudência até aquela data e pôde ter a alegria de verificar quanto havíamos caminhado.

Um novo ciclo de *habeas-corpus* se abriu durante o Governo do marechal Hermes da Fonseca, de 1910 a 1914. Mas, para a criação de nossa consciência jurídica, é incontestável que cabe ao primeiro ciclo a primazia.

Não é possível deixar de mencionar uma outra forma de defesa de Rui Barbosa em favor da primeira Constituição — a da sua reforma.

Os senões de que a Constituinte fora responsável fizeram com que desde o ano seguinte ao de sua aprovação, Rui Barbosa se batesse pela reforma. Reformá-la, dizia Rui, é salvá-la. Não a querem reformar porque preferem deformá-la. O verdadeiro espírito conservador é o que quer adaptar a legislação à realidade.⁵

O nosso maior campeão da Constituição foi, pois, curiosamente, um homem que passou a existência a proclamar a necessidade de sua reforma, dentro das vias legais, a fim de evitar o fatal desconcerto que resultaria da sua inadaptação a uma realidade cada vez em mais rápida transformação.

Em face deste quadro, — dizia ele em 1898, — é uma calamidade a superstição anti-revisionista. A unidade nacional estremece combalida por todos os lados. O egoísmo localista ganha terreno incomensurável. Todos os laços da União vão-se desdando e partindo. É uma estrutura, que estala por todas as juntas, ou um organismo que caminha para a dispersão fatal, pela atrofia do coração, porque os seus membros o não nutrem, e ele vai perdendo aceleradamente a força de reuni-los. Ora, nós somos daqueles que pensam ainda que, antes de tudo, precisamos de ser uma nação. E não podemos sê-lo, nem para conosco, nem para com o estrangeiro, enquanto não soubermos ter a firmeza de encarar esse problema. Rompamos com a seita das pequenas pátrias. O Brasil quer a grande: pátria antiga, a pátria unida, a pátria vasta, a pátria forte, a pátria indissolúvel, com a sua ingênita vibratibilidade nas veias e o seu lugar de outrora entre as nações vizinhas. [...] Ou estaremos fadados a ser, na carta deste hemisfério, aquele conjunto passageiro, em cuja dissolução um velho estadista da nossa vizinhança disse uma vez estar a solução do problema sul-americano.⁶

Em 1919 ainda insistia por uma reforma profunda, a fim de salvar os princípios essenciais da defesa do homem. “As nossas constituições” — dizia ele em conferência de propaganda eleitoral — “têm ainda por normas as declarações de direitos consagrados

5. “A Constituição de 1891 precisa de ser reformada, para se conservar. As boas instituições hão de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo e acomodando-se, com o correr dele, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitantes. De maneira que os verdadeiros conservadores são os amigos da reforma.” *Plataforma*. 2.^a ed., Bahia, 1910, p. 12.

6. “Projetos e esperanças”. Artigo inicial da *Imprensa* em 5 de outubro de 1898. *Obras completas*, vol. xxv, t. I. Rio de Janeiro, 1947, p. 3.

no século dezoito. Suas fórmulas já não correspondem exatamente à consciência jurídica do universo. A inflexibilidade individualista dessas cartas, imortais, mas não imutáveis, alguma coisa tem de ceder (quando lhes passa já pelo quadrante o sol do seu terceiro século) ao sopro da socialização, que agita o mundo.”⁷

O Brasil não lhe ouviu estas sábias advertências. Rui Barbosa tinha, ao fechar os olhos, uma terrível angústia na alma acerca do futuro do país. Num dos últimos discursos pronunciados no Senado, manifesta ele suas terríveis apreensões pela queda do regime.

Comparando a situação com a do fim da monarquia, chamava a atenção para suas semelhanças:

Em vão lhes mostrava eu que [os que se opunham às reformas] se iludiam. Debalde lhes evidenciava que essa oposição à reforma é que era o verdadeiro perigo do império. Não cessaram eles de o embalar na cegueira. [...] Até que, dentro em meses, estava cumprida a minha predição, e o trono desaparecia na revolução republicana. Quem eram então os amigos da *ordem constitucional*? Eu, que a queria assegurar pelas reformas necessárias, ou eles, que a imolavam, pela resistência ao inevitável?

Qual era a *aventura comprometedora*? A previdência de nós outros, os que aconselhávamos entregar ao mar tempestuoso as obras mortas, para salvar a embarcação? Ou a rotina perversa, que abandonava o leme, agulha e casco aos ventos e ondas, para livrar delas os bordos já rotos do navio e a sua avariada carga? Onde os ideólogos? Os temerários? Os subversores? Entre os que enxergaram a república iminente, ainda a tempo de se prevenir? Ou entre os que, já no momento da catástrofe, a não divisavam?

Agora estamos com a mesma perspectiva por davante: um régimen que garra para a costa ao som das músicas do barco, empenhadas em abafar o rumor das vagas espedaçadas nos recifes, já próximos. É a mesma coisa de então, com diferenças apenas que agravam imensamente as condições da nau a pique de sinistro. ... Primeiramente, em 1889, como já tive ensejo de assinalar, a situação era, incomparavelmente, menos grave do que hoje. Não havia, àquele tempo, ruína financeira. Não havia questão social. [...] O país estava descontente, mas não exasperado.

Depois, em 1889, ainda nos restava para onde correr. Corríamos de um régimen constitucional para outro, igualmente constitucional: da monarquia à inglesa para a república à americana, de instituições já liberais para outras mais adiantadas em liberdade.

7. “A Questão social e política no Brasil”. *Campanha presidencial. Obras completas*, vol. XLVI, 1919. t. I. Rio de Janeiro, 1956, p. 63.

... Mas, atualmente, na insegurança extrema em que nos vemos, se, por se não terem admitido em tempo as medidas remediadoras, já agora verdadeiras medidas de urgência, nos achássemos, de um momento para outro (como costumam vir estas coisas), numa crise de instituições — para onde então nos voltaríamos? Contentar-se-ia o movimento de que nos cingíssemos a retocar a consolidar as atuais? Ou havíamos de saltar para outras? E, nesse caso, quais, e como, sem que nos coresse risco a própria existência nacional, ou, quando menos, todo o patrimônio das nossas instituições fundamentais em matéria de ordem, liberdade e democracia? [...]

Quem se poderia responsabilizar, hoje, por um movimento popular uma vez solto? Quem poderá ter confiança em o dirigir, uma vez declarado? Enquanto as revoluções eram políticas, tinham praias que as circundavam, e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas) todas beiram esse Mar Tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do mundo contemporâneo.⁸

Eram esses os amargos pensamentos de Rui Barbosa no penúltimo ano de vida. A Providência poupou-lhe o espetáculo do fim da primeira república. Teria o terrível dissabor dos profetas ao assistirem ao cumprimento de suas profecias.

O Brasil passou realmente às margens do *mar tenebroso*, assombrado de ameaças do mundo contemporâneo. Mas na aurora da sua reestruturação democrática, a nação brasileira — através dos seus representantes, no próprio momento em que salvou o patrimônio que Rui cria em risco — “as nossas tradições fundamentais em matéria de ordem, liberdade e democracia” — presta uma homenagem singular em textos constitucionais: manda erguer a estátua de Rui Barbosa.

É a gratidão do presente pelo grande patrono do patrimônio salvo.

Outra espécie de homenagem, porém, está prestando o Ministério da Educação ao patrono de nossas liberdades civis. Homenagem certamente mais afinada com seu espírito.

As estátuas ele próprio se referiu certa vez em tom irônico:

Essa petrificação ou mineralização de um vulto humano não me fala à alma. Um homem em metal ou pedra me parece duas vezes morto. Muito pode valer a estátua pelo merecimento da obra-prima. Mas então o seu lugar adequado será no museu. Perdida nos salões das bibliotecas, ou iso-

8. Discurso no Senado a 29 de julho de 1921. Rui Barbosa. *Ditadura e República*. Prefácio e notas de Fernando Néri. Rio de Janeiro, 1932, p. 245.

lada, entre a multidão, no vazio das praças, a mim se me afigura uma espécie de consagração do esquecimento. Liquidada, assim, por uma vez, com o estatuado a conta da sua admiração, os contemporâneos descansam no sentimento de uma dívida extinta. [...] A estatuária teve o seu tempo e o seu meio na antiguidade: porque a antiguidade era imaginativa e supersticiosa [...] dos heróis e benfeitores do povo, confundidos com os dos numes e semideuses. [...] As turbas de agora passam descuriosas e irreverentes, sem levantar os olhos, pelas imagens dos grandes homens, alçadas nos seus pedestais de granito; e a impressão da sorte dessas personagens, condenadas, numa exposição eterna, à distração dos transeuntes, é a do suplício da indiferença imposto aos glorificados.⁹

O complemento deste pensamento não foi dito, nem o poderia ser por ele próprio naquela ocasião. Encontrei-o, porém, por acaso, ao percorrer as estantes da Casa de Rui Barbosa. Uma simples marca feita a tinta vermelha assinala um pensamento que serve de epígrafe ao primeiro volume da edição das *Obras completas* de Bourdaloue, primoroso trabalho de erudição devido aos esforços do padre Eugênio Griselle, publicado em Paris, em 1919.

O pensamento, significativamente sublinhado pelo punho de Rui, é o seguinte:

Aucune statue ne saurait honorer plus dignement un grande homme qu'une édition savante de ses oeuvres.

Eis porque, ao iniciarmos as comemorações do ano centenário de Rui Barbosa, temos a certeza de que manifestação alguma que se faça poderá superar essa, em que estamos empenhados: a divulgação do seu pensamento. Esse o grande monumento que, silenciosamente, e sob o prestigioso e dedicado patrocínio do Ministério da Educação, vimos forjando. Não será uma simples coleção de livros. Será a suma do nosso senso político. O símbolo do que o Brasil tem de mais puro, de mais belo e de mais digno.

9. Discurso na Biblioteca Nacional em 12 de agosto de 1918. Ver *Estante clássica da Revista de Língua Portuguesa* (dirigida por Laudelino Freire). Rio de Janeiro, 1920, p. 199.

IV. FORMAÇÃO LITERÁRIA DE RUI BARBOSA ¹

Não pretendo com esta palestra, meros apontamentos de um estudante que vive — e com que honra — entre as reliquias, os livros, os papéis de Rui Barbosa, senão assinalar em linhas gerais alguns aspectos da evolução de um homem de letras, a fim de, se possível, extrair deles algumas lições.

Queremos simplesmente acompanhar a formação do estilo de Rui Barbosa e ver como resultou ele de um lento e tenaz esforço de continuo aperfeiçoamento.

Notemos preliminarmente que Rui Barbosa sempre rejeitou firmemente o qualificativo de literato. O qualificativo de *literário* aposto às comemorações do jubileu, em 1918, amargou-lhe o espírito em meio às consagrações nacionais de que era alvo. É que, no elogio ao literato, Rui antevia um preparo tático para a

1. Conferência pronunciada a 5 de março de 1953 no anfiteatro da Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra, sob a presidência do professor Dr. José Beza dos Santos, diretor da Faculdade de Direito, que apresentou o orador com as seguintes palavras:

“O conferente de hoje vai expor-nos um dos aspectos da personalidade magnificamente rica de Rui Barbosa.

“Esta figura excepcional que domina a vida pública dos primeiros trinta anos da República brasileira e que foi também grande jornalista, grande advogado, grande parlamentar, grande diplomata e para além e para cima disto um dos maiores oradores de todos os tempos, este homem inigualável e insubstituível na história de um país, como escreveu Álvaro Lins, não é alguém que apenas pertença ao passado, que só ofereça um interesse histórico, embora de alto valor.

“A sua vida, a sua atuação pública ao serviço da Justiça, do Direito, das garantias individuais e da liberdade, o seu alto idealismo e ao mesmo tempo o sentido que tinha das realidades, a sua vigorosa ação prática, e a riqueza, o calor e a limpidez da sua palavra são ainda hoje de um ensinamento fecundo e de uma grande beleza formal.

“A sua voz fez-se ouvir não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro generosamente em defesa dos humildes contra os poderosos da Justiça e do Direito, contra o arbítrio e a violência.

“Essa voz fala-nos ainda atualmente, incitando-nos a defender altos valores humanos tantas vezes ignorados ou ofendidos.

“Por isso bem fez o Brasil, onde Rui Barbosa tem sido tão larga, criteriosa e amorosamente estudado, em criar uma instituição em que se

negação do político. E isso ele o queria ser acima de tudo. No discurso em resposta a Constâncio Alves, na Biblioteca Nacional, deu-se ao trabalho de enumerar as escassas produções pelas quais mereceria a qualificação de literato: — uma tradução homométrica de Leopardi, o elogio de Castro Alves, a saudação a Anatole France, a despedida a Machado de Assis, a Oração do Colégio Anchieta. Tudo mais, lembrava ele, era político. Política era sua vida inteira, políticas as suas intervenções na imprensa, na tribuna e nas letras. Fora homem do *forum* e não das torres de marfim.

É preciso, pois, e inicialmente, verificar esta verdade paradoxal. O homem aclamado pela Academia como sucessor do mais puro homem de letras do Brasil, — que foi Machado de Assis —; considerado por tantos anos o árbitro supremo de nossa literatura, rejeitava ostensivamente a qualidade de literato. É que Rui Barbosa não via nas suas qualidades de escritor, senão um *instrumento*, instrumento precioso, e por isso altamente prezado, para a realização dos altos ideais sociais. O esforço empregado no aperfeiçoamento desse instrumento, a apuração e cuidado em sua pureza raramente se encontram na formação dos mais famosos homens chamados de literatos puros.

recolhe e conserva tudo quanto na vida e obra desse grande homem pode interessar. É a Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

“A sua direção foi entregue ao professor Américo Jacobina Lacombe, da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

“Isto de per si mostra a confiança que mereceu aos brasileiros o alto espírito, a larga cultura e a provada dedicação daquele a quem este delicado encargo foi cometido.

“E esta confiança mostrou-se largamente justificada.

“O professor Jacobina Lacombe, que procurou divulgar e esclarecer o melhor da obra de Rui Barbosa, publicando, entre outros trabalhos, uma antologia do grande orador enriquecida com um prefácio e notas, dedicou-se carinhosamente e com superior critério, à honrosa incumbência que lhe deram.

“Sob a sua direção esclarecida e competente, a Casa de Rui Barbosa do Rio de Janeiro não é apenas uma coleção riquíssima de elementos de estudo, mas um centro cultural onde se fazem viver o exemplo, as sugestões, o estímulo e a lição de beleza que a palavra de Rui Barbosa ensinou e continua ensinando.

“É este o conferente, que, com uma particular autoridade, nos vai falar sobre a formação literária de Rui Barbosa, isto é, de um dos melhores clássicos da língua portuguesa.”

A conferência foi publicada nas *Acta Universitatis Coninbrigensis* “por ordem da Universidade”, em 1954.

Tanto as páginas antológicas resultantes de seu esforço, — quanto o material acumulado no arsenal de seu apetrechamento como escritor, — fariam a fama de algumas dezenas de homens de letras consagrados. Eis o que tentaremos estudar em breve espaço de tempo.

Das influências exercidas sobre o espírito de Rui, nenhuma sobrelevou a de seu pai. João José Barbosa de Oliveira foi um médico mal-aventurado na profissão e que morreu em péssimas condições financeiras. Não é muito abundante sua bagagem literária: duas teses, uma de doutoramento, outra de concurso — aliás malsucedido —, alguns versos esparsos, que revelam intimidade com as musas, mas não indicam um surto excepcional de inspiração poética, alguns relatórios como diretor da Instrução Pública na província da Bahia — notáveis, aliás, pelas idéias pedagógicas, — e discursos esparsos. Como deputado geral, porém, falou muito pouco e não se notabilizou. Ficou abaixo da fama de erudito que trouxera da província. Não conseguiu alcançar uma posição de primeira plana. O filho, contudo, considerava-se um simples eco do valor paterno:

O que eu sou, menos o coração, em que minha mãe entrou grandemente, dele nasce quase exclusivamente, como a água que corre da água que já correu. Esta palavra, de que eu uso, em mim diminuída, era dele, o maior orador que jamais conheci. Esta cabeça, que eu tenho, não é mais que uma apagada sombra da sua. Esta paixão da liberdade e do direito e da justiça, herdou-ma ele, a mais justa das almas, o mais irredutível liberal que eu nunca vi, liberal à inglesa e à americana. O amor da pátria, a intransigência da honra, a firmeza da vontade, o culto dos princípios, o desprezo dos perigos, o fundo religioso do sentimento e das idéias, isso tudo é seu. De modo que, a cada passo da minha vida, o que eu sinto dentro no mais íntimo de mim mesmo, é meu pai. Ele não morreu: em mim vive e reviverá, enquanto alguma coisa de mim restar.²

Alguns elementos curiosos, porém, permitem confirmar as declarações de Rui quando se refere à continuidade da obra paterna na produção do filho. Somente, nem a cabeça de Rui era uma redução da de João Barbosa, nem a sua voz um eco apagado da do pai. Foram antes ampliações e frutificações de uma existência triste que o “amargor dos sofrimentos” não permitiu expandir-se.

2. Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo em 17 de dezembro de 1909. *Obras completas*, vol. xxxvi, t. I, Rio de Janeiro, 1965, p. 207.

Em alguns pontos é impressionante a interferência paterna na devoção aos clássicos e na obsessão do documento, espécie de mania de justificação. Num trabalho estritamente científico, por exemplo, como é a tese de João Barbosa de doutoramento sobre a higiene das prisões, acha o médico baiano meios e modos de incluir uma longa digressão estilística que bem faz prenunciar o futuro temível polemista da *Réplica*, que seria o filho.

Empregou ele no correr de um período a expressão *amaríssimo amargor*. E logo, sem que ninguém a impugnasse, acode com esta nota de pé de página:

Um comunicado do *Comércio* n. 194 o ano passado com apurado gosto, e felicíssima imitação de bons antigos, escreveu — infamíssimas infâmias. Dois papéis antagonistas sublinharam a bela expressão, e com deixarem de lhe fazer comentário, vê-se contudo que a censuravam. Não sei eu se eram competentes os críticos, nem me avém sabê-lo, porém não incorrer em censura de quem não lê, justificarei a minha expressão *amaríssimo amargor*.

Sá de Miranda poetou:

Nossas ricas riquezas
Em breve se tornarão
Pobres pobrezaas

Damião de Góis, escreveu — *antiguíssima antigualha* — na *Crônica do Príncipe D. João*, p. 22.

Gil Vicente empregou com muita graça — *perigosos perigos* — t. I, p. 185.

Se já são mal-aceitos por eiva de gosto os exemplos de quando se escrevia um escrever tão chão, tão belo de simpleza e familiaridade, como já raríssimo se vê hoje por aí além, ao menos não será desautorado o texto dos modernos de apurado discernimento. Pois Antônio Feliciano de Castilho, que, certo, é prosador como o não há hoje nem em Portugal, quanto mais no Brasil, traz assim no antepólogo da sua — *Primavera*, p. 19: “aquele bom livro... todo imbuído, releve-se-me a expressão, de uma cristã e filosófica filosofia”, e na p. 24: “*desconsolada consolação* é esta de se poder desafinar cantando”. É suspeito o maior Poeta de Portugal? Pois aí está o escrito político recente, que lá mesmo apareceu, e que todos leram nas gazetas do Brasil — *Ontem, hoje, e amanhã*, e nele se usou o mesmo *pleonasma*, que, se me não engano, foi — *miserabilíssimas misérias*. Também é dos castiços. Não serve? Então se não abonam os

estilos de casa, socorramo-nos aos vindiços. Vejamos se os há. De feito Madrolle na obra — *Le Prêtre devant le siècle* — tem, na p. 46 “le malheur le plus commun et le plus malheureux, étant moins de nier... la vertu... etc.”

E em um livro da Inglaterra “*frown frowned, laugh laughed, and moan moaned*” que o gabado tradutor romanceou “carrancas carrancudas, risos risíveis, e lamentos lamentosos”. E o livro era nada, menos de... quem? Walter Scott! (*Kenilworth*, t. I, p. 178 da versão portuguesa.)

Portanto este engraçadíssimo e enérgico modo de dizer não e só de *puristas*, é de quem sabe escrever com graça, prosadores e poetas cabais, em toda língua. Como anda atrasada entre nós a arte crítica! Dar lições sem saber... que ridiculez!

Note-se, repito, que se trata de um trabalho técnico sobre medicina. Note-se, ainda, que não se dera ainda nenhum ataque, que tudo se limita a uma defesa antecipada de uma eventual crítica. Quer dizer que o espírito polêmico e a ânsia de revelar o material acumulado é que conduziram a essa estranha digressão.

Sabendo-se que o Dr. João Barbosa faleceu pobre e que reuniu a custo uma pequena biblioteca de poucas centenas de volumes que constam do inventário, fica-se a pensar como poderia ele obter tamanho cabedal de conhecimentos literários. Verifica-se, porém, que, em ambas as teses, alega ele o título de bibliotecário e membro do conselho da Biblioteca Clássica Portuguesa da Bahia. Era aí, com certeza, que ele obtinha as obras preciosas e raras de que se servia para a própria leitura e para encaminhar o gosto do filho, como veremos.

A grande obra de João Barbosa, pois, legada ao Brasil, terá sido a educação de Rui, obra feita com carinho, com inteligência, e, também, com a competência de pedagogo. Em carta dirigida a um parente há uma curiosa passagem reveladora desse período de formação:

Devo ao Rui muitos dias de vida, pelo quase orgulho que me vem de seu procedimento e do seu bonito talento que é tão incontestável que você não me levará a mal reconhecê-lo. Em 23 anos poucos o igualam; porque, muito aplicado, e com os dotes intelectuais que tem, meu filho propõe-se a escritor notável e a orador de primeira ordem. [...] Severo na dicção, que sempre o fiz cultivar, muito dialético, já com algum cabedal, boa voz e imaginação bastante, com mais anos e o amor ao estudo, que sempre o carac-

terizou, ele será de algum nome, se Deus quiser e a saúde, que hoje tem, lhe não faltar.³

Esta carta entreabre para a posterioridade um quadro edificante: a ternura paterna afeiçoando aos poucos as qualidades do filho. Esta preocupação com a oratória, a boa dicção, *que sempre fizera cultivar* — o que era notório entre parentes e contemporâneos, e que tantos frutos havia de produzir, é uma faceta da grande obra de pedagogia que foi a educação de Rui pelo seu grande e severo pai.

E qual seria o método pelo qual João Barbosa incutiu no filho o amor das letras e o gosto da correção? É Rui quem o diz num discurso no Senado em 1904:

É quase sempre com desdém que se fala dos gramáticos e filólogos. Posso falar deles com liberdade, Sr. Presidente, porque nunca fui, nunca me prezei de ser uma outra coisa. Tratei de gramática na questão do Código Civil, por acidente, por acaso, pela força das circunstâncias que me meteram nestas funduras. Antes disto, Sr. Presidente, Deus me é testemunha, nunca me ocupara com as questões filológicas e gramaticais, senão o necessário para aprender nos bons autores a falar e a escrever corretamente a minha língua.

Meu pai tinha o culto da sua língua; transmitiu-me esta preocupação. Desde menino tive os bons livros dos nossos mestres de linguagem nas minhas mãos. [...] E foi esta a gramática que aprendi. Creio mesmo que, em um exame de regras gramaticais, seria, fatalmente, um aluno reprovado (*Riso.*)

É este o meu conceito a respeito da gramática: é uma arte que se aprende pela prática, pelo manejo da língua, pela convivência com os que a falam e escrevem corretamente; e se existe a ciência da gramática, não é senão, como várias autoridades competentes a têm definido, a ciência dos fatos da linguagem.

Portanto, fatos e expectativas, de fatos, eis a ciência inteira. É esta a ciência natural. É também a ciência da gramática, porque as línguas, como tudo neste mundo, não são mais que organismos naturais, cujo desenvolvimento tem suas leis superiores à vontade dos homens.

Eu portanto, sou um gramático de ocasião, improvisado.⁴

3. Carta ao Cons.^o Albino José Barbosa de Oliveira em 6 de agosto de 1874. Em *Rui Barbosa: Mocidade e exílio*. Notas e comentários de Américo Jacobina Lacombe, 3.^a ed., São Paulo, C.E.N., 1949 (Coleção Brasileira, vol. 38), p. 72.

4. Discurso em 31 de agosto de 1904. *Obras completas*, vol. xxxi, t. i. Rio de Janeiro, 1952, p. 15.

Este método, por ele próprio seguido com tão bons frutos, fora calorosamente defendido no famoso parecer sobre a *Reforma do ensino primário* em 1883. Referindo-se ao ensino da gramática, dizia o então relator da Comissão de Instrução Pública:

Nobre e profícua aplicação da inteligência é a gramática, mas não entendida como entre nós, não diremos só nas aulas de primeiras letras, mas geralmente, nos cursos oficiais do país se entende, e leciona; não encarada com urdidura metafísica; não apresentada como filosofia de concepções *a priori*; não praticada como jogo de fórmulas e categorias ideais; mas considerada como um produto histórico, como a carta da evolução real da língua, como ciência de observação estrita. [...] É certo que as lucubrações desta ordem excedem o nível da escola. [...] Mas ainda mais, e incomparavelmente mais, excede a compreensão infantil essa irrealdade oca, árida, estafadora da gramática escolar, que, sem se dirigir senão à memória, desaproveita as faculdades nativas do aluno, e encaminha o estudo da linguagem num sentido oposto à sua direção natural.

A reação contra este viciamento lastimável do ensino, de que a escola, mais ou menos em todos os países, foi presa durante longo tempo, chegou a suscitar, entre espíritos elevados, entre escritores de incontestável senso prático, a idéia radical da abolição dos estudos gramaticais, na cultura popular. [...] Outros, porém, e entre esses um dos sábios europeus de mais nota nos nossos dias, levam as suas disposições avessas a esta parte da educação geral ao ponto de duvidarem profundamente das vantagens de que uma nação aprenda a gramática do seu idioma. Certamente, povos selvagens há, cuja língua possui uma complicada teia gramatical, e que a observam corretamente; sem dúvida nenhuma, o talento de falar gramaticalmente é antes fruto de prática e tato, do que de lições formais; e a gramática, tal qual de ordinário se cursa nas escolas, não só não interessa à infância, não só, enquanto aos benefícios que se lhe atribuem, se reduz a uma influência totalmente negativa, senão que onde atua positivamente, é como elemento de antagonismo ao desenvolvimento intelectual do aluno. A conseqüência justa, porém, destas premissas é apenas a condenação da gramática formalista dos manuais, da gramática ideológica e verbalista dos compêndios, da gramática inanimada nas páginas das cartilhas usuais entre nós, esqueleto odioso, “tormento dos mestres e agonia dos alunos”,⁵ que em vez de inspirar o amor da língua, princípio poderoso do amor da pátria, não incute senão o horror da escola, e com ele essa aversão ao estudo, de que pais e mestres culpados não cessam de queixar-se contra a

5. Michel Bréal. *Mélanges de mythologie et de linguistique*. 2.^a ed., Paris, 1882, p. 355.

vitimada inocência das crianças. [...] Os métodos reinantes entre nós fecham os olhos a esta realidade, para tratar a infância como se fosse ao influxo da escola que ela balbuciasse as primeiras sílabas da sua língua; como se o idioma vernáculo fosse para os alunos uma novidade tão completa, quanto o latim, o grego, ou o sânscrito. [...] O primeiro passo da gramática usual consiste numa definição, e de definições, de classificações, de preceitos dogmáticos se entretece todo este ensino. Em todo esse longo e penoso curso de trabalhos, que nos consomem o melhor do tempo nos primeiros anos de estudo regular, não se sente, não há, não passa o mais leve movimento de vida. Como se as teorias fossem a primeira, e não a última, expressão da atividade intelectual no desenvolvimento do indivíduo, ou da humanidade. Como se o uso não fosse anterior às regras. Como se a definição não pressupusesse o conhecimento cabalmente *real* do objeto definido. Como se a linguagem, numa palavra, não precedesse necessariamente as codificações gramaticais.⁶

Estes trechos não são somente uma defesa de um método que o autor experimentara pessoalmente. São uma prodigiosa antecipação. Aqui estão palavras que poderiam ser subscritas por alguns dos grandes inovadores da pedagogia.

Com estes princípios e com esta formação é que Rui Barbosa passa às mãos do maior pedagogo do Império — o barão de Macaúbas, Abílio César Borges — diretor de um famoso Ginásio Baiano, onde estudava igualmente Castro Alves.

A primeira produção literária de Rui é um soneto em versos alexandrinos em comemoração do 2 de Julho — tema caríssimo aos baianos. É datado de 1865 e tem um curioso aditamento acerca do emprego de versos alexandrinos em gênero épico, em que o autor se embrenha em notas de Castilho Antônio, rebate um autor da terra, cita franceses, latinos e termina por uma calorosa apologia do que considera uma novidade. Já de então o polemista abafava de muito o poeta, que não chegou a surgir, apesar de umas dezenas de poemas, na maior parte inéditos.⁷

A primeira peça oratória foi o discurso de formatura no mesmo Ginásio Baiano em 1865. Conta-se que, ao ouvi-lo, o pai de Rui convenceu-se de que fora o mestre, barão de Macaúbas, o autor da oração. Ao terminar foi abordado pelo barão, que lhe vinha perguntar exatamente se fora ele ao menos colaborador do discurso do aluno. Nem um nem outro. A obra de dois grandes pedagogos começava a produzir seus frutos.

6. *Reforma do ensino primário*. Rio de Janeiro, 1883 (Câmara dos Deputados, n.º 224), pp. 168-172.

7. *Obras completas*, vol. 1, t. II: *Poesias*. Rio de Janeiro, 1971, p. 213.

O segredo do rápido progresso do aluno estava no método de estudo. Não basta ler, é preciso ler atentamente, estudar autor por autor. E começou desde os bancos do liceu a faina de Rui Barbosa em recolher o material para as suas composições verbais, que ele dispunha como um verdadeiro mágico musical. Uma extraordinária capacidade auditiva fazia dele um colecionador de termos e de frases. Daí esta contínua preocupação, por assim dizer, de harmonia e sintonia dos termos que permitiu certa vez a Capistrano de Abreu classificá-lo como um *orquestrador* de palavras.

Esta qualidade foi fruto de um trabalho contínuo, permanente, insano, de toda uma existência. Estão na Casa de Rui Barbosa algumas centenas de cadernos, laudas, folhas avulsas, notas desses apontamentos de linguagem. Não se trata propriamente de gramática, como foi dito, mas especialmente de semântica e de estética.

Alguns cadernos datam de 1864 e 1865, quer dizer, do tempo do Ginásio Baiano. É impressionante verificar que a preocupação da exatidão das fontes já reponta nesse erudito de quinze anos.⁸

As obras estão cuidadosamente citadas com indicações da edição, do local e da data, página e às vezes linha. As mais antigas citações são de Castilho Antônio, de Herculano, de Camões, de frei Luís de Sousa (*Vida do beato Henrique Suso*) e, mais que todos, Vieira (edição de 1748, indica a nota), frei Heitor Pinto (edição de 1681) e o Dr. Antônio Ferreira (edição de Paris, 1865).

Há também continuas referências aos dicionários de Moraes e Vieira.

As notas eram tomadas caligraficamente, com método, com estética. Os originais de Rui Barbosa seriam quase sempre limpos, elegantes, freqüentemente utilizando tinta de duas cores para destaque dos trechos principais.

Num caderno intitulado *Literatura, Ciência e Religião — Leituras em minhas horas vagas*, há observações que revelam o pulso do estudioso. Exemplos:

Albido — Em nenhum dicionário português (procuramo-lo até no da *Academia Real das Ciências*), nem também em clássico o havemos encontrado,

8. Anexos à "Réplica". *Obras completas*, vol. XXIX, 1902, t. IV. Rio de Janeiro, 1969 (3.^a parte, p. 147).

que não o Sr. Antônio F. de Castilho — que de clássico nos merece o crédito, uma sua tradução do *Moretum* em o seguinte verso:

Do grão que entrou dourado albida chuva cai

Tem em latim a sua origem na palavra *albidus*, empregado com a significação de branco.

Astrígera — Como o precedente e muitos outros nomes latinos, foi este traspassado à nossa língua por Castilho Antônio:

... era a balança astrígera entornando as torrentes do céu.

(Tradução dos *Fastos* de Ovídio, vol. II, p. 147.)

Lentores — Nos dicionários não se encontra tal termo, senão com a significação de vagar, e não com a em que o emprega Castilho A. — de lentura, transportando-o para o português do latim — *lentor, oris*:

Dias e dias

*curtiu no mesmo pasmo as intempéries,
os lentores da lua, o vento, as chuvas.*

(*Ibid.*, t. II, vol. 3, p. 159.)

Estrelejar — Estrelar trazem os dicionários; estrelejar só o acho em Castilho A.:

Quando já vem os céus estrelejando.

(*Ibid.*, p. 165.)

O intempestivo — trá-lo Castilho A.:

*O intempestivo
do material amor meus dons amula*

(*Ibid.*, p. 165.)

À la fé que

Prosérpina à la fé que merecia

(*Ibid.*, p. 169.)

Desjejuar-se:

*Com três únicos bagos purpúreos
Se desjejuou no averno a vossa filha*

(*Ibid.*, p. 171.)

Em cadernos mais recentes, ou melhor, menos remotos, continuam abundantes anotações de linguagem extraídas dos autores frei Tomé de Jesus, Barros, Jacinto Freire, Castilho Antônio e José, Duarte Nunes, Dom Duarte e os contemporâneos Garrett e Camilo.

Poderíamos prosseguir na leitura de algumas dezenas do que hoje chamaríamos fichas. São pilhas de cadernos em que os exemplos ora se ordenam por autores, ora por temas, ora por gênero de palavras.

É este material que é carreado, às vezes literalmente incorporado ao grande trabalho que, a propósito do Código Civil, vai ele produzir em 1903 — *A Réplica* — que seria inexplicável sem esta rica e tenaz escolta de abonações.

O estudo, porém, não se limita à língua portuguesa. Em um caderno há algumas notas curiosas de leituras em francês. São os autores mais citados no tempo: Jules Simon e Laboulaye. Pois bem, os apontamentos referem-se quase exclusivamente a assuntos de linguagem. Há um escólio, por exemplo, em torno do sentido da palavra *Império*, despida da significação de forma de governo. Coisa curiosa, e comum, é a completa despreocupação pela ortografia. Portugueses com *s* e com *z* na mesma página, assim como o próprio nome *Barbosa*. O problema nunca o apaixonou.

É com esse apetrechamento que ele ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, dispondo de uma biblioteca de alguns caixotes, que já espanta os companheiros. Na Faculdade suas produções são as que se enfeixam no volume I das *Obras completas*: discursos em associações acadêmicas e artigos em jornais de estudantes (e alguns profanos — digamos assim —), quase todos sem assinatura. A crítica de atribuições, que não poderá ser perfeita, baseou-se precisamente no emprego cuidadoso dos termos raros, de significação restrita às vezes à Bahia, e na forma clássica dos períodos, que guardam sempre uma certa musicalidade. Mas a grandeza cicerônica, que havia de ser tão gabada, está longe de ser atingida. Há problemas de gramática, praticamente resolvidos pela pronúncia portuguesa, e para os quais a curiosidade brasileira não fora sequer despertada, — como a colocação dos pronomes. Além disso há uma certa preocupação do fim grandiloquo, que denota a atmosfera Castro-alvesca em que viviam todos os colegas.⁹

9. *Obras completas: Primeiros trabalhos*, vol. I, t. I. Rio de Janeiro, 1953.

Nabuco, autor do livro mais belo do gênero na literatura brasileira, — *Minha formação*, — refere-se ao colega em São Paulo, mas precisamente para dizer que Rui Barbosa, “hoje a mais poderosa máquina cerebral do nosso país, que pelo número das rotações e força de vibração faz lembrar os maquinismos que impelem os grandes transatlânticos, levou vinte anos a tirar do minério do seu talento, a endurecer e temperar, o aço admirável que é agora o seu estilo”.¹⁰ Vinte anos, após 1869, levam-nos exatamente à campanha federalista no *Diário de Notícias*.

Antes disso, porém, Rui Barbosa ingressara na vida parlamentar. Seis anos de parlamento haviam-no consagrado figura de primeira plana da política do Império, pondo-se à frente nos debates dos três grandes problemas que agitavam o ambiente: o problema servil, redigindo o projeto de abolição gradual de 1884 e elaborando-lhe o parecer fundamental; escrevendo de seu punho a lei eleitoral de 1881, que, destruindo a máquina eleitoral dos grandes senhores, teve conseqüências até hoje não devidamente estudadas; e na instrução pública, elaborando os famosos pareceres que o *Annuaire de législation étrangère*, publicado pela *Société de Législation Comparée*, proclamou serem os mais notáveis até então apresentados a qualquer parlamento, e que lhe valearam o título de *Conselheiro*, conferido espontaneamente pelo Imperador.

De sua passagem pela Câmara do Império temos o curioso depoimento de Afonso Celso:

[Rui] assombrava como um fenômeno. Baixo, franzino, compleição mórbida, parecendo insuscetível do mais leve esforço e prestes a desfalecer, falava duas, três, quatro horas consecutivas, sem repousar, sem soluções de continuidade, sem se servir de uma nota, sem molhar a garganta, sem que um instante afrouxasse ou se empanasse o timbre de sua voz extensa e mordente. [...]

E que discursos! Verdadeiros tratados sobre o assunto, obras exaustivas, edifícios maciços e colossais! Encaravam a matéria sob quaisquer aspectos imagináveis, analisavam-na até a última minúcia, repletos de estu-penda erudição, transbordantes de fatos, datas, leis, nomes, comentários, tudo, enfim.

A forma, mais que correta, burilada, com luxos de classicismo, e termos raros, sempre literária e nobre, dir-se-ia esmeradamente trabalha-

10. Joaquim Nabuco. *Minha formação*. São Paulo, Ipê, 1949 (Obras completas), p. 7.

da. Afirmava-se, por isso, que Rui escrevia suas arengas, e, confiando-as à portentosa memória, reproduzia-as, sem mudança de uma sílaba. Não creio. Muita vez ele atendia às interrupções, não dando à resposta o jeito de diálogo, mas inserindo-a no corpo da oração que inalterável e infundável, prosseguia.¹¹

Os períodos dos discursos dessa época são, de fato, imensos. Enunciado o sujeito, contava a mesma testemunha, começava a angústia dos assistentes a esperar, por entre as incidentes intermináveis, a concordância perfeita do predicado, que afinal vinha, a seu tempo, regular e harmônica. Porque a frase de Rui Barbosa era como a queria Théophile Gautier, — como os gatos: quando lançada ao papel, seja em que condições for, cai sempre de pé.

Seja dito de passagem que Rui Barbosa nem decorava nem improvisava totalmente seus discursos. Estudava-os, isso sim, e preparava-os, em minuciosos roteiros, com a ordem dos assuntos e a indicação das leituras, quase sempre copiadas em pequenos pedaços de papel que ainda não se chamavam fichas.

O exórdio e a peroração é que às vezes eram escritos antecipadamente. Todo o núcleo do discurso ficava para ser alterado ao sabor da discussão. Muitos desses roteiros estão no seu arquivo. A preparação oratória de João Barbosa permitia que o discípulo confiasse em sua capacidade de improvisação.

Fora do parlamento desde 1886, Rui Barbosa desenvolve três atividades: o foro, a tribuna popular e o jornalismo. Na primeira dessas, em que assume papel principal, começa a desenvolver nos memoriais judiciários, não somente um cuidado desusado com a forma, bordando uma dialética arrasadora, como arejando os debates com aspectos literários até então insólitos no gênero, normalmente árido. Na questão das freiras da Ajuda, por exemplo, em que enfrentou um dos mais hábeis e irônicos advogados do Império — Ferreira Viana —, produziu algumas páginas que são o germen do *stil-nuovo*, que ele introduziu nas lides forenses.

A oratória popular, necessariamente mais simples e mais convincente, permitiu-lhe triunfos inesperados. No *meeting* do Teatro Recreio em 1887, Quintino Bocaiúva e Alcindo Guanabara foram às do cabo: compararam-no a Cícero e a Demóstenes. Patrocínio afirmou que nunca se falara tão eloqüentemente no Brasil.

11. Afonso Celso. *Oito anos de parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*. São Paulo, Melhoramentos, s.d., p. 91.

Foi na redação do *Diário de Notícias*, porém, na célebre campanha contra os últimos gabinetes da monarquia e em defesa do ideal federalista que Rui Barbosa se consagrou definitivamente como estilista. Pois bem, aqui exatamente encontramos uma grande lição ministrada pelo escritor a todas as gerações novas. Estes artigos, revestidos daquilo que Nabuco denominou “o aço incomparável de seu estilo”, não satisfaziam ainda à sede permanente de perfeição que acompanhou Rui Barbosa até o derradeiro alento. Quando em 1921 ele se preparou para empreender uma edição, infelizmente não levada a cabo, de suas obras completas, retomou estes artigos, — já considerados modelares por Nabuco — e pôs-se a limá-los, levando em conta especialmente as lições da famosa polêmica a propósito do Código Civil.

Grande lição de um velho à mocidade que quer atingir a perfeição estilística de um jato.

A edição dos artigos que apareceu em dois volumes difere essencialmente do texto de 1889.¹² O texto completo que publicamos nas *Obras completas*, em oito volumes, contém a versão de 1921, assinalando-se em nota a redação primitiva.¹³ Há todo um estudo a ser feito — uma tese talvez — em torno desse trabalho estilístico que só visava, pelo que se nota, uma coisa: maior clareza aliada à casticidade.

Comparem-se os períodos do discurso do Colégio Anchieta¹⁴ com os discursos da campanha abolicionista. A imponência, o ímpeto, a sonoridade são as mesmas. Como se ganhou, porém, com a simplificação das linhas, com a diminuição dos períodos, mais curtos e mais claros! Comparem-se a invocação ao pai, comovida, emocionante, mas gongórica, o barroquismo verbal da invocação à Bahia, — com a serenidade e a diafaneidade da *Oração aos moços*, de São Paulo.

Eis o trecho inicial da evocação à terra natal, que tantos baianos sabem de cor:

Depois disto... diante disto... não sei como principie... Aos primeiros sorrisos longínquos de minha terra na curva azul de sua enseada, enquanto o vapor me aproximava rapidamente destas doces placas, onde

12. Rui Barbosa. *Queda do Império*, 2 vols. Rio de Janeiro, Castilho, 1921.

13. *Obras completas*, vol. xvi, 1948-1949.

14. Rui Barbosa. *Discurso no Colégio Anchieta*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1953.

minha mão me embalou o primeiro e meus filhos me velarão, talvez, o último sono, vendo pendurar-se do céu e estremecer para mim o ninho onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia debruçado entre as ondas e os astros, parecia-me que a saudade, amado fantasma evocado pelo coração, me estendia os braços de toda a parte no longo amplexo do horizonte.¹⁵

É nobre, é sonoro, é sinfônico, “verde ninho murmuroso de eterna poesia debruçado entre as ondas e os astros”. Insensivelmente preparamo-nos para contar as sílabas e versificar. Além disso aquele verbo da oração principal que surge rutilante no último momento dá-nos um pouco da angústia a que se referia Afonso Celso.

Percorramos agora os límpidos parágrafos das orações parainfônicas. Eis, por exemplo, o *elogio dos inimigos* na *Oração de São Paulo*:

Desde que o tempo começou, lento e lento, a me decantar o espírito do sedimento das paixões, com que o verdor dos anos e o amargor das lutas e enturbavam, entrando eu a considerar com filosofia nas leis da natureza humana, fui sentindo quanto esta necessita da contradição, como a lima dos sofrimentos a melhora, a que ponto o acerbo das provações a expurga, a tempera, a nobilita, a regenera. Então vim a perceber vivamente que imensa dívida cada criatura da nossa espécie deve aos seus inimigos e desfortunas. Por mais desagrestes que sejam os contratempos da sorte e as maldades dos homens, raro nos causam mal tamanho, que nos não façam ainda maior bem. Ai de nós se esta purificação gradual, que nos depuram as vicissitudes cruéis da existência, não encontrasse a colaboração providencial da fortuna adversa e dos nossos desafetos. Ninguém mete em conta o serviço contínuo, de que lhe está em obrigação.

Diríeis, até, que, mandando-nos amar aos nossos inimigos, em boa parte nos quis o divino legislador entremostrear o muito, de que eles nos são credores. A caridade com os que nos malquerem, e os que nos malquerem, e os que nos malfazem, não é, em bem larga escala, senão pago dos benefícios, que, mal a seu grado, mas muito deveras, eles nos granjeiam. [...] Amigos e inimigos estão amiúde, em posições trocadas. Uns nos querem mal, e fazem-nos bem. Outros nos almejam o bem, e nos trazem o mal.

15. Rui Barbosa. *Visita à terra natal*. Bahia, 1893. Nas *Obras completas*, vol. xx, t. I. Rio de Janeiro, 1948, p. 5.

Estamos diante de uma limpidez muito distante das produções altissonantes da fase inicial.

Eis agora outra página do discurso do Colégio Anchieta. Está superada de muito a contínua grandiloquência dos discursos da mocidade. O velho pregador da democracia e da liberdade, falando à mocidade, é tanto mais eloqüente quanto mais simples, direto e fiel à sua divisa — *Cara patria, carior libertas, veritas carissima*. Fala a linguagem da sinceridade e da experiência, com a clareza e a simplicidade de um mestre:

Não é a soberania do povo o que salva as repúblicas. Não são as urnas eleitorais que melhoram os governos. Não é a liberdade política o que engrandece as nações. A soberania do povo constitui apenas uma força, a grande força moderna, entre as nações embebidas na justa aspiração de se regerem a si mesmas. Mas essa força popular há mister dirigida por uma alta moralidade social. As eleições mudam os governos, mas não os reformam. As liberdades políticas não têm por objeto satisfazer, a vaidade dos cidadãos, entregando-lhes em frações dispersas o cetro do poder. O verdadeiro destino dessas liberdades está em revestirem e abroquelarem as liberdades civis, isto é, os direitos da consciência, da família e da propriedade. Essas três categorias de direitos ancoram na palavra divina, a saber, na divina constituição do homem. Mas só os povos religiosos os têm definido e praticado seriamente, ao menos no que respeita à consciência e à família. Só entre eles o santuário é inviolável. Só entre eles a mulher não pára em débil instrumento do outro sexo. [...] Só entre eles, pelo direito de reunião e pelo direito de associação, consubstanciados na vida cotidiana, se pratica em escala realmente benfazeja a grande caridade, e as classes possuidoras se misturam, pela beneficência mais profusa, às classes laboriosas. Eis os elementos fundamentais do Estado cristão. ... As formas políticas são vãs, sem o homem que as anima. É o vigor individual que faz as nações robustas. Mas o indivíduo não pode ter essa fibra, esse equilíbrio, essa energia, que compõem os fortes, senão pela consciência do seu destino moral, associada ao respeito desse destino nos seus semelhantes. Ora, eu não conheço nada capaz de produzir na criatura humana em geral esse estado interior, senão o influxo religioso. [...] Os descrentes em geral são fracos e pessimistas, resignados ou rebeldes, agitados ou agitadores. Mas ainda não basta crer: é preciso crer definida e ativamente em Deus, isto é, confessá-lo com firmeza, praticá-lo com perseverança.¹⁶

16. *Discurso no Colégio Anchieta*, cit., p. 80.

Ponhamos de lado — e com qué mágoa — pela urgência do tempo — o tema destas palavras e consideremos o vigor, que emana destas frases curtas e singelas como colunas dóricas.

Falei-vos ainda da inovação de Rui Barbosa nos memoriais forenses, introduzindo neles páginas literárias pouco comuns neste gênero de produções. Não resisto à leitura de um trecho de um simples memorial forense numa questão célebre: a causa Minas X Werneck. Trata-se de uma réplica a um grande advogado que lhe apontara uma contradição. O memorial começa por citar Cervantes e depois de comentar uma passagem de *Dom Quixote* aborda o problema das contradições na vida forense. Eis o lanço:

Se os deuses se houvessem reservado como privilégio divino essa facilidade, cada consumidor brasileiro de papel de escrever seria um Prometeu absorto em escalar as nuvens, não à procura do céu, mas em busca da prenda celeste de esgravatar divergências do ontem para o hoje nas opiniões alheias. Quando se topa, nas letras remexidas, com um desses achados preciosos, é dia de festa, ilumina-se a casa, emboca-se o megafone, e se anuncia ao longe que o adversário está esmagado.

Não há, entretanto, inutilidade mais inútil. Os homens de siso e consciência riem destas malícias. Só a ignorância ou a imbecilidade se não contradizem; porque não são capazes de pensar. Só a vulgaridade e a esterilidade não variam; porque são a eterna repetição de si mesmas. Só os sábios baratos e os néscios caros podem ter o curso das suas idéias igual e uniforme como os livros de uma casa de comércio, porque nunca escreveram nada de seu, nem conceberam nada novo.

A sinceridade, a razão, o trabalho, o saber não cessam de mudar: não há outra maneira humana de acertar, e produzir. Varia a fé; varia a ciência; varia a lei; varia a justiça; varia a moral; varia a própria verdade; varia nos seus aspectos a criação mesma; tudo, salvo a intuição de Deus e a noção dos seus divinos mandamentos, tudo varia. Só não variam o obturado, ou o fóssil, o apedeuta, ou o néscio, o maniaco, ou o presumido.

Pode ser que no miolo de um compilador caiba inteiro o imenso universo jurídico, petrificado, imutabilizado e catalogado nas suas regras, nas suas hipóteses e nos seus resultados. Tirante, porém, essas cabeças privilegiadas, tudo no direito é mudar constantemente.

Há os grandes princípios, que formam a estrutura permanente desse mundo; mas, na vasta atmosfera de idéias, que o envolve, nas grandes correntes dos sistemas, que o sulcam, nos maravilhosos fenômenos criados, que o animam, em todas as organizações que o povoam, em todos os resultados que o enriquecem, tudo se transmuda e renova e transforma dia

2. dia. [...] Assim que, debaixo do céu, tudo obedece a essa eterna lei da transmutação incessante das coisas. ... Se todo o mundo se compõe de contradições, dessas contradições é que resulta a harmonia do mundo. Se das variações pode emanar o erro, sem as variações o erro não se corrige. [...] O homem não está em contradição consigo mesmo, senão quando o está com a sua natureza moral, que o ensina a considerar-se desonrado, quando atina com a verdade, e se obceca no erro.¹⁷

Sobre o mesmo tema, assim escreveu Rui Barbosa, em outra obra:

Pelo que toca ao variar das opiniões, deixem-me ter, mais uma vez, o consolo de trazer à praça como coisa de que me prezo, e não me pesa, a deliciosa culpa dos homens de consciência, a única em que hei de morrer impenitente. *Beata, beata, beatíssima culpa!*

Não mo tenham a mal os imutáveis. Deus os desencrue. Deus os reverta da pedra e cal em homens. Deus os ensine a mudar. [...] Mudar é a glória dos que ignoravam e sabem, dos que eram maus, e querem ser justos, dos que não se conheciam a si mesmos, e já melhor se conhecem, ou começam a conhecer-se.¹⁸

Nenhum acontecimento teve, porém, a repercussão da polêmica sobre a redação do Código Civil, para dar a Rui Barbosa definitivamente sua consagração como homem de letras.

Parecia um mistério até bem pouco tempo essa estranha inversão na ordem natural de uma discussão legislativa, procedendo-se a um debate de redação antes do debate sobre o fundo do projeto.

Em estudo clássico sobre o assunto o professor San Tiago Dantas aventa uma interpretação que é a única aceitável. O empenho de Rui Barbosa, desde os primeiros momentos, foi deter o curso acelerado com que o Governo procurava obter um código atabalhoadamente, um código *já e já*, como dissera o ministro. Um debate sobre instituições jurídicas dificilmente teria repercussões na opinião pública, ao passo que o efeito das emendas escandalosas, apontando milhares de erros de redação causaram pânico no parlamento.

17. *Questão Minas X Werneck — Competência do Supremo Tribunal Federal nas apelações de sentenças arbitrais*. Rio de Janeiro, 1917, p. 103.

18. *Queda do Império*, vol. 1, "Introdução". Rio de Janeiro, 1921, 1, LXXX.

O efeito daquela *mole ingente* de saber despejado sobre o projeto teve as conseqüências de um terremoto. Quem usa a expressão é o próprio autor do Código — Clóvis Beviláqua. O debate se enterreirou e o código ganhou excepcionalmente na estrutura, na redação, e afinal, no próprio fundo.

Em toda esta evolução que vimos acompanhando em largos traços, três lições podemos tirar da história literária de Rui Barbosa.

A primeira será a continuidade do esforço na apuração e no aprimoramento do estilo, esforço que lhe permitiu acumular o material imenso que revelou na *Réplica* em defesa da redação do Código Civil, monumento que lhe colocou nas mãos, no dizer de Heráclito Graça, o cetro das letras nacionais.

A segunda é a fidelidade ao estudo dos clássicos, a princípio pelo estudo e anotação em folhas, por último em notas marginais que fazem de sua biblioteca um tesouro de apontamentos gramaticais; — fidelidade à leitura de Vieira, que ele tinha realmente à cabeceira, e que conhecia como ninguém no Brasil, lendo a sua obra contínua, incessantemente.

A terceira, contida na segunda, é a sua permanente preocupação de trazer de suas incursões no mundo dos clássicos, não uma língua morta, incompreensível e vazia — mas um idioma amplo, sonoro, orgulhoso de seus tesouros do passado, mas retemperado na linguagem viva e popular quotidiana, idioma que ele prezava acima de tudo, e de que disse em palavras lapidares ser “padrão . . . no qual se contempla com orgulho a comunhão das duas nacionalidades [...] igualmente próprio de ambas, idioma cuja unidade as variantes dialetais de além e aquém-mar opulentam, mas não destroem, nem substituem”.¹⁹

19. *Queda do Império*, cit., “Introdução”, p. LXXXII

V. RUI E OS LIVROS¹

Devo, antes de mais nada desfazer um equívoco. O ilustre diretor dos cursos convidou-me amavelmente para dizer algumas palavras na solenidade de encerramento desta exposição comemorativa dos centenários de Rui e Nabuco. Aceitei, muito honrado, esta pequena participação numa festa a que devia comparecer como simples devoto, numa homenagem dos estudiosos a dois grandes amigos dos livros nesta catedral das bibliotecas em que pontifica o nosso mestre amigo Josué Montello.

Eis, porém, que, de simples coroinha, o noticiário dos jornais promoveu-me a orador e conferencista quando, nem para isso fui convidado, nem seria justo receber os bons fiéis que aqui acorreram, com tamanha penitência.

Eu trago, simples e disciplinadamente, o desengargo da incumbência que me foi cometida. Dizer algumas palavras acerca de Rui Barbosa e os livros, tema rico de sugestões e em torno da qual já escreveu Constâncio Alves um admirável estudo, o Sr. Amoroso Lima um excelente ensaio e o Sr. Homero Pires uma nutrida e sábia conferência, largamente difundida.

Depois disso pouco há que o público não saiba ou não tenha considerado em torno desse tema, aliás fácil de ser estudado porque basta uma visita a São Clemente para se perceberem alguns traços característicos do caráter da biblioteca de Rui Barbosa. Seja-me lícito, antes de mais nada, lembrar os laços que ligam a Biblioteca Nacional à de Rui Barbosa. Em 1918, por ocasião do jubileu cívico, foi aqui realizada não somente uma sessão solene, presidida pelo Ministro Pires e Albuquerque, em que foi orador Constâncio Alves, velho companheiro de imprensa do homenageado, mas também uma exposição bibliográfica e iconográfica, semelhante a esta, provavelmente com estas mesmas vitrinas, visitada e comentada abundantemente pela imprensa da época e de que não sei se foi feito algum catálogo.

1. Discurso proferido na Biblioteca Nacional em 1949, por ocasião do encerramento da exposição comemorativa dos centenários de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, a convite do diretor Josué Montello.

Posteriormente, quando foi adquirida a Casa de São Clemente em 1924, e até que se inaugurasse o museu em 1930, a esta Biblioteca foi confiada a guarda das raridades bibliográficas de Rui Barbosa, inclusive os famosos dicionários anotados e completados.

A catalogação dos livros de nossa biblioteca foi feita por funcionários da Biblioteca Nacional sob a zelosa e competente direção do Sr. O. Calazans. Estas contínuas e naturais relações de sentimentos, por assim dizer, maternais, desta casa para com a de São Clemente, permitem-me não me considerar um estranho entre os funcionários desta, e participar de coração das alegrias e apreensões dos que aqui trabalham.

Este, por exemplo, é um momento em que me sinto plenamente identificado com os diretores deste estabelecimento. Porque poucas vezes se poderá sentir, como agora, a consciência tranqüila por ter prestado a alguém a homenagem que lhe fosse realmente adequada, de ter oferecido aos deuses invocados, as oferendas que realmente lhes são agradáveis. Porque os homenageados com esta singela e significativa homenagem foram homens do livro, não somente amigos do livro, enquanto portadores do pensamento e da inteligência humana, o livro sob o ponto de vista do intelectual, mas do livro sob o ponto de vista do artista, do impressor e do bibliotecário, do livro obra de arte, do livro belo e do livro bem tratado. Amaram o livro com o carinho, com o afeto dos que amam as obras de arte, que de fato são os livros bem impressos.

É bem verdade que Rui Barbosa rejeitou sempre o título de bibliófilo — mas isso porque ligava mais este termo à bibliomania, e ele timbrava em não possuir livros senão para o trabalho e para leitura, nunca para completar coleções, ou pelo prazer estético de encher estantes. É certo, porém, que amava realmente os seus livros e defendia-os contra toda sorte de inimigos, a poeira, os bichos e os empréstimos.

Dispensamo-nos de tratar daquele inimigo que Albert Cim considera o mais perigoso de todos — que é o sexo feminino. E já que estamos comemorando o centenário de Goethe, não fica despropositado lembrar que este grande gênio considerava também altamente perigosa a presença das mulheres nas bibliotecas. Nas *Afinidades eletivas*, o arquiteto, ao se recusar a exhibir outras gravuras a um círculo de moças, apresentou estas desculpas à jovem que interpelara a respeito.

Se soubesse [disse ele] como até certas pessoas educadas tratam com grosseria as mais valiosas obras de arte, ter-me-ia perdoado não haver

exposto as minhas à multidão. Ninguém sabe pegar uma medalha pela serrilha: apalpam as mais belas cunhagens, os mais puros baixos-relevos; levam daqui para ali, entre o polegar e o índice, a peça mais preciosa, como se dessa maneira se apreciassem as formas artísticas. Sem refletirem sequer que uma folha grande deve ser segura com ambas as mãos, agarram com uma só inapreciável gravura em cobre, um desenho inigualável, como um político presumido pega o jornal e, enquanto o amarrota, manifesta anticipadamente sua opinião sobre acontecimentos universais. Ninguém imagina que, se vinte pessoas, uma após outra, tratarem da mesma sorte uma obra de arte, a vigésima primeira pouco terá que ver.

E termina lembrando a conveniência de acrescentar aos livros de boas maneiras, após os capítulos acerca de “como nos devemos conduzir à mesa” — um capítulo sobre “como nos devemos portar nas galerias de arte e nos museus e bibliotecas”.

Dispensó-me de tratar destes supostos inimigos do livro, — os elementos do sexo feminino —, porque estes cursos da Biblioteca Nacional têm constituído um solene desmentido à periculosidade das mulheres, ao menos no nosso meio brasileiro. Elas superam aqui os homens no número e certamente no fervor do culto aos livros. Mas não excederão por certo o carinho de Rui Barbosa em relação aos de sua biblioteca, que ele nem ao menos abria demasiadamente para não quebrar o dorso e os lia sempre entreabertos, virando ora um lado, ora o outro sem encostar nunca as duas capas à mesa. Defendia-os da poeira em estantes hermeticamente fechadas e dos insetos, por meio de contínuas desinfecções e fumigações. Cuidava com extremo cuidado das encadernações que, a princípio, mandava fazer na Europa, através da Livraria Briguiet. Mas no fim da existência, com a grande guerra e o encarecimento dos fretes, passou a fazer em sua própria casa.

Mas sabia, igualmente, que o aspecto exterior de uma boa encadernação não é garantia suficiente para a sua boa qualidade. Exigia assim, para as que eram feitas longe de sua vista, que viessem com o canto de cima da guarda posterior por colar, a fim de que pudesse verificar a boa qualidade do papelão empregado — única segurança para um bom conhecedor do assunto.

As encadernações eram em geral feitas após a leitura do livro, coisa que se verifica facilmente pelos cortes em notas à margem, quase sempre a tinta vermelha, em caligrafia exemplar, antes parecendo as antigas rubricas do que as notas com que certos leitores se divertem em tornar ilegíveis os livros, especialmente os emprestados.

Haveria todo um capítulo a se escrever a respeito de notas em livros feitas na biblioteca de Rui. Strowski sugeriu mesmo, em conferência na Casa de Rui Barbosa, que isto poderia constituir tema de uma tese de doutoramento. Para quem lida, porém, com os livros de Rui há vários anos, ocorrem várias observações. Primeiro, que as notas não correspondem a um interesse maior pelo livro, mas simplesmente a uma utilização mais provável. Elas parecem ter mais em vista facilitar uma nova consulta do que ressaltar os trechos que mais o impressionaram. Assumem frequentemente o aspecto antes de um índice do que de reações à leitura. Segundo, que as notas só começam a aparecer com frequência nos últimos anos da vida, especialmente depois do debate sobre a redação do Código Civil, e visam, quase sempre, aspectos de linguagem, tendo em vista uma possível resposta à *Tréplica* do Prof. Carneiro. Antes disso os sinais de leitura se manifestam por simples traços que não sublinham totalmente as palavras a serem destacadas, mas simplesmente as isolam do texto, destacando-as sem sobrecarregar a página. Sempre a preocupação de não estragar a estética da composição tipográfica. Antes, porém, dessa época, o que Rui usava desde os bancos do Ginásio Baiano, eram os apontamentos em cadernos, ou em folhas avulsos de almanáço. Destes apontamentos temos o bastante para fazer um volume de estudos de linguagem. Será um apêndice à nova edição da *Réplica* ora em preparo.²

Do pior dos inimigos das bibliotecas, porém, — dos empréstimos, — defendeu-se bravamente Rui Barbosa, com uma tenacidade e uma persistência dignas das grandes causas por que trabalhou. De todas as táticas se valia, começando pela preliminar da negação da existência do livro. Nesse sentido tinha até uma perspicácia especial e sentia de longe a aproximação do perigo. Bastava o olhar de um visitante firmar-se demasiadamente numa obra para que ela fosse imediatamente transferida de local logo após a retirada do indiscreto, como primeira medida para justificar a negativa em preparo. Das poucas vezes em que não pôde impedir um avanço direto, chegou a descrever da volta do livro emprestado e pessimisticamente encomendou novos exemplares. Por isso existem na biblioteca de Rui alguns tomos de obras em duplicata.

Circunstância realmente rara em bibliotecas do número das de Rui, é o fato de não haver ele jamais cuidado de qualquer catálogo. Por mais que insistissem alguns auxiliares ele respondia

2. *Anexos à Réplica. Obras completas*, vol. xxix (1902), t. iv. Rio de Janeiro, 1969.

sempre: “enquanto tiver memória não preciso dessas coisas, e quando não tiver mais memória não preciso de livros”. Esta memória assombrosa, que lhe permitia mandar buscar os livros, quando em Petrópolis, indicando a estante, a prateleira e a fila em que se encontravam, era realmente qualquer coisa de fora do comum.

José Eduardo de Macedo Soares recorda-se de ter ouvido de Rui a enumeração dos efetivos das forças armadas búlgaras durante a guerra européia, e em seguida a comprovação em uma pequena brochura que se escondia discretamente numa segunda fila de onde Rui a foi buscar pessoalmente, sem hesitação, do alto de uma escadinha. João Mangabeira recorda o fato de ter ele citado em Campinas, em resposta a uma consulta inesperada, a opinião do conselheiro Filipe Franco de Sá a propósito de *Normandia*, e indicado a página e a linha, por sinal que era a linha 14, da obra clássica *A Língua nacional*, daquele grande estudioso.

Mas isso se deve em grande parte ao hábito salutar por ele mantido de não permitir que qualquer outra pessoa arrumasse seus livros. Sabia a prateleira e a fila em que estava cada livro porque cada um deles ali fora colocado por suas próprias mãos. Desde que davam entrada no velho solar da São Clemente, os livros passaram a ter um contato direto com o seu senhor. A começar pelo desempacotamento ou desencaixotamento, a seguir pela abertura lenta e atenta das páginas, e as marcações dos trechos de interesse pessoal, seguindo-se o preparo dos “papagaios” e as recomendações aos encadernadores, até a colocação nas prateleiras. Tudo era feito pelo dono. Cada livro tinha, pois, sua história individual, bem gravada na memória do grande bibliotecário, que lhes conhecia o tom, a cor da capa, a macieza do papel, o cheiro e a consistência. Como dom Pedro II, Rui Barbosa amava livros com os cinco sentidos. Era de ver-se o velho servidor das letras, ao final de um dia trabalhoso, curvar-se ao pé de uma estante e proceder carinhosamente a colocação dos tomos enfileirados e procurando como que fixar-lhes os caracteres no cérebro excepcional. Não admitia que então ninguém o substituisse. Mário de Lima Barbosa, que tão dedicadamente o acompanhou, não conseguia mais do que auxiliá-lo, trazendo os livros até o lugar em que, de joelhos, o conselheiro arrumava e acariciava seus volumes.

Eram estes amigos que o ocupavam na maior parte da existência. Quando o dia começava para os outros habitantes da casa, ele já tivera três ou quatro horas de colóquios com os livrinhos

e os papéis. E ainda à noite, às vezes, quando na sala ainda havia visitantes, ele de novo se isolava em companhia dos amigos fiéis e com eles partia em excursões pelas regiões mais altas do pensamento.

Os livros lidos à noite, porém, eram, em geral, os romances, inclusive os policiais de que tinha grande número nos últimos tempos. Contava-nos D. Maria Augusta que Rui Barbosa reservava os derradeiros momentos do dia para uma leitura religiosa. Especialmente para a recitação em voz alta do Breviário Romano, cuja beleza e sublimidade na língua latina gabava continuamente. As frequentes citações das Escrituras, que se notam em seus últimos escritos, devem filiar-se com certeza a este hábito salutar. O exemplar da *Imitação de Cristo*, este em português, oferta aliás de seu filho, ao tempo aluno dos jesuítas de Friburgo, tem sinais de contínua e atenta leitura.

Não podemos encerrar esta palestra sem fazer uma pequena referência à tão famosa acusação de serem os livros os grandes causadores do espírito irrealista dos seus amigos. Vivendo no livro, estes homens perderiam o senso das coisas e viveriam no mundo da fantasia, sem perceberem a trágica e ameaçadora, mas indefinível *realidade brasileira* que lhes está ao pé. É este um argumento favorito dos nossos famosos *homens práticos*, desses que sustentam sempre que *livro dá azar*, e que o bom modo de governo é pô-los de lado, para ver a *coisa como ela é*. Trágica doutrina que leva diretamente à teoria que só nesta terra mereceu as horas de panegírico oficial: a dos *não preparados*, que, para vergonha da nossa cultura, foi elaborada exatamente, de encomenda, para combater a candidatura de Rui Barbosa.

Curiosa doutrina que transforma a realidade, desde que reduzida a cifras e letras, a fantasmagoria — e erige a informação dos amigos e interessados em única fonte de certeza. Até hoje não compreendemos onde é que político algum possa encontrar maior armazenamento de realidades do que nas grandes coleções de história política e nas numerosas edições de memórias e documentos que enchem as prateleiras da Casa de Rui Barbosa. O famoso teorista e homem das nuvens traçou, nos discursos políticos, quadros da sociedade brasileira que até hoje nos espantam, previu nos últimos anos da monarquia as conseqüências fatais do repúdio das soluções cabíveis do problema da escravidão e do federalismo, que se cumpriram com uma precisão — ai de nós — inexorável. Traçando com seu próprio punho, no decreto n.º 1, de 1889, as linhas gerais da organização da União brasileira, fá-lo com tal

precisão que cinqüenta anos de *realismo*, em três constituições, não conseguiram estabelecê-la de modo diverso, isto sem falar nos problemas do ensino, para os quais propôs soluções até hoje cabíveis após setenta e tantos anos, sem falar nos problemas de sanitarismo que versou na vida jornalística numa proporção que supera a de qualquer outro tema. Abramos o *Diário de Notícias* e lá está o debate em torno do problema do trânsito no Rio e do fornecimento da água. Este o teórico. Mas os *práticos* e os *objetivos* — outro termo que fez carreira — estes continuarão sempre a proclamar que as suas teorias é que são a realidade verdadeira. Mas não encontramos na obra legislativa de Rui nenhum decreto mandando eleger a metade de 125 deputados por um determinado processo e a quarta parte por outro. E isto, figura no mais objetivo de nossos sociólogos.

Desta famosa falta de realismo defendeu-se continuamente Rui Barbosa em ocasiões diversas. Em *A Imprensa*, em 1900, respondeu de uma feita Rui Barbosa a alguém que o acusava de teórico:

Estamos habituados a *não agradar* aos politicantes, como estamos para com eles habituados a *não ter razão*. [*Não tínhamos razão*, em 1889, levantando no congresso liberal, onde éramos apenas dois ou três votos, a idéia federalista; e daí a menos de dois anos o congresso constituinte nos desbancava em federalismo. *Não tínhamos razão*, recebendo, em 8 de junho daquele ano, a organização palaciana do gabinete de Ouro Preto, com o prognóstico de que a República estava feita, e cinco meses depois ela se fazia. *Não tínhamos razão*, aconselhando o Império a buscar salvamento na reforma federativa; e o império sossobrava daí a pouco, por não ter esposado. *Não tínhamos razão*, quando, na constituinte, condenávamos como a ruína da União os excessos do espírito localista na partilha dos direitos distribuídos aos Estados; e já hoje, nos círculos mais insuspeitos, se reconhece que sem a reforma dessa partilha não há salvação possível para a União. *Não tínhamos razão*, quando, em dezembro de 1891, nos opúnhamos à deposição geral dos governadores [...] e a experiência ainda agora nos está mostrando como a influência desse pernicioso exemplo se converteu para sempre em princípio de indisciplina no elemento militar e causa de instabilidade para a federação. [...] *Não tínhamos razão*, quando levamos aos tribunais o Governo, por haver reformado generais e demitido lentes vitalícios; e os tribunais pronunciaram-se a nosso favor, obrigando o Governo a ceder.

Poderíamos nós continuar este rosário de previsões até os últimos momentos da sua vida, desde a predição da vitória da

inocência de Dreyfus, à impressionante antevisão do papel dos anglo-saxões feita em 1895, denunciando como uma fatalidade as ditaduras na primeira parte do século xx.

: Quando esse melancólico fenómeno anoitecer o mundo, os países ingleses serão talvez a única zona da civilização moderna onde os princípios liberais não se terão apagado. E por aí é que há de alvorecer o dia futuro.

Ou então aquela página terrível de realismo, quadro tremendo da realidade brasileira no final da república velha; e datada de 1921:

Ninguém hoje pode invocar a revolução como porto seguro da liberdade. Nesses surgidoiros insidiosos ninguém sabe o que a espera. Massas disformes atalham o acesso a eles; formas estranhas e tenebrosas lhes cercam a entrada; surpresas terríveis, acidentes monstruosos, como esses que, de súbito, inundaram as mais gigantescas monarquias do mundo, submergiram, na Europa, os três grandes impérios militares fundados no direito divino, e, de Londres a Washington, através do Atlântico, estremecem, com os seus rumores subterrâneos, as mais sólidas organizações republicanas.

Quem se poderia responsabilizar, hoje, por um movimento popular uma vez solto? Quem poderá ter confiança em o dirigir, uma vez declarado? Enquanto as revoluções eram políticas, tinham praias, que as circundavam e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas), todas beiram esse Mar Tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaça as plagas do mundo contemporâneo.

Acreditando eu que as instituições se conservam, quando adotam, a tempo, as reformas necessárias, convenci-me de que, sem a revisão, a carta republicana de 1891 está perdida. Vendo, por outro lado, que os interesses oficiais da política brasileira, senhores absolutos do país, estão invencivelmente coligados em negar a revisão constitucional; crendo que essa resistência desvairada nos levará, proximamente, à revolução, e sabendo que as revoluções, nesta fase climática da história da humanidade, levam a rumos desconhecidos — julguei-me coacto entre as pontas de um dilema, que me obrigaria ou a emudecer na tribuna, ou a, procedendo com desassombro, concorrer para a violência de reivindicações, a cuja extensão ninguém, depois, lograsse traçar extremas.³

3. Discurso no Senado Federal a 29 de julho de 1921. *Ditadura e república*. Prefácio e notas de Fernando Néri. Rio de Janeiro, Guanabara [1932], p. 249.

Difícilmente, senhores, nos últimos anos da república velha ter-se-ia escrito página mais penetrante de realidade nacional e universal. Não poderia haver mais prova de objetivismos em face dos problemas do mundo.

Diante desses escritos e de outros, proclamemos nessa Casa dos livros que estes nunca afastaram ninguém da realidade universal, antes pelo contrário são os únicos condutores dos homens de inteligência através dos enigmas que teremos de resolver. Com eles é que teremos de caminhar, com o livro dos livros, ou contra eles, com a Bíblia, com o *Capital* ou com o *Mein Kampf*, mas sempre através deles, teremos de encarar a realidade tal como se nos apresenta.

Nesta homenagem a dois amigos dos livros vemos, pois, um protesto dos estudiosos e dos letrados contra a campanha do retrocesso que pretende ver em cada leitor um teórico, em cada professor um irrealista, em cada alfabetizado um perigo para a ordem pública.

VI. RUI E A HISTÓRIA POLÍTICA DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA ¹

O tema que pretendemos estudar na presente aula deste curso, em tão boa hora organizado pelo benemérito presidente desta casa ², é o seguinte: na produção ciclópica de Rui Barbosa, que parte compete à ciência histórica. Rui foi sócio honorário do Instituto. Seria um devoto da deusa Clio, ou não terá dado jamais atenção a esse aspecto fundamental da cultura? Já se tem dito muitas vezes que, na imensa produção de Rui, poder-se-ia compilar com um pouco de paciência e atenção vários compêndios de direito. Já houve quem extraísse uma gramática das páginas da *Réplica*. Seria fácil extrair um ensaio sobre o parlamentarismo inglês dos discursos na Câmara Imperial. Será fácil compilar uma obra inteira sobre as forças armadas e os problemas militares, outra sobre as finanças da República (de que ele aliás publicou um volume), outra (isto já está feito e a Casa de Rui Barbosa publicará em breve) acerca de higiene e os problemas sanitários do Brasil, extraída de seus artigos e discursos; outra sobre assuntos cariocas e problemas da cidade; outra sobre problemas americanos; outra sobre o divórcio (aliás já publicada pelo professor Homero Pires). Sua obra pedagógica pode-se estender em bons dez volumes e já foi cuidadosamente estudada pelo professor Lourenço Filho no primoroso prefácio às *Lições de coisas*. Fernando Néri planejara um volume só com artigos e discursos sobre assunto religioso. A questão do Acre, quer nos discursos no Senado, quer nos artigos de imprensa, fornece material para mais de um tomo.

E assim poderíamos organizar bibliotecas com o material imenso que nos oferece o maior espólio literário da literatura brasileira e certamente um dos maiores do mundo, sem nenhuma exageração.

A parte cabível à história é, como não podia deixar de ser, imensa. Somente, como em tudo que saiu das mãos artistas de

1. Aula no Curso Rui Barbosa, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1949.

2. Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Rui Barbosa, a produção histórica está revestida de um destino que é sempre político.

Rui foi essencialmente político e disso se prezava. Quando ajuntaram o qualificativo *literário* ao seu jubileu, festiva e oficialmente comemorado em todo o Brasil, ele protestou vivamente contra o que lhe parecia uma deformação de sua vida, “uma vida inteira de ação, peleja ou apostolado”, disse ele próprio, onde as letras figuravam apenas incidentalmente, “como a beleza aparente que reflete a beleza interior”. Enumerou cerca de uma dúzia de produções para concluir:

Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais questões sociais, projetos, reformas, organizações legislativas. Tudo o mais demonstra que esses cinquenta anos me não correram na contemplação do belo, nos laboratórios de arte, no culto das letras pelas letras. Tudo o mais está evidenciando que a minha vida toda se desdobra nos comícios e nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposições ou revoluções, em combate a regímens estabelecidos e organização de novos regímens. O que ela tem sido, a datar do seu primeiro dia, a datar do brinde político a José Bonifácio, em 13 de agosto de 1868, é uma vida inteira de ação, peleja ou apostolado.³

Tal profissão de fé, estranha e curiosa profissão de não-literatura, não impediu que a Academia Brasileira de Letras o tivesse feito seu presidente na sucessão do mais puro homem de letras do Brasil, que foi Machado de Assis. Porque as letras, mesmo a serviço de um ideal e de uma vida política, instrumento de trabalho e de campanha, atingiram em Rui Barbosa a um grau de perfeição e de eficiência raramente alcançados por qualquer escritor brasileiro.

Esta mesma feição dominante do seu espírito explica porque o culto da história na pena de Rui Barbosa também obedeceu ao mesmo rito. A ciência era para ele muito mais a *magistra vitae* e a *testis temporum* do que a *nuntia vetustatis*, se for possível decompor a definição de Cícero. O que ele procurava na História, acima de tudo, era o precedente, a experiência, o depoimento. Mas neste caso era sempre exigente; obedecia àquele conceito que enunciou na *Política e finanças da República*, quando apelava conforme ele próprio anunciou: “do ódio para a verdade, das facções,

3. Discurso na Biblioteca Nacional por ocasião do Jubileu Cívico em 12 de agosto de 1918. *Novos discursos e conferências*, coligidos e revistos por Homero Pires. São Paulo, Saraiva, 1933, p. 410.

para a nação, da confusão contemporânea para a serenidade luminosa do futuro”.

A um senador que o ameaçava com a narrativa de um fato em que ele tomara parte responde ele imediatamente: “Ameça-me o nobre senador com a história desses decretos. Bem-vinda seja ela. Há que tempo lhe espero eu a hora, e com que ânsia! Mas advirta bem S. Ex.^a: a história não é a nesga da verdade, que se espreita pela fisga das portas; não são as missangas suspeitas, que a curiosidade das ruas escolhe nas mãos dos mascateadores de bisbilhotices; não são os pedaços maculados de reputações, que se estracinham na dentuça dos boatos. [...] Após a história *cancannière*, a história de carnaval, o escândalo fantasiado em história, eu levantarei diante de vós a verdade na sua sólida plenitude, na sua transparência cristalina, na sua incorruptível sinceridade. A história, então, é que a tereis: o fato, o depoimento, o documento.”⁴

Esta preocupação de ter à sua disposição o material de que precisava para a luta política, em que predomina o *depoimento*, orientava-lhe as preferências na coleção de livros históricos, predominando entre eles soberanamente as memórias, diários e correspondências. Acredito que poucas bibliotecas fora da Inglaterra possuam uma coleção de *Papers, Memoirs* e *Letters* dos políticos ingleses do século XIX como o da Casa de Rui Barbosa. E todas com sinais evidentes de leitura e de estudo.

E dos políticos franceses a lista não seria menor. Diante delas pasmou o professor Fortunato Strowski, que honrou com a sua sábia autoridade de erudito a tribuna da Casa de Rui Barbosa, proferindo ali uma preciosa dissertação sobre os livros franceses na Biblioteca de Rui.⁵

É certo que aparecem grandes coleções famosas em seu tempo, como a História de Lavisse e Rambaud, a História Geral do *Times* e até obras de especialização como a diplomática de Giry. Mas a grande preferência é evidentemente pelas memórias, desde os volumes completos do Cardeal de Retz até as figuras mais secundárias da Revolução Francesa e da época napoleônica, que Rui Barbosa, aliás, conhecia a fundo.

“Donde vem esta predileção?”, pergunta o professor Strowski? “O gênero de memórias devia agradar a um homem de ação, porque é a história em ação, antes de ter sido transformada em idéias gerais, em símbolos e... em mentiras. Incontestavel-

4. *Finanças e política da República*, p. 142.

5. “Le Livre français dans la bibliothèque de Rui Barbosa”. *Conferências I*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1941, p. 105.

mente Rui Barbosa preferia a este simbolismo suspeito”, continua o mesmo professor, “os depoimentos das testemunhas e dos atores, são ao menos vivos e o erro não é sistemático”. “E depois”, termina o grande mestre, “les mémoires françaises ne manquent jamais de gentillesse et d’esprit; à chaque instant un mot charmant ou noble relève quelque confidence ou quelque indiscretion. Rui Barbosa aimait cela.”

Está claro que não faltariam os magros volumes que possuímos no gênero em nossa bibliografia. Os volumes do velho Rebouças, de Pereira da Silva, e mesmo de alguns contemporâneos seus da fundação da República apresentam sinais de atento exame e, às vezes, notas nem sempre muito amáveis. Este gosto pelo gênero manifesta-se até mesmo nos recortes de imprensa. As memórias de Caetano Lopes de Moura — aliás interessantíssimas, foram lidas e marcadas num recorte do *Jornal do Comércio*, de 29 de março de 1902. Tratava-se aqui de um duplo interesse — um conterrâneo, provavelmente relacionado com seus parentes e versando a epopéia napoleônica, em que o talentoso mulato baiano tomou parte, e brilhante.

Este apreço pelo depoimento e o valor dado ao documento histórico punham Rui Barbosa sempre pronto para um combate neste terreno.

Respondendo a Ramiro Barcelos em 1892, tem este trecho fundamental:

Quando os acometimentos de meus inimigos lhes parecerem mais triunfantes, quando os seus botes campearem mais seguros do alvo, hão de vê-los recuar sobre a leviandade do agressor, como as investidas da serpe, golpeada nas vértebras e chumbada ao solo na paralisia da sua raiva. Eu não temo a cabeça coleante do réptil que uma cipoada vingadora da verdade bastará para deixar mutilado no chão, esbravecendo na impotência do seu veneno. Não temo porque a minha consciência é forte, sã e inteira. Não é uma dessas consciências cerzidas de convicções de empréstimo e retalhos de retórica. É a depositária de um tesouro de fatos, que a prudência me aconselha resguardar contra a luz, enquanto a petulância dos difamadores não me transbordar a taça de indignação recalçada pelas injúrias quotidianas. Mas, se me violentam, se me colocam entre os perigos de um silêncio vilmente interpretado pelos inimigos e os inconvenientes de uma franqueza antipática dos discretos eu rasgarei todas as vendas; e então se verá que a história dos decretos de 17 de janeiro, se para outros pode ser fantasma, para mim talvez radie como um troféu.⁶

6. *Finanças e política da República*, p. 141.

Para estar assim capaz de “rasgar todas as vendas” e poder exhibir “de uma hora para outra esse tesouro de fatos” de que sua memória fenomenal era depositária, Rui Barbosa precisava dispor realmente de um aparelhamento imprescindível de um homem público ativo e alvejado como ele o era: o arquivo particular.

Neste ponto o material que reuniu e que é hoje patrimônio nacional é impressionante. Prevenido com o conhecimento da literatura histórica de memórias e correspondências de que não há papel, por mais simples e inocente que pareça, que não possa vir a tornar-se uma peça histórica, com o mais inesperado dos acontecimentos, Rui Barbosa guardou cuidadosamente tudo que se referia à sua vida. Lá estão cadernos de apontamentos de leitura, recibos de assinaturas de jornais acadêmicos, de sociedades acadêmicas, de aluguel da república de estudantes, rascunhos de discursos, roteiros de pareceres ou de conferências políticas, notas de linguagem, cartões indicando peso em balanças automáticas, faturas de livros ou de alfaiates, cartões de boas festas, telegramas de aniversários, tudo juntamente com a correspondência política mais secreta e os originais das obras mais famosas.

É uma delícia para o historiador, que poderá reconstituir todo um período, um mês, e até um dia da vida do biografado, através dessa massa preciosa de documentos, aparentemente exagerada, mas de fato atraente para quem tem, como dizia Dom Pedro II, o gosto pelo papel — com os cinco sentidos — a vista, o sabor, o cheiro, o ruído e o tato — especialmente o tato dos bons papéis Canson em que está escrita quase toda a nossa história do Império e do princípio da República.

A existência de um tal acervo com a nossa habitual displicência por papéis velhos, com o nosso clima e com a perseguição das arrumadoras, que costumam ser as donas de casa, é realmente quase um milagre. Se aludi a esta última espécie de obstáculo é porque já ponto clássico em livros de biblioteconomia a referência à antipatia histórica das mulheres pelos livros e papéis, ao menos em suas próprias casas. Ao menos a coleção de depoimentos — e isso agora é história, meus senhores — a coleção de depoimentos reunida na obra de Albert Cim é impressionante: “O melhor dos maridos”, diz René Vallery Radot, “pode confiar à mulher a chave do cofre-forte — mas não caia na tolice de lhe confiar a chave da biblioteca. Não se deve nunca deixar uma mulher sozinha com um livro. Tais deviam ser os princípios dos bibliófilos casados”.

Amour de femme et de bouquin
Ne se chantent au même lutrin.

Ora, Rui Barbosa teve sempre em D. Maria Augusta a mais compreensiva das companheiras na sua missão de criar para o seu marido o ambiente propício para a sua produção intelectual. A “grande mulher de um grande homem”, na frase feliz de João Mangabeira, jamais criou entraves ao gosto de Rui Barbosa por livros e papéis.

O Sr. Homero Pires recorda em excelente conferência sobre Rui e os livros um diálogo que nos foi narrado a ele e a mim por D. Maria Augusta, em uma das suas sempre lembradas visitas à casa de São Clemente.

Às vezes, ao chegar da rua e ao subir a escada interior, com o empregado que o acompanhava a carregar os volumes que adquirira no dia, divisava no alto a figura senhoril e carinhosa da esposa a quem docemente falava:

— Perdoa, já é uma verdadeira mania!

E ela, sempre previdente e magnânima:

— Não há que perdoar. É a tua ferramenta.⁷

E assim os livros e os papéis foram conquistando peça por peça da velha casa de São Clemente até dar-lhe o aspecto de um grande palácio dos livros. Estantes e gavetas atulhadas de papéis oferecem aos atuais funcionários um desafio para sua conveniente classificação e catalogação. Só a massa bruta representada pela coleção de jornais, desde o tempo da faculdade de São Paulo até os últimos anos de vida, alguns deles anotados com a mesma tinta vermelha e com o mesmo cuidado com que assinava os seus livros, constitui um material talvez único em nossa história.

Por que um tão assíduo leitor de memórias e de diários e um estadista tão atento à verdade acerca de si próprio não deixou diários (senão apontamentos muito sumários de despesas) e não escreveu memórias? Homem tão moldado pelos estilos ingleses, por que não os seguiu também neste costume tão comum entre estadistas britânicos — de legarem aos pesquisadores depoimentos completos acerca dos acontecimentos em que tomaram parte?

No entanto em tantas páginas deixou ele depoimentos históricos impercíveis. Poder-se-ia recompor (e a idéia é de Pedro Calmon) uma autobiografia de Rui através de seus inúmeros

7. Homero Pires. *Rui Barbosa e os livros*. 5.^a ed., Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1949, p. 23.

depoimentos esparsos em artigos, conferências e até em discursos parlamentares.

As longas referências ao pai, na visita à terra natal e no discurso na Faculdade de Direito de São Paulo em 1909; as evocações da vida acadêmica que se encontram neste discurso; as importantíssimas revelações do discurso sobre José Bonifácio, o prefácio da *Queda do Império*, são páginas que fazem prever o que seria este monumento que Rui não deixou. Há mesmo algumas laudas no arquivo da Casa de Rui Barbosa em que ele declarou que iria narrar aos filhos alguma coisa acerca do início da carreira, mas o documento interrompe-se curiosamente em meio a uma palavra.

Os grandes depoimentos históricos de Rui terão, pois, que ser buscados entre os seus trabalhos. Dê-nos Deus vagar e força, e, apenas terminada a obra em que estamos empenhados, haveremos de tentar um empreendimento que reputamos dos mais úteis à história brasileira — a recomposição dessa narrativa empolgante de uma vida inteira de lutas, de decepções e de sacrifícios — mas como ele próprio disse — sem perder o ideal.

Poucas páginas de memórias terão a vida daquela evocação de José Bonifácio no discurso de 1886:

Discípulo, como fui, de José Bonifácio, seria orgulho se não fosse gratidão, vaidade, se não fora dever, dar-vos aqui o testemunho do seu magistério. Foi em 1868, quando comecei a ouvi-lo. Vinha ele dessa memorável sessão parlamentar, em que a onipotência da coroa, por imperscrutável mistério de sua graça, houve por bem, vitimar à reabilitação de Timandro o partido de cujas simpatias populares o dinasta se valera para a campanha do Prata. Quando José Bonifácio assomou na tribuna, tive pela primeira vez a revelação viva da grandeza da ciência que abraçávamos. A modesta cadeira de professor transfigurava-se; uma espontaneidade esplêndida como a natureza tropical borbulhava dali nos espíritos encantados; um sopro magnífico animava aquela inspiração caudal, incoercível, que nos magnetizava de longe na admiração e no êxtase. Lembrome que o primeiro assunto de seu curso foi a *retroatividade das leis*. Nas suas preleções, que a hora interrompia sempre inopinada como dique importuno, a suma filosofia jurídica, a jurisprudência romana, os códigos modernos, a interpretação histórica, o direito pátrio passavam-nos pelos olhos translumbrados em quadros incomparáveis, inundados na mais ampla intuição científica, impelidos por uma dialética irresistível.⁸

8. Homenagem a José Bonifácio (São Paulo, 1886). *Obras completas*. vol. XIII, t. II, Rio de Janeiro, 1962, p. 255.

Ou aquela outra página incomparável de reminiscência.

Entre as reminiscências do meu curso jurídico nesta cidade, nunca se me desfará da lembrança a recepção com que o acolheu, depois do golpe de Estado de 16 de julho, a juventude acadêmica de 1868, em um banquete político de grandes proporções, que assinalou data na memória de quantos o celebramos: Joaquim Nabuco, o futuro orador do abolicionismo, ponto radiante que já se destacava na coroa solar do nome paterno; Barros Pimentel, merecimento dos mais puros, envolvido tenazmente pela sua modéstia em um casulo de seda; Martim Cabral, grande bôlide fulgurante, que se perdeu no horizonte da tribuna brasileira; Gavião Peixoto, um dos testamenteiros morais de José Bonifácio; Salvador de Mendonça, o publicista do *Ipiranga*; Américo de Campos, o estóico; Américo Brasiliense, temperamento americano alienado para a república pela rotina perversa da monarquia; Ferreira de Meneses, um folhetim vivo, o boêmio da esperança, o fundador da *Gazeta da Tarde*; Castro Alves, o poeta dos escravos. José Bonifácio teve ali palavras comovidas, que se fonografaram no espírito dos ouvintes: “Os combatentes de hoje”, dizia, “são as aves já em meio do caminho, poisadas nos ramos secos da floresta. A mocidade é o futuro, as andorinhas em busca da primavera e da luz”. E Ferreira de Meneses de atalhar:

— A luz é V. Ex^a.

E o foi até o derradeiro dia.⁹

Ou aquela magnífica descrição da entrevista com o imperador em 1884, para conversar sobre os planos de reforma do ensino, que aparece no prefácio da *Queda do Império*.

Estava outubro a terminar, em 1884, quando me veio às mãos uma carta do presidente do conselho, o senador Dantas, onde, em nome de sua majestade, me declarava, nalgumas linhas que o imperador queria ter comigo uma conferência especial [...] e, para nos avistarmos, me marcava o dia, não me lembra se primeiro ou terceiro daquele mês, no paço da Boa Vista ao meio-dia.

No prazo dado, ali estava eu, juntamente curioso e enleado com a reputação de terrível e pontilheiro argüidor, que tinha Dom Pedro. Disse-ram-me, logo à porta, que, naquele dia e àquela hora, ele não recebia; mas, respondendo eu que eram ordens de sua majestade as a que obedecia, deram-lhe parte da visita, à qual acudiu imediatamente. Com insinuante afabilidade me tomou da mão, e, sem ma deixar mais, me conduziu ao

9. Ibidem.

longo do vasto salão avarandado, onde era costume dar, aos sábados, as suas audiências gerais, subiu comigo a escada para o andar superior, e lá me levou a um gabinete, cuja vista dava para a bela avenida, da frontaria de palácio vai ter ao grande portão exterior.

Ali, no meio do aposento, estava, como que já de propósito arranjada para conversa íntima, uma singela mesinha, coberta com seu pano, a que sua majestade me faz sentar; e, então, deixando-me por instantes, voltou, trazendo sobraçados os meus dois pareceres e projetos acerca da reforma dos três ensinos, que, havia dois anos, dormiam, na Câmara dos Deputados o sono, donde passaram ao mofo e traçaria dos arquivos. Sentou-se; e, joelhos contra joelhos, numa familiaridade que para logo me dissipou acanhamentos e receios, como em cavaco íntimo entre iguais ou camaradas, percorrendo as notas tarjas, de que trazia margeadas e comentadas as páginas dos dois livros, creio que encadernados, me submeteu a formidável sabatina, numa dobadoira contínua de objeções e perguntas, sariando, umas trás outras, as questões e dificuldades, como fios de fusos em movimento rápido entre os dedos de amestrado fiandeiro.

Seriam, mais ou menos, três horas da tarde, quando o imperador se levantou, despedindo-me com a mesma boa sombra, cortesia e descerimônia, com que me recebera. Dessa prática desafetada, mas oirizada, como era, para a minha bisonharia em entrevistas régias, de tropecilhos e imprevistos, ignoro que impressão terei deixado no juízo do imperador. Não sei se ele o disse ao senador Dantas. (Nunca lhe perguntei.) A minha era a de ter estado em contato com um coração aberto a excelentes sentimentos, um espírito acessível às idéias mais progressistas, uma admirável retentiva, um contraditório misto, em suma de mediocridade e grandeza, artifício e simplicidade larga erudição memorizada e mímica ou desenvolvimento imperfeito nas faculdades assimilativas e criadoras.¹⁰

Páginas como esta fazem antever um memorialista soberbo.

Por que, afinal, mão tão afeita às narrativas históricas e mentalidade tão inclinada a este gênero de estudos não deixou à posteridade uma obra no gênero das que ele tanto consultava e apreciava?

Sem dúvida porque na própria origem da resolução de escrever as memórias está o afastamento da vida política, ao menos temporário. Não se escrevem memórias — em regra senão quando se pára no caminho e se olha para trás.

Este nosso grande patrono, porém, nunca parou na sua gloriosa e contínua caminhada. Nunca se considerou um reformado ou aposentado para a vida política. Quando aos 71 anos iniciava

10. *Queda do Império*. T. 1, Rio de Janeiro, Castilho, 1921, p. LXVI.

uma campanha política pelos sertões da sua terra, considerava-se em atividade tão intensa como o mais moço dos partidários de sua agremiação. Faltou sempre a Rui Barbosa esta sensação de considerar encerrados os seus trabalhos. Ao menos nunca a nação consentiu que ele se ausentasse do palco da política. Em 1921 ele renunciou à vida pública; as manifestações nacionais foram, porém, de tal ordem que ele se viu constrangido a reassumir o seu posto na bancada do Senado. Nunca pôde pensar na vida política em termos de recordações de um aposentado.

Encarando permanentemente a vida como um lutador sempre em forma, pode-se afirmar que morreu lutando. Quando a paralisia bulbar fulminou-o como remate de um mal que o perseguia tenazmente, ela o encontrou não somente ativo, mas fremente de entusiasmo e dedicação à causa política da terra natal. Suas memórias são, pois, a sua vida. Grande e histórica lição: exemplo recolhido pela posteridade. Quando um dos nossos mártires quis dirigir-se ao povo que o acompanhava ao cadafalso, só conseguiu murmurar estas palavras incompletas: "Morro pela lib..." A mão piedosa do frade impediu que a multidão ouvisse aquele derradeiro queixume.

A voz de Rui Barbosa, porém, ressoou longamente aos ouvidos da nação. Quando a mão do destino implacável o reduziu ao silêncio, quase em meio a uma vibrante apóstrofe política — a política de sua terra — as palavras que ele ainda teria que pronunciar não seria um lamento sobre o passado mas um incitamento ao futuro. Esse era o seu feito, a sua missão, a sua glória.

VII. RUI — O HOMEM E O MITO ¹

O tema proposto pelo professor Thiers Martins Moreira para minha dissertação neste momento não é tema para uma conferência: representará o resultado de uma existência consumida em pesquisas à moda germânica.

A obra de Rui Barbosa é a maior do Brasil, em extensão: uma capacidade de trabalho inteiramente fora do comum, aplicada regularmente durante uma existência relativamente longa; o exercício de três atividades das mais exigentes de publicidade: a política, a jornalística e a forense — tudo isso fez com que a sua produção intelectual seja a mais difícil, já não dizemos de reunir, mas simplesmente de enumerar. Para começo de pesquisas de nosso tema, seria preciso ter à disposição não só a produção do autor, mas as provas e documentos de sua repercussão no ambiente da cidade, do país e do estrangeiro.

Acredito que, no Brasil, não haja exemplo de esforço tão continuado de coleta e catalogação de uma obra como a de Rui Barbosa nesta instituição. O número de publicações, de jornais, de recortes, tudo conjugado com um arquivo precioso e quase todo catalogado oferece ao pesquisador um material único em nossa terra.

Tudo isso, porém, ainda é pouco para as pesquisas imprescindíveis a fim de, pelo menos, aflorar o tema proposto. Acresce, agora, a maior dificuldade. Não estou somente afastado desse manancial. Estou inteiramente absorvido por preocupações de outra ordem, e não somente não disponho de tempo para uma pesquisa aturada, desse gênero, mas principalmente, falta-me tempo para concentração, indispensável ao estudo de tema tão alto. As emoções, as preocupações, o esgotamento resultantes de trabalhoso cargo administrativo impedem-me de encarar sequer assunto tão vasto como o que me propôs o ilustre diretor desta Casa.

Apenas, guiado mais pela idéia geral e pela memória do que pela pesquisa, indicarei alguns rumos de estudos que pretenderei fazer, se algum dia tiver oportunidade.

1. Conferência realizada na Casa de Rui Barbosa a 5 de novembro de 1959, sendo, então, diretor o Prof. Thiers Martins Moreira.

O que este imenso material permite e o que urge realizar é uma série de úteis monografias em torno da época de Rui, época fundamental para compreensão das nossas crises contemporâneas.

Este exame pode constituir o programa de um grupo de trabalho que prestará assinalados serviços, especialmente se basear seu roteiro em base objetiva e documental, ordenando e divulgando os documentos, de maneira sistemática.

O que resultará daí será um retrato exato de Rui Barbosa. Fugiu ao termo *verdadeiro*, porque na famosa distinção de Vigny, nas suas *Reflexões sobre a verdade na arte, o verdadeiro* não se identifica com a *verdade*. A *verdade* incorporaria à verdade histórica a parte não histórica representativa do juízo da posteridade, nem sempre documental, mas justa. A projeção da história de um homem célebre sobre a imaginação popular apresenta realmente aspectos imprevisíveis. São conceitos de Gundolf, a propósito de César e sua lenda:

A maneira pela qual os super-homens vivem na imaginação popular pertence tanto à atividade que eles exerceram, quanto à história. A imagem que eles imprimem na agitação do tempo, ou o que é o mesmo, a forma que receberam desse tempo, tecida por Deus e por eles próprios, é uma emanção da energia pessoal. Desdobra-se e multiplica-se através de gerações sucessivas, cada qual trazendo uma contribuição diferente. Irradia a força deles de olhos sempre novos. A essência da personalidade não se revela em sua totalidade, senão quando refletida no espelho dos séculos.

Essas imagens de homens, de coisas e de acontecimentos, que uma geração transmite a outra, ora mais claras, ora mais sombrias, e que o tempo esclarece ou confunde, conduzem-nos a um número muito restrito de pessoas que, por um olhar, uma palavra ou um simples gesto, foram criadores de mitos. Foram eles que geraram a lenda poderosa, os motivos tenazes aos quais a massa trará a colaboração do poder da fé, engrandecendo-a através dos séculos.

Todo homem significativo cria, assim, fatalmente, em torno de sua biografia, uma auréola lendária, ampliada pela consagração popular à sua figura, que passa a ser o centro de uma construção mítica, geradora de um ciclo que se amplia com o passar das gerações. Há heróis que formam a própria lenda, e contribuem, poderosamente, para a formação dos mitos que lhes convêm.

A maior contribuição para a lenda gloriosa dos heróis vem, porém, dos poetas, que apreendem sutilmente as bases daquela *verdade* a que se referia Vigny. Grandes formadores de lendas são, porém, os inimigos. Há um trabalho demoníaco em lançar

sobre os adversários uma sutil nuvem de calúnias, envolvidas em supostos elogios a pretensas qualidades, acompanhadas de sorrisos de falsa compreensão.

Assim, como ninguém ousará negar a Rui Barbosa a inteligência, promove-se o ataque em uma onda de admiração, não mais pela cultura, ou pela agudeza mental, mas pela esperteza do espírito. Assim corre, a propósito de Rui Barbosa, uma série de pequenas anedotas à moda do advogado Pathelin, em que seu engenho era aplicado em burlar os clientes e obter, por meios de esperteza, o pagamento de incríveis honorários. Ora, a verdade, que as centenas e os milhares de documentos aqui reunidos comprovam, é que raramente Rui Barbosa entrava em entendimentos acerca de honorários. O que as pastas, que conservam os mais simples bilhetes e cartões de visita, comprovam irrefragavelmente, o que as letras resgatadas nos bancos da Bahia e cujos canhotos se guardam nestes cofres, o que a correspondência com os amigos e com os colegas documentam implacavelmente são estas afirmações do próprio Rui, feitas em 1913:

Comecei, honrando a memória de meu pai, e espero acabar deixando honrada a minha. Isto, porém, não porque tenha a bossa de bom agenciador nos meus interesses pecuniários; mas porque nunca me escasseou que fazer, e tudo o que ganho se encaminha para o meu lar. Com a parte financeira da minha profissão nunca lidei. Amigos, companheiros, ou co-interessados me suprem, a esse respeito, o despeito e acanhamento.²

Frase por frase, é possível documentar tudo o que acima ficou dito. Da dívida do pai, há nesta Casa o inventário, com o compromisso; há a conta corrente do Banco; há os talões das letras e há a correspondência do amigo fidelíssimo, Gesteira, revestindo o esquema contabilístico do episódio com os comentários, ora pitorescos, ora dolorosos. Mas isto mesmo já ouvi negar por um seu conterrâneo e contemporâneo, que jurava, de pés juntos, que a dívida de João Barbosa jamais havia sido saldada, e que tudo não passava de uma epopéia composta adrede pelo gênio do filho (e aí começavam os elogios ao talento verbal e retórico de seu suposto admirado).

O que as inúmeras faturas que aqui se guardam, e a escrita das despesas comprova minuciosa e ordenadamente, quase até o

2. "Escola da calúnia." (Carta à Nação.) Ver: Rui Barbosa *Correspondência*, coligida, revista e anotada por Homero Pires. São Paulo, Saraiva, 1932, p. 295.

momento da morte, é um cuidado exemplar em saldar os inevitáveis compromissos de uma família numerosa e obrigada à sustentar um nível de vida compatível com sua posição, sem nenhuma renda estável.

Um homem público, visado pelos adversários como foi Rui Barbosa, no fragor da batalha política em que se empenhava, no ano dramático de 1914, não ousaria proclamar solenemente, sem temer contradita, palavras como estas:

Não sei pedir dinheiro a ninguém, ainda mesmo em restituição do que me tomam, ou em pagamento do que me toca. Não devo; não cobro; não peço: é a minha norma. Credores, graças a Deus, não tenho. Dos meus devedores não arrecado. Aos meus clientes não solicito. Com o prumo na despesa, o estribo no trabalho e a fé na Providência, que até hoje me tem valido, capricho em não me exceder, para não necessitar, e em não necessitar, para não faltar aos meus, nem estender a mão a estranhos. Não tenho de meu senão para viver como pai de família laborioso e sobrecarregado. Mas, mercê d'Aquele que me tem continuado com as forças para labutar hoje, de tão bom grado e tão sem cansaço como em moço, vivo sem me humilhar nem incomodar a outrem.³

Respondendo a uma consulta do Instituto Histórico sobre a cobrança de sua contribuição, escreve Rui à margem da carta:

Aqui em minha casa se pagam todos os recibos, que me são apresentados, sem demora alguma. Se há, portanto, atraso, a culpa será do cobrador. Não costumo receber destas reclamações; porque, graças a Deus, não tenho dívidas atrasadas. *R. B.*

Documentos decisivos a este respeito são suas cartas a seu cunhado, o coronel Carlos Bandeira, que, juntamente com as recordações deste, serão dadas à estampa, em breve. Não há possibilidade de maior clareza, lisura nem escrúpulo em relação aos compromissos.

Mas a calúnia não concede a um lutador essa parede branca. De tempos a tempos, suja-a com as mais humilhantes e ridículas lendas, como a do palacete-fantasma de Laranjeiras, que jamais pertenceu a Rui, como ficou plenissimamente provado, e a desta casa, cuja aquisição difícil e legalíssima foi extensa e miudamente exposta na tribuna do Senado. Apareciam os anúncios de casas em Laranjeiras: "Em frente ao palacete do general Rui

3. "Esfola da calúnia", loc. cit., p. 295.

Barbosa". Acorreu Rui e provou com certidões notariais que o prédio (que um grupo de amigos pensara em oferecer por subscrição pública ao então ministro da Fazenda — que a proibiu) jamais lhe pertencera. A lenda se transferiu então para esta casa de São Clemente, apesar de todas as provas em contrário.

Em 1893, estando no exílio, a calúnia sobre a compra desta casa de São Clemente se espalhou. Atalhou-a o comendador Maranhães, seu cliente e amigo, dando ao Senador da maioria Cunha Júnior o seu testemunho valioso por ter sido quem obtivera a hipoteca, sem a qual teria sido impossível a compra por quem ocupara, em período ditatorial, o Ministério da Fazenda.

Em 1896, renova-a Zama, e Rui a fulmina em discurso histórico e antológico.⁴ Mas o monstro renasce em 1919, na campanha presidencial, quando um dos paredros da candidatura Epitácio ousa afirmar, em reunião pública, referindo-se a Rui, que “os seus amigos e admiradores (a quem enriquecera por via do encilhamento) lhe haviam feito um presente principesco: o palácio que S. Ex.^a habita, à Rua São Clemente, 181, ricamente ornamentado e mobilado, dádiva expressiva da fortuna e da gratidão de aventureiros e da pobreza da população”. O mais grave ainda é que, em recentíssima e logo famosa obra, tão longamente meditada, ainda ressurgja, em confusa exposição, a célebre casa das Laranjeiras, como se fosse adquirida durante o Governo Provisório e como se Eduardo Prado, que foi ludibriado pelo noticiário maligno da época, não houvesse feito o seu juízo sobre o ministro da Fazenda.

Quereis outro exemplo da capacidade inventiva da calúnia? Esta casa, em que estamos, foi adquirida dois anos após a saída de Rui Barbosa do Ministério. Ao partir para o exílio, estava ela ainda em obras, e só foi habitada na volta de Rui, em 1895. Nas suas cartas de Londres manda ele pedir as medidas das paredes desta sala, para encomendar as estantes, ainda não feitas. Na volta, mandou-as fazer com as medidas exatas das paredes, como vedes. As faturas do pagamento parcelado são do conhecimento de vários presentes. Pois bem: são inúmeros os visitantes que, ao olhar para o alto desta estante maior, e avistarem as letras *RB* entrelaçadas, sorriem por encontrarem a *prova*, prova cabal, de que é verdade o que se diz a respeito de um furto tremendo de Rui Barbosa: teria encomendado as estantes para o Ministério e mandado colocar as letras *RB*, que significariam

4. Resposta a César Zama. *Obras seletas*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, vol. II, 1954, p. 299.

“República Brasileira”, e, em seguida, encaminhado à sua casa, na Praia do Flamengo, onde estas estantes nem sequer caberiam. Seria infantil, se não fosse sórdida estupidez. Nem a expressão *República Brasileira* era usada em nenhum documento oficial, mas República dos Estados Unidos do Brasil.

Lenda paralela a essa do fantasmagórico palacete das Laranjeiras é a do horror de Rui Barbosa ao povilêu, que o teria levado até a conseguir da diretoria da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico a supressão do bonde de segunda classe de sua rua, para não ter o desprazer de ver passar em frente a sua casa o “zé-povo”, e especialmente a gente de cor. Para quem abre uma planta do bairro de Botafogo torna-se evidente que, a ter de fazer correr uma só composição de segunda classe, ou reboque desse tipo, o itinerário lógico seria a rua central do vale, que é Voluntários da Pátria, que corta todas as transversais pelo meio, entre General Polidoro e São Clemente, e nunca esta última, que, a esse tempo, não possuía nenhuma transversal para o lado da montanha. Mas um maldizente adversário, que desertou das fileiras civilistas, lançou a calúnia que fez carreira, como fazem todas que visem a incompatibilizar um espírito superior com as classes humildes, naturalmente desconfiadas.

O que há de grave é que não há mito mais generalizado em relação a Rui Barbosa. Qualquer operário já o ouviu. A todo momento, ele aparece nas rodas de proletários, e é inútil tentar destruí-lo. A verdade, diz-se logo, é que os bondes de segunda não passavam por aqui. É inútil dizer que, como campeão do abolicionismo, Rui não poderia ter preconceitos de cor; inútil apelar para o parecer sobre a Lei de 1884 — documento de profundo senso social e que os anti-ruístas procuram não citar; inútil lembrar o discurso de 1888 considerando o 13 de maio como um ponto de partida, e não como uma meta; inútil lembrar a primeira lei trabalhista promulgada pelo Governo Provisório; inútil dar o testemunho de todos que viram a afabilidade e a cordialidade de Rui para com todos os humildes. Inútil tudo isto. A lenda do veto ao bonde de segunda classe está incorporada às tradições da cidade. Surpreendemo-la, às vezes, entre pessoas que parecem nada mal dispostas em relação ao caluniado. Curioso é que ela tomou outras formas, e começa a se transformar numa espécie de maldição contra a Rua São Clemente, lançada talvez por um bruxedo.

O atual diretor desta Casa, faz poucos anos, esperava, no centro da cidade, condução que viesse por São Clemente. Passaram várias, via Voluntários que, como é óbvio, percorrem uma rua mais central. Ao se aproximar o terceiro via Voluntários,

um desconhecido, sentindo que tinha um companheiro de infortúnio, não se conteve e explodiu:

— O Sr. também espera condução para São Clemente, não é? Somos infelizes. Desde o tempo em que Rui Barbosa impediu a passagem por ela de bondes de segunda classe, que esta rua é uma rua desgraçada. Tudo isto vem do Rui Barbosa...

Também não sei de onde surgiu uma outra lenda a respeito de um famoso uniforme, que Rui Barbosa teria proposto para os pobres. O fato é que também corre muito entre operários que o ministro da Fazenda do Governo Provisório pretendia impor aos pobres (aos operários? quem sabe...) um uniforme. Por mais esdrúxulo que possa parecer, o fato é que essa impostura também se generalizou. Terá sido alguma medida mandada adotar em algum serviço no Ministério da Fazenda, ou alguma sugestão dada a algum amigo industrial, não encontrei, até agora, o fato que, devidamente falseado, terá dado origem a tão incompreensível fantasia. Mas é também aceita, sem pestanejar, por quase todos os operários.

E no entanto, quando ministro, Rui Barbosa falou nos operários, em manifestação popular que deles recebeu e foi amplamente noticiada pela imprensa, após um desfile de proletários de várias indústrias. E aí fez voto de jamais recorrer à demagogia:

Acautelai-vos, pois, contra as organizações políticas, contra as imitações estrangeiras, contra as transplantações artificiais, que pretendam cegar, monopolizar e represar a vossa força, para a deixar cair do alto, espumante e revolta, desordenada e irresistível.

Cidadãos operários, retraí-vos diante das palavras sonoras que deslumbram e embriagam; elas são o canto das sereias políticas...⁵

Ora, o ministro da Fazenda sofria, no dizer de Campos Sales, da *neurose industrialista*. Nesse mesmo discurso pregava a industrialização, com essas palavras:

Se o Brasil é um país exclusivamente agrícola, pode ser um país igualmente industrial. [...] Por que razão nos havíamos de condenar indefinidamente ao trabalho agrícola, se tínhamos, em outra parte da América, uma república que, desde os seus primeiros dias, lançou simultaneamente as bases do seu futuro no trabalho, na indústria, na agricultura?

5. Discurso aos operários a 13 de novembro de 1890. *Obras completas*, vol. XVII, t. I, Rio de Janeiro, 1946, p. 357.

Nesse rumo de idéias não é concebível que alguém fosse incompatibilizar-se com a classe operária. Onde estará a origem desta baixa intriga?

De origem mais elevada é outra campanha que se faz contra Rui Barbosa: a de inimigo da história, de destruidor de documentos. Dessa pecha tem sido ele, recentemente, muitas vezes argüido. Será, assim, um homem contraditório: formador cuidadoso de um arquivo pessoal minucioso, e destruidor de arquivos nacionais.

Conheço alguma coisa do traço deste episódio cujos fragmentos venho reunindo há longo tempo. A primeira referência que encontramos ao fato é a que se verifica em Nina Rodrigues, que, na obra clássica *Os Africanos no Brasil*, fala em decreto ordenando a destruição dos papéis da escravidão. Em nota de pé de página assinala sua fonte: Circular do Ministério da Fazenda n. 29, de 13 de maio de 1891. "As conseqüências desse ato, comenta Nina Rodrigues, foram a destruição englobada de todos os documentos relativos à imigração da raça negra, que deviam existir nas repartições aduaneiras. Pelo menos na Alfândega deste Estado — Bahia — não existe mais nenhum."⁶ Note-se que Nina Rodrigues não indica o responsável pela ordem referida. E não poderia indicar Rui Barbosa, porque toda gente sabe que a treze de maio de 1891, Rui Barbosa não era mais o ministro da Fazenda, já que o Gabinete de 15 de novembro demitiu-se com a aprovação da Constituição a 17 de janeiro de 1891. Dessa indicação passou a figurar esse fato em quase todos os trabalhos modernos sobre o assunto. Na primeira edição de *Casa grande e senzala*, (Rio de Janeiro, 1934, p. 327), já aparece a queima atribuída ao "eminente baiano Conselheiro Rui Barbosa", que, por motivos ostensivamente econômicos — a circular emanou do Ministério da Fazenda sob o n. 29 e com data de 13 de maio de 1891 — mandou queimar os arquivos da Escravidão. Note-se que da queima dos documentos existentes nas repartições aduaneiras já passamos ao que o autor chama de *autos-da-fé republicanos*. Já não há decreto.

Em 1935 os *Estudos afro-brasileiros*⁷ repetem a increpação.

Já no ano seguinte (em artigo no *O Jornal*, de 9 de fevereiro de 1936), com a probidade e a minúcia do costume, o historiador

6. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932 (Cóleção Brasileira), p. 39.

7. *Trabalhos apresentados ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934*. Rio de Janeiro, Aniel, 1935.

Otávio Tarquínio de Sousa retificava os enganos. A circular n. 29 pertence ao Gabinete chefiado pelo eminente pernambucano barão de Lucena, e o seu subscritor é o ministro Tristão de Alencar Araripe. Foi ela que mandou pôr em execução um simples despacho de seu antecessor, mas datado de 14 de dezembro de 1890, despacho que ordenava a queima de livros e documentos "em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos, que, pela abolição do elemento servil, entrava na comunhão brasileira". "Graças a esse lance de retórica", comenta Otávio Tarquínio de Sousa, "ficaram os estudiosos dos problemas referentes ao negro no Brasil privados de sua documentação preciosa."

Para medir toda a extensão do malefício, seria necessário conhecer a relação das peças que foram lançadas ao fogo, em obediência à ordem ministerial, coisa que até agora não se publicou, quer na Capital, quer nas províncias. Duvidamos até que em todas elas a ordem tenha sido cumprida. Ou então a emperrada máquina burocrática, bem conhecida, terá funcionado eficazmente, pela primeira vez, para nossa infelicidade.

A verdade é que, com fogo, ou sem fogo, a maioria de nossos arquivos está desfalcada, pelo bicho, pela umidade e pelo desleixo, de peças fundamentais. No Rio, sabemos que, lamentavelmente, houve queima. O despacho do ministro determinava a requisição dos livros da tesouraria da Fazenda, livros e documentos existentes no Ministério da Fazenda, matrículas de escravos, de ingênuos, dos filhos livres de mulher escrava e de libertos. Uma comissão, no mesmo ato designada, dirigiria tal arrecadação, procedendo, em seguida, à queima na casa de máquinas da Alfândega desta Capital. Realmente, uma placa de bronze existente nas atuais oficinas do Lóide Brasileiro contém, de fato, esta inscrição assaz lacônica: "13 de maio de 1891 (note-se). Aqui foram incendiados os últimos documentos da escravidão no Brasil". O noticiário da imprensa da época é abundante e entusiástico. Assinala os nomes dos funcionários que tomaram parte no *patriótico* ato, estando presentes o inspetor da Alfândega, o engenheiro Sattamini, o guarda-mor Adolfo Hassellmann e o presidente da Confederação Abolicionista João Clapp.

A expressão da placa de bronze, porém, é vaga. Os *últimos documentos da escravidão* não foram, evidentemente, destruídos, nem o poderiam ter sido. Seria preciso destruir toda a correspondência oficial, as atas das câmaras municipais, os autos dos pleitos judiciais, os inventários, sem falar na legislação. Mas é evidente que essa queima só poderá ter sido simbólica. Numa visita que

fizemos expressamente para esse fim ao Arquivo Nacional, o então diretor Dr. Vilhena de Moraes exibiu-nos catálogos em que figuram, aos milhares, os livros e documentos a respeito da escravidão.

O que os estudiosos hão de ter perdido, para sempre, devem ter sido os livros de registro dos escravos, as matrículas, na forma do despacho citado, e os livros de entradas nas alfândegas.

Os elementos estatísticos dos primeiros constam, porém, dos relatórios dos ministros e presidentes de províncias. A perda principal vem a ser, pois, a dos livros alfandegários, precisamente aqueles a que se referiu Nina Rodrigues.

Há, porém, muitos acervos que permaneceram intactos, e não será por falta de documentos que os pesquisadores deixarão de elaborar excelentes trabalhos sobre o assunto. Precisamente na Bahia, tão desguarnecida, segundo Nina Rodrigues, o grande pesquisador Luís Viana Filho extraiu do *arquivo do Estado* (Ordens Régias, Consulado Inglês, Revoluções de Escravos, Provisões, Cartas e Portarias, correspondência do Presidente), *Arquivo da Prefeitura* (Livro de visitas em embarcações vindas da África e Livros de entradas de navios) e ainda no *Arquivo da Câmara Estadual*, documentos fundamentais com os quais elaborou o primoroso trabalho de pesquisa, que é o livro *O Negro na Bahia* (Rio de Janeiro, 1946).

Em todos os recantos do Brasil jazem preciosos depósitos arquivais ricos de material sobre escravidão, à espera de pesquisadores. É o que, há algum tempo, me confirmava, em relação à Amazônia, o seu emérito especialista Arthur Cezar Ferreira Reis.

Não se deve, assim, perder a esperança de ver surgir, com dados positivos, muitos outros ensaios que as desalentadoras expressões de Nina Rodrigues julgavam, para sempre, impossíveis.

Sem querer, porém, diminuir a gravidade do golpe que a medida trouxe à historiografia, vejamos se é possível entrever sua explicação.

A idéia da destruição dos papéis da escravidão é muito antiga. Por mais curioso que pareça hoje, quando vivemos numa salutar obsessão do documento, foi ela defendida por culminâncias da inteligência e da cultura no Brasil. E veremos em breve por quê. Quem primeiro a enunciou, de público, foi Joaquim Nabuco, na Câmara dos Deputados, em discurso de 24 de julho de 1888, quando leu uma representação de constituintes seus no sentido de que “os livros de matrícula geral dos escravos do Império sejam cancelados ou inutilizados, de modo que não possam mais ter lugar pedidos de indenização”.

O orador se associa a este pedido — rezam os *Anais Parlamentares* — com tanto mais convicção quanto, se os escravos tivessem sido desapropriados pelo Estado para seu uso, devia ele dar indenização; mas, como o prejuízo resulta simplesmente de uma modificação da nossa lei, se passasse neste caso o princípio da indenização, teríamos de indenizar todos aqueles interesses que são modificados por cada tarifa que votamos ou por cada alteração que fazemos nas leis do Império.⁸

De todo esse péssimo resumo do redator de debates, parece concluir-se que Nabuco não estava possuído de nenhum lirismo nem retórica, ao pretender *cancelar e inutilizar* os livros de registros de escravos. O que ele visava era a uma defesa do erário, impedindo a campanha pela indenização, que só poderia ter por base, precisamente, os tais livros de matrícula. Tratava-se de evitar um contragolpe dos antigos senhores de escravos, conseguindo, *a posteriori*, a indenização que os últimos projetos abolicionistas negavam terminantemente. Indenização que seria monstruosa, porque uma parte ponderável dos escravos era constituída de africanos ilegalmente reduzidos à servidão, já que haviam aportado ao Brasil depois da lei de 7 de novembro de 1831, e era criminosamente considerada escrava, como vinha sustentando Rui Barbosa, desde 1869, como demonstrara irretorquivelmente no parecer de 1884, e como grande parte dos juriconsultos já havia definido.

O reacionarismo dos proprietários, porém, havia derrubado o Gabinete Dantas e imposto a Lei Saraiva, que incluía a incrível dispensa de declaração de naturalidade nas matrículas de escravos, o que implicava cobrir com o manto da lei uma situação imoral e ilegal.

Feita a abolição, porém, em 1888, voltava-se a falar em indenização. O chamado “Manifesto Paulino”, toque de reunir dos conservadores para as eleições de 1889, assinado pelo Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, de 8 de julho de 1889, apelava para os seus partidários para que não fossem propostos candidatos que não tivessem “reconhecido o direito à indenização do valor da extinta propriedade servil”, “homens que tomem a peito a reparação da injustiça sofrida”. A essa mentalidade agrícola, que pretendia obter dos cofres públicos o auxílio para reerguimento

8. *Anais da Câmara dos Deputados*, 1888. Aparentemente este pensamento estava na linha do ingênuo pensamento liberal brasileiro. Os Inconfidentes Mineiros também pensaram em “queimar todos os cartórios, para começar vida nova”. (Lúcio dos Santos. *A Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte, 1972, p. 352.) Mas veremos que esse lirismo encobriria o intuito de defender a fazenda pública.

das fazendas, é que Ouro Preto procurou atender, em parte, com seus famosos empréstimos à lavoura, de 1889. Contra ela se erguia Rui, analisando o manifesto, já possuído da chamada “nevrose industrialista” a que se referia Campos Sales. “É o mesmo Proteu”, dizia Rui, “sob transfigurações variadas, com a diferença, em favor do Sr. Paulino de Sousa, que a indenização direta estaria subordinada, na sua distribuição, a um critério positivo, proporcionando suas reparações à importância do dano”.⁹

Pois bem, já feita a República, e em pleno Governo Provisório, organizou-se um banco que tinha por finalidade, exatamente, a indenização dos antigos senhores de escravos, ou seus herdeiros, dos prejuízos causados pela lei de 13 de maio. Era precisamente nova transfiguração do Proteu, com agravante de vir tal empresa encabeçada por elementos de primeiro plano entre os civis e militares que então pesavam seriamente na opinião governamental.¹⁰

Liguemos os fatos. Em novembro, comparecem os organizadores de tal banco perante o Ministro da Fazenda. O despacho de Rui Barbosa corta-lhes qualquer esperança de solução pacífica. Ei-lo: “Mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional, se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos, não onerando o Tesouro. Indeferido. 11 de novembro de 1890.” Tal despacho apareceu na imprensa a 12. *O País* publicou-o em destaque na primeira página, fazendo-o preceder de uma nota vibrante. A Confederação Abolicionista fê-lo imprimir em letras de ouro, numa espécie de diploma, e ofereceu-o solenemente ao ministro da Fazenda, em documento que se encontra em uma sala desta Casa.

Os interessados agitaram-se. Em correspondência trocada com Anfriso Fialho, republicano exaltadíssimo, mas um dos componentes do grupo indenizacionista, vê-se que o Ministro temia a reação dos interessados. Sabem os que lidam com administração como a insistência acaba por vencer as mais aparentemente firmes resistências das autoridades. Ao cabo de algumas dúzias de pedi-

9. “O Manifesto Paulino”. 3 de julho de 1889. *Queda do Império. Obras completas*, vol. xvi, t. iv. Rio de Janeiro, 1948, p. 129.

10. Veja-se, a respeito, o depoimento de Laet: “Os fazendeiros, prejudicados pela abolição imediata e anteendo na mudança do régimen a indenização que jamais conseguiram (porque esta República tem sido uma grande destruidora de sonhos!) pouco a pouco se iam chegando e congratando com o governo”. (Carlos de Laet. *Textos escolhidos* pelo Pe. F. Leme Lopes, S. J., Rio de Janeiro, Agir, 1964. Série *Nossos Clássicos*, v. 73, p. 27.)

dos de reconsideração, começa a surgir um fugaz espírito de conciliação que se vai reforçando até um meio-termo, que é, muitas vezes, a capa de inacreditáveis abusos.

O que Rui fez, então, foi exatamente o plano de Nabuco, em 1888: “a destruição dos livros de matrícula, de modo que não possa haver pedido de indenização”. A capa de retórica encobria, no fundo, uma medida estritamente econômica. Isto é, aliás, o que disse o próprio entusiasta e grande abolicionista João Clapp, no extenso discurso proferido na cerimônia da queima e publicado no *Diário de Notícias*:

Na República Brasileira ninguém mais poderia continuar a infamar seus irmãos; fazendo bandeira política e *especulações marcantes de semelhante crise*.

Como se vê, não há retórica e lirismo nesse ato, revestido de literatura para disfarçar o golpe que se descarregava em ponderosos interesses.

Assim entendidos, os verdadeiros fundamentos dos despachos não podiam ser, no momento, claramente expostos e a repercussão da ordem de destruição foi a mais favorável possível. Poderia citar aqui os inúmeros comentários elogiosos de quase todos os jornais. E mais ainda. Estava reunida a Constituinte Republicana. A 20 de dezembro, seis dias após o despacho do Rui, foi aprovada a seguinte moção: “O Congresso Nacional congratula-se com o Governo Provisório por ter mandado eliminar dos arquivos nacionais os últimos vestígios da escravidão no Brasil”.

Seus signatários são as maiores figuras daquele conclave e alguns dos expoentes da política na Primeira República: Barbosa Lima, Aníbal Falcão, Epitácio Pessoa, Serzedelo Correia, Pedro Velho, Teodureto Souto, Pais de Carvalho, Lauro Müller, Aristides Milton, Augusto de Freitas, Alexandre Stockler, Dionísio Cerqueira, Antônio Azeredo, Joaquim Murtinho, Lauro Sodré, Lopes Trovão, Artur Rios, Seabra, Custódio de Melo, José Mariano, Pedro Américo, César Zama, João Barbalho, Meira Vasconcelos.

Não é possível repetir que não se pode estudar a abolição, porque um eminente baiano, “por um golpe de retórica”, eliminou os arquivos da escravidão. Toda uma geração pensou assim, lamentável, mas compreensivelmente. A ordem veio na crista de uma onda de reação contra o crime continuado por tantos séculos,

a que talvez não resistíssemos se estivéssemos sofrendo os mesmos impulsos apaixonados do momento. Que essa incompreensão durou ainda muito tempo, temos a prova num fato curioso e expressivo. Em 1901, já quase dez anos depois do ato de Rui, houve quem propusesse, ainda, a destruição nada menos que das estampas, que hoje ornamentam os nossos salões elegantes. Quem fala nesse vandalismo é um dos maiores estudiosos da cidade, um mestre especialista em alfarrábios, que foi Vieira Fazenda. Comentando uma estampa de Rugendas, em que se vê um negro surrado ao pelourinho, escreve o grande historiador do Rio: “É uma estampa que horroriza. [...] Ela devia ser destruída, como o foram todos os papéis e documentos que se referiam aos tristes e escandalosos fatos da escravidão no Brasil”.¹¹ E era um historiador e um homem de antiguidades!

Mas vejamos, agora, o reverso da medalha.

Não só de lendas caluniosas vive a memória de Rui. Há, também, a face gloriosa de sua fama.

Não é possível que o povo inculto possa situar a obra de Rui Barbosa na sua exata posição em nossa formação política. Liberdade individual, federação, contraste do judiciário aos excessos dos outros poderes, extensão do *habeas-corpus*, garantias constitucionais, igualdade das soberanias perante o direito internacional, tudo isto é de difícil compreensão pela massa ignorante que, no entanto, sente que, na figura de Rui, está qualquer coisa de misterioso, que o prende e o empolga. Sabe que ele, em Haia, enfrentou quarenta e quatro delegações de países do mundo inteiro, que pela primeira vez se reuniram para tratar de problemas de paz e de convivência internacional, e não para partilhar despojos de guerra. Sabe que sustentou teses que escandalizaram os delegados da velha Europa, quando traçou o quadro da rapidez de organização dos Estados de aquém-Atlântico e destruiu o mito das chamadas nações fortes. Mas tudo isso é difícil de ser transposto em termos de compreensão popular. A história está nas páginas dos *Anais* da Conferência, na imprensa contemporânea, que difundiu pelo mundo inteiro os feitos do delegado brasileiro; está, especialmente, nos despachos do seu mais importante rival, o barão Marschall von Bieberstein, ao seu chanceler, hoje publicados, e nos quais se acompanha, dia a dia, a evolução do seu juízo a respeito do homenzinho falador e impertinente, diante do qual abria ostensivamente o jornal, para demonstrar que não o ouvia,

11. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 86 (1919), 1, p. 97.

mas nos últimos dias apreciava tanto, que chegou a adiar a partida, para ouvir-lhe o último discurso.¹²

Mas, perante o povo, tudo isso desaparece numa irradiação de luz que Rui Barbosa teria dardejado perante o mundo, num espetáculo de apoteose. Diante do noticiário dos jornais relativo às vitórias do nosso delegado, a consciência popular transformou-o num lutador, destruindo, um a um, os adversários, e aclamado, afinal, pelo universo. Um aspecto, especialmente, feriu fundo a imaginação popular e perdura até hoje no espírito dos que visitam esta casa, refletindo somente os ecos da opinião do tempo: o políglotismo. A superioridade que Rui Barbosa demonstrou dispensando a ajuda dos intérpretes para responder aos adversários transformou-se numa espécie de glossolalia, o milagre da pregação dos apóstolos em línguas ignoradas. Mais de uma vez ouvi, de visitantes entusiastas dessa casa, ávidos de demonstrar os conhecimentos a respeito de nosso embaixador, esta explicação aos acompanhantes: “Em Haia, Rui Barbosa falou todas as línguas. No fim, já perguntava aos estrangeiros: — Em que língua vocês querem que eu fale?”

Nessa mesma linha de imaginação há quem veja, sinceramente, que Rui Barbosa anunciou cursos de inglês para os ingleses, durante o exílio, e há quem saiba de cor o anúncio que teria posto nos jornais.

A verdade é que Rui conhecia seriamente o latim, que lia correntemente. Suas anotações, abundantes nestes livros, especialmente os cotejos com as várias anotações, revelam que sempre se manteve apurado no estudo da língua-mãe. Estudou grego. Estudou alemão. Escrevia e falava fluentemente o francês, o inglês e o espanhol. Há diversos escritos seus em italiano. É espantoso, sabendo-se que algumas destas línguas estudou sozinho. De espanhol, pelo menos, quando Zeballos perguntou qual teria sido o seu mestre, já que falava o puro madrilenho, respondeu de pronto: — Cervantes. E de fato, um exemplar de *Dom Quixote*, profusamente marcado e anotado, revela que o texto espanhol foi profunda e minuciosamente analisado e absorvido.

Mas a lenda não quis saber da habilidade espantosa de um dos maiores tradutores que o Brasil já teve, do lastro que esse conhecimento imenso trouxe para a sua cultura geral. Não se contorna em não dar a esse armazenamento um episódio de façanha acrobática — como esse de perguntar: “— Em que lín-

12. Depoimento pessoal do embaixador Abelardo Roças, membro da delegação brasileira.

gua vocês querem que eu fale?" — e não falta quem acrescente — e falou turco, chinês e japonês.

Ora, toda esta transposição ingênua da realidade é um sintoma da necessidade do povo de dar forma, compreensível, à admiração, ao orgulho, e por que fugir ao termo — ao *culto* — do grande homem, culto que se manifesta de maneira religiosa através das preces (que alguns visitantes formulam em torno do busto que está à entrada desta casa) e através desses rasgos rocambolescos, tão discordantes do gênero de lutas que o herói realmente travou, mas gênero que escapa, evidentemente, à capacidade de compreensão popular.

A verdade é que os contemporâneos, até mesmo os adversários, tinham pela presença de Rui um orgulho e uma confiança que se revela em documentos de eloqüência inofismável.

Em 1909, Monteiro Lobato, até então sem nenhum contato com o líder civilista, inflama-se com sua campanha e escreve a um amigo:

Que assombro de homem, esse Rui! Que cetáceo nesse nosso marzinho de arenques! Ele rege as frases como um cocheiro russo rege a tróica! Que nababo! Acho uma honra tremenda sermos coevos de tal homem, e duvido que tenhamos outro semelhante na vida.

No ano seguinte, termina um artigo com estas palavras: "Rui existe, e Rui é a vitória da decência sobre a indecência".¹³

Este grito de um dos homens mais livres e independentes que o Brasil já produziu é o manifesto de uma geração. As que se seguiram não desertaram do culto.

Tenhamos orgulho em cultivar um grande nome. A nossa carta constitucional contém uma cláusula, única no gênero, entre todas as demais; a que manda erguer um monumento a um grande homem¹⁴ — e esse homem não é um chefe de Estado, nem um herói guerreiro, nem um milionário — é um simples advogado, que nunca foi rico e que nunca foi poderoso. Teve o dom da palavra e serviu-se dela para defender todas as grandes causas do seu tempo. Esse culto do grande homem, ninguém o definiu melhor do que ele mesmo, ao expressar um pensamento de Milton:

13. Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato. Vida e obra*, 2.^a ed. São Paulo, CODIL e C.E.N., 1956, vol. I, p. 194.

14. "O Governo mandará erigir na Capital da República um monumento a Rui Barbosa, em consagração dos seus serviços à Pátria, à liberdade e à justiça." *Ato das disposições constitucionais transitórias* (1946), art. 33.

Se Deus verteu jamais no seio de alguém o amor estável de beleza moral, no meu seio o verteu. Onde quer que se me depare um homem superior à estima do vulgo, afoitando-se a aspirar, pelos seus sentimentos, pela sua linguagem, pelos seus atos, ao que a alta sabedoria das idades nos ensina de mais excelente, a esse homem me associo eu por uma espécie de aderência inevitável. Poder não há, no céu ou na terra, que me possa tolher de contemplar com reverência e ternura aqueles que se elevaram ao cume da dignidade e da virtude.¹⁵

15. "Um homem", artigo na *Imprensa*, em 13 de março de 1900. *Colunas de fogo*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1933, p. 165.

VIII. PROJEÇÃO NACIONAL DO PENSAMENTO E DA AÇÃO DE RUI BARBOSA ¹

A palavra *mito* tem dois sentidos: o primeiro, o mais vulgar, consignado em qualquer dicionário usual, é o de “coisa inacreditável, sem realidade”; o segundo é mais complexo. Empreguei-o em palestra que realizei na Casa de Rui Barbosa a 5 de novembro de 1959. Significa o instinto profundo de uma coletividade acerca de uma personalidade ou instituição. Opõe-se a utopia (construção intelectual). Enquanto esta resulta da concepção predominantemente racional de um estado ideal e irrealizável, aquele representa uma aspiração e nos promete um estado superior ao da fase atual. “O mito dos tempos modernos”, diz um autor dos que mais tem aprofundado o terreno da história ultimamente, transporta-nos para um futuro mais ou menos longínquo, no qual nos sugere uma imagem atraente para nos arrastar à ação.

O mito é gerador de uma verdade superior, em oposição à verdade obsoleta do momento presente ... é uma idéia simplificada, uma concepção empolgante, uma representação plástica do porvir coletivo ... e apela principalmente para os nossos sentimentos e a nossa vontade. O mito é a alavanca das massas. ²

Dele fez Sorel uma das bases de sua filosofia que influenciou decisivamente em personalidades tão díspares como Lenine e Mussolini.

Quando se diz que o mito do progresso domina algumas filosofias contemporâneas, ninguém pensa em inferiorizá-las. A todo momento empregamos os nomes dos países e dos continentes como verdadeiros símbolos mitológicos. Pertencemos a um nebuloso *ocidente* que ninguém poderá compreender senão um tanto à maneira mitológica.

1. Curso sobre Rui Barbosa, na Universidade Federal da Bahia, 1967.

2. José van den Besselaar. *As Interpretações da história através dos séculos*, vol. II. São Paulo, 1958, p. 33.

Ao empregar tal expressão, há sete anos, jamais poderia imaginar que houvesse alguém capaz de valer-se dela para distorcê-la, a ponto de transformá-la em sinônimo de lenda e até mesmo de impostura.

Se o sentimento brasileiro de justiça e de igualitarismo, de amor à ciência e de respeito à inteligência, tiver de personificar-se em algum vulto, — já o disse uma vez — não encontrará nenhum como Rui Barbosa, com o conjunto de traços que compõem a fisionomia do brasileiro, naquilo que ele tem de mais nobre.

A idéia de dar um curso superior em torno de uma figura histórica, fazendo dela um *centro de interesse* para o estudo de uma época ou de uma nacionalidade, nada tem de estranho. Qualquer plano universitário fornece alguns exemplos antigos e modernos.

O primeiro, segundo me consta, foi o curso de Dante, ministrado em Florença, regido algum tempo por Boccaccio e depois por Landino, este autor de clássicos comentários a respeito da *Divina comédia*. A cátedra de Dante foi criada na Universidade de Florença em 1373, quando Boccaccio começou suas dissertações sobre a *Divina comédia*.

O mesmo poderia ser dito de Shakespeare, em torno do qual se dão dezenas de cursos tanto na Inglaterra quanto em diversos países de língua inglesa. Na Universidade de Columbia, em Nova York, há dez anos vi o plano do curso sobre Shakespeare em dois dias da semana durante o ano inteiro. Milton merecia a mesma honra. Durante dois anos, pelo menos, o estudo assim foi feito. Na Universidade Católica de Washington, nesse mesmo ano (1955), Milton merecia um curso e as peças de Shakespeare eram estudadas em outro.³

Em torno da vida e da obra de um vulto solar é possível, é útil e é necessário fazer o estudo de uma época.

Resta agora examinarmos se, pela sua atuação, o vulto de Rui Barbosa preenche essas condições de simbolizar uma época e que, a propósito de sua vida, seja possível estudar os problemas brasileiros.

3. A comparação não é nova. Data de 1914 esta declaração de Oliveira Lima: "Rui Barbosa durará enquanto durar a nacionalidade brasileira, da qual ele tem sido o mais alto representante mental, como Camões o é da portuguesa, Shakespeare da inglesa ou Dante da italiana".

E em outro artigo: "Eu fiz de Rui Barbosa o equivalente nacional de Camões, de Shakespeare ou de Dante e não penso haver exagerado." Fernando da Cruz Gouvea. *Oliveira Lima, uma biografia*. Recife, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1976, pp. 1.162, 1.164.

Firmando os pés em terra, e fugindo a qualquer contágio com a *lues boswelliana*, evitando a todo transe a idéia de uma deificação, procurarei apresentar os fundamentos da proposta Péricles Madureira de Pinho ao Conselho Federal de Educação, e que ali teve tão solene consagração.⁴ Não encontro, entre os vultos da história de nosso país, nenhum que, como este, reúna as condições que permitam fazer-se, em torno dele, um autêntico estudo dos problemas brasileiros.

Em geral os que negam Rui Barbosa trabalham inconsciente e paradoxalmente para reforçar esta minha tese. Tenho lido e ouvido muitas vezes contestações que aqui procurarei resumir. Procura-se contestar que ele tenha sido a culminância em algum setor da cultura brasileira.

Assim é que ele não foi o maior jurista do Brasil. Porque a maior cabeça jurídica do país foi Teixeira de Freitas, genial inovador, que levou para fora das fronteiras o prestígio da nossa ciência do Direito, sendo mesmo o inspirador do Código Argentino.

Não será igualmente o maior escritor jurídico do Brasil, porque este título cabe a Lafayette, o modelar autor dos *Direitos de família*, segundo afirmou o próprio Rui Barbosa.

Também não foi o maior advogado do Brasil, qualificação que caberá antes a Nabuco de Araújo, ou a Montezuma, ou a Carlos de Carvalho.

O título de primeiro orador parlamentar também não lhe compete. Por aclamação cabe a Gaspar Silveira Martins, cuja eloquência eletrizava oposição e governo e cujos rugidos arrasavam gabinetes.

No abolicionismo não lhe cabe papel principal. O maior tribuno do movimento foi, sem sombra de dúvida, Joaquim Nabuco, seu maior articulador foi Luís Gama e seu maior jornalista foi Patrocínio.

Não se lhe pode atribuir o qualificativo de maior escritor do Brasil. Nas suas próprias palavras, este título cabe a Machado de Assis, que “prosava como Luís de Sousa, e cantava como Luís Camões”, conforme disse Rui em discurso antológico.

Tampouco poderá ser considerado o campeão do civilismo no nosso país. Por duas vezes enfrentou adversários fardados, mas

4. Proposta de criação de um curso Rui Barbosa, de nível universitário. Aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 9 de abril de 1965. V. *Documenta*, n. 36, abril de 1965, p. 99.

quem enfrentou a primeira explosão da disciplina militar e defendeu a dignidade do poder civil foi Epitácio Pessoa.

Não lhe caberá outrossim o primeiro posto na nossa imprensa. Ali estão, antes dele, Evaristo da Veiga, Quintino Bocaiúva ou Alcindo Guanabara.

Na ciência filológica será impossível antepô-lo a Said Ali ou a Mário Barreto, filólogos de primeira plana.

Na erudição perderá para João Ribeiro, cuja vastidão de conhecimentos se desdobra à medida que se lhe divulga a obra dispersa.

Na polêmica não emparelha com Carlos de Laet, que dardejou seus epigramas por uma existência inteira e continha pelo medo os adversários da Santa Igreja.

Na política internacional não pode ocupar o posto universalmente conferido ao barão do Rio Branco, pelo próprio Rui, que o cognominou o "*Deus Terminus* de nossas fronteiras".

Enfim, não pode ser considerado o primeiro estadista nacional, porque nesta posição está, por unânime consenso, a figura imortal de José Bonifácio.

Mas ao cabo dessa enumeração, em que fomos concedendo e reconhecendo os títulos de cada um dos nomes apontados, eis-nos vitoriosos e definitivamente formada a nossa convicção inicial. Não há setor da cultura brasileira em que não apareça o nome de Rui, emparelhado com um dos maiores expoentes da nossa formação. Estamos diante de um fenômeno inaudito — convocaram-se todos os grandes nomes de nosso panteão, para se compararem com um único, um homem isolado, um pequeno homem de pouco mais de metro e meio que enfrenta, a pé, desacompanhado, sem equipes nem grupos de trabalho, todos os demais. Nenhum dos outros, mesmo que de *per si* o tenha superado em um caso, repetirá o feito em metade dos encontros seguintes.

Dessa pretendida destruição resulta a glória sem par de Rui Barbosa: a de enfrentar sozinho a seleção dos maiores nomes da História do Brasil. Sua figura se estende por todos os setores fora dos picos isolados. A sua figura intelectual é uma cordilheira que domina o nosso mapa cultural.⁵ E encarna, em todos esses setores, em que emparelha com as grandes culminâncias, o espírito mais ligado às raízes populares de nossa formação. Por isso o povo fez dele realmente um mito, fenômeno espontâneo; não há pressão legal ou violência do poder que consigam destruí-lo.

5. A expressão *Rui, cordilheira*, é o título do discurso de paraninfo lido pelo Prof. Leônidas de Resende em 1949 (Rio de Janeiro, 1949).

A glorificação tem, como contrapartida, a deformação. Na era pré-histórica implicava na deificação e na transposição dos atributos humanos em qualidades sobrenaturais. Numa época que se pretende objetiva e científica, a deificação é transformada em fenômenos de espantosa onisciência. Daí o natural ciclo de lendas em torno do políglotismo e do pico-de-la-mirandolismo de Rui Barbosa.

O que resulta daí não será, certo, um retrato exato do herói. Não será o *verdadeiro* na clássica distinção de Vigny nas suas *Réflexions sur la vérité dans l'art*. Mas será uma *verdade*, ou seja, a incorporação à verdade histórica da parte não-histórica, representativa do juízo da posterioridade, nem sempre documental, mas justa.

A projeção da história de um homem célebre sobre a imaginação popular apresenta realmente aspectos imprevisíveis. “A maneira pela qual os super-homens vivem na imaginação popular”, diz um autor moderno, “pertence tanto à atividade que eles exerceram como à história.” A imagem que eles imprimem na agitação do tempo, ou, o que é o mesmo, a forma que receberani desse tempo, tecida por Deus e por eles próprios, é uma emanção da energia pessoal. Desdobra-se e multiplica-se através de gerações sucessivas, cada qual trazendo uma contribuição diferente. Irradia a força deles de olhos sempre novos. A essência da sua personalidade não se revela em sua totalidade senão quando refletida no espelho dos séculos.⁶

Aos insultadores referiu-se o próprio Rui em palavras inesquecíveis:

Na política brasileira avulta, há muito, a insigne classe dos insultadores, cuja função política se reduz exclusivamente ao ofício de insultar. São os magarefes de certa espécie de açougues, onde se corta, na honra das almas independentes, na fama dos homens responsáveis, no merecimento dos espíritos úteis, nos serviços dos cidadãos moderados, o bife sangrento para o estômago da democracia feroz. Esta divindade alucinada, antípoda da democracia liberal e culta, disciplinada e humana, progressista e capaz, vive deglutindo majestosamente a carniça, que lhe chacinha a sua matilha de hienas. O furor difamatório, a vesânia vituperativa, a protérvia de enxovalhar os adversários mais limpos, com os aleives mais torpes, constituem a sua eloquência, a sua proibidade, o seu patriotismo. A decomposição orgânica exala o fogo-fátuo. O ar eletrizado acende o santelmo na ponta das lanças heróicas e no topo dos mastros atrevidos, que

6. Gundolf, Friedrich. *César. Histoire et légende*. Paris, Rieder, 1933.

desafiam o oceano. Dir-se-ia, contudo, a mesma luz a que brilha nos dois meteoros. Mas a claridade do fogo-fátuo nasce da infecção, e atrai para o lodo; a do santelmo lampeja do fluido sublime, que rasga as nuvens, anuncia a glória, e aponta para os céus. Senhores, quando vejo bruxulear um desses pequeninos Demóstenes da diatribe, ergo a vista para o alto, onde quis que a tivéssemos Aquele, que deu ao homem a fronte levantada, *os homini sublimi dedit* ... e já os não diviso. Há de ser a lamparina dos brejos, concluo então de mim para mim; e espero que o azul da chama rasteira se apague à superfície do charco.⁷

Oriundo do ramo pobre de uma família numerosa, filho de um homem de talento, mas sempre mal sucedido nos empreendimentos, perseguido pelo que ele chamava de *calistismo*, e, ainda por cima, falecido em pleno ostracismo político; ele próprio lutando durante a vida inteira com uma resistência física espantosa contra uma compleição franzina; sem nunca acumular fortuna e deixando como herança pouco mais que a casa e a biblioteca; ocupando o poder por escassos treze meses e permanecendo quase toda a vida em oposição aos governos que se sucediam, sem que nunca chegasse sua vez, ele representou perante a nação o mito bíblico de David perante Golias, o da virtude sem recompensa.

È assim que, sem usar das armas tão violentas da demagogia, cuja eficiência temos testemunhado, ai de nós, com tanta violência, sua força dinâmica na alma popular, dados os fracos meios de ação naquele tempo, sem rádio e sem televisão, nos espanta.

O centro principal de atuação desse sentimento coletivo é, naturalmente, a Casa de Rui Barbosa. Nela se faz sentir esta profunda e arraigada convicção de que ali está o símbolo da alma inconformada do Brasil, lutando contra a fraude, a distorção, a hipocrisia, a falsa "razão de Estado", a ânsia por uma autenticidade e uma sinceridade na vida íntima, na vida política nacional e na convivência universal das nações.

Isto se pode sentir, de modo expressivo e sensível, naquela Casa que tem seu nome, "fragmento acidentalmente destacado da Bahia", na sua própria expressão, e que não por acaso veio a ser o primeiro museu no gênero no Brasil, gênero que tem seus paradigmas na Casa de Washington em Mount Vernon, na de Goethe, em Weimar, na de Victor Hugo, em Paris, e, especialmente, a de Carducci, em Bolonha.

7. Resposta a César Zama (13 out. 1896). *Obras seletas II. Tribuna parlamentar*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1954, p. 300.

Algumas tiveram a oportunidade feliz de se constituírem logo após a passagem do herói à imortalidade. Tudo foi conservado intacto, como se uma fada tivesse imobilizado a fluência do tempo, à moda do castelo da Bela Adormecida. Há minúcias nesse setor que tocam a sensibilidade do visitante: um livro de orações entreaberto à cabeceira de uma rainha, que deixou a alcova para o exílio, as librés dos criados pendentes à copa de um palácio russo, como se os fâmulos estivessem prestes a atender ao chamado dos amos. Há casos, porém, famosos de dispersão iconoclasta de ambientes históricos. A França revolucionária promoveu e animou o desmantelamento e a desfiguração das peças do Palácio de Versalhes. Hoje, ainda que pagando milhares de vezes mais, não recuperou um centésimo do que foi dispersado.⁸

Aprenderam a lição os russos que, com raras exceções, promoveram logo a preservação do patrimônio artístico e histórico da aristocracia em benefício da cultura popular. No Brasil a Casa de Rui Barbosa foi a pioneira neste gênero de museus. Depois dela surgiram outras e já hoje é possível enumerar alguns museus excelentes.

Mas não creio que fosse possível manter esse culto se o mito de Rui — e já agora usemos a expressão no seu sentido nobre — não representasse realmente qualquer coisa que corresponde a uma imagem espiritual, cara ao nosso povo. Que significa Rui Barbosa, em nosso mapa moral?

Nenhum vulto conseguiria transformar-se num símbolo de sentimento profundo nacional se ele não estivesse consagrado por um cunho de sinceridade. Pregar idéias liberais seria nada se ele não tivesse, como afirmou tantas vezes, pregado mais com o exemplo do que com a palavra.

O selo da sinceridade, a honestidade na execução dos princípios dão o tom final da fama do grande homem. Se ele não houvesse oposto a exigência da inclusão de seu programa federalista ao convite insistente de Ouro Preto em 1889, teria entrado nos conselhos da coroa, e a grande alavanca derrubadora do gabinete (e do regime) talvez não houvesse exercido a sua terrível missão. Se ele não houvesse resistido à amável pressão de seu grande chefe político Dantas na mesma ocasião, em carta que é a pedra de toque de seu caráter, talvez os acontecimentos tivessem seguido outro rumo, muito mais vantajoso do incômodo e indisciplinado partidário. Se ele tivesse atendido ao cordial e sincero

8. Maurice Rheims. *La Vie étrange des objets*. Paris, Plon, 1959, p. 114.

apelo de seu velho companheiro Campos Sales, dez anos depois, abrindo-lhe as portas do palácio e as de um coração realmente bondoso, teria recebido seguramente a embaixada em Londres, sua velha aspiração. Mas teria deixado de escrever as páginas de crítica à política financeira de Murinho, que então pareceram oriundas do ressentimento, mas hoje em dia assumem, cada vez mais, uma importância imensa, como protesto a uma política teórica e contrária a nossa independência industrial. Se ele tivesse contido, nessa mesma ocasião, seu impulso contra a política de violência e deixado de aplaudir a atitude de seu antigo adversário mordente Eduardo Prado, não teria contra si a má vontade do espírito imperialista que praticamente lhe criou obstáculos para a tão naturalmente desejada embaixada na Conferência de Versalhes. Se ele tivesse simplesmente calado na Conferência de Haia e entrado no coro dos que subscreveriam os planos previamente estabelecidos pelas nações ditas civilizadas e não tivesse cometido o que pareceu a todos insensatez — como disse Bourgeois a Rodrigo Otávio — de abandonar o círculo das grandes potências para alinhar-se com a Nicarágua e a Guatemala, receberia o diploma de *bom-mocismo* com que percorreria facilmente uma carreira confortável de missões no estrangeiro. Se mais tarde, houvesse tido um pouco de complacência com o mundo político, teria sido muito fácil a eleição indireta (porque assim era ela realmente) para a Presidência no período em que apoiou as forças da maioria. Mas a intransigência em torno da reforma constitucional que restituísse à União o seu antigo prestígio, afastou dele sempre alguns votos decisivos. Se ele tivesse outra vez calado em 1919, quando a Convenção se preparava para aclamá-lo, ou ao menos houvesse posto um ponto final na primeira parte de seu telegrama a Azeredo, a presidência lhe teria vindo às mãos sem esforço. Mas os compromissos com o passado ditaram-lhe a frase complementar que o incompatibilizou com a maioria dos convencionais. Se, mais uma vez, os incômodos compromissos com a coerência não se interpusessem na sua carreira, ele poderia ter terminado seus dias na direção da política exterior do Brasil, que seria um coroamento de suas sucessivas intervenções na política internacional.

Mas esses percalços que faziam dele um mau partidário, ou, como disse um líder do Império, um “homem com quem não se podia contar”, são precisamente os motivos da glorificação pela posteridade. A alma inconformada do povo, sente nessas recusas e exigências, o espírito liberal autêntico na nação, irrompendo por entre as falhas e falsificações de um regime hipócrita.

Os que o atacavam apegavam-se às contradições formais, tema fácil, e que na vida longa e agitada de um combatente, lutando em várias frentes, não impressiona o honesto biógrafo. Ele mesmo, em muitas oportunidades, teve ocasião de aniquilar tal gênero de acusações. É antológico o trecho do prefácio da *Queda do Império*:

Pelo que toca ao variar as opiniões, deixem-me ter, mais uma vez, o consolo de trazer à praça como coisa de que me prezo, e não me pesa, a deliciosa culpa dos homens de consciência, a única em que hei de morrer impenitente. *Beata, beata, beatissima culpa!* Não mo tenham a mal os imutáveis. Deus os desencrue. Deus os reverta da pedra e cal em homens. Deus os ensine a mudar. Porque todo o aprender, todo o melhorar, todo o viver é mudar. De mudar nem mesmo o céu, o inferno ou a morte escapam. Mudar é a glória dos que ignoravam, e sabem, dos que eram maus e querem ser justos, dos que não se conheciam a si mesmos e já melhor se conhecem, ou começam a conhecer-se. O que, no mudar, se quer, é que se não mude para trás, nem do bem para o mal, ou do mal para pior. Se me achassem, hoje, menos tolerante, menos liberal, menos amigo da justiça, menos dedicado às leis, menos humano, menos dado ao trabalho, menos cristão do que ontem, aí sim, bem era que mo imputassem a culpa, vergonha, ou crime. Mas, em todos esses pontos, é sempre do menos para o mais, suponho eu, do mal para o bem, ou do bem para o melhor que tenho mudado.⁹

No *Memorial* da questão Minas ¹× Werneck, elaborado em 1917, o mesmo tema volta a ser tratado com carinho:

Cada terra com as suas baldas; e a esta, de tanta predileção entre nós outros, ninguém ainda experimentou mais vezes a malignidade do que o patrono de Minas Gerais nesta causa, farto e refarto de conhecer, neste País, homens e coisas.

Apanhar uma contradição consigo mesmo, como se costuma dizer entre nós, o sujeito, que tem a ignominiosa coragem de variar de opinião, é o prazer dos prazeres.

Se os deuses se houvessem reservado como privilégio divino essa faculdade, cada consumidor brasileiro de papel de escrever seria um Prometeu absorto em escalar as nuvens, não à procura do céu, mas em busca da prenda celeste de esgravatar divergências do ontem para o hoje nas opiniões alheias. Quando se topa, nas letras remexidas, com um desses

9. *Queda do Império*. Rio de Janeiro, Castilho, 1921, 1 vol., p. LXXX.

achados, nas letras remexidas, com um desses achados preciosos, é dia de festa, ilumina-se a casa, emboca-se o megafono, e se anuncia ao longe que o adversário está esmagado.

Não há, entretanto, inutilidade mais inútil. Os homens de siso e consciência riem destas malícias. Só a ignorância ou a imbecilidade se não contradizem; porque não são capazes de pensar. Só a vulgaridade e a esterilidade não variam; porque são a eterna repetição de si mesmas. Só os sábios baratos e os néscios caros podem ter o curso das suas idéias igual e uniforme como os livros de uma casa de comércio, porque nunca escreveram nada de seu, nem conceberam nada novo.

A sinceridade, a razão, o trabalho, o saber não cessam de mudar: não há outra maneira humana de acertar, e produzir. Varia a fé; varia a ciência; varia a lei; varia a justiça; varia a moral; varia a própria verdade; varia nos seus aspectos a criação mesma; tudo, salvo a intuição de Deus e a noção dos seus divinos mandamentos, tudo varia. Só não variam o obdurado, ou o fóssil, o apedeuta, ou o néscio, o maniaco, ou o presumido.

Pode ser que no miolo de um compilador caiba inteiro o imenso universo jurídico, petrificado, imutabilizado e catalogado nas suas regras, suas hipóteses e nos seus resultados. Tirante, porém, essas cabeças privilegiadas, tudo no direito é mudar constantemente; porque o direito resulta da evolução, e evolover consiste no variar.

Há os grandes princípios, que formam a estrutura permanente desse mundo; mas, na vasta atmosfera de idéias, que o envolve, nas grandes correntes dos sistemas, que o sulcam, nos maravilhosos fenômenos criadores, que o animam, em todas as organizações que o povoam, em todos os resultados que o enriquecem, tudo se transmuta e renova e transforma dia a dia.

De dia em dia esses grandes princípios evoluem, progridem e cambiam, na interpretação, aplicação e reprodução, que lhes constituem a vida real. Não há decretos, que se não ab-roguem, nem decisões, que se não alterem, nem sentenças que se não reformem, nem arestos, que se não cancelem, ou doutrinas, que não passem, lições, que não desmereçam, axiomas, que não caduquem. Os textos, os códigos, as constituições, guardado o mesmo rosto e a mesma linguagem, na sua inteligência e ação continuamente se vão modificando: significam hoje o contrário do que ontem significavam; amanhã exprimirão coisa diversa da que hoje estão exprimindo; e, neste contínuo acomodar-se às exigências das gerações sucessivas, tomam sucessivamente, a cor das épocas, das escolas, dos homens, que os entendem, comentam, ou executam. De sorte que, na tribuna do legislador, na cadeira do lente, na banca do causídico, no pretório do juiz,

a palavra, as mais das vezes, não faz senão registrar as mutações e alternativas, em que diríeis consistir a essência mesma do nosso pensamento e atividade.

Assim que, debaixo do céu, tudo obedece a essa eterna lei da transmutação incessante das coisas. Se *nihil sub sole novum*, também poderíamos dizer que *nihil sub sole constans*. Se todo mundo se compõe de contradições, dessas contradições é que resulta a harmonia do mundo. Se das variações pode emanar o erro, sem as variações o erro não se corrige. A boa filosofia é a de Joubert quando nos aconselha que, se, por amor da verdade, houvermos de cair em contradições, não vacilemos em nos expor a elas de corpo e alma. [...] O homem não está em contradição consigo mesmo, senão quando o está com a sua natureza moral, que o ensina a considerar-se desonrado, quando atina com a verdade, e se obceca no erro. É assim que o nosso próprio organismo vive, mudando toda a hora, sem mudar nunca; porque da sua identidade realmente não muda, senão quando, quebradas as suas leis orgânicas pela doença ou pela morte, deixa de eliminar o que deve eliminar, e absorver o que lhe convém absorver.

Demorei-me propositadamente nesta longa transcrição porque ela contém, em gérmen, todos os elementos para uma completa apologia de Rui Barbosa.

Apologia, já que não faltou a Rui Barbosa esta suprema consagração — a dos detratores, complemento indefectível da glória. Nenhuma grande figura escapou a essa prova. A mais pura das glórias do continente, o fundador do maior país do mundo, foi acoimado em vida de todas as infâmias. O homem diante de cujas relíquias desfila, em religioso silêncio, toda a população de sua terra foi acusado de corrupção, de traição, de incapacidade. Viu-se capitulado na imprensa de mentecapto de nascença. Um tratado com a Inglaterra, que representou aliás esplêndido triunfo da diplomacia norte-americana, foi considerado pelo povo, açulado pela demagogia, alta traição à pátria. Hamilton, ousando defender o chefe num comício, foi recebido a pedradas que lhe ensanguentaram a frente. Washington viu-se acusado de ter vendido o país à antiga metrópole. O varão incorruptível, diz Rui Barbosa em discurso célebre, “recebeu nas faces a afronta de delapidador, confundido com os concussionários vulgares, averbado de desviar para a sua algibeira dinheiros do Estado”. “A nada o pouparam: nem à ameaça de arrastarem-no ao banco dos réus, nem à de arrancarem-lhe a própria vida.”

Veja-se como o órgão oposicionista referiu-se ao *pai da pátria* ao deixar este o poder:

O homem que tem sido a origem de todos os infortúnios de nossa pátria, baixou hoje o nível dos seus concidadãos: já não dispõe de poder para multiplicar calamidades sobre os Estados Unidos. Se já houve ocasião de rejubilar-nos, é esta de agora. Todos os corações que estremecem pela liberdade e felicidade do povo, devem palpitar exultantes, desde que o nome de Washington já não poderá dar circulação diariamente a atentados políticos e legalizar a corrupção. [...] Ele cancerou os princípios republicanos no seio de um povo recém-salvo da voragem do despotismo, e logrou seus intentos contra as liberdades da nação, ao ponto de pôr em risco a própria existência delas.

Dele dizia ainda outro opositorista:

Só poderá inspirar respeito aos que o não conhecerem: é arbitrário, avaro, dado à ostentação; soldado inepto, grangeou nome apenas pelos postos que ocupou. Suas medidas financeiras sobrecaíregaram o povo em proveito de alguns favorecidos. A história há de rasgar as páginas reservadas ao seu elogio.

Ao que respondia outro adversário:

Nunca houve nação mais prostituída por um homem do que a nação americana foi prostituída por Washington. Fique o seu procedimento como escarmento aos séculos vindouros. Sirva de lição, para que nunca mais se eleve um homem ao culto de ídolo.¹⁰

E um dos maiores escritores da América Latina não hesitou em contribuir com um livro infeliz para a batalha de lama no grande vulto, não para combater — como precursor da moda atual — o culto da personalidade — mas para contrapô-lo a outro vulto. Nada concede Carlos Pereyra de herói americano em seu famoso “paralelo imposible”. Nega-lhe tudo, desde a dignidade cívica e a competência militar até as mais reconhecidas qualidades humanas. O célebre sorriso acolhedor que impressionou Chateaubriand e Luís Filipe é reduzido a um esforço de adaptação de uma dentadura mal ajustada. E acusando a Associação das Senhoras que mantém a casa histórica de Mount Vernon de concorrerem para a formação de um falso mito, aponta como exemplo a colocação de peças falsas para engrandecer-lhe o culto.¹¹

10. Rui Barbosa. *Finanças e política da República*. Rio de Janeiro, 1892, p. 291.

11. Carlos Pereyra. *Bolívar y Washington*, Madrid, Ed. América [1915].

É o próprio Rui quem recorda ainda que a honradez de Thiers, consagrada universalmente, foi contestada violentamente em sua vida. E em carta ao historiador Cantu dizia um correspondente: "*L'avaro Soult e l'insolente Thiers, ladri ambedue, a quel che si dice ... minacciano di reggere la Francia*". A expugnação de Paris e a liquidação da comuna é considerada "o mais abominável crime da história". E quem subscreve este conceito, é nada menos que Victor Hugo.

Cavour, o construtor do Estado Italiano, passou pelas maiores humilhações, acusado de trampolineiro e de aproveitador das circunstâncias políticas para o próprio enriquecimento. Disse uma vez Rui Barbosa:

Grande, assim, ou pequena, ao que parece, toda reputação neste mundo há de ter a sua cloaca. Quanto maior o nome, maior o afluxo de sedimentos ignóbeis, que cuidam poluí-lo, e se afundam, borbotando, pelo esgoto. É para ali que se dão ponto os detratores de todos os feitos e diplomas. Ali é que se refestelam esses sibaritas de aromas duvidosos.¹²

São, assim uma contraprova da vitalidade de sua memória, os ataques de certo gênero de autores. Não se perturba o sossego em que descansam os medíocres que, numa curta passagem pela política, representam o papel dos mamulengos dos espetáculos populares. Lá diz a canção francesa que dão três voltas e se vão. A ninguém ocorre apedrejar a memória dos que não deixaram rastro de sua passagem. Abençoados os que depois de mortos ainda são invocados na luta pelos ideais pelos quais lutaram e morreram.

Vejamos um exemplo. De 1937 a 1945 jazeu o país sob a ditadura. Prisões, deportações, agressões e, sobretudo, um perfeito controle da imprensa, dominada por efficientíssimo aparelho policial. Cai a ditadura e surge a lista dos temas defesos e dos autores proscritos. Foi amplamente divulgada. Procuro nela em vão o nome de alguns campeões atuais da liberdade. Mas encontro várias vezes o de um defunto de mais de vinte anos. Morto, Rui Barbosa embarçava os agressores mais que certos vivíssimos propagandistas de nosso progresso político.

Só os que estão vivos na alma do povo, os que continuam a influir no ânimo dos contemporâneos, conseguem despertar o entusiasmo dos que são atraídos pelo mesmo ideal e o rancor dos que são dominados pelo ressentimento.

12. Rui Barbosa: "Uma Reputação esfarrapada". *Colunas de fogo*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1933, p. 108.

Falo em ressentimento no sentido exato da palavra, tal como o difundiu tão amplamente mestre Marañon. Trata-se, como se sabe, de uma deformação do espírito, resultante de um trauma na formação mental do paciente. O ressentimento tem características apavorantes. Não há consagração pública nem honraria que o aplaquem. Um de seus sintomas graves é a tendência para vingarse dos que o auxiliam. Desgraçado de quem coopera com um ressentido: entrou para sua lista negra. Ele se vingará implacavelmente.

Os grandes vultos históricos são especialmente visados pelos grandes ressentidos. A glória alheia não lhes concede tranquilidade; quanto mais autêntica, mais irritante. O método de ataque é sempre o mesmo. Procurar nas situações diversas e aparentemente contraditórias de um homem público, as declarações que se chocam. É um jogo de paciência que tem dado grandes resultados. Tiradentes, José Bonifácio, D. Pedro II têm sofrido este processo de análise a que nenhum homem público poderá resistir, mais ou menos nos mesmos moldes.

Ora a História, disse-o Rui Barbosa: “não é a nesga da verdade, que se espreita pela fisga das portas; não são as miçangas suspeitas, que a curiosidade das ruas escolhe nas mãos dos mascateadores de bisbilhotices; não são os pedaços maculados de reputações, que se estracinham na dentuça dos boatos. ... Após a história *cannière*, a história de carnaval, o escândalo fantasiado em história”, a história é “a verdade na sua sólida plenitude, na sua transparência cristalina, na sua incorruptível sinceridade. A história, então é que a tereis: o fato, o depoimento, o documento”.¹³

A História contemporânea não pode ser feita sem uma publicação sistemática da obra dos grandes pensadores. Neste sentido estamos mal aparelhados para atendermos à exigência, cada vez maior, de conhecimentos sérios dos fatos de nosso tempo. É coisa sabida, para todos os que têm prática de concursos e provas de exames de história, o desnível dos conhecimentos entre os fatos antigos e os recentes por parte das gerações mais moças. É mais fácil conhecerem as invasões holandesas do que as constituições da República. Do Estado Novo não sabem sequer os elementos participantes nas últimas gerações.

E não é este um fenômeno brasileiro, mas universal e antigo. Napoleão se irritava, como Cônsul, com o desconhecimento dos jovens assessores de tudo quanto se referia aos primórdios da Re-

13. Rui Barbosa. *Finanças e política da República*, p. 142.

volução. Era mais fácil obter dados da Idade Média e do Antigo Regime que de um passado recente, de que todos queriam ver-se livres.

Nada mais útil, assim, do que focalizar em torno de um homem que lutou em todas as frentes em seu tempo, — e aqui voltamos à nossa tese inicial — os árduos problemas da República Velha, germens de nossas dificuldades presentes. A solução que ele terá preconizado, ou as variações que ele terá sofrido, foram, em grande parte, as da sua geração.

O modo de encarar, de estudar e de resolver os seus problemas terá alguma coisa do seu tempo e de seu meio. Será possível reconhecer no seu estilo pessoal de raciocinar e de atuar algum característico do seu meio? Creio poder afirmar que sim.

Houve, no final do século passado, algumas tentativas por parte de etnógrafos, de conseguir os chamados *retratos compósitos* representativos de um vulto ideal, correspondente ao tipo dominante em uma linhagem. Superpondo-se vários retratos de vários descendentes de um ancestral, nas mesmas dimensões e na mesma posição, os traços comuns apareciam naturalmente reforçados. Obtinha-se, assim, depois de trabalhosos esforços, um tipo que não era de nenhum dos indivíduos, mas o de uma família. Alguns resultados foram realmente surpreendentes. Sobretudo quando a consangüinidade sublinhava certos traços, chegou-se a estabelecer o grau de aproximação de um elemento com o tipo padrão, o “ar de família” obtido experimentalmente.¹⁴

Creio que se prosseguirmos na caracterização das famosas ilhas culturais, ideadas por Viana Moog em estudo-piloto, conseguiríamos chegar a um resultado equivalente em matéria de traços morais de um certo grupo de escritores. A Bahia, certamente, tem uma fisionomia própria nas letras brasileiras.

Será possível traçar um retrato-padrão da fisionomia literária da Bahia? Não será um nascido fora de seus limites, ainda que de sangue da terra e honrado com o título legal de baiano, que ouse tamanha temeridade. Será certamente bom tema para uma tese universitária. Mas alguns traços poderão ser percebidos em exame sumário: o apreço pela inteligência como valor próprio; o gosto pela forma, pelo revestimento, pela paramentação da idéia, levado ao ponto do sacrifício pessoal; o apreço pelo diálogo e, por conseguinte, o respeito pelo ponto de vista contrário, tudo isso nos

14. Ver: “Les portraits composites” por Francis Galton. Paul Bert: *Revue Scientifique* — III ano. Paris, Masson, 1881, p. 30.

conduz à ênfase no estilo oratório e no debate, base de uma cultura democrática. “O talento literário baiano pede auditório”, resumia o saudoso baiano José Valadares.

Os grandes escritores que a Bahia deu e os que no momento tem, foram e são quase todos oradores excepcionais. Talvez seja mais interessante ouvi-los do que lê-los. E aqui a arte do discurso é melhor cultivada do que noutras partes do país, sem prejuízo obrigatório, como se pensa, da substância do assunto. Quem duvidar que compareça a um congresso interestadual. O Padre Antônio Vieira e Rui Barbosa, como Castro Alves em relação à poesia, deixaram as contas saldadas no campo da prosa.¹⁵

Se ampliarmos o conceito de auditório, dando-lhe o significado não só de uma platéia de teatro, ou de um anfiteatro universitário, mas de uma roda de palestra, podemos agregar ao gênero oratório esta espécie brilhante que é a conversação, a oratória singela e não menos eficiente, e juntarmos à enumeração de Valadares mais um expoente desse tipo de inteligência, o grande representante no Brasil da arte de Rivarol: Afrânio Peixoto.

Esta forma de expressão está longe de constituir uma dissonância no conjunto brasileiro. Pelo contrário, homens de feição diversa e orientação contrária tinham pela contribuição ruiana um orgulho e uma confiança insofismáveis.

Assim é que um espírito representativo do caráter paulista, homem prático e de linguagem direta, como Monteiro Lobato, em 1909, ainda sem nenhum contato com Rui Barbosa, inflama-se com a campanha civilista e escreve a um amigo: “Que assombro de homem, esse Rui! Que cetáceo nesse nosso marzinho de arenques! Ele rege as frases como um cocheiro russo rege a tróica! Que nababo! Acho uma honra tremenda sermos coevos de tal homem, e duvido que tenhamos outro semelhante na vida!” E, no ano seguinte, termina um artigo com estas palavras: “Rui existe, e Rui é a vitória da decência sobre a indecência”. Este grito de um dos homens mais livres e independentes do Brasil é o manifesto de uma geração.¹⁶

Como expoente do espírito e da feição baiana de expor as questões, tratando-as com o cuidado pela beleza sem diminuição da pesquisa, o que não quer dizer senão que se tem em vista um interlocutor a quem se deve o respeito de se apresentar em boa forma e de quem se espera a reciprocidade, Rui Barbosa é, e tem sido

15. José Valadares. *Beabá da Bahia*. Salvador, Turista, 1951, p. 87.

16. E. Cavalheiro. *Monteiro Lobato. Vida e obra*, 2.^a ed., S. Paulo, 1956, p. 194.

sempre proclamado, uma glória que é, sem dúvida, um traço nobre componente de um outro retrato mais vasto, que é o do próprio Brasil.

Defendê-lo não é, assim, somente, cultivar uma glória local. É impedir que se apague na feição brasileira de encarar a vida uma contribuição permanente, contínua e, mercê de Deus, profícua do espírito baiano. Entender que uma idéia perde em eficiência porque está revestida de bom gosto não é somente uma tolice, é uma inverdade. O esforço de Rui não se perdeu. Não há um só momento em que a alma nacional entre em crise, que de todas as correntes não se tomem frases e conceitos de Rui para sustentar os pontos de vista divergentes. Tanto é verdade o que escreveu João Ribeiro:

As nossas conquistas liberais, todas elas, de que gozamos na inconsciência de herdeiros ingratos e dissipados, de onde vieram? Comemos e pastamos ainda hoje do seu hercúleo trabalho, da sua paixão ao serviço de todas as idéias, da sua alma cheia de veemência em favor das nossas liberdades.¹⁷

Iniciando no Brasil o estudo de Rui Barbosa em nível universitário, a Universidade da Bahia, sob a direção de um reitor magnífico cujas raízes genealógicas penetram fundo no solo histórico da formação local, e que reúne ao gosto pela inteligência o espírito prático e realizador¹⁸, finca um ponto de apoio sólido e inarredável de onde se projetará a construção da Bahia futura. Com isso, ela se prepara, mais uma vez, para servir ao Brasil.

Tenhamos orgulho em cultivar um grande nome. Nossa carta constitucional (de 1946, artigo 33 das disposições transitórias) contém uma cláusula que a singulariza entre todas as demais: a que manda erigir um monumento a um grande homem. E este homem não foi um chefe de Estado, nem um guerreiro, nem um grande chefe de empresa — foi um simples advogado que nunca foi rico e nunca foi poderoso. Teve o dom da palavra e serviu-se dela para defender todas as grandes causas de seu tempo.

É isso que estamos tentando fazer.

17. Artigo publicado no jubileu cívico de Rui Barbosa, transcrito por Joaquim Ribeiro em *Rui Barbosa e João Ribeiro*. Rio de Janeiro, CRB, 1958, p. 67.

18. Prof. Miguel Calmon.

IX. A DISTORÇÃO DE UMA FIGURA POLÍTICA¹

A imagem de uma figura política, especialmente quando complexa e poliédrica, sofre normalmente distorções nos estudos históricos. Os pesquisadores estão continuamente desfazendo “mitos”, não no sentido vulgar da palavra, mas extraíndo das figuras históricas as atribuições que lhes são emprestadas pela visão interessada, pelos justificadamente interessados, que vão buscar no passado a resposta às questões do presente, naturalmente variáveis. É neste sentido que um historiador da altitude de João Ribeiro disse que o presente é o que constrói o passado, porque cada época encara os precedentes de dentro dos problemas que a angustiam.

No caso de Rui Barbosa, há, porém, um fenômeno curioso de distorção sistemática. Sua imagem está estereotipada como um empedernido e imutável liberal num mundo em transformação. Sua trajetória no mundo das idéias políticas, no entanto, é de um traçado nítido. De formação fundamente liberal, mais de tipo pragmático anglo-saxônico de que jacobino francês, acompanha o movimento liberal-radical surgido especialmente no meio acadêmico de São Paulo em 1869, em conseqüência da forçada ascensão conservadora em 1868. Do radicalismo a maioria dos seus companheiros de São Paulo, certamente sob a influência de Luís Gama, avança quase até o republicanismo em 1870. Por circunstâncias meramente acidentais — a doença que apressou a volta ao lar paterno —, esteve ausente do lançamento do Manifesto republicano em dezembro de 1870. A reclusão na Bahia, sob o forte prestígio paterno e do círculo de amigos políticos da ala avançada do Partido Liberal, enquadrou-o nas hostes de Dantas e Saraiva. Os artigos na primeira fase da imprensa são coerentemente liberais no sentido amplo: abolicionistas, federalistas, anticlericais e em favor da eleição direta. O modelo apontado para funcionamento do governo é o inglês, com freqüentes referências ao parlamentarismo francês, bel-

1. Conferência realizada na Academia Paulista de Letras, a 12 de dezembro de 1973, em comemoração do cinquentenário da morte de Rui Barbosa.

ga e italiano. Os autores americanos são geralmente citados a propósito da autonomia local, e do funcionamento da justiça. Não se focaliza jamais o problema do conflito entre o federalismo e o regime parlamentar. Ainda quando se examina o primeiro choque (não estudado ainda convenientemente) entre a Assembléia liberal gaúcha e o Gabinete conservador de João Alfredo, não se aborda o grave tema.

Quanto ao anticlericalismo desta fase inicial cabe uma observação. Rui Barbosa nunca foi ateu. Seus artigos violentos no *Diário da Bahia*, mais tarde mencionados no prefácio de *O Papa e o concílio*, e sua conferência no Grande Oriente dos Beneditinos, apresentam uma característica. Atacam o Governo pela perseguição à Igreja, especialmente pela malfadada missão a Roma. Mas atacam igualmente o chamado *ultramontanismo*, encarnado em Pio IX, papa considerado o expoente do reacionarismo. O ideal visado é o de uma sociedade em que o cristianismo progrida livremente. Influência visível do protestantismo anglo-saxônico, muito maior que do combismo francês. Desde a ascensão de Leão XIII, com as encíclicas sociais, a sua atitude em face do papado vai-se modificar gradualmente. Mais tarde ele recordará, com mais ênfase e mais prazer, suas críticas à atitude governamental contra os bispos do que suas farpas contra a Igreja romana e o Vaticano.

É dentro desses quadros da doutrina liberal que ele atua eficazmente na situação liberal de 1878-1885. Não se afasta deles nos três sérios combates que empreendeu pela reforma do ensino, que lhe trouxe um renome indestrutível no campo da educação, na tentativa frustrada de encaminhar o problema servil para bases legais, com a lei chamada dos sexagenários, e finalmente no grande êxito que foi a reforma do sistema eleitoral. Neste último debate surgiu, ao contrário do que se tem afirmado, a preocupação grave com um aspecto do problema: a incorporação do proletariado no corpo eleitoral. Já que a conjuntura política não permitia chegar ao sufrágio universal (meta fatal como previa Rui), impunha-se o problema da participação do operariado no corpo eleitoral em bases tais que não permitissem a fraude, anulatória das conquistas. Nos extensos discursos então pronunciados, e mais ainda na correspondência com seu líder político, o senador Dantas, sente preocupação sincera de responder ao desafio do proletariado, como hoje se diria. Já houve quem escrevesse longamente para atribuir ao "elitismo" de Rui a exclusão do analfabeto nessa reforma eleitoral. Um pouco mais de atenção aos textos legais evitaria este disparate, já que os analfabetos foram afinal admitidos no corpo

eleitoral pela lei de 9 de janeiro de 1881, dentro das condições ali estabelecidas.

Mas o que nos importa aqui observar é que, dentro dos quadros doutrinários de sua formação, que eram os dos grandes pensadores da época, ao encarar os problemas do governo, o acusado de viver em completa alienação mental revelou um extraordinário senso prático e objetivo. Na educação planejou a transformação dos currículos tendo em vista o preparo de uma era de industrialização, abandonando o *slogan* do país “essencialmente agrícola”. O segundo ciclo secundário abria-se em leque, encaminhando os estudantes para as carreiras profissionais. No ensino superior estabelecem-se várias especializações no campo da engenharia e da medicina, ao mesmo tempo que se cria o curso de ciências no Museu Nacional. Acrescente-se que está prevista a formação do corpo de oficiais da reserva das forças armadas e de um serviço de difusão intensiva das primeiras letras, antevisão da atividade em plena execução em nossos dias. Não se poderá repetir que se trata de uma reforma nas nuvens, feita por um lírico, voltado para a situação do estrangeiro. É, pelo contrário, o único plano de ensino visando ao desenvolvimento industrial do país.

No campo da questão servil o projeto de lei, escrito pelo punho de Rui Barbosa e que faz parte de nosso tesouro documental, foi considerado pelos abolicionistas demasiadamente tímido, a ponto de dizer Nabuco que teve vontade de sorrir ao tomar dele conhecimento. Mas o certo é que atingiu tão certamente os interesses escravocratas que destruiu os quadros partidários, acarretou uma dissolução da Câmara e nos seus escombros soçobraram as candidaturas de Rui e do próprio Nabuco. A verdade é que a partir desse malogro a questão servil deixou o leito normal por onde devia escoar-se, tornou-se uma pororoca que arrastou o Governo à capitulação de 13 de maio, e terá possivelmente destruído o regime. Uma lei anódina não teria certamente tais conseqüências.

Três problemas políticos e três atitudes realistas. Donde vem a fama de fuga à realidade? Provavelmente do tom profundamente estético de que estão revestidos os pareceres e os discursos, a fundamentação abundante em fontes e exemplos estrangeiros, destinada a reforçar os argumentos e impressionar a opinião pública do país, sempre sensível a esse gênero de argumentação. Escrevendo ao filho, estudante em São Paulo em 1869, advertia o velho João Barbosa, referindo-se às atividades políticas: “Irás tendo a mais e mais a reputação de estudante bom, é verdade; porém mais literato que jurista; reputação que hoje sei adquiriste desde Per-

nambuco" (Carta de 27 de setembro de 1869).² Esta a fama que vai acompanhá-lo por toda a existência.

Fora da Câmara e à parte sua atividade forense, a ação de Rui se exerce no jornalismo: nos *a pedidos* do *Jornal do Comércio*, no *País* e, afinal na campanha histórica do *Diário de Notícias*. Aí é outro problema nacional que o empolga acima de todos: o do federalismo, seu velho tema desde 1871. A argumentação é toda acorde com os trabalhos de Tavares Bastos, sempre referido como o João Batista da peleja. Mas enquanto este é considerado o modelo dos objetivistas da problemática brasileira, o defensor das mesmas idéias, desenvolvidas com um luxo de dados positivos, continua acusado de teórico e ausente da realidade. O autor do voto em separado no Congresso Liberal de 1889 é levado, por fidelidade a esse ideal, à fórmula tantas vezes deformada: "a federação dos Estados unidos brasileiros, com a coroa se esta lhe for propícia, contra ela e sem ela, se lhe tomar o caminho".

Em 1889 abre-se a possibilidade da realização deste ideal com a coroa propícia: Saraiva, o homem prático por excelência da monarquia, é convocado pelo Imperador para organizar o gabinete. Seu entendimento com o chefe da Nação está consignado nos *Anais do Senado de 1889*. Saraiva propôs explicitamente a aplicação do que chamou o "plano Rui". A resposta do Imperador é das que mais o dignificam: "Senhor Saraiva, o senhor sabe que eu nunca fui empecilho para o progresso do Brasil". Mas Saraiva teve provas seguras de que o plano seria obstado por outras forças e entregou a tarefa a Ouro Preto. Este não quis lutar pela reforma, escudado na votação do Congresso Liberal. Rui entendia que o Congresso deliberara na convicção de que tinha na coroa um obstáculo intransponível. Do momento em que o Imperador se declarava disposto a empreender a reforma, o recuo de Ouro Preto parecia-lhe imperdoável. Não fazia a reforma porque não a queria. Sempre seria Ouro Preto o homem que em 1884 recusara o poder por lhe parecer necessário vencer o *déficit* para depois pensar em abolição. A este se chamava homem prático. Por isso Rui, não só recusou colaborar com o último chefe de gabinete, como o combateu impetuosamente, como era de seu feito, apesar dos velhos laços de amizade. De tal modo que, ao receber do chefe liberal, o senador Dantas, uma advertência, rebelou-se pela primeira vez em carta já divulgada: "Não sou, nem posso ser, órgão do partido liberal. Da república disto apenas uma linha. Já disse a

2. *Arquivo da Casa de Rui Barbosa* — III — *Correspondência: primeiros tempos*. Rio de Janeiro, 1973, p. 92.

V. Ex.^a que só a sua amizade me tem detido”.³ Isto a 11 de maio de 1889. Eis porque dizia Campos Sales que, “depois que arremessou as cangalhas do velho Dantas, ninguém mais pôde conter o Rui”. O tempo deu-lhe razão. No manifesto de Montreux em 1913, o príncipe D. Luís, tentando galvanizar o monarquismo, pregava abertamente a monarquia *federativa*. Quem era o sonhador em 89?

Faz-se a República e, logicamente, o federalismo. Instalada a Constituinte, a quem cabe frear os excessos do ultrafederalismo? Ao pregador do federalismo desde vinte anos antes. Eis as suas palavras em 16 de dezembro de 1890:

Eu era, senhores, federalista antes de ser republicano. Não me fiz republicano, senão quando a evidência irrefragável dos acontecimentos me convenceu de que a monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à federação.

Mas agora [continua ele], já não há senão federalistas. Já os federalistas se vêem desbancados e corridos pelo fanatismo dos conversos. Já muitas vezes os mais intransigentes no serviço do princípio triunfante são os que ontem embarçavam as pretensões mais módicas da reforma federativa. Federação tornou-se moda, entusiasmo, cegueira, palavra mágica, a cuja simples invocação tudo há de ceder, ainda que a invoquem mal, fora de propósito, em prejuízo da federação mesma.

E após proclamar que “estamos retrogradando no terreno dos princípios”, passa a ser o defensor da união forte:

A questão, para nós que adotamos a forma *federativa*, a primeira necessidade, o ponto de partida de todas as necessidades, está em assegurar a existência independente da União Federal.⁴

Atitude mais que realista. E como não foi ouvido, apenas aprovado o pacto federal de 1891, começa ele uma ininterrupta campanha revisionista. Esta campanha vai acompanhá-lo a vida inteira, vai incompatibilizá-lo com os partidos e grupos. Houve momentos em que bastaria o silêncio para ser conduzido sem empecilhos ao poder supremo. Mas ele via a União em perigo, e com ela o futuro do país. O reformismo é a tônica de toda a sua vida política na República. Por ele vai incompatibilizar-se com os que montam guarda à chamada *Arca Santa*, no fundo o biombo atrás do qual

3. *Arquivo da Casa de Rui Barbosa*, I. *Correspondência do conselheiro M. P. de Sousa Dantas*. Rio de Janeiro, 1962, p. 77.

4. *Obras completas*, vol. XVII (1890) t. I. Rio de Janeiro, 1946, pp. 151-158.

praticavam os maiores sacrilégios contra o ideal republicano ao qual juravam fidelidade e criam sinceramente servir. Preferiam deformá-la a reformá-la. É a isso que se chama realismo?

O reformismo de Rui Barbosa data, a rigor, da aprovação da Constituição pela Assembléia. A 15 de março de 1892, em carta datada de Caxambu e dirigida a Pardal Mallet, ele lamentava as alterações trazidas pela Constituinte, desde a eleição direta do presidente causadora de abalos “que necessariamente o hão de caracterizar sempre sob o regímen que a Constituinte de 1890 instituiu”. Ataca o excesso de superfederalismo e hiperdemocracia que dominou a Assembléia. “A razão já não atuava, pois, na sua luminosa integridade sobre os constituintes.” Acusa-os de não terem respeitado o plano do Governo, que era uma “adaptação às contingências peculiares do nosso meio” e que ficou reduzido a um “corpo mutilado e claudicante”.⁵

Esta preocupação de que o texto constitucional está flagrantemente em desacordo com a realidade brasileira passa a ser uma constante de sua pregação. Mas, fiel aos seus princípios de que “fora da lei não há salvação”, vai sempre defender a reforma por via pacífica. Os poucos meses em que teve sob sua direção o *Jornal do Brasil* em 1893, durante os quais escreveu a série de artigos já editados em três volumes, a que deu o título de *Ditadura florantinista* (termo aliás ratificado no recente trabalho de Afonso Arinos acerca de Rodrigues Alves), não há um só incitamento à violência. O que ele quis fazer naquela campanha, segundo suas palavras, foi um “curso prático de resistência constitucional” a fim de que o povo tomasse conhecimento dos poderes de que dispunha. Mas a veemência com que verberou os excessos do Executivo fez com que, apesar de seus sucessivos apelos aos conservadores, fosse alinhado entre os perigosos inimigos do Governo. Daí a proteção recebida dos comandantes da Revolta, sua adesão posterior ao movimento, quando já tinha atingido o *point of no return*, e seu definitivo alistamento entre os rebeldes. O seu manifesto ao chegar a Buenos Aires é muito claro a respeito. Mais tarde resumiria sua pregação: “Como a minha censura à revolta era ao mesmo tempo a condenação do Governo que a provocara, não me ouviram”, disse ele no discurso a propósito da revolta de 1904. “Tenho no espírito o culto instintivo e fervoroso da ordem. Na subversão das leis normais abomino os elementos que a operam e os fenômenos que a acompanham: a insegurança,

5. *Correspondência* (Coligida por Homero Pires). São Paulo, Saraiva, 1933, pp. 47 e 49.

a vulgaridade, a grosseria, a fermentação das paixões cínicas e violentas”, acrescenta na mesma ocasião.⁶

A minha natureza é e sempre foi essencialmente conservadora [continua]. Advogando a liberdade, sempre a encarei como o primeiro elemento de organização, evolução e conservação nas sociedades humanas. Nunca admiti as revoluções, senão como atos sociais de legítima defesa, isto é, reações conservadoras da lei contra as desordens do despotismo, não menos fatais que as outras porque, nas fermentações servis da inércia resignada à tirania, e apodrecida no cativeiro, a anarquia não é violenta, mas cancela no organismo social as fontes da vida, acabando por miná-la de incomparáveis desordens.⁷

Após historiar sua completa ausência na conspiração de 1893, sua posterior colaboração com ela, reconhece que “o malogro daquele movimento foi uma felicidade. [...] Primeiro, porque dificilmente se obtém nas revoluções militares, a moderação no triunfo e a restituição do poder aos órgãos nacionais. Segundo, porque esse triunfo seria o germen, a legitimação e o incentivo de outras reações militares”.⁸

Daí por diante é na manutenção da ordem civil e contra os desmoralizantes motins, especialmente da juventude explorada, que se aferra seu espírito.

Ao lançar os rumos da campanha por *A Imprensa*, a mais intensa de suas fases jornalísticas, é ainda a idéia de necessidade de reforçar a unidade e reformar a estrutura da federação que persegue:

A unidade nacional estremece combatida por todos os lados. O egoísmo localista ganha terreno incomensurável. Todos os laços da União vão-se desdando e partindo. É uma estrutura, que estala por todas as juntas, ou um organismo, que caminha para a dispersão fatal, pela atrofia do coração, porque os seus membros o não nutrem, e ele vai perdendo aceleradamente a força de reuni-los. Ora, nós somos daqueles, que pensam ainda que, antes de tudo, precisamos de ser uma nação. E não podemos sê-lo, nem para conosco, nem para com o estrangeiro, enquanto não soubermos ter a

6. Discurso no Senado a 16 de novembro de 1904. *Ditadura e República*. Pref. e notas de Fernando Néri. Rio de Janeiro, Guanabara [1932], p. 141.

7. *Ibidem*, pp. 142, 143.

8. *Ibidem*, p. 143.

firmeza de encarar esse problema. Rompamos com a seita das pequenas pátrias. O Brasil quer a grande: a pátria antiga, a pátria unida, a pátria vasta, a pátria forte, a pátria indissolúvel, com a sua ingênita vibratili-
dade nas veias e o seu lugar de outrora entre as nações vizinhas.⁹

E adiante:

O pacto ultrafederativo de 1891 lesa a entidade nacional na sua essên-
cia. Reduzida a uma expressão quase abstrata entre os Estados, espécie
de intrusa em país inimigo, esta União sem bens, sem recursos, sem poder
eficaz, opressa com a soberania irrisória das responsabilidades, não pode
responder, no interior, pela existência da pátria, nem no exterior, pela
dignidade da nossa política, pela integridade do nosso território, ou sequer
pela seriedade dos nossos compromissos. Preparemo-nos para as conse-
quências, se não deliberarmos, acudindo à nossa enfermidade constitucio-
nal, exonerar a nação do que lhe não toca, reintegrá-la no que lhe per-
tence. Seremos então Estados unidos e não Estados cerzidos, não esse
xadrez de províncias justapostas, onde os credores estrangeiros nos vêm
lembrar a honra, antes que as ambições estrangeiras no-la venham
roubar.¹⁰

Este apelo não foi em vão. A campanha da *Imprensa* foi
uma clarinada no revisionismo. Nesta fase mais brilhante do
jornalismo de Rui Barbosa há séries inteiras de artigos que são
verdadeiras monografias. Especialmente a campanha contra o
plano financeiro de Murinho, que lhe pareceu um retrocesso em
nossa evolução. Curiosa é a temática nessa série de estudos.
Quando não se trata de assunto político premente, como a prisão
de Andrade Figueira, ou a execução do *funding*, os assuntos domi-
nantes são o saneamento e a educação. Mas a tese subjacente a
todos os artigos é a necessidade de adaptar a Constituição do país
à realidade. A verdade é que a máquina política montada em
todos os Estados não queria ouvir nem uma palavra em matéria
de modificações na *Arca Santa*. Cada vez que sua candidatura
surgia no caleidoscópio da política seria preciso amordaçá-lo para
que as forças “organizadas” permitissem que seu nome fosse
apoiado. Ao falar-se em *reforma constitucional* desfaziavam-se as
combinações. A *Coligação* foi uma fórmula temporária de resistir
a um candidato ao Catete. Dela resultou a indicação de Afonso

9. “Projetos e esperanças”. *Obras completas*, vol. xxv (1898), t. I.
Rio de Janeiro, 1947, p. 3.

10. *Ibidem*.

Pena, e não de Rui Barbosa, que fora o candidato inicial do governador José Marcelino. Comentando esse resultado com o governador da Bahia, dizia Rui Barbosa que seu nome não poderia deixar de acarretar sérias complicações dados os seus “imensos compromissos” com o país. Ora, esses compromissos eram exatamente os da revisão, que afastaria da aliança o Rio Grande do Sul. “Eu não aceitaria o governo se não para governar com eles” (*Manifesto à Bahia*).¹¹

Mas esta coligação, como reconheceram os seus chefes, era um simples bloco momentâneo, sem qualquer compromisso doutrinário permanente, simples transação, explica o próprio Rui Barbosa no discurso de lançamento do civilismo em 1910. Com este, deu-se um firme passo para diante convocando uma convenção de representantes de municípios.

Ao ler a Plataforma na Bahia, a 15 de janeiro de 1910, há todo um capítulo dedicado ao revisionismo. Curioso é que este ponto era exatamente alvo do ataque dos adversários que contrapunham a obsessão revisionista do candidato civil à fidelidade, com que mantinha guarda ao texto de 1891, o candidato militar. Rui faz “do sambenito gala”, como diziam os clássicos, ou “do baldão vaidade”.

Por amor da Constituição é que aconselhei e aconselho o revê-la. A Constituição de 1891 precisa de ser reformada para se conservar. As boas instituições não de se conservar, melhorando-se, como as boas construções, refazendo os estragos do tempo, e acomodando-se, com o correr dele, aos novos hábitos e às novas exigências dos seus sucessivos habitantes. De maneira que os verdadeiros conservadores são os amigos da reforma.

A Constituição norte-americana, modelo da nossa, recebera onze emendas nos onze anos iniciais de aplicação. A nossa, após vinte anos de experiência, não se admitia que fosse tocada.

Sem poder impor o revisionismo em 1910, em face da conjuntura política, anunciou-se claramente que “dado o [...] ensejo de ser útil à revisão, sem quebra de minha lealdade aos votos que me elegerem, com as minhas simpatias, a minha influência, os recursos de persuasão ao meu alcance, de muito bom grado, e a todo o poder que possa, o farei, sem dúvida nenhuma. Nesses limites, quanto em mim coubesse, eu sugeriria, pediria, acorçoaria, sustentaria a revisão constitucional”.

11. *Obras completas*, vol. xxxii (1905), t. i. Rio de Janeiro, 1955, p. 195.

Logo em seguida passa a rebater os preconceitos dos “ortodoxos e jacobinos do culto republicano” contra a reforma. Sugere que a reforma se faça por meio de uma convenção convocada com o ajuste estipulado entre os seus promotores de não serem objeto de reforma as seguintes disposições constitucionais: 1. que declaram a forma republicana; 2. as que instituem o princípio federativo; 3. as que mantêm aos Estados o seu território atual; 4. as que asseguram a igualdade representativa no Senado; 5. as que separam a Igreja do Estado e firmam a liberdade religiosa; 6. as que atribuem à justiça a conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos; 7. as que vedam os impostos interestaduais; 8. as que proíbem aos Estados e à União adotarem leis retroativas; 9. as que declaram inelegíveis os ministros e estatuem a sua livre nomeação pelo chefe do Poder Executivo; 10. as que afiançam aos Estados a autonomia de organizarem as suas constituições, respeitada a da União.

Entre as questões consideradas não maduras estava a volta ao parlamentarismo.

Em breves anos [diz Rui] se virá a impor a sua discussão. Mas abrir por ela o primeiro ensaio de reforma constitucional, seria expô-la, quase com certeza, ao malogro, em tópicos a respeito dos quais é exequível, por açonamento em relação a um problema ainda não maduro, contra o qual as exigências da ortodoxia republicana são até agora irredutíveis.

E aqui repete a mesma dúvida ocorrida tantas vezes:

A natureza democrática das nossas instituições nada perderia com a substituição do governo presidencial pelo governo de gabinete. O que eu, porém, não saberia, é de que modo conciliar com este o mecanismo do sistema federal.¹²

E estende-se longamente sobre o tema.

De fato, as federações com regime parlamentar só vieram a aparecer após a Primeira Guerra Mundial.

Pontos urgentes de revisão enumerados por ele, logo a seguir, são: a unidade do processo, a unidade da magistratura, a autonomia do judiciário, definição dos “princípios constitucionais”, a vitaliciedade, a insusceptibilidade e a irredutibilidade dos vencimentos dos juizes, a atribuição ao Congresso Nacional de reintegrar os magistrados cujos direitos não houvessem sido respeitados,

12. Rui Barbosa. *Plataforma*, 2.^a ed.. Bahia, 1910, p. 11 e segs.

a intervenção da União para intervir nos conflitos econômicos entre os Estados, a definição do estado de sítio, a necessidade de audiência da União nos contratos de empréstimos estaduais no estrangeiro, a extinção da vice-presidência, a proibição das caudas orçamentárias e a instituição do veto parcial.

O importante, insiste ele, é que se revelasse utilidade em se reformar sem revoluções, que os homens de responsabilidade não continuassem a “tapar os olhos a este rudimento de senso político, onde reside o segredo fácil da longevidade para todas as constituições livres”.

Nove anos volvidos, as circunstâncias se haviam agravado extraordinariamente. As reformas eram inadiáveis.

Aqui o escrúpulo e a coerência do pensador ficaram ainda mais estrondosamente patenteados. Ao receber, em Petrópolis, a convocação para a clássica reunião onde se poria a chancela ao candidato das forças políticas, isto é, dos grupos políticos que dirigiam os Estados da Federação, bastava-lhe responder laconicamente a convocação. Os seus amigos encarregar-se-iam de conduzir em triunfo a eleição para o triênio que lhe esgotaria certamente as últimas forças, encerrando gloriosamente a carreira pública. Mas, em vez disso, ele parecia obstinado em levantar obstáculos no caminho que muito justamente se lhe oferecia. A resposta à convocação compõe-se de duas partes. A primeira é perfeitamente aceitável: “Motivos superiores à minha vontade me inibem de corresponder à honra do convite de V. Ex.^a, que muito agradeço, para comparecer à reunião de amanhã, no Monroe, dos *leaders* parlamentares”. Se encerrasse aí, é quase certo que seu nome sairia com grandes possibilidades de vitória da reunião. Mas o demônio do escrúpulo, chamemos assim, o fustigou, e o encerramento da mensagem é um duro bater de porta a qualquer entendimento:

Aliás, se o objeto dessa assembléia é discutir a *fórmula de uma convenção* e de reunir em seu seio todas as correntes da opinião nacional, já bem conhecido é o meu parecer sobre o *erro da idéia de tais convenções*, que não poderão nunca, seja qual for o sistema adotado, realizar semelhante pretensão. Cordiais saudações — *Rui Barbosa*.

A João Mangabeira dizia Azeredo — que não conseguia jamais romper os laços da velha ternura pelo antigo amigo — “Rui não quer ser presidente. Acaba de *meter os pés na presidência*”. Era a mesma frase de Ouro Preto referindo-se à recusa da pasta em 1889. Os motivos eram rigorosamente os mesmos: a não

admissão de aceitar o poder sem as mãos livres para agir conforme suas idéias.¹³ Será isto falta de realismo ou coerência doutrinária?

Minas e Rio Grande apoiariam a candidatura, caso Rui se calasse acerca da revisão. Bastava o silêncio. Os interessados na manutenção da máquina contentar-se-iam com esta sutileza para acompanhar um movimento espontâneo da opinião nacional, na expressão do ex-presidente Venceslau Brás. Nilo Pessanha tenta habilmente uma fórmula para disfarçar uma divergência profunda. Mas Rui intervém bruscamente em declaração solene:

Do meu programa, o programa da revisão constitucional, ainda não se tratou. Ora o meu nome é inseparável desse programa. Com esse programa está identificada a minha candidatura. Eu sou esse programa. É esse o programa que a opinião pública vê na minha pessoa. [...] Até agora, a política brasileira quer a constituição inalterada, para se violar. Nós a queremos reformada, para se conservar. Tudo são reformas, de uma e outra parte. Umhas de todo o dia, por meio de atentados. Outras de uma vez, mediante atos legais. Umhas destruidoras. Outras salvadoras. Umhas, que solapam. Outras, que cimentam. Umhas, pelas quais se estabelece a paz. Outras, com as quais se suscita a revolução.¹⁴

Está findo o diálogo. É iniciada nova campanha, e outro malogro.

Os discursos vão em tom de ousadia crescente. No discurso às classes conservadoras afirma:

Hoje, no mundo, já não há revoluções, há dissoluções. Para evitar as dissoluções, fazem os governos as revoluções por meio de ousadas reformas, e medidas transcendentais. Na ausência destas, as nações não se revolucionam: decompõem-se, vão-se dissolvendo num estalar crescente de todas as juntas do aparelho social. [...] O mundo inteiro o está sentindo. Só o Brasil não vê. Só o Brasil diverge. Só o Brasil recua. Só o Brasil se acastela na mentira de uma rotina conservadora, com que a indústria política mascara os interesses da sua estabilidade. [...] Não são unicamente as nossas instituições as que periclitam: é a sociedade toda; é toda a ordem humana e divina, abandonada às ondas estrangeiras, que para nós avançam: às ondas bárbaras, que devastam a Europa russo-germânica, e às ondas civilizadoras, que passaram por Cuba

13. João Mangabeira, *Rui. O Estadista da República*, 3.^a ed. São Paulo, Martins, 1960, p. 262.

14. João Mangabeira, *op. cit.*, p. 259.

e Porto Rico. Anarquia e protetorado. Protetorado ou anarquia, a fórmula do nosso destino. Se o Brasil não acorda. Se a nação não se reconquista.¹⁵

E que reformas propõe? A da própria estrutura da Constituição. Dentro dos seus conceitos do mais estrito individualismo não se poderiam realizar as reformas da legislação operária que a situação exigia:

A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluído rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo restringidas agora por uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já se não vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana.

Estou, senhores, com a democracia social. Mas a minha democracia social é a que preconizava o cardeal Mercier, falando aos operários de Malines, essa democracia ampla, serena, leal, e, numa palavra, cristã; a democracia que quer assentar a felicidade da classe obreira, não nas ruínas das outras classes, mas na reparação dos agravos, que ela, até agora, tem curtido.¹⁶

“Não chegou Rui até o socialismo marxista”, diz João Mangabeira, aliás numa expressão não muito feliz, porque não se trata de avançar num sentido de uma linha, mas de tomar outra direção, “mas foi até o do Código de Malines, documento muito mais avançado do que qualquer das duas grandes encíclicas — *Rerum Novarum* ou *Quadragesimo Anno*.”

O exame da situação de miséria da classe operária é, na Conferência do Teatro Lírico, um dos mais violentos libelos contra o abandono da questão pelo Governo. Mas as leis de trabalho propostas esbarravam exatamente nos princípios da Constituição individualista, na qual era proibido tocar:

Não alterada a Constituição [diz Rui], não poderia o Congresso Nacional legislar as mais importantes das medidas sociais, que há pouco

15. *Obras completas. Campanha presidencial.* vol. XLVI (1919), tomo I. Rio de Janeiro, 1956, p. 58.

16. *Op. cit.*, p. 81.

discuti. No em que estamos em rixa aberta é em não quererem eles, e advogar eu, a revisão constitucional, para chegarmos a essas medidas. Eles estimam o obstáculo constitucional, para não as dar. Eu, para as dar, pretendo remover o obstáculo constitucional.¹⁷

O pensamento político era, pois, rigorosamente coerente: necessidade contínua de adaptação às condições sociais. Mas sempre dentro das normas legais e constitucionais.

Esta convicção da disparidade entre o Brasil real e o Brasil legal estava também enraizada na consciência da classe média brasileira, especialmente na sua expressão mais forte que são as Forças Armadas. A fraude escandalosa na constituição dos poderes, de onde emanava a chamada “ordem legal”, incendiava os corações da juventude militar. As diversas manifestações de indignação pela comédia enchem as páginas da história da primeira república em várias oportunidades. O que nos causa hoje pasmo, ao pesquisar velhos arquivos políticos, não é topar com planos de conchavos e partilhas de assembleias e municípios, mesmo após a realização dos pleitos, isto é, na base exclusiva da manipulação das atas por parte de velhos calejados nas tricas eleitorais, como Seabra e Glicério, mas entre estadistas de alta dignidade moral e cultural. Não se cria que fosse possível governar de outro modo o país. O sistema representativo era uma ficção invocada, mas não levada a sério. Os não crentes na democracia, ainda considerando a ditadura como única solução real, zombavam dos escandalizados. Teixeira Mendes, por exemplo, diante da indignação de alguns ingênuos com as fraudes das listas de eleitos, manifestava-se coerente. “Quando os representantes forem escolhidos legitimamente pelo povo, em vez de serem apontados pelos governos, será muito pior”.

Mas o fato é que o inconformismo, em suas duas versões, a civilista, pregando uma reação popular e legal, e a militar, em suas várias metamorfoses, jacobinista, salvacionista e tenentista, chegavam ao encerrar-se a primeira república em posições que não eram positivamente as extremadas dos primeiros tempos. No final do Governo Hermes vários paredros do salvacionismo formavam paradoxalmente ao lado do líder “antimilitarista”. Dantas Barreto, Mendes de Moraes e Mena Barreto estavam em convivência franca com os parlamentares de oposição. Por sua vez a convicção de que o país se aproximava de uma crise fatal carregada de ameaças de imprevisível convulsão, cujos excessos

17. *Op. cit.*, p. 111.

poderiam abalar toda a estrutura social, levava o líder do civilismo a ver nas forças armadas a garantia única de continuidade.

Correspondentemente o marechal Hermes, ao cabo de um quadriênio em que suportara a mais violenta campanha tribunicia na história republicana, campanha que Francisco Campos não encontrava paralelo senão nas de Cícero, não somente aceitara, como *propusera* o nome de Rui para a presidência, conforme ficou patente pelas declarações das testemunhas no Senado, na presença dos participantes da operação, que nada objetaram.¹⁸ Esta atitude realmente surpreendera o combativo adversário. Esta a razão por que se refere no discurso de saudação ao presidente do Clube Militar, seu ex-adversário, então a maior expressão do exército, com expressões de respeito e gaba-lhe o “coração magnânimo”.¹⁹ Ao mesmo tempo sente que a convulsão ameaçadora exige a presença do exército. Em carta a Nilo Pessanha, de 15 de julho de 1921, refere-se à participação do elemento militar na reconstrução do edifício político abalado:

Considero o concurso delas [das forças armadas] imprescindível neste momento, pois tenho a situação atual do País como mais grave que a de 1889, e vejo nesse elemento a força única de estabilidade e da reorganização que resta ao povo na dissolução e na anarquia geral que nos arasta.²⁰

Após tão distantes trajetórias, as duas correntes inconformadas da classe média se aproximaram novamente, tal como no final do Império. O velho lutador via com pessimismo a situação do país e o perigo de um salto no escuro:

Um regímen que garra para a costa, ao som das músicas do barco, empenhadas em abafar o rumor das vagas espedaçadas nos recifes, já próximos.

E, comparando a situação com o final do Império, via, como fatal a intervenção militar, mas traçava um paralelo desfavorável à situação contemporânea:

18. V. depoimentos de Antônio Azeredo (1914) e Rivadávia Correia (1919) no Senado Federal. Prefácio das *Obras completas*, vol. XL (1913), tomo v. Rio de Janeiro, p. x.

19. Discurso no Clube Militar, a 26 de junho de 1921 — *Novos discursos e conferências*, col. por Homero Pires. São Paulo, Saraiva, 1933, p. 449.

20. *Correspondência*, cit., p. 424.

... em 1889, [...] a situação era, incomparavelmente, menos grave do que hoje. Não havia, àquele tempo, ruína financeira. Não havia questão social. [...] O País estava descontente, mas não exasperado.

Depois, em 1889, ainda nos restava para onde correr. Corríamos de um regímen constitucional para outro, igualmente constitucional: da monarquia à inglesa para a república à americana de instituições já liberais para outras mais adiantadas em liberdade. Mas, atualmente, na insegurança extrema em que nos vemos, se, por se não terem admitido em tempo as medidas [...] de urgência, nos achássemos, de um momento para outro (como costumam vir estas coisas), numa crise de instituições — para onde então nos voltaríamos? Contentar-se-ia o movimento de que nos cingíssemos a retocar e consolidar as atuais? Ou havíamos de saltar para outras? E, nesse caso, quais e como, sem que nos corresse risco a própria existência nacional, ou, quando menor, todo o patrimônio das nossas instituições fundamentais em matéria de ordem, liberdade e democracia? [...] Quem se poderia responsabilizar, hoje, por um movimento popular, uma vez solto? Quem poderá ter confiança em o dirigir, uma vez declarado? Enquanto as revoluções eram políticas, tinham praias, que as circundavam e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas), todas beiram esse Mar Tenebroso cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do mundo contemporâneo. [...]

As instituições se conservam, quando adotam, *a tempo*, as reformas necessárias; convenci-me de que, sem a revisão, a Carta Republicana de 1891, está perdida. [...] A resistência à revisão nos levará proximamente à revolução.²¹

Isto foi dito em 1921. No ano seguinte iniciava-se a série de pronunciamentos que nos conduziria à explosão de 1930. Não seria esta a solução desejada pelo Conselheiro não ouvido. Nem as revoltas puramente militares, nem a aliança dos idealistas com os grupos políticos dos mais responsáveis pela empedernida resistência à reforma regular e progressista. Contra o primeiro movimento pronunciou-se expressamente, votando pela concessão do estado de sítio a um governo que não lhe era simpático.

Mas a imagem que ele tinha do futuro da nação era a do naufrágio das instituições e o do temor do mar tenebroso que teríamos de transpor. Daí aquele olhar triste e agoniado que o escultor Pinto do Couto fixou no busto que o Governo baiano fez cantar à porta da Casa de Rui Barbosa. A angústia pelo destino da obra pela qual sacrificara a existência.

21. Discurso no Senado a 30 de julho de 1921. *Ditadura e república*. Rio de Janeiro [1932], p. 249.

A nova geração terá de mudar a imagem distorcida que lhe apresentam de Rui Barbosa. Ele não foi um alienado que consumiu a existência abraçado a fórmulas vãs, desajustadas à realidade nacional. Foi um realista que viveu com os olhos fixos na verdade, em busca de soluções práticas, soluções verdadeiras, soluções justas, que resguardassem o progresso e a liberdade. Essa é a lição dinâmica que nos dá sua dolorosa e sofrida existência. Nem é por outro motivo que cinquenta anos após sua morte aqui estamos reunidos para proclamar a perenidade de seus ensinamentos e a necessidade da presença de seus exemplos na vida política do Brasil.

X. A EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE RUI BARBOSA¹

Surpreendido com o convite do Magnífico Reitor, para dizer nesta cerimônia algumas palavras, só posso interpretar esta cortesia como uma homenagem às instituições a que pertencço, a Pontifícia Universidade Católica e a Casa de Rui Barbosa, fazendo patente a nossa solidariedade no campo das atividades culturais.

Os problemas educativos em que bracejamos é bom que os estudemos em conjunto, de tempos a tempos, para conferir impressões e trocar idéias.

Particularmente, no meu caso pessoal, permiti que manifeste inicialmente a alegria de ver realizado um plano que acompanhei desde o tempo em que não passava de um sonho, considerado utópico por muitos e levado avante pela visão de estadista do ministro Gustavo Capanema. Tive a honra de lavrar as primeiras atas da Comissão da Cidade Universitária, convocada para o gabinete ministerial em 9 de julho de 1935, e na qual o jovem ocupante da pasta expôs o plano de criar a primeira cidade universitária federal. Daí resultou o escritório do Plano da Universidade e depois a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, na qual se empenharam em tempo integral os meus saudosos amigos professores Ernesto de Sousa Campos e Inácio Azevedo do Amaral, nas salas do Conselho Nacional de Educação, que eu então secretariava.

Acompanhei as visitas dos técnicos estrangeiros que vieram opinar sobre a localização da futura cidade: a Praia Vermelha, a área da Quinta da Boa Vista, o Valqueire, a Lagoa Rodrigo de Freitas, e, finalmente, o conjunto de ilhas onde atualmente se encontra. Foram eles Le Corbusier, que na ocasião esboçou o Palácio da Cultura, e Marcelo Piacentini, então consagrado pela criação da Cidade Universitária de Roma.

Se foram recolhidos ao arquivo da Universidade os papéis dessa fase inicial da história da Cidade Universitária, muita coisa

1. Lição de sapiência proferida na abertura dos Cursos da Universidade Federal, em 4 de março de 1975.

consignará a minha tênue colaboração, de jovem funcionário público. Não sei se o futuro estudioso poderá sentir através dos documentos a força que impulsionou todos estes trabalhos, sem a qual não seria possível vencer os obstáculos da incompreensão da opinião pública e, especialmente, da inércia da pesada máquina burocrática. Esta força foi a fé e a persistência do ministro, que dedicou ao lançamento inicial desse plano uma energia que os auxiliares custavam a acompanhar. Os estudos e visitas prosseguiram muitas vezes noite adentro, conferindo os planos sugeridos com os locais indicados.

Aqui dou um testemunho direto e necessário porque, reconstituindo na lembrança o quadro dos auxiliares da primeira hora, verifico, ai de mim, que a maior parte dos convocados inicialmente já passou à eternidade.

Outro contato vim a ter com a Cidade Universitária em 1949, quando do centenário de Rui Barbosa. Obedecendo a um dispositivo da Constituição de 1946², o Ministério da Educação, então sob a direção do Dr. Clemente Mariani, em 1948, mandou abrir um concurso. A comissão julgadora recusou, porém, todos os concorrentes. Em 1952, nova tentativa foi feita pelo ministro Simões Filho. Constituiu-se uma Comissão Executiva, composta do Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, Dr. João Carlos Vital, Prefeito do Rio de Janeiro, o Reitor da Universidade de São Paulo, Ernesto Leme (depois substituído pelo Prof. Mota Filho), o advogado João Mangabeira e o acadêmico Aloísio de Castro. Foi então decidido que o monumento seria constituído por uma porta monumental da Cidade Universitária do Rio de Janeiro. Realizado o concurso com a prévia exposição dos projetos no salão da Reitoria na Praia Vermelha e, na segunda fase, no salão do Ministério da Educação, um júri presidido pelo Prof. Aloísio de Castro, e composto dos professores Paulo Antunes Ribeiro, Armando Schnoor, Mário Pedrosa, Carlos Flexa Ribeiro e Adolfo Morales de los Rios Filho, escolheu o projeto de um brasileiro, Pedro Paulino Guimarães, associado ao artista francês Jacques Gottard. Projeto, maquete e documentos foram pelo secretário do júri, que é quem vos fala, encaminhados, por ordem do ministro, ao então diretor do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, o Prof. Luís Hildebrando Horta Barbosa, como assessor da Comissão. Isto em dezembro de 1954. Oportunamente o monumento será erguido, segundo estou informado.

2. Ereção de um monumento a Rui Barbosa.

Porque entendeu essa comissão, e aprovou o digno ministro, que a homenagem nacional a Rui Barbosa deveria ser localizada à entrada de uma universidade de que ele nunca fizera parte, quer como aluno, quer como professor? A única atividade docente de Rui Barbosa que se conhece é o de um curso noturno gratuito de alfabetização de adultos que ele ministrou com alguns colegas enquanto estudava direito em São Paulo. É que os professores que compunham a Comissão sabiam que, sem ter exercido o magistério profissionalmente, poucos homens públicos no Brasil tiveram, do problema da educação, a visão global que Rui Barbosa revelou em suas obras.

E, dentro dessa visão geral, ainda menos tiveram uma tão funda preocupação com o problema universitário.

Por notável coincidência, o primeiro artigo de Rui Barbosa de que se tem conhecimento versa exatamente sobre a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Data de 10 de junho de 1868. Tinha ele 19 anos e era aluno da Faculdade de Direito. Falava-se em transferir para a Corte as faculdades localizadas nas províncias. A isso se opõe veementemente o jovem jornalista. A idéia lhe parece fruto do excesso centralizador que corroía a estrutura da França. Combate a concentração administrativa nas metrópoles: "Por ela hão de cair todas as nações que, embebedas de interesses materiais, não se acutelarem contra os esplendores com que a habilidade dos governos ilustrados procura deslumbrar os povos crédulos e imprevidentes". Não quer que a capital se transforme no sorvedouro de todas as riquezas do país. Quer uma universidade no Rio de Janeiro, mas "organizada segundo as idéias liberais", "como fonte de grandes benefícios ao país", desde que mantenha o "equilíbrio no sistema universitário".

No famoso plano de reforma do ensino que apresentou ao parlamento em dois projetos nos anos de 1882 e 1883, não abordou de frente o problema universitário, limitando-se a permitir a organização de universidades livres. Mas no capítulo que, em 1882, coube elaborar para o relatório de Rodolfo Dantas como ministro do Império, aborda francamente o problema da criação da Universidade do Rio de Janeiro:

Essa idéia tem-se imposto com certa intensidade à consideração dos governos e dos corpos docentes. [...] Por via de regra os espíritos tendem ali para a inauguração desses focos científicos, preferindo ao atual sistema da disseminação das faculdades, o do agrupamento, como meio mais eficaz de obter corpos vivos, energicamente progressivos, capazes de manter o nível científico na altura das necessidades de nosso desenvolvimento

geral. A criação de universidades teria por efeito remediar uma separação deplorável, esse insulamento, esse fracionamento que os professores, longe de aceitarem, são os primeiros a sentir; daria mais pujança e vida ao nosso ensino superior, pondo a um tempo fim às duplicatas, tão freqüentemente hoje, nas quais se despende parte do seu orçamento. Quando as diversas faculdades da mesma cidade formarem um só corpo, com a sua representação, a sua administração coletiva; quando os lentes, periodicamente congregados, deliberarem, acordarem em comum acerca dos programas, dos horários, das coleções que convenham estabelecer; quando comunicarem as suas idéias, os seus planos de melhoramento, — o horizonte se alargará; as inteligências, excessivamente inclinadas hoje, pela força das coisas, a uma especialização precipitada, não serão mais, ao menos oficialmente, solicitadas a esse pendor em virtude dessa segregação rigorosa de que só o nosso país oferece exemplo, e que parece ser imaginada expressamente para banir o espírito filosófico. As nossas faculdades cessarão de ser escolas especiais, desagregadas, sem coesão, talhadas para cada ordem segundo um padrão só, submetidas a um regime inflexível que comprime toda a expansão; ficarão sendo instrumentos livres e ativos de uma obra de ensino realmente superior, isto é, de concitamento e propagação da vida científica. Já os professores não serão estranhos uns aos outros, nas suas assembléias comuns, não só aprenderão a conhecer-se e apreciar-se uns aos outros, mas as preocupações exclusivistas se desvanecerão, as diferentes faculdades se penetrarão mutuamente, se é lícito exprimirmo-nos assim. Os estudantes, é de esperar que deixem de considerar-se seqüestrados nos estreitos limites das suas faculdades respectivas. Os livros das faculdades de cada universidade irão confundir-se em comum biblioteca; não terá o Estado que comprar, duas ou três vezes, obras, edições, às vezes muito caras, hoje indispensáveis a muitas das suas pequenas bibliotecas particulares, o orçamento da biblioteca geral avultará proporcionalmente; poderemos dotá-la dessa opulenta e forte organização que invejamos às bibliotecas de certas universidades alemãs.

Então será possível, até, suprimir cursos e laboratórios que hoje constituem duplicata e que, quando concentrados num só foco, obterão rendas mais copiosas, adquirindo ao mesmo passo, graças à acumulação de recursos e a mais considerável freqüentação, maior grau de intensidade e de vida. As Universidades de outros países não terão mais o privilégio desses palácios consagrados a um só laboratório, dessas bibliotecas onde a mais insignificante lacuna indicada pelo mais obscuro leitor é logo preenchida. Em vez de estabelecimentos demasiadamente numerosos, vegetando tristemente ao lado dos outros, veremos também nalguns dos nossos departamentos, centros intelectuais de poderosa atividade. Em vez da desagregação e da impotência, as nossas faculdades, fundidas em corpos agru-

pados em nossas cidades principais, associadas num pensamento comum, dirigindo harmonicamente o seu curso, permutando serviços mostrarão também quanto é grande a fecundidade da união e o muito que podem, a bem da elevação do espírito e da felicidade das gerações novas, associações de homens sinceramente devotados à indagação da verdade.

Esclarece, em seguida, as bases em que estabeleceria as universidades. Longe de ser uma “máquina de centralização que pese sobre o País todo e comprima sob sua imensa mole todos os estabelecimentos de ensino superior”, deve circunscrever-se a um grupo de faculdades na mesma cidade que “respeite a autonomia das faculdades dispersas e a independência natural das instituições científicas que não forem particularmente ensinantes”.

Mas teria de esperar quarenta anos para ver o início tímido desse plano.

Ainda em sua plataforma, lida na Bahia a 15 de janeiro de 1910, voltava à idéia de universidade a ser criada no Rio de Janeiro partindo das escolas existentes, seguindo o padrão alemão:

Instituição do Estado, por uma parte, e, por outra, corporação cientificamente autônoma, e autônoma na sua administração interior. A ela pertence a nomeação dos funcionários acadêmicos, dentre os quais a autoridade suprema, o Reitor, se escolhe, todos os anos, do seio do professorado, pelos seus votos. Por eleição igualmente se lhe constitui, dentre o corpo dos lentes, o a que ali se chama o Senado, espécie de comissão geral executiva. Este sistema de autogoverno se reproduz em cada uma das faculdades que compõe de todo universitário. Cada qual elege anualmente o seu decano, [...] e, pela sua congregação, se administra a si mesma. A independência profissional dos lentes é completa.

Esta independência dos lentes tem a sua base na situação material deles. Em artigo na *Imprensa* (19 de novembro de 1898) aborda francamente este problema a propósito de um projeto de lei reduzindo as vantagens dos professores:

Bem parco é, para o magistério superior, o salário de 6:000\$000 ânuos ... em quadra como esta, na qual o simples aluguer da mais modesta casa ... forçosamente devorará, pelo menos, três quintos daquela quantia, e o resto mal poderá dar para o sustento frugal de duas pessoas. Supondo que o lente não tenha mais que uma, além da sua, sob o seu teto, ainda assim não lhe sobejará um vintém para a roupa, os móveis, a saúde e outras exigências de primeira necessidade. Verdade seja que o professor-

do, nas faculdades superiores, não absorve o professor, e que de ordinário ele exerce, além dessa, outras profissões mais ou menos lucrativas. Mas o interesse do Estado era que as não exercesse, e, se a precisão, a parcimônia dos recursos ganhos ao Tesouro os obriga a exercê-las, quanto menor for a escala em que o façam, quanto mais se puderem entregar ao ensino, quanto menos houverem de subtrair em tempo e estudo a ele, para buscar o pão noutros misteres, mais aproveitará o bem público, empenhado em que o lente seja lente antes de tudo. Tudo quanto, portanto, lhe cercear a compensação, já muito avara, que desfruta, lesando o professor na equidade que se lhe deve, muito mais ainda prejudicará o Estado nos fins, a que tem de prover. Melhor será eliminar o ensino que pagá-lo vilmente; porque, quando ele se cotar a esse preço, não encontrará quem o dê senão entre nulidades, sem consciência, nem ciência, charlatães e sinecuristas que se estipendiarão, para professar a ignorância nas lições, e corromper a mocidade com o exemplo.

Mas o mestre tanto melhor será, quanto mais evitar em derivativos, por onde se lhe distraia noutras ocupações a inteligência e a atividade.

Mais importante, porém, que as intervenções de Rui como legislador ou como jornalista no terreno do ensino foi a visão que ele teve do papel da educação no desenvolvimento moral e material do País. A grande acusação que se faz à sua atuação é a de ter sido um teórico, completamente alienado da “realidade brasileira”.

Há mesmo um grande escritor que em suas memórias diz que era tomado de grande irritação quando lia os discursos de Rui sobre a Bahia, cantando o “verde ninho murmuroso” quando estava diante de um povo com 53% de analfabetos, devorado por endemias. Por esta curiosa teoria os 47% de alfabetizados e a maioria de sãos não teriam o direito de ouvir o próprio crítico irritado enquanto não estivesse resolvido o problema cultural e sanitário do País. Até lá o povo poderia ser *tailable et corvéable à merci*, as cúpulas políticas dividiriam sem protesto o bolo das rendas públicas, a mimica do governo representativo prosseguiria com aplausos, do mesmo crítico, até que um milagre desse ao País uma população culta e sã, capaz de ouvir boa literatura.

Ora, todos os pensadores políticos das épocas anteriores haviam defrontado situação semelhante. No século XVIII os pensadores escreveram para um povo em que a porcentagem de analfabetos superava a da Bahia do século XIX; em França a maior parte das mulheres dificilmente assinava o próprio nome nos termos de casamento, e a peste dizimava, de tempos a tempos,

altíssimas fatias da população. Foi agindo sobre a minoria culta que eles prepararam os movimentos políticos que alteraram a fisionomia do País.

A questão está mal colocada. Não é o fato de falar para uma pequena camada capaz de entendê-lo que tiraria da pregação o seu valor. Mas o fato de não ver a realidade ou de vê-la deformada pelas leituras estrangeiras que tiraria autenticidade à sua atitude. Ora, à medida que vamos penetrando nessa floresta que é a produção de Rui Barbosa, na imprensa, na tribuna popular, na tribuna política, na tribuna acadêmica ou nos estudos técnicos parlamentares, o que encontramos é a preocupação constante de tocar o fundo da famosa "realidade nacional". Haverá algum estudo que tenha levado a maiores minúcias o exame da realidade nacional em matéria da falta de difusão da instrução primária, e mais, que tenha alertado as autoridades para a situação calamitosa da crescente incultura das massas diante da inação dos poderes públicos, já então distribuindo as culpas entre o poder central e as províncias e municípios? É ler o capítulo primeiro do parecer sobre o Ensino Primário em 1883. Nenhum trabalho na época levou tão longe as pesquisas. Percorram-se os *Anais Parlamentares* e compare-se. Todo o projeto parte das premissas mais objetivas e tangíveis.

Agora é correr as nossas histórias da educação, que se repetem monotonamente, como carbonos. O parecer é louvado em todos os tons mas inquinado de irrealista por estar voltado para a situação do estrangeiro. Todos ou quase todos os seus autores repetem o erro do primeiro, de que o parecer é proferido a propósito de um projeto de reforma Rodolfo Dantas, amigo íntimo de Rui, e que este, naturalmente, procuraria defender. Ora, irrealistas são estes autores porque nunca houve projeto de reforma Rodolfo Dantas. Em vez de percorrer suas páginas, reeditadas em primeiro lugar nas *Obras completas*, em virtude de recomendação expressa do ministro Gustavo Capanema, partem do clichê de que Rui era um "alienado" e não se dão ao trabalho de verificar que não houve projeto mais voltado para as necessidades da cultura brasileira, como veremos adiante.

Após um exame exaustivo da nossa situação, em que acusa duramente a falta de estatísticas respeitáveis, constata afinal que estávamos nos últimos postos da escala da população escolar, com uma criança matriculada para 46 habitantes, que nos colocava abaixo da Guiana Inglesa em 1862 e abaixo das Filipinas em 1868, abaixo da Rússia, que já apresentava províncias inteiras sem analfabetos, e das ilhas Haváí, onde "entre selvagens que, no último quartel do século XVIII, assassinaram Cook, não se acha-

riam, há já 12 anos [quer dizer 1870]. dez indígenas que não possuísem os rudimentos do ensino primário”. Ficávamos acima do reino de Nápoles, considerado então, até a incorporação à Itália, como a expressão máxima do retrocesso e da opressão. Contrapõe essa realidade com sarcasmos aos elogios que recebêramos, havia poucos anos, em uma exposição pedagógica mundial. “Brilhamos na exposição. A aparência ficou salva. E parece que é o que basta.” O propósito do parecer, diz Rui, é o oposto: falar a verdade. Nenhum dos nossos historiadores da educação se refere a este esforço de enquadrar, pela primeira vez, a nossa situação dentro da situação mundial. Referem-se, insistentemente, porém, ao excesso das citações estrangeiras, como se tal fato caracterizasse a alienação.

Isso nos parece muito simples dito hoje, quando uma série de campanhas convenceram a nação de que o analfabetismo é uma chaga. Mas não seria naquele tempo perante uma câmara de latifundiários, cuja mentalidade só agora começa a render-se em face da energia com que o governo enfrenta e vence a resistência passiva, oposta à difusão do ensino popular. No fundo grande parte daqueles augustos representantes adotariam o princípio cínico de Voltaire, que escreveu com todas as letras: “*il me parait essentiel, qu'il y ait des gueux ignorants. Si vous faisiez valoir comme moi, une terre, si vous aviez des charrues, vous seriez bien de mon avis*”. Eis aí o motivo fundamental por que o parecer foi votado ao “mofo e à traçaria dos arquivos”, como disse o seu autor.

Durante toda a fase de estudante e início da vida profissional, o Partido Liberal, a que Rui Barbosa pertencia, estava no ostracismo, o que naquele regime das *derrubadas* históricas significava o afastamento de qualquer atividade pública, até mesmo nas Câmaras, pela maior parte unânimes. A Bahia não conseguira fazer um só deputado liberal. Todo o esforço do partido concentrava-se na manutenção de um jornal, o *Diário da Bahia*, à custa da contribuição pessoal dos correligionários e da dedicação dos jovens aspirantes à carreira política. Algumas centenas de artigos, escritos diariamente nesse período das vacas magras, representam o ideário desses jovens liberais baianos. Ao lado dos casos políticos próximos, alguns autêntica luta de lagartos, como os classificou Luís Viana Filho, quais são os principais temas desses jovens? A liberdade religiosa, a propósito do famoso conflito com os bispos que tisonou o glorioso Gabinete Rio Branco, ressaltando o ridículo da situação criada pelo regalismo intransigente oficial e, especialmente, a eleição direta, isto é, um processo que

permitisse maior participação do eleitorado, vale dizer, da classe média, na escolha dos representantes da nação. Nada disso é teorismo nem cópia de figurinos estrangeiros. A eleição indireta era dominante no estrangeiro. Finalmente a expansão da cultura popular. Está claro que são trazidos à colação os exemplos das nações com as quais tínhamos maior afinidade. Mas é em vão que procuramos ali os sonhos de lunáticos de que tanto se fala. Um dos autores nacionais mais citados é exatamente o mesmo que os acusadores consideram o precursor do realismo político: Tavares Bastos. Nele se apóiam para pleitear o aumento da autonomia, assunto essencialmente prático pelo qual pretendiam armar o governo da província de maior capacidade para enfrentar os problemas locais.

Em 1878 soou a hora da desforra. Sobem os liberais. Para se ter uma idéia do que representara o esforço da manutenção do jornal de oposição, basta dizer que, em poucos meses, o jornal conservador fechou as portas. Não agüentaram alguns meses de ostracismo.

O Partido Liberal vai dominar a situação política de 1878 a 1885, quando voltam os conservadores com o Gabinete Cotegipe. Nesse período sucedem-se os gabinetes, em rápida mutação, e desgasta-se o capital acumulado em tanto tempo de sacrifício; nenhuma grande figura conseguiu impor-se com o prestígio que no Partido Conservador apresentaram Paraná, Caxias e Cotegipe. Este papel teria sido representado pelo velho Nabuco de Araújo, falecido logo em 1878.

Mas, de qualquer modo, os liberais enfrentaram três graves problemas políticos, todos essencialmente práticos. Em todos três tomou parte saliente o estreante deputado baiano: sempre encarando os assuntos do ponto de vista rigorosamente objetivo.

O primeiro foi a reforma eleitoral. O princípio da eleição direta, isto é, o de permitir aos eleitores qualificados escolherem diretamente os deputados dentro dos distritos, diminuindo a influência dos poderosos sobre os colégios eleitorais, estava vitorioso na opinião pública. Queria-o o Partido Liberal em peso. Queria-o o Imperador. Queriam-no os próprios conservadores esclarecidos pela voz de Cotegipe, por isso acusado de malabarista pelos liberais. Como fazê-lo, eis a questão. A eleição em dois graus estava inscrita no texto da Carta de 1824. Mas nesta mesma Carta havia um famoso artigo 178, traduzido *ipsis litteris* de um modelo de constituição elaborado pelo constitucionalista francês, aliás suíço, Benjamin Constant, que lhe concedia uma extensa maleabilidade:

É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é constitucional pode ser alterado ... pelas legisla-turas ordinárias.

Se o sistema eleitoral não fosse considerado referente aos limites e atribuições dos poderes políticos e aos direitos dos cidadãos, a reforma poderia ser feita por lei ordinária. Se se interpretasse a reforma como atingindo uma daquelas faixas, dever-se-iam seguir os complexos trâmites a que obedeceu a aprovação do Ato Adicional: a votação de uma lei prévia, dissolução da Câmara, e eleição de nova, com poderes constituintes restritos aos termos da lei prévia, ou, como se disse, uma “constituinte constituída”.

O novo chefe do Gabinete, Sinimbu, não se caracterizava pela ousadia; ainda menos o Imperador. Optou-se pelo caminho mais longo: o da reforma constitucional. Um ano inteiro foi gasto na discussão de uma lei preparatória, afinal votada pela Câmara, já enfraquecida com as fatais dissidências, dentre as quais a estrondosa de Silveira Martins. Mas tudo encalhou no Senado, contrário ao método por um motivo compreensível: pela reforma constitucional só os deputados votariam o texto final, porque só eles trariam os tais poderes especiais para votar os textos da nova Carta. Em uma lei ordinária, porém, os senadores interviriam e pesariam.

O ano de 1880 foi empregado em nova discussão. Saraiva recebeu do Imperador o encargo de fazer a reforma por meio de lei ordinária. É aqui que a colaboração de Rui Barbosa se manifestou mais direta. Grande líder político, dotado de extraordinário senso de orientação (os inimigos chamavam-no “ave de vôo curto e pouso certo”), Saraiva sabia, acima de tudo, como bom chefe, procurar os que hoje chamaríamos técnicos. Ainda na Bahia, entregou a Rui Barbosa algumas laudas com suas idéias fundamentais sobre o problema. Coube a Rui traduzir aqueles rabiscos (alguns quase ilegíveis — já publicamos o *fac-simile* nas *Obras completas*), em projeto de lei. Foi este projeto que se discutiu durante todo o ano de 1880, e terminou por ser aprovado e sancionado a 9 de janeiro de 1881. Autor oculto do esboço inicial, Rui Barbosa teve-o outra vez em mão, como relator final do projeto, tão mal estudado.

Já houve quem responsabilizasse Rui Barbosa como elitista e responsável pela exclusão do analfabeto do corpo eleitoral. Se o autor da crítica se tivesse dado ao esforço de ler o projeto, veria

que o analfabeto lá figura entre os eleitores (art. 6.º § 14) e que os trechos referentes à exclusão dos analfabetos referem-se à discussão do 1.º projeto, de 1879, não do segundo, onde eles estão aceitos na redação final, assinada pelos deputados Rui Barbosa e Rodolfo Dantas.

Outra questão séria ocupou o relator: a questão do voto dos operários. Ele próprio falou longamente sobre o assunto nos debates da Câmara. Mas sua sinceridade fica largamente comprovada num documento mais íntimo, que é a carta ao seu chefe imediato, o senador Dantas, em 17 de maio de 1880, carta que divulgamos em 1962:

Sob o pensamento fixo, que nos domina, de fazer do nosso projeto sobre eleições uma lei tão perfeitamente liberal quanto as circunstâncias nos permitirem, cumpro, [...] um dever cujo alcance todos sentimos, manifestando a V. Ex^a. e rogando-lhe a fineza de comunicá-las ao nosso ilustre e prezadíssimo amigo e chefe, o Sr. conselheiro Saraiva, certas reflexões que, dia em dia, vão atuando com mais força em meu espírito.

Refiro-me à lacuna que, no seio dos nossos melhores amigos, tem-se notado e indicado com a qualificação de *voto dos operários*. [...] Não é a classe operária toda, nem ela só, a prejudicada por essa omissão do projeto. Há uma seção dessa classe que, segundo os termos atuais dele, achar-se-á compreendida no futuro eleitorado; e por outro lado, há certas condições sociais superiores em renda a essa [...] que ficarão de fora do direito público. [...] Através dessa senha de guerra creio descobrir realmente uma deficiência que, ao meu ver, a reforma lucraria muito se fosse possível suprir.

Sei que o Gabinete rejeita o sufrágio universal, que eu também absolutamente não quero, e que S. Ex^a. o Sr. conselheiro Saraiva não poria dúvida em acolher a reclamação dos que sentem como eu, se lhe apontassem uma espécie de prova capaz de fechar a porta ao arbítrio e à fraude. Também estou de acordo com ele em que, se esse *desideratum* fosse de todo inexecutável, antes mil vezes antes, deixar como está a exclusão de que me ocupo.

Vê-se aí que a preocupação do relator era evitar uma grave falha no texto da lei, que acabou por obter algumas conquistas importantíssimas em nosso direito eleitoral: a criação do corpo permanente de eleitores, evitando as exclusões escandalosas de última hora; a baixa das exigências que permitiu a incorporação de uma fração ponderável do proletariado, caminhando-se para a marcha inexorável no sentido do sufrágio universal como previa

o relator; a inclusão dos acatólicos e o fim do privilégio dos que seguiam a religião do Estado.

A prova de fogo da nova lei foi a eleição que se seguiu, na qual nada menos que dois ministros, que na forma da Constituição deviam submeter-se ao pleito, perderam suas cadeiras: o barão Homem de Melo e Pedro Luís Pereira de Sousa. Os conservadores conseguiram 47 cadeiras numa Câmara de 122 deputados. Nunca no Brasil se vira oposição tão numerosa. Eis aí o que se pode chamar uma lei progressista. Com a auréola de político imparcial, Saraiva passou o bastão de comando a Martinho Campos, que convidou para ministro do Império o jovem Rodolfo Dantas (Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas), com 28 anos, e chamado irmão siamês de Rui Barbosa. É nesse período, aliás curto, pois que o Gabinete não durou seis meses (Martinho Campos confessou que se sentia melhor na oposição), que Rui se dedicou porfiadamente aos assuntos da educação. Vem daí a confusão de ser o seu parecer sobre a educação relativa a uma suposta reforma Rodolfo Dantas. A verdade é que desde 1879 está ele elaborando os pareceres e substitutivos à reforma do conselheiro professor Carlos Leôncio de Carvalho, ministro do Gabinete Sinimbu, que inaugurou um estrambótico sistema de expedir a lei e submetê-la *a posteriori* ao legislativo. O parecer de Rui começa, assim, por um protesto por esta extroversão. Os substitutivos de Rui, apresentados em 1882 e 1883, constituem um todo, que têm de ser examinados em conjunto, e em relação com os demais trabalhos da mesma época.

O ponto fundamental para a compreensão deste plano geral, que hoje em dia nos aparece com rasgos impressionantes de lucidez, é que ele não é um simples projeto de alteração de currículos e quadros administrativos. É a execução, no plano educacional, da idéia fixa que vai orientá-lo sempre que dispuser dos meios de ação ou de pregação. Esta idéia está expressa neste extenso parecer, está enunciada no discurso do Liceu de Artes e Ofícios e, finalmente, no parecer a que adiante faremos referência, sobre a emancipação dos escravos. Esta idéia é a emancipação econômica do Brasil através da mudança da orientação da política de ênfase na agricultura, para colocá-la na indústria. "Se o Brasil é um país essencialmente agrícola, por isso mesmo cumpre que seja um país ativamente industrial." Está no parecer sobre o ensino secundário e superior. Cita o exemplo norte-americano e prova que o capital empregado na indústria rende dez vezes o investido na agricultura.

Convém prosperar a agricultura [diz adiante]. Mas importa não menos emancipá-la dessa situação de tributária forçada à indústria estrangeira. Nenhum produto agrícola entra no consumo público sem certa preparação industrial; e a maior parte deles, para serem aproveitáveis aos usos sociais, dependem de mais ou menos complicados processos fabris. Um país cuja natureza exuberante, além da cana, além do café, além do cacau, além do fumo, produz o algodão, uma infinidade de fibras têxteis comparáveis ao linho e semelhantes à seda, um sem conta de outros artigos agrícolas, que representam, na indústria das nações fabricadoras, uma riqueza maravilhosa, por que não há de ser o grande fabricante dos produtos desse torrão inesgotável?

Lembra o exemplo da borracha. Da produção total, metade é brasileira. Mas nós a mandamos aos centros industriais:

... e de lá nos volta metamorfoseada em artefatos de toda a espécie, que admiramos, e compramos. Toda a função da nossa nacionalidade em relação a este considerável fator de riqueza para outros povos, entregamo-la ao processo rudimentar do selvagem na bacia do Amazonas. [...] Eis tudo quanto sabe o tapuia e, pouco mais ou menos, tudo o com que o Brasil contribui para essa indústria, que devia ser particularmente nossa. Temos, nesta esfera, todo um futuro por criar, e esse futuro é o do País. [...] Mas o meio, o meio dessa transformação? O meio é introduzir fundo a ciência, praticamente aprendida, e a arte, aplicada pelo desenho, no ensino popular.

Esta obsessão de transformar o ensino em arma de progresso econômico é todo o tema do *Discurso no Liceu de Artes e Ofícios*. Naquele momento essa transformação tinha como instrumento básico o desenho industrial. Há trechos neste discurso que não de ter chocado fundamentalmente os ideais chamados humanísticos do tempo:

A inteligência e a educação constituem o mais alto de todos os valores comerciais, a nascente mais caudalosa da riqueza, a condição fundamental de toda prosperidade. Foi assim em todos os tempos.

Daí suas enfáticas declarações iniciais acerca da fecundidade das despesas com o ensino que, hoje, resumiríamos dizendo que a educação é o melhor investimento da nação:

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça

ça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer releva instaurarmos o serviço da *defesa nacional contra a ignorância*, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo-se intransigentemente à tibieza dos nossos governos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria. ... A educação geral do povo é exatamente, na mais literal acepção da palavra, o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a maior de todas as forças produtoras.

E conclui anunciando que pela educação alcançaríamos a solução dos problemas econômicos. O grande empecilho a essa campanha está no déficit:

Esta objeção estaria respondida. A extinção do *déficit* não pode resultar senão de um abalo profundamente renovador nas fontes espontâneas da produção. Ora, a produção [...] é um efeito da inteligência: está, por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular. Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do País; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras.

É dentro dessa concepção do ensino como fator da independência econômica nacional que ele traça o esquema, certamente discutível pela sua ambição, mas onde há prenúncios de muito do que se tem feito e se está fazendo. Já vimos um apelo para um movimento que prefigura o MOBREAL. Veremos agora o plano de profissionalização de segundo grau, tendo em vista, está claro, a formação de técnicos.

Após o curso pré-escolar, cuja necessidade é demonstrada cabalmente, concebe um ensino primário, dividido em três categorias: elementar, médio e superior, num total de oito anos. Em quatro anos as escolas normais preparariam os professores para esse grau.

Passa-se então ao grau do liceu (no Rio padronizado pelo D. Pedro II), com 7 ramos diferenciados: o primeiro conduziria ao bacharelado em ciências e letras quando completado em 6 anos. Mas as faculdades poderiam exigir somente as cadeiras que julgassem necessárias aos seus currículos. Os demais ramos do 2.º grau seriam o de finanças (5 anos), comércio (4 anos), agrimensura (5 anos), máquinas (5 anos), indústria (5 anos) e instrumentos de precisão (3 anos). No grau superior o curso de

direito teria 2 ramos: ciências jurídicas e ciências sociais. O politécnico teria diversos ramos: engenharia civil, construtores, geógrafos, minas, agronomia, e seria ainda criado o curso de ciências físicas e naturais.

Como se vê, toda a preocupação era preparar as novas gerações para a era industrial, considerada inevitável.

Acrescente-se o cuidado com educação física, pela primeira vez elevada à categoria das demais disciplinas, com a formação de professores com igual categoria e autoridade das matérias do curso secundário, com o plano de criação de uma Escola Normal de Ginástica, germe de nossa Faculdade de educação física. Considerando-se a educação física “um exercício eminentemente, insuperavelmente moralizador, um germe de ordem e um vigoroso alimento da liberdade”.

Mas há ainda um ponto para o qual queria chamar a atenção.

A preocupação do preparo militar foi constante neste estadista apontado como inimigo das forças armadas. Não creio que em nenhum projeto anterior, e em tantos posteriores, se tenha encarado com tanta objetividade o problema do preparo da mocidade para a defesa militar. Além do papel geral da escola no preparo mental das novas gerações para a regeneração da pátria, a que dedica páginas imperecíveis baseadas no exemplo da reação prussiana, alimentada pela pregação de Fichte, enfrenta o problema da preparação militar em um país incapaz de manter um exército à altura de suas necessidades. E sugere aquilo que hoje estamos praticando com a formação do oficialato da reserva. Eis as suas palavras:

A Comissão faz grande cabedal do curso de fortificações, com que o substitutivo enriquece o terceiro ano de engenharia civil. É uma precaução especial para segurança da nossa integridade. No povo brasileiro, é certo, o voluntariado militar improvisa-se como as ondas do oceano. Bem o mostra a experiência da última guerra; mas essa experiência não demonstra menos a verdade, em cujo apoio encontrareis os maiores documentos na guerra da separação americana, de que é dos longos estudos práticos, e não do instantâneo entusiasmo das paixões populares que sai a aplicação da ciência à defesa marcial das nações. Estas duas lições indelévels devem-nos convencer de que não é inútil ter preparado para o serviço de guerra homens eminentes nas profissões civis, eminentes como hão de ser os destinados ao serviço militar, o mais difícil de ensinar em pouco tempo. E, quando ponderamos nos estreitos limites de nosso corpo de oficiais, dese-

járamos ver entrar certa parte das ciências militares *em todas as nossas escolas*, especialmente as de instrução técnica. Isto faz a Suíça, e nos Estados Unidos a arte militar se ensina até em escolas de belas artes.

Um corpo de civis aptos a incorporar-se às forças militares ampliando-lhes extraordinariamente a potência, eis um ponto que só algumas dezenas de anos depois vai encontrar apoio em nossas leis escolares e militares.

A contribuição dos liberais na reforma educativa limitar-se-á, finalmente, à reforma Leôncio de Carvalho. O amplo substitutivo de Rui Barbosa foi posto à margem, apenas os conservadores reassumiram o posto no leme da nau do Estado. Parece que fora do círculo de fiéis amigos, que o acompanharam nesse esforço, só uma pessoa se impressionou fortemente com os trabalhos da reforma. Desejoso de um contato pessoal com o autor, o Imperador D. Pedro II convocou-o para um longo debate em sua biblioteca. E dali, em face de exemplares dos pareceres profusamente anotados (e esses exemplares se encontram no arquivo do Museu Imperial de Petrópolis) passaram horas examinando os vários aspectos do plano. Pouco tempo depois recebeu Rui Barbosa o título de conselheiro com o qual será conhecido até o fim da existência. E ao discutir-se a eventualidade de sua entrada no Gabinete Dantas, nas conversas com o Chefe de Estado o debate girava em torno da pasta da Agricultura, para encaminhar o problema servil, ou do Império, para *pôr em execução a reforma do ensino*. O responsável máximo pela política brasileira durante quase meio século não considerava, assim, aqueles trabalhos como divagação lírica inaplicável a uma famosa e indefinível "realidade nacional".

Mais ainda um problema brasileiro foi, afinal, abordado pela situação liberal de 78-85, e nela tomou ainda lugar primacial Rui Barbosa: o problema servil. Seis anos havia que os liberais detinham o governo e não se aflorara sequer o *cancro da escravidão*, como o classificava D. Pedro I. Para Rui Barbosa, os dois problemas estavam conjugados. No início do Parecer evoca as palavras proféticas de Tavares Bastos:

Uma lei da divina harmonia que preside o mundo, prende as grandes questões sociais: emancipar é instruir, é a forma dupla do *mesmo pensamento político*. Que haveis de oferecer a esses entes degredados, que vão surgir da senzala para a liberdade? O batismo da instrução. Que reserva-reis para sustentar as forças produtoras, esmorecidas pela emancipação? O ensino, esse agente invisível que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida, a mais poderosa das máquinas de trabalho.

Ao se organizar o Gabinete Dantas, com o apoio visível da Coroa, o problema entrou na tela das discussões parlamentares. Rui foi naturalmente o incumbido de preparar o projeto básico, escrito outra vez de seu punho, e cujos originais guardamos entre as relíquias de nosso museu. A lei chamada dos *sexagenários* era aparentemente tão inofensiva que fez sorrir os emancipadores entusiastas, como narra Nabuco. Mas entre as suas disposições aparentemente de mero formalismo, estava uma pedra lisa e pura como a de David, que atingiria o Goliás do escravismo.

Desde 7 de novembro de 1831 a nação declarara o tráfico ilícito e libertara *ipso facto* os africanos que ingressassem no país. Mas catadupas de moçambicanos e angolezes atingiam continuamente nossas costas e eram praticamente incorporados sem discriminação à nossa escravaria. Eles e seus descendentes, legalmente livres, figuravam entre os servos e por eles recebia o Estado a taxa correspondente nos orçamentos. Repetidas decisões judiciais reconheciam a liberdade dessas vítimas da fraude e da inconsciência. Exigindo, numa simples alínea, a demonstração da *procedência das peças*, como se dizia, a lei iria restituir a liberdade a uma parte considerável da classe servil. O projeto que fez sorrir inicialmente os abolicionistas atingiu os interesses agrícolas tão fundo que se rompeu a estrutura partidária. *Liberais escravocratas*, por estranho que possa parecer essa expressão, apostataram bandeiras liberais e formaram com os conservadores a nova maioria, que pôs abaixo o Gabinete, e praticamente encerrou a situação. Porque o Gabinete Saraiva, que se seguiu, só fez capitular. Recuou a emancipação para 65 anos (e apesar disso a lei continuou a chamar-se dos sexagenários), mas especialmente ajuntou à exigência da procedência dos escravos as simples expressões — “quando possível”, que lhe tirou todo o risco.

Com a subida dos conservadores, comprometidos a fazer passar a lei no Senado, seguiu-se inevitavelmente a dissolução do parlamento. Na nova Câmara dois elementos foram particularmente visados pela reação: Rui e Nabuco. O primeiro nunca mais voltaria às Câmaras no antigo regime. Fora destroçado pela sua ousadia em tocar ponto sensível na organização da lavoura.

Não é possível examinar aqui a atuação política de Rui Barbosa em toda a sua longa e turbulenta vida política. Pretendemos demonstrar com essa amostragem, no estudo de sua atuação num período em que atuou no campo do governo, que suas atitudes nada tiveram do teorismo e da alienação tantas vezes contra ele assacadas. Foram o que houve de mais prático, mais objetivo e mais direito. Mas tudo inútil. O tom doutrinário e que envolvia

suas demonstrações, o exemplo das chamadas “nações cultas” com que timbrava fundamentar suas idéias, criaram-lhe a fama de homem das alturas, da estratosfera e dos sonhos inexecutáveis.

Ele próprio respondeu aos que o acusavam de marchar à margem dos fatos. Em artigo na *Imprensa* disse certa vez: estamos habituados a *não agradar* aos politicantes, como estamos para com eles habituados a *não ter razão*.

E vai enumerando as ocasiões em que a bandeira por ele levantada foi acusada de anarquia, para ser, tempos depois, o ponto de convergência dos homens da ordem e termina:

Não tínhamos razão em detestar a demagogia jacobina, abrindo a mais violenta luta contra ela precisamente na crise do seu apogeu, quando os que a execravam tanto como nós lhe lambiam os pés; e, ano e meio depois, já o jacobinismo é uma sina de opróbrio, sem um alferes que a levante.³

Poderíamos prosseguir nesses quadros de realismo político até a previsão da queda da República velha, feita da tribuna do Senado, em 1921, um ano antes de iniciar a série de movimentos que a liquidaria em 1930:

Um regime que garra para a costa, ao som das músicas do barco, empenhadas em abafar o rumor das vagas espedaçadas nos recifes já próximos. [...] Na insegurança extrema em que nos vemos, se por não terem admitido em tempo as medidas remediadoras, já agora verdadeiras medidas de urgência, nos achássemos, de um momento para outro, (como costumam ir estas coisas), numa crise de instituições, para onde então nos voltaríamos? Contentar-se-ia o movimento de que nos cingíssemos a retocar e consolidar as atuais? Ou havíamos de saltar para outras? E, nesse caso, quais, e como, sem que nos corresse risco a própria existência nacional, ou, quando menos, todo o patrimônio das nossas instituições fundamentais em matéria de ordem, liberdade e democracia?

Eis o problema brasileiro num momento em que a situação universal carrega de pesada obscuridade, por toda a parte, as questões interiores. Ninguém hoje pode invocar a revolução como porto seguro da liberdade. Nesses surgidoiros insidiosos ninguém sabe o que a espera. Massas disformes atalham o acesso a elas, formas estranhas, surpresas terríveis, acidentados monstruosos, como esses que, de súbito, inundaram as mais gigantescas monarquias do mundo, submergiram, na Europa, os três grandes impérios [...] e, de Londres a Washington, através do Atlântico, estremeçam, com

3. “Entendamo-nos”. *Obras completas*, vol. xxv (1898), t. I. Rio de Janeiro, 1947, p. 219.

os seus rumores subterrâneos, as mais sólidas organizações republicanas. [...]

Enquanto as revoluções eram políticas tinham praias, que as circundavam, e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas), todas beiram esse mar tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaça as plagas do mundo contemporâneo.

Eis a visão clara de um político acoimado de enevoado. Hoje que contornamos o *mar tenebroso*, e caminhamos seguros para novas conquistas, é bom que recordemos a lição desse suposto "teórico" e que peçamos a Deus que não nos falte com lucidez dos estadistas desta marca para alcançarmos a região segura das reformas sem violências e do progresso sem subversão.

Homenageá-lo materialmente no pórtico desta Cidade, ou evocá-lo ao se iniciar o novo ano letivo, o que talvez ainda seja mais significativo, é uma atitude que indica o propósito de seguir a sua lição, a sua grande lição: o exame da verdadeira imagem do país, a realidade nacional.